

MARÇO de 2011

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

CEDOC DW

Centro de Documentação e Informação Development Workshop — Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuaco e Jornal Vida Kilamba.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Helga Silveira

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop – Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda – Angola

Telefone

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill&Melinda Gates

INDÍCE

I REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

| | | |
|------|---|----|
| 1.1 | Estudantes universitários em estágios comunitários | 1 |
| 1.2 | Pobreza arrasta leste de Angola | 1 |
| 1.3 | Criadas associações de combate á pobreza | 2 |
| 1.4 | Inflação desacelera em Janeiro e fixa-se em 0.63%. | 2 |
| 1.5 | Rendimento dos angolanos tem aumentado de 118 por cento | 3 |
| 1.6 | Projecto de desenvolvimento local é financiado pelo Banco Mundial | 4 |
| 1.8 | O que fustiga os jovens | 5 |
| 1.9 | Angolanos sobrevivem com 5 dólares /dia | 5 |
| 1.10 | “Mudança de indicadores penalizou Angola” | 6 |
| 1.11 | Educação empurra Angola para o 146º lugar do IDH | 7 |
| 1.12 | Banco Mundial financia combate a pobreza | 8 |
| 1.13 | Finalmente Igreja católica alerta para agravamento da pobreza e exclusão social | 9 |
| 1.14 | PIB de Angola cresce 12,1 por cento entre 2002 e 2010 | 10 |
| 1.15 | Angola na “ cauda ” do desenvolvimento humano | 11 |
| 1.16 | Nova visão no combate á pobreza | 12 |
| 1.17 | A pobreza é “inimiga” na luta pela igualdade | 14 |
| 1.18 | Programas Integrados de combate á pobreza mais de AKZ 36 bilhões | 14 |
| 1.19 | Muitas empresas acusadas de violar a lei sobre a segurança social do trabalhador | 15 |
| 1.20 | Programa de combate à fome e a pobreza, Rosa Pacavira defende envolvimento de todos | 16 |
| 1.21 | Nova visão no combate á pobreza | 17 |
| 1.22 | Parceiros sociais em Luanda apoiam plano do Executivo | 19 |
| 1.23 | As faces da pobreza | 19 |
| 1.25 | Combate à pobreza mobiliza a sociedade civil | 20 |
| 1.27 | Governo disponibiliza 36 mil milhões de Kwanzas para combater a pobreza | 21 |
| 1.28 | Independência e fome (III) | 22 |
| 1.29 | Executivo estuda causas da inflação | 23 |
| 1.30 | PIB deve crescer nos próximos tempos | 23 |
| 1.31 | Automobilistas menos afogados | 25 |

2 MICROFINANÇAS

| | | |
|------|---|----|
| 2.1 | Mais cooperativas de crédito no país | 26 |
| 2.2 | Pequenos empresários recebem apoio financeiro | 26 |
| 2.3 | Cabinda lança micro crédito para peixeiras | 26 |
| 2.4 | Empreendedores beneficiam de crédito “amigo” | 27 |
| 2.5 | As mulheres angolanas têm grande inclinação para ganhar o sustento com os seus negócios | 28 |
| 2.6 | Instituicoes de concessao de creditos ajudam no combate á pobreza no país | 30 |
| 2.7 | Camponeses associados têm crédito | 31 |
| 2.8 | Mulheres no cazenga vão beneficiar de micro-credito | 31 |
| 2.9 | Construtora vai erguer cem casas por mês | 32 |
| 2.10 | Revitalização da Cidade de Luanda em marcha | 32 |
| 2.11 | Banco sol financia cooperativa agrícola | 33 |
| 2.12 | BNA divulga legislação sobre microcrédito e das cooperativas | 34 |
| 2.13 | Empréstimo a empresárias do Cazenga | 34 |
| 2.14 | Banco Sol concede micro-crédito no valor de 60 mil dólares | 35 |

| | | |
|------|---|----|
| 2.15 | Programa de combate à fome e a pobreza, Rosa Pacavira defende envolvimento de todos | 36 |
| 2.16 | Bancos financiam comerciantes rurais | 37 |
| 2.17 | Cooperativa de mulheres recebe créditos | 38 |

3 MERCADO INFORMAL

| | | |
|------|---|----|
| 3.1 | Administração quer o reforço da fiscalização | 39 |
| 3.2 | Administração municipal do Cazenga pretende construir três novos mercados | 39 |
| 3.3 | Moradores do Hoji ya Henda preocupados com a venda ilegal | 39 |
| 3.4 | Venda de produtos perecíveis | 40 |
| 3.5 | Mercado do artesanato em obras | 40 |
| 3.6 | Mercado de Cabo Ledo é paragem obrigatória | 40 |
| 3.7 | Vendedoras negam transferência para o Quindengo | 41 |
| 3.8 | Quitadeiras exigem indemnização | 42 |
| 3.9 | Zungueiras causam pânico a beira da estrada | 43 |
| 3.10 | Director nacional contra investidores que subvertem os preços e o mercado | 43 |
| 3.11 | O paradoxo dos direitos fundamentais(3) | 44 |
| 3.12 | Mulheres empreendedoras falam do mercado informal | 45 |
| 3.13 | Construção de entrepostos comerciais recomendada na província de Cabinda | 46 |
| 3.14 | Automobilistas menos afogados | 46 |
| 3.15 | Vendedores abandonam o mercado do Panguila | 47 |

4 OGE INVESTIMENS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

| | | |
|-----|---|----|
| 4.1 | Sector da educação é privilegiado no OGE | 48 |
| 4.2 | Municípios têm mais verbas do OGE para apoiar programas contra pobreza | 48 |
| 4.3 | Governador do BNA: sector petrolífero vai ter novo regime cambial | 49 |
| 4.4 | O papel do orçamento do Estado na redistribuição do rendimento nacional | 52 |
| 4.5 | Porque pagar impostos? | 53 |
| 4.6 | Governo quer sistema fiscal menos complicado e acessível | 55 |
| 4.7 | Aprovadas linhas gerais da reforma tributária | |

5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

| | | |
|------|--|----|
| 5.1 | Municípios de Luanda ganham orçamento para executar obras | 57 |
| 5.2 | Alguns Administradores Municipais estão em crise de letargia! | 57 |
| 5.3 | O que agrada responsáveis do GPL? | 58 |
| 5.4 | Administradores desconhecem suas áreas de jurisdição | 58 |
| 5.5 | MPLA desaconselha substituição de administradores em Luanda | 60 |
| 5.6 | Descentralização melhora eficácia das acções | 60 |
| 5.7 | Rádio nas comunidades ajudam descentralização | 60 |
| 5.8 | São as mudanças e não a «tradição» que conquistam os eleitores | 61 |
| 5.9 | Administração do Território consulta Finanças | 61 |
| 5.10 | Administradores longe dos municípios | 62 |
| 5.11 | Ainda sobre a venda de habitações do Estado | 63 |
| 5.12 | Vice-ministro vê vantagens no apoio à gestão municipal | 64 |

6 URBANISMO E HABITAÇÃO

| | | |
|------|--|----|
| 6.1 | Moradores querem saber quanto vão pagar | 64 |
| 6.2 | Vias estruturantes, solos e lixo em Luanda mexem com executivo | 65 |
| 6.3 | GPL passa a prestar contas á cidade alta | 66 |
| 6.4 | Huíla tem fábrica de construção de casas | 67 |
| 6.5 | Organizações kabuscorp estão apostadas em projectos de construção de residências | 68 |
| 6.6 | Preços são elevados | 69 |
| 6.7 | Cassaforme investe 30 milhões de dólares | 69 |
| 6.8 | « Cassaforma » entra com pé direito no ramo imobiliário | 69 |
| 6.9 | Dezasseis casas por dia» | 70 |
| 6.10 | Cassa forma Angola, S.A. ergue oito mil fogos habitacionais na província da huila | 70 |
| 6.11 | Chefe do executivo analisou ao detalhe andamento do projecto Kilamba Kiaxi | 71 |
| 6.12 | Bairro social é entregue no mês da Juventude | 72 |
| 6.13 | Luanda deve criar núcleos habitacionais autónomos mas com interligação viária (Entrevista) | 72 |
| 6.14 | Mais casas para os antigos combatentes | 76 |
| 6.15 | Construção de casas sociais desenvolve zona da eywa | 76 |
| 6.16 | Habitações do Projecto Nova Vida começam a ser entregues em Abril | 77 |
| 6.17 | Projecto obedece normas ambientais de construção | 78 |
| 6.18 | Segunda fase do Nova vida pronta já em 2012 | 78 |
| 6.19 | E tudo a chuva levou... | 79 |
| 6.20 | Ainda sobre a venda de habitações do Estado | 80 |
| 6.21 | Jeosat poderá montar 120 casas por dia | 81 |
| 6.22 | Seis mil casas vão ser construídas na zona do Camama | 81 |
| 6.23 | Casas sociais da juventude entregues a partir de Maio | 82 |

7 TERRA

| | | |
|------|--|----|
| 7.1 | Fórum de jornalistas leva discussão da violência doméstica ao sambizanga | 83 |
| 7.2 | Ministério da justiça e do urbanismo dificultam compra de casas | 83 |
| 7.3 | Caluquembe urbaniza reservas fundiárias | 84 |
| 7.4 | Requalificação do Lubango cria novas áreas urbanísticas | 84 |
| 7.5 | Jovens recebem terrenos para a autoconstrução | 85 |
| 7.6 | Governo provincial retoma venda de terreno | 85 |
| 7.7 | Falta de titularidade da terra impede avanço da agricultura | 86 |
| 7.8 | Chefe de estado reduz emolumentos de transmissão de imóveis | 87 |
| 7.9 | Vítimas da chuva recebem lotes para habitações | 88 |
| 7.10 | Crianças perdem ano lectivo no zango IV | 88 |
| 7.11 | Reservas fundiárias disponíveis | 90 |
| 7.12 | Comissão regulariza imóveis | 90 |
| 7.13 | Lotes de terreno no Zaire distribuídos á população | 91 |
| 7.14 | Urbanismo reprova projecto de uma serração no Huambo | 91 |

8 SERVIÇOS BÁSICOS

| | | |
|------|--|-----|
| 8.1 | Terceira fase do projecto garante aumento da capacidade de produção e distribuição | 93 |
| 8.2 | “Água para todos” beneficia milhares de pessoas | 93 |
| 8.3 | Fundo petrolífero financia energia e águas | 94 |
| 8.4 | Pastores dos Gambos têm vida facilitada | 95 |
| 8.5 | Bairro militar em Viana às escuras e sem água potável | 96 |
| 8.6 | Novo desinfetante de água vendido em comprimidos | 97 |
| 8.7 | Fontanários e escolas nas comunas do litoral | 98 |
| 8.8 | Município da Ingombota sem cólera | 98 |
| 8.9 | E o lixo venceu! | 99 |
| 8.10 | Um atentado à saúde humana | 99 |
| 8.11 | Sistemas de captação de água entram em obras na cidade de Lubango | 100 |
| 8.12 | Melhorado o abastecimento de água | 101 |
| 8.13 | Rede de drenagem está em reabilitação | 101 |
| 8.14 | Instituições estrangeiras trazem projecto para a melhoria do acesso à água potável | 102 |
| 8.15 | Angola cumpre metas no abastecimento de água | 102 |
| 8.16 | Dia Mundial da Água | 105 |
| 8.17 | Instituições estrangeiras trazem projecto para a melhoria do acesso à água potável | 105 |
| 8.18 | Walter Aid traz água e saneamento a 38 mil angolanos | 106 |
| 8.19 | Saneamento básico precário está a propagar a tuberculose | 106 |
| 8.20 | Governo promove o acesso a água | 107 |
| 8.21 | Governo reconhece insatisfação no acesso à água | 108 |
| 8.22 | Projecto de águas na fase derradeira | 109 |
| 8.23 | Barra do Dande ainda sem água potável | 109 |
| 8.24 | Nível mínimo de água disponível para a saúde humana por ano é de mil metros cúbicos per capita | 110 |
| 8.25 | Assinalado Dia Mundial da Água | 111 |
| 8.26 | Projecto de águas na fase derradeira | 112 |
| 8.27 | Maior adesão ao pré-pago no Rangel | 113 |
| 8.28 | Água para todos na aldeia do loge pequeno | 113 |
| 8.29 | Energia só chega a um terço da população | 114 |
| 8.30 | Água potável de qualidade | 115 |
| 8.31 | Angola possui um elevado potencial de recursos hídricos da África Austral | 116 |
| 8.32 | Distribuição de água potável na capital vai ser melhorada nos próximos tempos | 116 |
| 8.33 | Estamos a realizar um estudo sobre oportunidades de negócio das águas | 117 |
| 8.34 | Políticas do Executivo Prioridade ao acesso à água potável | 120 |
| 8.35 | Água para todos na aldeia do loge pequeno | 121 |
| 8.36 | Municípios de Caculama têm água potável | 122 |

9 GÉNERO e VIOLENCIA

| | | |
|-----|--|-----|
| 9.1 | Fórum de jornalistas leva discussão da violência doméstica ao sambizanga | 123 |
| 9.2 | A força das mulheres | 123 |
| 9.3 | Criminalidade na fronteira é preocupação em Cabinda | 124 |
| 9.4 | Assaltos às residências retomam ao bairro Mulenvos | 124 |
| 9.5 | Coragem da mulher angolana | 125 |
| 9.6 | Fórum de jornalistas leva discussão da violência doméstica ao sambizanga | 126 |
| 9.7 | Fórum de mulheres jornalistas apoia vítimas de violência doméstica | 126 |

| | | |
|------|---|-----|
| 9.8 | Coragem da mulher angolana | 127 |
| 9.9 | Zungueira baleada por agente da polícia vive dias penosos | 127 |
| 9.10 | Angola nega envolvimento em casos de violação | 128 |
| 9.11 | Morto á facada por 100 kwanzas no Cazenga | 129 |
| 9.12 | Nações Unida desdramatizam relatos de casos de violação sexual na fronteira | 130 |
| 9.13 | Governo inocenta Forças Armadas | 130 |
| 9.14 | O estigma e o desrespeito no género persistem | 131 |
| 9.15 | Onda de assaltos deixa moradores em pânico | 134 |
| 9.16 | Nova frente contra a violência sobre a mulher | 134 |
| 9.17 | Chuva inundou várias casas particulares | 134 |
| 9.18 | Nova frente contra a violência sobre a mulher | 135 |
| 9.19 | Mulheres de Ndalatando lutam por afirmação na sociedade | 135 |

10 AMBIENTE

| | | |
|-------|--|-----|
| 10.1 | Um ambiente limpo e verde é desafio de todos | 137 |
| 10.2 | Técnicos do Ambiente visitam zonas afectadas | 138 |
| 10.3 | As crises ambientais têm sempre a mão do homem | 139 |
| 10.4 | Chuvas obrigam Ministério do Ambiente a precaver-se | 140 |
| 10.5 | Município da ingombota sem cólera | 142 |
| 10.6 | Serviços de protecção civil com dificuldades para evacuar população do cuito cuanavale | 143 |
| 10.7 | Chuva inundou várias casas particulares | 143 |
| 10.8 | Desarborização preocupa cidadãos | 144 |
| 10.9 | Floresta da ilha ameaçada pelos carros e marginais | 145 |
| 10.10 | Estragos causados pelas inundações são avaliados pelo governo provincial | 147 |
| 10.11 | Desarborização preocupa cidadãos | 147 |
| 10.12 | Chuvas em Luanda: um autêntico calvário | 148 |
| 10.13 | Costa marítima é um atentado à saúde pública | 149 |
| 10.14 | Devastação das florestas leva a catástrofes | 149 |

I REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Estudantes universitários em estágios comunitários

Jornal de Angola
1 De Março de 2011

Estudantes de universidades públicas e privadas participam, desde o início do mês de Fevereiro, na sexta edição do Programa “Estágios Comunitários”, organizado pela Organização Não-Governamental Development Workshop (DW), com o apoio da British Petroleum.

Antes do estágio junto das comunidades, um grupo de 30 estudantes recebeu formação na Development Workshop sobre o papel das ONGs, noções sobre a actividade e o papel do agente de desenvolvimento comunitário, ética e comunicação.

Após a acção formativa, os estudantes foram colocados em projectos desenvolvidos por várias ONG, onde vão realizar os seus estágios, percorrendo várias regiões do país.

Willy Piassa, gestor do programa para a Governação Urbana, da Organização Não-Governamental DW, disse ontem ao Jornal de Angola que o programa de estágios comunitários resulta de uma parceria entre as instituições de ensino superior, estudantes, ONG e as comunidades.

O gestor de programas explicou que, durante dois meses, os estudantes vão realizar várias actividades junto das comunidades, que visam conferir maior dignidade às populações ali residentes. Durante este período os estagiários vão igualmente reforçar as suas capacidades intelectuais e fazer um estudo sobre a realidade social de Angola e os desafios para alcançar as metas do milénio em relação à erradicação da pobreza.

O programa vai facilitar a publicação de monografias, além da elaboração de temas ligados à área social, como educação e desenvolvimento social das comunidades.

O gestor para Governação Urbana da Development Workshop sublinhou que a instituição vai oferecer uma compensação financeira aos estagiários que participam no programa, de modo a ajudá-los a suportar as despesas inerentes aos seus estudos. Willy Piassa realçou que, durante o estágio, os estudantes viajam para várias regiões do país, onde as ONG's desenvolvem as suas actividades.

Para este ano, o programa inscreveu mais de 200 candidatos das várias instituições de ensino superior do país,

privadas e públicas, já que uma das condições exigidas pelo programa é que os candidatos sejam estudantes universitários (devem estar no terceiro ano em diante) e que estejam a fazer sobretudo cursos ligados às Ciências Sociais.

A Organização Não-Governamental DW- Angola realiza, desde 2002, o Programa Estágios Comunitários para estudantes universitários de todo o país.

Estes estágios têm característica essencialmente comunitárias e os estudantes participam em projectos de animação em zonas suburbanas e rurais, com a aplicação de técnicas e ferramentas adquiridas durante a formação. A rede universitária tem estado a aumentar com a entrada de novas universidades na República de Angola, públicas e privadas.

I.2 Pobreza arrasta leste de Angola

Novo jornal
04 De Março de 2011

O líder do grupo parlamentar do PRS, Sapalo António, lamentou terça-feira, em Luanda, o excesso de nível de pobreza que arrasa as populações da região Leste do país, Lundas Norte, Sul e Moxico. “A situação inspira cuidados no Leste de Angola, onde milhares de famílias ficam cada vez mais pobres”, deplorou, salientando que, face à situação, regista-se uma onda de violência nas comunidades locais.

Para Sapalo António, os governos locais, com a intervenção das autoridades centrais, devem encontrar mecanismos para conter a pobreza através de fomento da actividade agrícola e a criação de postos de trabalho. “A situação piorou desde que o Governo central tomou medidas drásticas nas zonas de exploração diamantífera. O povo sobrevivia do garimpo”, referiu.

O líder do grupo parlamentar do PRS, Sapalo António, defendeu que sendo Angola um país rico, o Governo deve criar um fundo de desemprego para as famílias desempregadas e pobres.

Sapalo referiu ainda a urgência em materializar as acções inscritas no plano do governo para 2011 que concorram para a resolução das necessidades básicas da população e dos trabalhadores em particular.

Para o político, a construção de estradas, escolas, hospitais, abastecimento de água potável e de energia eléctrica, saneamento básico, aumento salarial dos trabalhadores, são algumas das preocupações que afligem os angolanos.

1.3 Criadas associações de combate á pobreza

Jornal de Angola
4 De Março de 2011

A criação de cooperativas e associações de camponeses, artesãos, pedreiros, carpinteiros e outras que possam contribuir para o fomento do programa de criação de rendimentos, constitui uma prioridade do sector da Assistência e Reinserção Social (MINARS), com vista ao combate á fome e a pobreza no município na município da Bembe, província do Uíge.

O chefe da área municipal da Assistência e Reinserção Social, Agostinho Teca, informou que a instituição está a distribuir às famílias locais, desde o princípio do ano, instrumentos de trabalho, com enxada, catanas, picaretas, machados, além de sementes.

Esta acção tem por objectivo acelerar e cumprir as obrigações expressas no programa de combate à fome e à pobreza no seio das populações.

Em 2011, prevê construir novos centros infantis comunitários nas localidades de Kulo, Bonde e Kíngana para albergar crianças com menos de cinco anos. Nesta altura, único centro infantil a funcionar na comuna de Lucunga, tem 127 crianças matriculadas.

No ano passado, a secção municipal do MINARS criou três associações agrícolas, de 25 elementos cada, nas localidades de Kinganga e Bonde, sendo a maior parte deles angolanos expulsos da República democrática do Congo e realojados nestas localidades, onde produzem mandioca, batata-doce, feijão, amendoim (ginguba), batata rena e hortícolas.

Em 2010, pelo menos 250 chefes de famílias realojadas na sede municipal do Bembe e na comuna da Lucunga receberam 3.500 folhas de chapa de zinco, além de enxadas, catanas, picaretas, machados, entre outros instrumentos.

O Minars assistiu ainda 260 idosos com bens diversos, com arroz, massa alimentar, sabão, óleo alimentar, cobertores e roupa usada. Deste número de idosos, apoiou 45 mais velhos que ainda estão fisicamente bem e farão agora integrados na associação de criação de trabalho e rendimento

O objectivo segunda o responsável, é fazer com que haja fomento da produção de diversos instrumentos tradicionais, como vassouras, cestos e panelas de barro.

O município do Bembe fica a cerca de 135 quilómetros a norte da cidade do Uíge. Possui duas comunas (Lucunga

e Quimaria), 19 regedorias, 118 aldeias e uma população estimada em mais de 40 mil habitantes.

Produtos como a mandioca, banana, batata-doce e rena, ginguba, laranja, abacaxi, feijão, milho, café e hortícolas são os mais cultivados na região.

1.4 Inflação desacelera em Janeiro e fixa-se em 0.63%.

Semanário Factual
De 5 a 12 de Março

No mês de Janeiro, o “vilão da inflação” foi a classe de Hotéis, restaurantes e cafés que sofreu aumento de 3,32%. Tal como ao longo de 2010, os preços alimentos influenciou, significativamente, a alta do índice da classe de hotéis, restaurantes e cafés. Desta feita, o preço do prato de funge com carne variou em 11,29%; o churrasco aumentou 11,14%; o mufete aumentou 10,13%; o funge com peixe variou 6,49% e o bife com batatas fritas subiu 2,57%. No ano passado, a classe de hotéis, restaurantes e cafés também foi um dos principais “vilão da inflação”.

Os produtos alimentares também não ficaram para trás no mês de Janeiro, em consequência, o preço do leite em pó subiu 3,10%; o pão cassete aumentou 0,76%; as miudezas de vaca variaram 2,82%; o açúcar branco subiu 1,98%; o feijão catarino. Cresceu 4,02%, a manteiga variou 2,88%, a batata rena 1,36% e a carne de primeira aumentou 1,37%. De um modo geral, os alimentos continuam a crescer mês a mês, contribuindo cada vez mais para a depreciação do poder de compra dos salários.

A inflação homóloga caiu de 15,31 % para 15,13%, o que representa uma desaceleração da inflação homóloga na ordem de 0,18 pontos percentuais. Para economistas, existe cepticismo quanto ao comportamento dos preços ao longo de 2011, apesar de o primeiro mês apresentar um leve abrandamento em comparação ao último de 2010 e em comparação ao período homólogo. Convém salientar que persiste o risco da inflação permanecer relativamente alta nos próximos meses, tendo em conta o excesso de liquidez que paira na economia.

Salienta-se que a inflação acumulada em 2010 foi de 15,31 % contra 13% previsto pelas autoridades. A inflação dos alimentos e dos transportes situaram-se acima da inflação geral e mostra que, no ano passado, o poder de compra dos salários caiu substancialmente. Em contrapartida, o comportamento dos preços não se mostrara uniforme ao longo de todo o ano, tendo o principal choque ocorrido como consequência do aumento

do preço da gasolina em 50% e do gasóleo em 37,93%, o que causou uma aceleração da inflação, em Setembro, para cerca de 2,35%.

A subida do preço dos combustíveis no mês de Setembro provocou forte choque sobre a inflação que desviou da sua tendência mensal em torno dos 1,01% nos primeiros oito meses do ano em curso e fixou-se em 2,35%, contra 0,81 % no mesmo período de 2009. O choque sobre os preços em Setembro colocou em “stand by” a expectativa de inflação para 2010, numa altura em que a inflação acumulada ultrapassava já a fasquia dos 10%, e a tarifa do táxi colectivo aumentou de 50 para 100 Kwanzas.

Desta feita”, ao longo dos 12 meses de 2010, os preços dos alimentos e dos transportes foram os que mais contribuem para a inflação. Em Setembro, os transportes registaram aumento de preços de 11,65%, influenciados pela subida dos combustíveis, pelo acréscimo no preço da corrida do táxi colectivo em 3,29% e pelo transporte aéreo doméstico de passageiros com um incremento de preços de cerca de 1,79%. Esta situação demonstra que os transportes, cuja oscilação de preços persistiu ao do ano transacto, continuam a representar problema estrutural para a estabilidade dos preços.

Em Dezembro último, o nível geral de preços registou uma variação de 1,65%, na qual o “vilão da inflação” também foi a classe de hotéis, cafés e restaurantes que contribuiu com um aumento de preços na ordem de 6,41 %, motivado pela subida do preço do funge com peixe com 12,89%, funge de galinha com 12,71 %, o peixe grelhado com 12,32%, o churrasco 8,12%, o bife com batatas fritas com 7,38% e o cozido. com 7,03%. Neste período, os preços para os transportes cresceram 2,14%, os alimentos 1,77% e as bebidas alcoólicas e tabaco aumentaram 1,11%.

1.5 Rendimento dos angolanos tem aumentado de 118 por cento

Jornal de Angola
16 De Março de 2011

Angola registou progressos em todos os indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano. Os dados constam do último relatório, apresentado ontem, em Luanda, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Ministério do Planeamento.

De acordo com o economista do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Josué Gomes de Almeida, entre 2000 e 2010, a esperança de vida à nascença em Angola aumentou quase cinco anos, enquanto

q a média de anos de escolaridade e o número de anos de escolaridade esperados se manteve constante.

Josué Gomes de Almeida, que apresentou o relatório sobre o Índice de Desenvolvimento Humano com o tema “A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano”, disse que o Rendimento “per capita” de Angola aumentou quase 118 por cento durante mesmo período.

O ministro da Educação, Pinda Simão reconheceu que pirâmide educacional em Angola está concentrada em grande medida na base, enquanto no ensino secundário e superior a taxa de escolarização ainda é baixa.

Esta acção, acrescentou o ministro, tem efeito sobre a média nacional e de todo o sistema educativo. Pinda Simão afirmou que o ensino secundário e superior não têm o mesmo desenvolvimento que o primário.

A média de anos de escolaridade e o número de anos de escolaridade esperados mantiveram-se constantes. O ministro da Educação disse que esta realidade é um alerta para o país continuar a ter a tenção à melhoria do rendimento do sistema educativo e, sobretudo, continuar a investir para que outros níveis de ensino tenham níveis satisfatórios.

O ministro da Educação diz que Angola pode melhorar ainda mais: “o Estado continua a disponibilizar recursos, ainda não os desejados mas os necessários para o sistema educativo. Sabemos que a área social em termos de Orçamento Geral do Estado absorve uma grande parte dos recursos”.

O economista do PNUD, ao apresentar o relatório do índice de Desenvolvimento Humano, afirmou que África não tem nenhum país num nível muito elevado, no Índice de Desenvolvimento Humano.

Existem três países 110 grupo de Índice de Desenvolvimento Elevado, Maurícias, Tunísia e Argélia. No grupo de Índice de Desenvolvimento Humano Médio pá 11 países e 33 países no grupo de Índice de Desenvolvimento Humano Baixo.

No ano 2000, Angola, Uganda e Zâmbia tinham valores do Índice de Desenvolvimento Humano > próximos ao nível dos países da Africa Sub-Sahariana.

Durante o período entre 2000 e 2010, os três países conseguiram diferentes níveis de progresso no aumento dos seus índices de desenvolvimento humano. Angola pode ser comparada à Namíbia, um país com desenvolvimento humano médio.

A coordenadora do Sistema das Nações Unidas em Angola, Maria do Valle Ribeiro, disse que os relatórios são elaborados de forma independente, com apoio de vários institutos de pesquisa e base de dados.

Na sua elaboração, têm sido apresentados os principais desafios que afectam o desenvolvimento humano, como as mudanças climáticas e a poluição do meio ambiente, a migração, saúde, VIR/SIDA, a governação e direitos humanos.

1.6 Projecto de desenvolvimento local é financiado pelo Banco Mundial

Jornal de Angola

17 De Março de 2011

O Governo angolano e o Banco Mundial (BM) assinaram ontem, em Luanda, um acordo de crédito no valor de 81,7 milhões de dólares, para a implementação do projecto de desenvolvimento local voltado para o combate à pobreza.

Da parte do Governo assinou a ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, e do Banco Mundial o representante residente da instituição em Angola, Eleotério Codato.

O projecto deve ser implementado pelo Fundo de Apoio Social (FAS), um programa de redução da pobreza do Executivo, que em mais de 14 anos beneficiou 4,5 milhões de pessoas, através da provisão e reabilitação de 2.800 infra-estruturas sociais e económicas.

A estratégia de longo prazo de desenvolvimento do Executivo está salvaguardado no projecto, que conta com algumas prioridades. Estas passam pela necessidade de se redefinir as assimetrias provinciais, as disparidades sociais no acesso aos bens de consumo básicos e a importância de promover uma economia local diversificada voltada para a melhoria do bem-estar social.

O fortalecimento da capacidade das administrações municipais para a prestação de serviços de qualidade e o reforço das capacidades institucionais dos municípios, são outras prioridades do programa, a par da melhoria do acesso aos serviços básicos e das oportunidades económicas às famílias pobres.

Para já, o projecto assenta em três componentes: infra-estrutura local social e económica, desenvolvimento económico local e fortalecimento local institucional.

Com a primeira componente pretende-se aumentar o acesso das famílias às infra-estruturas sociais e económicas – A segunda, voltada para a melhoria das habili-

dades de desenvolvimento de negócio, tem por objectivo uma participação em mercados de grupos seleccionados de produtores, que forneçam assistência técnica. Com esta pretende-se também estabelecer parcerias de micro-finanças. A terceira componente visa fortalecer a capacidade das entidades públicas e a sociedade civil no planeamento participativo.

A ministra do Planeamento considerou que o Programa de Desenvolvimento Local, enquanto instrumento de complementaridade das acções do Executivo, é favorável à redução da pobreza e ao desenvolvimento de programas municipais integrados.

“Estamos em condições de iniciar o projecto. O Fundo de Apoio Social (FAS) tem identificado vários programas em vários municípios e vamos continuar a desenvolver o projecto com o mesmo empenho de há 16 anos”, assegurou Ana Dias Lourenço. A ministra esclareceu que o acordo é uma redefinição do FAS, o que se adapta aos objectivos e programas do Governo de redução de pobreza.

O representante residente do Banco Mundial em Angola garantiu que a instituição tem acompanhado os resultados dos programas anteriores e pede mais empenho das entidades encarregues de desenvolver o projecto.

“Tenho a convicção de que o empenho do Ministério do Planeamento e a equipa do FAS vão fazer com que este novo programa se alargue em relação aos anteriores”, realçou Eleotério Codato.

O representante do BM disse acreditar que o projecto, a ser implementado nas 18 províncias do país, vai produzir bons resultados, enquanto instrumento que apoia as políticas do Executivo em prol da descentralização e contra a pobreza.

Victor Hugo Guilherme, director executivo do FAS, entidade que desenvolve o projecto, garantiu estarem já preparadas as condições para a sua execução. Dentro de um mês anunciou, a organização reinicia a suas actividades que ficaram interrompidas por falta de dinheiro.

Ao contrário das fases anteriores em que o projecto beneficiava apenas algumas províncias, estava abranger todo o país. “Cabe ao governos provinciais escolherem os municípios a serem beneficia dos”, sublinhou.

Victor Guilherme informou que além do acordo com o BM, continua o esforço para a assinatura demais acordos com a União Europeia para suportar os projectos, serem implementados.

Além disso, reconheceu a insuficiência do crédito face às inúmeras necessidades do país, numa altura em que quase se perspectiva uma outra componente do projecto

que, embora seja piloto, pretende apoiar os pequenos produtores para a criação de emprego e o aumento do seu rendimento.

1.8 O que fustiga os jovens

Novo Jornal

18 de Março de 2011

O documento elege a educação e o ensino, o emprego e a formação profissional, a saúde e a habitação, como principais problemas que afectam a juventude em Angola.

No que tange à educação, constata a existência de um número crescente de jovens em idade escolar sem possibilidades de prosseguirem os seus estudos, a inexistência de subsídios para os jovens estudantes desfavorecidos e a insuficiência de redes das escolas de formação Técnico-Profissional.

A deficiente exequibilidade dos programas extra-escolares, a fraca orientação vocacional e profissional no ensino, aliado à ausência de pesquisas científicas por parte de estudantes finalistas do ensino médio e superior, são entre outras preocupações contidas no documento.

Quanto ao emprego, a escassez de novos postos de trabalho, aliada à deficitária rede de escolas de formação que garantam aos jovens os conhecimentos técnico-científicos necessários” à obtenção do primeiro emprego, constitui uma desvantagem face às exigências que o mercado Laboral coloca.

Apesar da enorme proporção de jovens desempregados e em situação de sub-emprego, constata-se que o impacto social da formação técnico profissional é ainda bastante limitado e insuficiente.

A actual crise habitacional que prejudica a maioria dos jovens é agravada por diversos factores como as dificuldades “de aquisição de materiais de construção que facilitem a autoconstrução.

O insuficiente ritmo de urbanização, a falta de crédito bonificado à habitação, o crescente aumento da população, bem como as reais possibilidades dos jovens que vivem exclusivamente dos seus salários e que são incompatíveis com o custo de vida em Angola, constam como principais preocupações de jovens.

A situação da juventude em Angola caracteriza-se, assim, por um elevado índice de desemprego, falta de habitação, inexistência de mecanismos práticos de concessão de créditos, e fraco ao acesso ensino. Apesar da caracterização feita, refere o documento, os jovens do

país possuem, no geral valores íntimos revitalizadores da sociedade. “A juventude angolana tem vindo a demonstrar uma crescente capacidade de iniciativas e de criatividade, assumindo-se cada vez mais participativa”, lê-se no documento.

Alcool e delinquência, os problemas urbanos

Os jovens urbanos, de acordo com o documento, corresponde a uma população residente nas principais cidades e vilas do país, bastante heterogénea quando à sua condição social e experiências, quer do ponto de vista da participação social como da realização pessoal.

A delinquência, a criminalidade, o consumo exagerado de bebidas alcoólicas, o tabagismo, a prostituição e a droga, são alguns dos problemas com que se confronta a juventude urbana.

A crescente instabilidade das famílias, enquanto núcleo basilar da sociedade e quadro de referência na socialização dos indivíduos, o débil papel educativo da escola e o notório alheamento da sociedade em geral, aparentam-se como factores importantes que estão na base do surgimento da chamada crise de valores.

Uma das medidas fundamentais a adoptar para debelar esses males reside na educação massiva da juventude, segundo o executivo.

1.9 Angolanos sobrevivem com 5 dólares /dia

Novo Jornal

18 De Março de 2011

OS ANGOLANOS viveram no ano passado com um rendimento per capita diário de 5 dólares, segundo o relatório de desenvolvimento humano relativo a 2010, apresentado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Se olharmos para os rendimentos nos últimos cinco anos, verifica-se que os actuais 5 dólares representam um aumento de quase 118%, uma amostra da real pobreza que ainda se verifica em Angola.

Este e outros indicadores analisados por este organismo internacional colocaram Angola na categoria dos países com desenvolvimento humano baixo, ocupando assim o lugar 146 no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), entre os 169 países analisados.

O IDH de Angola no ano passado foi de 0,403. No entanto, a esperança média de vida aumentou para os 48,1 anos. Mas é na educação onde não se verificam melhorias. Os anos de escolaridade esperados mantêm-se nos 4.4 anos, a mesma cifra para a média de frequência escolar.

Apesar destes números, o PNUD alerta que não devem ser comparáveis a outros anos, devido à metodologia utilizada para a realização do relatório 2010, diferente da que foi empregada em anos anteriores. Os números apresentados pelo relatório do PNUD foram recebidos pela ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, com alguma tranquilidade. A governante entende que a posição de um país em termos de IDH pode variar para cima ou para baixo, sem que esta alteração traduza verdadeiras mudanças estruturais, sociais ou económicas.

Ana Dias Lourenço considerou existirem transformações económicas e sociais ocorridas em Angola, onde a taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto, entre 2002 e 2010, foi de 12,1%, já contabilizados os efeitos de atenuação ocorridos em 2009, devido à crise económica e financeira internacional.

“Se reportamos o crescimento médio do PIB ao período 2002/2008, a taxa média de variação do PIB foi de 14,7%. Neste mesmo período, a taxa média de variação do IDH reportado no relatório de desenvolvimento humano de 2008 foi praticamente de 5% em média anual, assinalando, portanto, que uma parte do crescimento do produto interno bruto foi canalizada para a melhoria das condições,” afirmou a ministra no tom habitual.

“O próximo relatório sobre o desenvolvimento humano vai reflectir melhores números sobre Angola” no entender de Ana Dias Lourenço, uma vez que o de 2010 ainda não projecta os resultados do inquérito integrado sobre o bem estar da população (IBEP), realizado entre 2008 e 2009, apresentado no ano passado, e que mostra uma recuperação em indicadores-chave do progresso social no país.

A Noruega foi, no ano passado, o país com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais alto, com o valor de 0,938, tornando este Estado o líder da tabela. Se olharmos para o rendimento per capita (por pessoa), cada norueguês viveu com 59 dólares diários no bolso. A esperança média de vida neste país é de 81 anos, enquanto a média de anos de escolaridade é de 12,6%. A Austrália aparece na segunda posição com o IDH de 0,937, seguida da Nova Zelândia com 0,907. Os Estados Unidos da América aparecem na quarta posição com 0,902, enquanto a Irlanda fecha o grupo dos cinco países com o índice de desenvolvimento humano mais elevado, com 0,895 valores.

1.10 “Mudança de indicadores penalizou Angola”

O País

18 De Março de 2011

A mudança dos indicadores do IDH introduzida no presente relatório acarreta uma certa penalização para o país, tendo em conta que a pirâmide educacional de Angola encontra-se concentrada em grande parte na base, onde as taxas escolarização são mais baixas ao nível do ensino secundário e superior, de acordo com o ministro da Educação, Mpinda Simão, quando reagiu ao documento publicado esta semana.

O ministro realçou que o actual modelo de classificação tem efeito sobre a média ao nível nacional de todo o sistema educativo, caso considere-se o ensino primário, secundário e superior.

Mpinda Simão criticou ainda o facto de os dados utilizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento serem referentes ao ano 2008, facto que contrasta com os do recente Inquérito sobre o Bem-Estar da População, realizado pelo Instituto Nacional de Estatísticas do Ministério do Plano, que são mais favoráveis.

O ministro da Educação chama atenção para o facto de que os dados apreciados sobre Angola e que versam sobre o ano de 2008 contrastam com o relatório do Instituto Nacional de Estatística sobre o índice de pobreza cujos dados são mais favoráveis.

Por outro lado, o governante reconhece o ensino secundário e superior não tiveram o mesmo desenvolvimento que o ensino primário e defende que todos os que ingressaram no sistema de ensino do Estado possam terminar com uma média de escolaridade acima dos 4. 4, que se verifica actualmente.

Segundo Mpinda Simão, a publicação dos resultados do Índice de Desenvolvimento Humano serve de alerta para que o Estado melhore o rendimento do sistema educativo e invista para que os outros níveis do ensino tenham níveis de absorção satisfatórios.

Angola encontra-se concentrada em grande parte na base, onde as taxas escolarização são mais baixas ao nível do ensino secundário.

Mpinda Simão criticou ainda o facto de os dados utilizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento serem referentes ao ano 2008, facto que contrasta com mais favoráveis.

I.11 Educação empurra Angola para o 146º lugar do IDH

O país

18 de Março de 2011

A 146ª posição ocupada por Angola no ranking do Relatório do Desenvolvimento Humano (IDH) referente ao ano de 2010, apresentado esta semana pela representação das Nações Unidas no país, está associada ao facto de o sector da educação ter estagnado entre os anos 2000 a 2010 na pontuação 4. 4, de acordo com documentos em posse deste jornal.

No ano passado, Angola esteve na posição 143 entre 182 países, sendo o valor absoluto do seu IDH, segundo a ministra do Planeamento Ana Dias Lourenço, superior ao registado pelo conjunto de países integrados na África subsariana.

A actual classificação ocorre independentemente dos progressos registados em cada um dos indicadores que determinam o Índice de Desenvolvimento Humano, nomeadamente dos domínios da esperança de vida à nascença, anos de escolaridade esperados, a média de escolaridade e o rendimento nacional bruto.

O sector da educação é o mais preocupante porque a nova metodologia de avaliação não reflecte, segundo os membros do Governo angolano, a questão da alfabetização e a taxa bruta de matrícula, onde no que toca o ano médio de escolaridade esperado coloca o país atrás de outros países.

A actual avaliação de anos de escolaridade esperados mantém Angola com a pontuação 4. 4, o mesmo que há 10 anos, um retrocesso tendo em conta que na década de 80 o país atingiu 7.3. Desde esta altura, segundo os dados do relatório verificasse uma queda média de anos de escolaridade e desde 2000 que o valor estagnou.

O mesmo acontece em relação ao indicador que mensura a média de anos de escolaridade que apresenta igual pontuação. Esta categoria afere o número médio de anos de educação recebidos pelas pessoas a partir dos 25 anos durante o seu tempo de vida, tendo como base os níveis de educação alcançados pela população, convertidos ainda em anos de escolaridade baseados nas durações teóricas de cada nível de educação frequentado.

No domínio da esperança devida à nascença assistiu -se o maior progresso, com um aumento de quase cinco anos, estando agora cifrada nos 48. 1 anos de idade.

A pontuação 0.403, atribuída, coloca o país no último dos quatro grupos existentes, onde perfilham os países com o desenvolvimento humano baixo.

Nenhum país africano integra o conjunto de países com IDH muito elevado, que é liderado pela Noruega. Apenas as Maurícias, Tunísia e Argélia fazem parte do grupo com IDH elevado e outros 33 estados encontram -se no mesmo aglomerado de Angola: grupo de desenvolvimento humano baixo.

Durante a apresentação do documento o economista do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, Josué de Almeida, especificou que não se pode estabelecer uma comparação com a actual posição no relatório de 2010 e as anteriores.

A actual posição é fruto de alguns ajustamentos nos indicadores e na metodologia utilizada para se calcular o Índice de Desenvolvimento Humano. Anteriormente a metodologia tinha como base a média aritmética, mas adoptou -se recentemente a geométrica, uma mudança no cálculo do IDH que alguns acreditam que venha a reforçar a integridade das estatísticas.

Rendimento Bruto aumenta

O rendimento nacional bruto é de 4.941 Pib per capita de dólares, verificando-se um aumento de quase 118 por cento durante o período em referência.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento destaca positivamente o resultados dos indicadores de esperança de vida à nascença na sua dimensão saúde, que registou nas últimas duas décadas um aumento de cinco anos de vida, enquanto que o rendimento nacional bruto per -capita também registou passos muito significativos.

Josué de Almeida salientou que, pelos progressos alcançados comparados em relação a média de países que Angola integra no momento, a classificação do país é positiva.

O mesmo pensamento positivo enquadra -se em relação aos países da África subsariana.

Em relação aos países subsarianos, o Índice de Desenvolvimento Humano de Angola está acima da média de 0.389 referente aos países da África subsariana e igualmente os 0.393 dos países classificados como de desenvolvimento humano baixo.

Angola está entre dois países do continente, nomeadamente o Senegal e a Zâmbia, que estão em 144º e 150º respectivamente, que também estão próximos em termos de classificação e tamanho da população.

Em relação aos 12 países que integram a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, os angolanos ocupam a 7ª posição. Acredita-se que isto acontece

porque não se teve em consideração o resultado do Inquérito para Bem – estar das Populações (IBEP), onde se acredita existirem passos rumos a concretização dos objectivos do milénio.

Os relatórios de Desenvolvimento Humano são publicados pelo PNUD desde 1990 como análises intelectuais independentes e fundamentadas das questões, tendências dos progressos e das políticas de desenvolvimento.

Angola está acima da média subsariana

A ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, acredita que a actual posição de Angola, que passou dos 0,564 Para 0,403, está associada aos ajustamentos metodológicos e de correcção dos dados efectuados no Índice de Desenvolvimento Humano.

De acordo com a ministra, que proferiu o discurso de encerramento da sessão de apresentação do actual relatório, apesar destas alterações, Angola encontra-se ainda acima da média africana subsariana: na sétima posição ao nível da região austral.

A governante tem fé que os próximos relatórios de Desenvolvimento Humano reflectirão os resultados do Inquérito sobre o Bem-Estar da População, realizado entre os anos 2008 e 2009, onde aparecem informações que atestam para urna recuperação nos indicadores chaves do progresso social no país.

Sobre os relatórios do Índice de Desenvolvimento Humano, cuja publicação acontece há 20 anos, a ministra considera que é um indicador que revolucionou o modo como os analistas, estudiosos, ‘decision maker’ e políticos encaravam a análise do desenvolvimento económico e do progresso social.

“O Índice de Desenvolvimento Humano, publicado anualmente é urna base insubstituível de trabalho analítico para a compreensão das transformações estruturais dos tecidos sociais dos países”, classificou Ana Dias Lourenço.

Angola está entre dois países do continente, nomeadamente o Senegal e a Zâmbia, que estão em 1440 e 1500 respectivamente, que também estão próximos em termos de classificação e tamanho da população.

“O Índice de Desenvolvimento Humano, publicado anualmente é urna base insubstituível de trabalho analítico para a compreensão das transformações estruturais dos tecidos sociais dos países”

1.12 Banco Mundial financia combate a pobreza

Folha 8

19 De Março

Momento da assinatura do documento que reforça as metas traçadas pelo Executivo no combate à pobreza em Angola. O Governo angolano e o Banco Mundial (BM) assinaram, em Luanda, um acordo de crédito no valor de 81 milhões de dólares, para a implementação do projecto de desenvolvimento local voltado para o combate à pobreza.

Da parte do Governo assinou a ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, e do Banco Mundial o representante residente da instituição em Angola, Eleotério Codato.

O projecto deve ser implementado pelo Fundo de Apoio Social (FAS), um programa de redução da pobreza do Executivo, que em mais de 14 anos beneficiou 4,5 milhões de pessoas, através da provisão e reabilitação de 2.800 infra-estruturas sociais e económicas.

A estratégia de longo prazo de desenvolvimento do Executivo está salvaguardado no projecto, que conta com algumas prioridades. Estas passam pela necessidade de se redefinir as assimetrias provinciais, as disparidades sociais no acesso aos bens de consumo básicos e a importância de promover uma economia local diversificada voltada para a melhoria do bem-estar social.

O fortalecimento da capacidade das administrações municipais para a prestação de serviços de qualidade e o reforço das capacidades institucionais dos municípios, são outras prioridades do programa, a par da melhoria do acesso aos serviços básicos e das oportunidades económicas às famílias pobres.

Para já, o projecto assenta em três componentes: infra-estrutura local social e económica, desenvolvimento económico local e fortalecimento local institucional.

Com a primeira componente pretende-se aumentar o acesso das famílias às infra-estruturas sociais e económicas. A segunda, voltada para a melhoria das habilidades de desenvolvimento de negócio, tem por objectivo uma participação em mercados de grupos seleccionados de produtores, que forneçam assistência técnica. Com esta pretende-se também estabelecer parcerias de microfinanças. A terceira componente visa fortalecer a capacidade das entidades públicas e a sociedade civil no planeamento participativo.

A ministra do Planeamento considerou que o Programa de Desenvolvimento Local, enquanto instrumento de complementaridade das acções do Executivo, é favorável à redução da pobreza e ao desenvolvimento de progra-

mas municipais integrados. “Estamos em condições de iniciar o projecto. O Fundo de Apoio Social (FAS) tem identificado vários programas em vários municípios e vamos continuar a desenvolver o projecto com o mesmo empenho de há 16 anos”, assegurou Ana Dias Lourenço. A ministra esclareceu que o acordo é uma redefinição do FAS, o que se adapta aos objectivos e programas do Governo de redução de pobreza.

BM pede mais empenho o representante residente do Banco Mundial em Angola garantiu que a instituição tem acompanhado os resultados dos programas anteriores e pede mais empenho das entidades encarregues de desenvolver o projecto.

“Tenho a convicção de que o empenho do Ministério do Planeamento e a equipa do FAS vão fazer com que este novo programa se alargue em relação aos anteriores”, realçou Eleotério Codato.

O representante do BM disse acreditar que o projecto, a ser implementado nas 18 províncias do país, vai produzir bons resultados, enquanto instrumento que apoia as políticas do Executivo em prol da descentralização e contra a pobreza.

Victor Hugo Guilherme, director executivo do FAS, entidade que desenvolve o projecto, garantiu estarem já preparadas as condições para a sua execução. Dentro de um mês, anunciou, a organização reinicia as suas actividades que ficaram interrompidas por falta de dinheiro.

Ao contrário das fases anteriores, em que o projecto beneficia a apenas algumas províncias, esta vai abranger todo o país. “Cabe aos governos provinciais escolherem os municípios a serem beneficiados”, sublinhou.

Victor Guilherme informou que, além do acordo com o BM, continua o esforço para a assinatura de mais acordos com a União Europeia para suportar os projectos a serem implementados. Além disso, reconheceu a insuficiência do crédito face às inúmeras necessidades do país, numa altura em que se perspectiva uma outra componente do projecto que, embora seja piloto, pretende apoiar os pequenos produtores para a criação de emprego e o aumento do seu rendimento.

1.13 Finalmente Igreja católica alerta para agravamento da pobreza e exclusão social

Folha 8

19 De Março

O refrão popular “antes tarde do que nunca”, também comum nos corredores católicos, parece ter baixado aos corações de alguns importantes pastores da mais antiga congregação religiosa do mundo: a igreja Católica, depois de no 16, o presidente da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), arcebispo Gabriel Mbilingui, reconhecer, graças a Deus, que “a pobreza, a exclusão social e a precariedade que daí resulta para as nossas populações, agravadas pela crise económico-financeira, fazem sentir cada vez mais o seu peso sobre a vida dos nossos povos e das nossas populações”, reconheceu um dos mais jovens bispos, apontado como reformador e pastor comprometido, exclusivamente, com o evangelho, segundo a doutrina da Igreja Católica, na abertura da primeira Assembleia Ordinária da CEAST, que decorrerá até 23 de Março, tendo como tema central questões matrimoniais, numa abordagem sobre os seus aspectos jurídicos e pastorais. O também arcebispo do Lubango, tem sido um dos mais críticos sobre a política governamental do esbulho violento de terras e a expulsão das suas terras dos autóctones pobres, por parte do governo, com especial destaque na zona do seu magistério, na Huíla.

A alocução de Dom Mbilingue, passou em revista outros aspectos importantes da vida da Igreja Católica, mas este ponto, seguramente, não deixará de marcar o rumos dos acontecimentos do conclave, uma vez, até aqui, terem sido dúbias muitas posições públicas da CEAST, sobre a crise, que leva a uma espiral de insatisfação das populações no geral, face as políticas governamentais, que cada dia produzem milhares de pobres e indigentes.

O arcebispo não deixou de passar em revista a uma natureza dolorosa, como as chuvas que no país têm vitimado centenas de populares, por falta de recursos e da força das enxurradas, bem como o terramoto do Japão, que terá vitimado até ao momento mais de 20 mil pessoas, o desaparecimento do mapa de uma cidade inteira e o rebentamento de quatro centrais nucleares, ameaçando milhares de pessoas com o risco de contaminação radioactiva. “Estaremos unidos e rezaremos pelas vítimas dos diversos desastres naturais, fazendo apelo à solidariedade”. Por outro lado, anunciou para depois do final da I Assembleia Ordinária da CEAST, entre 23 a 25 de Março, a realização de uma conferência internacional, denominada “Construindo a paz em Angola”, uma organização da Caritas, cujo objectivo é dar “mais um contributo” da igreja Católica a Reconciliação

Nacional, a consolidação da paz e da democracia, tão frágeis e importantes instrumentos nesta fase de transição que Angola vive. Espera-se que sejam convidadas para o efeito pessoas dos variados quadrantes capazes de contribuir nos diferentes painéis com opiniões e contribuições válidas para a estabilidade e futuro do país.

A situação de pobreza e de saturação das pessoas deve, também, ser analisada pelos bispos, neste encontro da CEAST, de forma, religiosamente, coerente e despoliticizada, por ser isso que está na origem da insatisfação e alguma deserção no seio do nosso povo e as levam a querer manifestar-se contra o governo, exigindo uma mudança radical na sua política de cobrar sempre sacrifícios aos pobres, deixando os poucos ricos engordarem, todos os dias, com o sofrimento dos milhões”, disse ao F8, o padre Paulo, que pratica o magistério no norte de Angola. “E dolorosos o abandono do Governo as populações no interior, dando a sensação de haver duas Angola, muito devido ao facto do senhor Presidente da República, engenheiro José Eduardo dos Santos, não governar nas províncias. Vir, ficar aqui, um, três ou quatro dias, percorrer os caminhos, as sanzalas e as lavras do povo, ver e sentir como as pessoas que ele dirige à 32 anos vivem e respiram, analisar o seu sofrimento, para ver se consentâneo com as riquezas do país que preside e não se fiar sempre nos relatórios, que lhe mandam, para Luanda, na maioria das vezes distantes da realidade”.

O padre reconheceu ser importante uma análise sobre a vida da igreja em Angola e São Tomé, desde a II Plenária, realizada em Outubro de 2010, mas “isso não significa nada, se continuarmos a calar-nos e aceitar que alguns padres no nosso seio, venham publicamente, tapar o sol com a peneira, lançando a descrença sobre toda a estrutura da Igreja, quando cada ovelha quando sai da nossa casa, encontra uma dura realidade, que a maioria dos próprios padres não pode ser alheia. Por esta razão não podemos, enquanto pastores, fingir que não vemos o sofrimento do nosso rebanho e com este silêncio, que passa a ser considerado cúmplice, nos deliciamos com a vida faustosa e milionária de uns poucos dirigentes, cuja riqueza nem é fruto do seu trabalho, mas da expropriação dos bens e dinheiro públicos”, denunciou o padre Paulo.

Por outro lado, não deixou de dar o seu voto de confiança ao presidente da CEAST, “como um bispo dinâmico e competente, mas ainda rodeado de conservadores, que estão a ser responsáveis pela fuga de muitos fiéis. Devemos analisar com profundidade e sem complexos a situação em Cabinda, deixando de sermos indiferentes e termos a coragem de reconhecer a necessidade de se apoiar mais a política do Bispo Filomeno Viera Dias,

pois não está a fazer bem a igreja pelo contrário tem estado a afastar fiéis e isso é grave e deve merecer uma análise profunda, pois a cultura da igreja é discutir até a exaustão os problemas internos. Em relação a Cabinda adoptou-se uma estratégia diferente, que veio conotada com a do Governo, pois tivemos, padres presos de forma muito estranha, por esta razão muitas pessoas que viam como uma alternativa, mesmo a mediação, hoje desconfiam de toda estrutura, em função da emoção de poucos, que não se contém em situações delicadas, como recomenda o Vaticano e o próprio Papa Bento XVI”, concluiu.

1.14 PIB de Angola cresce 12,1 por cento entre 2002 e 2010

Semanário Factual

De 19 a 26 de Março 2011

A ministra destacou serem reconhecidas as transformações económicas e sociais acontecidas em Angola, depois de solucionado o conflito militar interno e frisou que “a taxa média de crescimento do PIB entre 2002 e 2010 foi de 12,1 por cento”.

A titular adiantou que, se reportarmos o crescimento médio do PIB ao período de 2002-2008, a taxa média anual de variação do PIB foi de 14,7 por cento e que, neste mesmo período, a média de variação do índice de Desenvolvimento Humano (IDH), reportado no relatório de 2008, foi de praticamente 5 por cento em média anual, assinalando uma parte do crescimento do PIB ter sido canalizada para a melhoria das condições sociais dos cidadãos.

No relatório de Desenvolvimento Humano de 2009, Angola passou a ter uma classificação de desenvolvimento humano médio, ocupando a 143ª posição entre 182 países, sendo o valor absoluto de IDH de 0,564, isto é, superior ao registado pelo conjunto dos países, integrantes da região da África Subsahariana.

Em 2010, Angola apresentou, de acordo com dados de 2008, um IDH de 0,403. A média de escolaridade manteve-se estagnada em torno dos 4,4 anos, a esperança de vida à nascença passou para 48,1 anos e o rendimento nacional bruto por habitante (em paridade com o poder de compra) chegou a 4.941 dólares.

A governante salientou que, apesar da redução registada no valor absoluto do IDH de 0,564 para 0,403 - atribuível aos ajustamentos metodológicos e de correcção de dados, Angola ainda está acima da média da África Subsahariana e coloca-se na sétima posição entre os países da SADC.

A ministra realçou que as próximas edições do relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) levarão em consideração os resultados do Inquérito de Bem-Estar da População (IBEP), baseado num inquérito nacional, realizado entre 2008 e 2009, e que mostrou a recuperação em indicadores chaves do progresso social do País.

1.15 Angola na “ cauda ” do desenvolvimento humano

Agora
19 De Março de 2011

Os indicadores no país permanecem abaixo do nível recomendado pelas Nações Unidas. Apesar do optimismo do Executivo que aponta melhorias na qualidade de vida do angolano.

Os dados divulgados esta semana, em Luanda, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Ministério do Planeamento revelam que Angola ocupa o 1470 lugar num universo de 160 países.

O custo de vida, fome, falta de saneamento básico e programas de desenvolvimento comunitário, estarão na base da deterioração do quadro actual, quando o país procura consolidar os apoios para melhorar a qualidade e aumentar a esperança de vida da população que já ronda os 47 anos idade.

O economista do PNUD Josué de Almeida revelou que entre 2000 e 2010 a esperança de vida à nascença no país aumentou quase cinco anos, enquanto que a média de anos de escolaridade e o número de anos de escolaridade esperados se manteve constante.

Ao falara da “Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano”, referiu que o rendimento “per capita” de Angola aumentou quase 118% durante o período em referência.

Por seu turno, o ministro da Educação, Pinda Simão, reconheceu que a pirâmide educacional está concentrada em grande medida na base, enquanto no ensino secundário e superior a taxa de escolarização ainda é baixa. Esta acção influencia a média geral e todo o sistema educativo. O ensino secundário e superior não têm o mesmo desenvolvimento que o primário.

Esta realidade é um alerta para o país continuar a ter a atenção à melhoria do rendimento do sistema educativo e, sobretudo, continuar a investir para que outros níveis de ensino cresçam de forma satisfatória.

A África não tem nenhum país num nível muito elevado no Índice de Desenvolvimento Humano. Apenas três países no grupo com indicador elevado, nomeadamente, Maurícias, Tunísia e Argélia, médio 11 países e baixo, o grupo de Angola 33.

Em 2000, Uganda e Zâmbia e o nosso país, tinham valores próximos ao nível dos países da África subsaariana.

Até 2010, os três países conseguiram diferentes níveis de progresso no aumento dos seus índices de desenvolvimento humano. Angola pode, ironicamente, ser comparada à N Namíbia, um país com desenvolvimento humano médio.

A coordenadora do Sistema das Nações Unidas em Angola, Maria do Valle, garantiu que os relatórios são elaborados de forma independente, com apoio de vários institutos de pesquisa e base de dados. Na sua elaboração, têm sido apresentados os principais desafios que afectam o desenvolvimento humano, como as mudanças climáticas e a poluição do meio ambiente, migração, saúde, VIH, governação e direitos humanos.

Para atenuar a situação o Executivo e o Banco Mundial (Bm) assinaram, esta semana, um, acordo de crédito no valor de 81 milhões dólares.

A ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, salientou, na ocasião, que o financiamento vai permitir implementar novos projectos sociais através do Fundo de Apoio Social (Faz) e do Programa de Desenvolvimento Local, que será um instrumento de complementaridade às acções desenvolvidas pelo Executivo.

O Estado continua a promover programas que visam a melhoria das condições das famílias, em particular os projectos municipais integrados de combate à pobreza e desenvolvimento rural que, juntamente com o Fas, poderão alargar o seu raio de acção. Já foram identificados vários projectos a nível dos municípios do país.

“Neste momento que posso o Bm continue a prestar atenção e a ser um parceiro que permite o diálogo e a solução dos vários problemas no decorrer da implementação dos projectos”, especificou a governante.

Já Eleotério Codato, representante do Bm no país, espera que o Ministério do Planeamento e os seus parceiros se empenhem mais na capacitação das administrações municipais, com vista a solucionar os problemas de acesso aos serviços básicos e na concepção dos planos de desenvolvimento.

I.16 Nova visão no combate à pobreza

Agora

26 De Março de 2011

Cerca de setenta por cento da população angolana pobre vive no campo, sustentou Rosa Pacavira de Matos, coordenadora da Comissão Nacional de Luta contra a Pobreza, um órgão criado no ano passado pelo Presidente da República para dar corpo a um projecto que visa erradicar a pobreza em Angola, segundo metas fixadas pelas Nações Unidas para o desenvolvimento do milénio até 2015, com as quais o governo angolano se comprometeu.

A dirigente justificava assim a prioridade dada pelo programa que dirige, às zonas rurais, onde são também maiores os problemas enfrentados pela população.

A afirmação foi dada durante um debate, que teve lugar nos estúdios da Radiodifusão Nacional de Angola, que fez sentar à mesma mesa a coordenadora da comissão nacional de luta contra a pobreza, Rosa Pacavira de Matos, os vice ministros do Comércio, Archer Mangueira, da Administração do Território, Cremildo Paca, do Planeamento, Pedro Luís da Fonseca, da Saúde, Carlos Alberto Maseca, os secretários de Estado da Agricultura, José Amaro Taty, e do Orçamento, Alcides Safeca, o director do Fundo de Apoio Social (FAS), Victor Guilherme, o representante do Comité da Mulher Rural (COMUR), António João, e Luandino de Carvalho, da comissão de marketing, documentação e cultura da comissão nacional de combate à pobreza, equipa nomeada para o efeito por despacho do Presidente da República.

De acordo com Rosa Pacavira, “os programas municipais integrados de desenvolvimento rural e combate à pobreza” começaram a ser elaborados em 2010, com base num diagnóstico extremamente participativo, efectuado a nível nacional, que incluiu os 164 municípios que compõem as 18 províncias de Angola, que contou com a colaboração das autoridades provinciais, municipais, tradicionais e da sociedade civil, e que permitiu verificar as dificuldades e o nível de pobreza de cada localidade.

Rosa Pacavira sublinhou que o combate à pobreza deixou de ser uma preocupação a nível central, visto que houve uma descentralização que fez com que os municípios passassem a ser unidades orçamentadas com autonomia para implementar os seus programas sem depender unicamente da verba destinada às províncias, uma vez que cada município gere, neste momento, uma determinada verba destinada a esses programas.

Questionada sobre o critério dos valores das verbas alocadas a cada município, a coordenadora da comissão contra a pobreza disse que foi feito de acordo com o diagnóstico, densidade populacional e grau de projectos de investimento, uma classificação que dividiu os municípios como sendo do tipo A, uns e do tipo B, outros. «Foi realizado, em Janeiro, um fórum nacional onde se explicou a nova filosofia de combate à pobreza, como se deviam implementar os programas e qual seria a participação, nesses programas de toda a comunidade», que resultou na nomeação, pelo Presidente da República de uma comissão Nacional.

Rosa Pacavira fez saber que, neste momento todas as províncias têm criadas bases técnicas de luta contra a pobreza, cujos coordenadores são os vice-governadores para a área técnica e produtiva, havendo uma envolvimento total e cabendo à população a tarefa de fazer o acompanhamento e a fiscalização dos programas. Disse também existirem, dentro da comissão, várias subcomissões que respondem por projectos que visam dar cobertura a todas as situações. Por exemplo, em relação ao programa «água para todos», referiu que ele é extensivo a todo o país, com incidência nos municípios. O facto de, neste momento apenas 40% da população ter acesso a água potável é motivo de preocupação. «Estamos a trabalhar no sentido de haver um mapeamento daquelas comunas e aldeias onde já existe água, que nos vão permitir com que consigamos estender o programa para todo o país». Neste momento a meta, segundo a coordenadora, é conseguir «fazer com que até 2012 tenhamos 80% da população servida com água».

Embora não fizesse inicialmente parte do programa, a província de Luanda acabou igualmente contemplada, «principalmente nas zonas suburbanas, com a colocação de chafarizes, de fontanários, para que a população luandense tenha também acesso a água potável».

O mau aproveitamento, em muitos casos, da energia solar, e a própria forma intermitente com que a energia da rede é distribuída à população constituem também motivo de preocupação tendo sido sublinhado o grande esforço do executivo e o trabalho levado a cabo pela Empresa de Distribuição de Electricidade (Edel) para a colocação de Postos de Transforma (PTs) em todas as zonas onde a sua necessidade se faz sentir. Um dos grandes problemas, segundo fez notar, é a manutenção e fiscalização das infra-estruturas que se constroem, tendo dado como exemplo os municípios que foram contemplados com painéis para energia solar que, passados três meses deixam de funcionar.

Por forma a engajar de forma mais participativa a sociedade vil no programa de combate à pobreza estava agenda do F ontem, sexta-feira, um encontro com as distintas ONGs que operam em Angola, com as igreja com outros parceiros, no sentido de serem articuladas e compatibilizadas todas as contribuições.

No final da sua intervenção Rosa Pacavira de Matos fez E que os países africanos têm manifestado interesse em escolher a experiência de Angola em termos descentralização administrativa do próprio programa de combate à pobreza. «Neste momento a sua experiência em África é única. Não há país nenhum africano tenha descentralizado tanto a problemática como Angola, e esteve a receber muitas mensagens de países africanos que querem beber da nossa experiência».

O secretário de estado do planeamento, Alcides Safeca, que deu a conhecer ter já sido feita a afectação de recursos financeiros das administrações municipais, p ano de 2011, reconheceu que os mesmos são escassos, dadas necessidades crescentes, sendo por isso, os possíveis, e não aqueles que seriam «os necessários que os municípios atingissem um grau de desenvolvimento que lhes permitisse resolver os problemas que têm no momento». Avançando com os números, Safeca disse ter sido afectada, aos municípios do tipo A, a quantia de 288.51 Kzs. (duzentos e oitenta e oito milhões, quinhentos e oitenta mil e duzentos e oito kwanzas aos municípios do tipo B 214.521.000 Kzs. (duzentos catorze milhões e 521 mil kws que, distribuídos pelos 164 municípios do país, perfaz um total de trinta e seis biliões, oitocentos e quarenta e seis milhões e q tos e vinte e cinco mil e oitocentos e um kwanzas.

Safeca disse que paralelamente a estas verbas, foi igualmente criado um programa para atender as preocupações dos municípios no domínio da saúde, que contemplou uniformemente a cada um eles, uma verba de cento e noventa e um milhões e quinhentos, vinte mil kwanzas perfazendo, m termos de Orçamento Geral do (estado, a quantia de 31,2 biliões de kwanzas. O responsável salvaguardou entretanto, que está previsto que os municípios passem a arrecadar cada vez mais receitas, o que levará a um aumento de prioridades para afectação de programas, sendo com base nisso que se laborará o orçamento para 2012, que pretende a afectação de mais cursos para os municípios. Confrontado com a realidade, segundo a qual, alguns municípios poderão gerar maior arrecadação de receitas do que outros, podendo originar desenvolvimento assimétricos, o responsável pelo Orçamento descartou tal possibilidade alegando que os princípios orçamentais visam gerar equilíbrios. «As receitas geradas em determinada localidade servem como primeira fonte de financiamento daquilo que são

as necessidades do município. As influências são complementadas ar outras fontes. Os impostos arrecadados são de subordinação central. As taxas comunitárias e algumas receitas como o imposto pelo rendimento de trabalho foram afectadas aos municípios, mas algumas receitas, como as que vêm pela exploração petrolífera servem para financiar despesas pelo país todo pelo que, aqueles municípios que têm uma actividade económica mais reduzida verão aí complementada a insuficiência».

O programa de combate à pobreza contempla também um subprograma relativo à saúde que tem, segundo o vice-ministro Carlos Alberto Masseca, levar o serviço mais próximo das populações. Para o efeito estão contemplados recursos financeiros dirigidos para a saúde da criança e da mãe, o combate às grandes endemias e ao VIH-Sida. Masseca reconheceu entretanto, que um dos maiores problemas que o sector vive diz respeito aos recursos humanos. Para o efeito, disse, foi aberto um concurso público, cujo objectivo é o de permitir o ingresso de novos quadros. Está igualmente previsto que as administrações municipais criem condições para que os técnicos possam fixar-se nos diferentes municípios.

O vice-ministro lembrou que, se no final do conflito, o acesso aos serviços públicos de saúde era da ordem dos 30%, hoje cerca de 80% têm acesso a esses serviços.

Questionado sobre se o ministério da Saúde conseguiu criar incentivos susceptíveis de encorajarem quadros qualificados a trabalhares no meio rural e a associarem-se ao programa de combate à pobreza, Carlos Masseca disse que o ministério da Saúde é parte de um todo e por isso é que, em outros departamentos do governo, nomeadamente o ministério da Administração do Território, estão a ser criadas condições, contando também com os governos provinciais, para que os técnicos possam fixar-se nas províncias, nos municípios, nas comunas e nas aldeias.

O escoamento da produção agrícola, principal fonte de receita das populações rurais, constitui também motivo de preocupação para a equipa de combate à pobreza. A criação de condições para o armazenamento dos excedentes é, segundo o vice-ministro do Comércio Archer Mangureira, uma prioridade. Para o efeito está prevista a criação de centros de recolha junto dos principais centros produção, com infra-estrutura práticas, nomeadamente pequenos nos armazéns com alguma capacidade de conservação e a manutenção, onde o produtor \ depositar os seus produtos que depois são encaminhados à cadeia grossista. «O que temos a responsabilidade de fazer é criar mecanismos de financiamento ao comerciante rural, de forma a que ele possa, por um lado comprar produtos ao produtor, mas também garantir vias para que o escoamento seja efectivo».

O vice-ministro do Planeamento, Pedro Luís da Fonseca garante estarem preparados para, do ponto de vista institucional, «conseguirmos promover acompanhamento, a monitorização e a avaliação. O processo de implementação e de concepção dos programas municipais é um permanente processo de acompanhamento».

Os demais participantes deram também os seus subsídios nas áreas pelas quais respondem, num debate que teve a duração de duas horas debate que teve a duração de duas horas.

1.17 A pobreza é “inimiga” na luta pela igualdade

Jornal de Angola
26 De Março

O Impacto da violência baseada no género em Angola foi o tema de uma mesa-redonda, ontem, na sala de conferências do Edifício Malanga, organizada pelo Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade no género (FMJIG).

Os organizadores da mesa-redonda enquadraram a iniciativa na campanha “Desafiando o Silêncio”, que realizou encontros comunitários em diversas províncias, que permitiram discutir as causas e consequências do problema da violência doméstica no seio das comunidades.

A directora provincial de Luanda do Ministério da Família e Promoção da Mulher, Antónia Ferreira, considerou que a violência baseada no género está relacionada com a agressividade e o assédio. “A questão da violência faz parte das relações de desigualdade que existem na sociedade, que começam desde o seio materno”, afirmou a directora.

Antónia Ferreira referiu que a Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher tem dado passos concretos na missão que lhe cabe, “apesar da pobreza muitas vezes aparecer como inimigo número um na luta pela igualdade do género”.

Os participantes no encontro, que também teve como finalidade colher dos participantes experiências e boas práticas utilizadas nas diferentes províncias do país, para o combate e resolução dos conflitos nas comunidades, discutiram a “influência dos Media no combate à violência doméstica”. Este tema teve como oradora a jornalista do Jornal de Angola e membro do Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade no Género, Josina de Carvalho. Para a jornalista, os meios de comunicação social têm uma grande influência no combate à violência doméstica. “Além de influenciarem comportamentos e

outras práticas, os meios de comunicação contribuem para a construção de políticas públicas, à medida que a agenda política e os debates na sociedade se desenvolvem”, disse. A violência, referiu, não é um fenómeno isolado e manifesta-se sob diversas formas.

1.18 Programas Integrados de combate à pobreza mais de AKZ 36 biliões

O Independente
26 De Março de 2011

O Executivo disponibilizou, este ano, para os Programas Integrados de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza 36 biliões, 846 milhões, 525 mil e 801 kwanzas, para acções e projectos de impacto socioeconómicos e de melhoria da qualidade de vida das populações dos 164 municípios do país.

Ao intervir numa mesa redonda sobre a nova filosofia de combate à pobreza, o secretário de Estado do Orçamento, Alcides Safeca, precisou que o valor global foi distribuído aos municípios do tipo A e do tipo B, cabendo a cada município da primeira categoria Akz 288 milhões e 577 mil e 208 e a cada um da classe B214 milhões e 521 mil kwanzas.

O responsável explicou que a diferença de valores não originará o desenvolvimento assimétrico dos municípios, porquanto os princípios orçamentais visam gerar equilíbrio, porque as receitas arrecadas em cada localidade servem de primeira fonte de financiamento das necessidades de cada município.

As insuficiências financeiras de cada município, esclareceu, são complementadas por impostos arrecadados, mas que são de subordinação central.

Segundo Alcides Safeca, as taxas comunitárias e algumas receitas de impostos de rendimento de trabalho foram afectadas aos municípios, mas as receitas originárias da exploração petrolífera servem também para financiar despesas das 18 províncias angolanas.

“Significa que os municípios que tem uma actividade económica mais reduzida terão arrecadação menor, mas por efeito de receitas arrecadas ao nível das demais províncias, que constituem recursos ordinários do tesouro, vão complementar as insuficiências”, sustentou.

Realizada na Rádio Nacional de Angola, a mesa redonda serviu para informar o público sobre a estratégia, as acções e os projectos do Executivo destinados a elevar os índices de desenvolvimento humano, através de Programas Municipais Integrados de Desenvolvimento

Rural e Combate à Pobreza, adstrito à Comissão Nacional de Luta Contra a Pobreza, criada por Despacho Presidencial.

No encontro participaram a secretária para os Assuntos Sociais do Presidente da República e coordenadora da Comissão Nacional de Luta Contra a Pobreza, Rosa Escórcio Pacavira de Matos, vice-ministros e secretários de Estado, na qualidade de membros da organização.

1.19 Muitas empresas acusadas de violar a lei sobre a segurança social do trabalhador

Jornal de Angola
26 De Março

Um elevado número de empresas furta-se a pagar as suas contribuições ao Instituto Nacional de Segurança Social (INSS).

Segundo o coordenador do Plano de Qualidade e Sustentabilidade da Segurança Social do Instituto Nacional de Segurança Social, Manuel Moreira, em Angola existem mais de cinquenta mil empresas, mas apenas 31 mil estão registadas e mais de um milhão de trabalhadores activos inscritos.

Manuel Moreira falava ao Jornal de Angola, no quadro do primeiro curso de Gestão de Segurança Social, realizado na Escola Nacional de Administração.

“Se tivermos em conta que aproximadamente 31 mil empresas estão registadas, então teríamos à volta de 20 mil empresas não inscritas. É preciso ter em atenção que quando falamos de empresas, estamos a falar do pequeno comércio, de algumas cantinas, entre outros, mas, grosso modo, a maior parte das empresas estão inscritas na Segurança Social”, frisou.

Neste sentido, disse o responsável, o novo Plano de Qualidade e Sustentabilidade da Segurança Social, que vem substituir o Plano de Modernização do Instituto Nacional de Segurança Social, vai reforçar e dar formação aos técnicos e continuar a persuadir as empresas no sentido de pagarem as contribuições dos seus trabalhadores.

“No passado essa situação foi mais crítica. O balanço que fizemos com outros organismos, como o Instituto Nacional de Estatísticas e o Ministério das Finanças, provocou uma redução substancial das empresas que não pagam as contribuições”, disse Manuel Moreira, insistindo que por lei é obrigatória a inscrição e o pagamento das contribuições no Instituto Nacional de Segurança Social pela entidade empregadora.

“A lei prevê que todas as empresas devem inscrever e fazer as contribuições a favor dos seus trabalhadores”, expli-

cou o coordenador do Plano de Qualidade, sublinhando que o INSS paga mais benefícios do que aquilo que arrecada. “Não podemos esquecer que o período de atribuição de prestações na segurança social começa com a concessão e vai até a morte ou pós morte do beneficiário.

“Um exemplo muito concreto: hoje concedemos subsídios de pré-licença de maternidade e de maternidade, de aleitamento, abono de família, pensão de reforma por velhice, de morte e de funeral. Em caso de morte do pensionista ou do trabalhador activo, a segurança social paga uma pensão de sobrevivência”, explicou Manuel Moreira.

O responsável do INSS denunciou a existência de trabalhadores que estabelecem acordos paralelos com a entidade empregadora para declararem um salário diferente do que realmente auferem. Moreira

disse que, do ponto de vista da Segurança Social, o trabalhador em momento algum, deve ser prejudicado por uma falha que a entidade patronal tenha cometido.

“Tendo em conta esse princípio da lei, exigimos dos trabalhadores o acompanhamento dos actos da entidade empregadora. Mas temos visto, em alguns casos, cumplicidade dos trabalhadores, que fazem acordos paralelos com as empresas, no sentido de declararem um salário à segurança social, quando na verdade o seu salário é outro”, sublinhou.

O responsável do Instituto Nacional de Segurança Social alertou para o facto de esse comportamento ter graves repercussões no futuro do trabalhador, quando chegar a idade da reforma.

“O trabalhador vai dar conta que aquilo que recebe como reforma não condiz com o que recebia como salário e isso provoca um declínio muito grande na sua vida, porque estava habituado a um salário que lhe permitia estabilidade e, com a reforma, deixará de ter de certeza essa estabilidade”, disse o responsável.

A Segurança Social garante a todo trabalhador inscrito o pagamento das prestações. Moreira reconhece que o circuito não funciona como a lei determina, na medida que há empresas que se furtam a pagar as contribuições à Segurança Social. Tal atitude, acrescentou, constitui uma violação grave à lei.

Compete à Segurança Social, aos trabalhadores vítimas dessas situações e aos órgãos de fiscalização a tomada de medidas contra as empresas prevaricadoras.

1.20 Programa de combate à fome e a pobreza, Rosa Pacavira defende envolvimento de todos

Jornal de Angola
26 De Março

A secretária para os Assuntos Sociais do Presidente da República, Rosa Pacavira, apelou ontem, em Luanda, ao envolvimento da sociedade nos Programas Municipais Integrados de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, em curso em todo o país.

Rosa Pacavira discursava no acto de abertura do seminário sobre a “Implementação dos Programas Municipais Integrados de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza” (PMIDRCP), promovido pela Comissão Nacional de Luta contra a Pobreza.

“Para que este programa tenha êxito, é preponderante o envolvimento, não só das estruturas governamentais, mas também das mais distintas entidades da sociedade angolana, como Organizações Não Governamentais, igrejas, partidos políticos, autoridades tradicionais e agentes comunitários, na mobilização da população em geral, para melhor identificarmos os problemas que mais afligem as populações e as vias para a solução dos mesmos”, defendeu.

Rosa Pacavira admitiu que não será fácil resolver todos os problemas que a população enfrenta e vive nos diferentes domínios da vida social, mas defendeu que se comece com “decisões firmes e determinantes” na aplicação das orientações que, conjuntamente, são traçadas para o bem de todos para defender a necessidade do envolvimento da sociedade nos PMIDRCP, enumerou alguns problemas identificados no processo de diagnóstico da situação dos municípios. Entre eles, apontou a falta de informação fiável para a planificação, sobretudo de dados demográficos sobre a cobertura e qualidade dos diferentes serviços por sector e mapas geográficos.

Apontou, também, a falta de conhecimentos sobre as abordagens técnicas por sector, comprovados como sendo eficazes e eficientes no combate à pobreza, e a dificuldade em atrair quadros qualificados em áreas técnicas e de gestão.

Segundo Rosa Pacavira, a maioria dos municípios ainda não consegue potenciar o papel dos conselhos de auscultação e concertação social, considerando-os “um enorme capital no combate à pobreza”.

Há também falta de clareza na definição das responsabilidades a vários níveis de governação e uma deficiente coordenação entre os diversos sectores.

A secretária do Presidente da República para os Assuntos Sociais defendeu a alteração do quadro, considerando o município “o coração do desenvolvimento nacional”.

Disse ter sido por esse motivo que foram aprovados os diplomas que regulam o regime financeiro e o Decreto Presidencial nº6/ 10, de 17 de Agosto, que estabelece o Regime de Delimitação da Actuação da Administração Central e Local do Estado. Com a aprovação da Constituição da República e de alguns diplomas relativos à administração local do Estado, acrescentou, também estão a ser criadas condições mais favoráveis para que o processo de desconcentração e descentralização administrativa de Angola possa decorrer a um ritmo mais célere e eficiente.

Lembrou que a Constituição consagra plenamente os princípios da simplificação e probidade administrativa, da aproximação dos serviços às populações como pressupostos para uma governação mais democrática e que se reflectirá na melhoria dos serviços prestados às populações.

Rosa Pacavira informou que os parceiros sociais a nível dos municípios, nomeadamente as autoridades tradicionais, as igrejas, associações locais e sector privado que fazem parte do Conselho de Auscultação e Concertação Social (CACCS) são “parceiros essenciais” no processo de recolha de dados, prioridade das acções, validação dos dados e definição de metodologia de execução dos programas e projectos.

A concluir o seu discurso, apelou à participação activa desses parceiros para a identificação de problemas. Disse ainda estar aberta para a recolha de contribuições e experiências no combate à fome e à pobreza.

Este, de resto, foi o objectivo principal do seminário, que juntou membros do Executivo, da Assembleia Nacional, de partidos políticos, igrejas, organizações não governamentais, autoridades tradicionais, associações e outros representantes da sociedade civil, e decorreu no Complexo do Futungo II, sob o lema “Combate à Pobreza: um compromisso do Governo angolano”.

O primeiro painel foi aberto pelo vice-ministro da Administração do Território, Cremildo Paca, que falou da “organização territorial e desconcentração da administração”.

1.21 Nova visão no combate à pobreza

Agora

26 De Março de 2011

Cerca de setenta por cento da população angolana pobre vive no campo, sustentou Rosa Pacavira de Matos, coordenadora da Comissão Nacional de Luta contra a Pobreza, um órgão criado no ano passado pelo Presidente da República para dar corpo a um projecto que visa erradicar a pobreza em Angola, segundo metas fixadas pelas Nações Unidas para o desenvolvimento do milénio até 2015, com as quais o governo angolano se comprometeu.

A dirigente justificava assim a prioridade dada pelo programa que dirige, às zonas rurais, onde são também maiores os problemas enfrentados pela população.

A afirmação foi dada durante um debate, que teve lugar nos estúdios da Radiodifusão Nacional de Angola, que fez sentar à mesma mesa a coordenadora da comissão nacional de luta contra a pobreza, Rosa Pacavira de Matos, os vice ministros do Comércio, Archer Mangueira, da Administração do Território, Cremildo Paca, do Planeamento, Pedro Luís da Fonseca, da Saúde, Carlos Alberto Maseca, os secretários de Estado da Agricultura, José Amaro Taty, e do Orçamento, Alcides Safeca, o director do Fundo de Apoio Social (FAS), Victor Guilherme, o representante do Comité da Mulher Rural (COMUR), António João, e Luandino de Carvalho, da comissão de marketing, documentação e cultura da comissão nacional de combate à pobreza, equipa nomeada para o efeito por despacho do Presidente da República.

De acordo com Rosa Pacavira, “os programas municipais integrados de desenvolvimento rural e combate à pobreza” começaram a ser elaborados em 2010, com base num diagnóstico extremamente participativo, efectuado a nível nacional, que incluiu os 164 municípios que compõem as 18 províncias de Angola, que contou com a colaboração das autoridades provinciais, municipais, tradicionais e da sociedade civil, e que permitiu verificar as dificuldades e o nível de pobreza de cada localidade.

Rosa Pacavira sublinhou que o combate à pobreza deixou de ser uma preocupação a nível central, visto que houve uma descentralização que fez com que os municípios passassem a ser unidades orçamentadas com autonomia para implementar os seus programas sem depender unicamente da verba destinada às províncias, uma vez que cada município gere, neste momento, uma determinada verba destinada a esses programas.

Questionada sobre o critério dos valores das verbas alocadas a cada município, a coordenadora da comissão contra a pobreza disse que foi feito de acordo com o diagnóstico, densidade populacional e grau de projectos de investimento, uma classificação que dividiu os municípios como sendo do tipo A, uns e do tipo B, outros. «Foi realizado, em Janeiro, um fórum nacional onde se explicou a nova filosofia de combate à pobreza, como se deviam implementar os programas e qual seria a participação, nesses programas de toda a comunidade», que resultou na nomeação, pelo Presidente da República de uma comissão Nacional.

Rosa Pacavira fez saber que, neste momento todas as províncias têm criadas bases técnicas de luta contra a pobreza, cujos coordenadores são os vice-governadores para a área técnica e produtiva, havendo uma envolvimento total e cabendo à população a tarefa de fazer o acompanhamento e a fiscalização dos programas. Disse também existirem, dentro da comissão, várias subcomissões que respondem por projectos que visam dar cobertura a todas as situações. Por exemplo, em relação ao programa «água para todos», referiu que ele é extensivo a todo o país, com incidência nos municípios. O facto de, neste momento apenas 40% da população ter acesso a água potável é motivo de preocupação. «Estamos a trabalhar no sentido de haver um mapeamento daquelas comunas e aldeias onde já existe água, que nos vão permitir com que consigamos estender o programa para todo o país». Neste momento a meta, segundo a coordenadora, é conseguir «fazer com que até 2012 tenhamos 80% da população servida com água».

Embora não fizesse inicialmente parte do programa, a província de Luanda acabou igualmente contemplada, «principalmente nas zonas suburbanas, com a colocação de chafarizes, de fontanários, para que a população luandense tenha também acesso a água potável».

O mau aproveitamento, em muitos casos, da energia solar, e a própria forma intermitente com que a energia da rede é distribuída à população constituem também motivo de preocupação tendo sido sublinhado o grande esforço do executivo e o trabalho levado a cabo pela Empresa de Distribuição de Electricidade (Edil) para a colocação de Postos de Transforma (PTE) em todas as zonas onde a sua necessidade se faz sentir. Um dos grandes problemas, segundo fez notar, é a manutenção e fiscalização das infra-estruturas que se constroem, tendo dado como exemplo os municípios que foram contemplados com painéis para energia solar que, passados três meses deixam de funcionar.

Por forma a engajar de forma mais participativa a sociedade vil no programa de combate à pobreza estava

agenda do F ontem, sexta-feira, um encontro com as distintas ONGs que operam em Angola, com as igrejas com outros parceiros, no sentido de serem articuladas e compatibilizadas todas as contribuições.

No final da sua intervenção Rosa Pacavira de Matos fez E que os países africanos têm manifestado interesse em escolher a experiência de Angola em termos descentralização administrativa do próprio programa de combate à pobreza. «Neste momento a sua experiência em África é única. Não há país nenhum africano tenha descentralizado tanto a problemática como Angola, e esteve a receber muitas mensagens de países africanos que querem beber da nossa experiência».

O secretário de estado do planeamento, Alcides Safeca, que deu a conhecer ter já sido feita a afectação de recursos financeiros das administrações municipais, p ano de 2011, reconheceu que os mesmos são escassos, dadas necessidades crescentes, sendo por isso, os possíveis, e não aqueles que seriam «os necessários que os municípios atingissem um grau de desenvolvimento que lhes permitisse resolver os problemas que têm no momento». Avançando com os números, Safeca disse ter sido afectada, aos municípios do tipo A, a quantia de 288.51 Kzs. (duzentos e oitenta e oito milhões, quinhentos e oitenta mil e duzentos e oito kwanzas aos municípios do tipo B 214.521.000 Kzs. (duzentos catorze milhões e 521 mil kws que, distribuídos pelos 164 municípios do país, perfaz um total de trinta e seis biliões, oitocentos e quarenta e seis milhões e q tos e vinte e cinco mil e oitocentos e um kwanzas.

Safeca disse que paralelamente a estas verbas, foi igualmente criado um programa para atender as preocupações dos municípios no domínio da saúde, que contemplou uniformemente a cada um deles, uma verba de cento e noventa e um milhões e quinhentos, vinte mil kwanzas perfazendo, m termos de Orçamento Geral do (estado, a quantia de 31,2 biliões de kwanzas. O responsável salvaguardou entretanto, que está previsto que os municípios passem a arrecadar cada vez mais receitas, o que levará a um aumento de prioridades para afectação de programas, sendo com base nisso que se laborará o orçamento para 2012, que pretende a afectação de mais cursos para os municípios. Confrontado com a realidade, segundo a qual, alguns municípios poderão gerar maior arrecadação de receitas do que outros, podendo originar desenvolvimento assimétricos, o responsável pelo Orçamento descartou tal possibilidade alegando que os princípios orçamentais visam gerar equilíbrios. «As receitas geradas em determinada localidade servem como primeira fonte de financiamento daquilo que são as necessidades do município. As influências são complementadas ar outras fontes. Os impostos arrecadados

são de subordinação central. As taxas comunitárias e algumas receitas como o imposto pelo rendimento de trabalho foram afectadas aos municípios, mas algumas receitas, como as que vêm pela exploração petrolífera servem para financiar despesas pelo país todo pelo que, aqueles municípios que têm uma actividade económica mais reduzida verão aí complementada a insuficiência».

O programa de combate à pobreza contempla também um subprograma relativo à saúde que tem, segundo o vice-ministro Carlos Alberto Masseca, levar o serviço mais próximo das populações. Para o efeito estão contemplados recursos financeiros dirigidos para a saúde da criança e da mãe, o combate às grandes endemias e ao VIH-Sida. Masseca reconheceu entretanto, que um dos maiores problemas que o sector vive diz respeito aos recursos humanos. Para o efeito, disse, foi aberto um concurso público, cujo objectivo é o de permitir o ingresso de novos quadros. Está igualmente previsto que as administrações municipais criem condições para que os técnicos possam fixar-se nos diferentes municípios.

O vice-ministro lembrou que, se no final do conflito, o acesso aos serviços públicos de saúde era da ordem dos 30%, hoje cerca de 80% têm acesso a esses serviços.

Questionado sobre se o ministério da Saúde conseguiu criar incentivos susceptíveis de encorajarem quadros qualificados a trabalhares no meio rural e a associarem-se ao programa de combate à pobreza, Carlos Masseca disse que o ministério da Saúde é parte de um todo e por isso é que, em outros departamentos do governo, nomeadamente o ministério da Administração do Território, estão a ser criadas condições, contando também com os governos provinciais, para que os técnicos possam fixar-se nas províncias, nos municípios, nas comunas e nas aldeias.

O escoamento da produção agrícola, principal fonte de receita das populações rurais, constitui também motivo de preocupação para a equipa de combate à pobreza. A criação de condições para o armazenamento dos excedentes é, segundo o vice-ministro do Comércio Archer Mangureira, uma prioridade. Para o efeito está prevista a criação de centros de recolha junto dos principais centros produção, com infra-estrutura práticas, nomeadamente pequenos nos armazéns com alguma capacidade de conservação e a manutenção, onde o produtor \ depositar os seus produtos que depois são encaminhados à cadeia grossista. «O que temos a responsabilidade de fazer é criar mecanismos de financiamento ao comerciante rural, para que ele possa, por um lado comprar produtos ao produtor, mas também garantir vias para que o escoamento seja efectivo».

O vice-ministro do Planeamento, Pedro Luís da Fonseca garante estarem preparados para, do ponto de vista institucional, «conseguirmos promover acompanhamento, a monitorização e a avaliação. O processo de implementação e de concepção dos programas municipais é um permanente processo de acompanhamento».

Os demais participantes deram também os seus subsídios nas áreas pelas quais respondem, num debate que teve a duração de duas horas debate que teve a duração de duas horas.

1.22 Parceiros sociais em Luanda apoiam plano do Executivo

Jornal de Angola
27 De Março

Os participantes louvaram a iniciativa da Comissão Nacional de Luta contra a Pobreza de ter realizado o seminário sobre “A implementação dos programas municipais integrados de desenvolvimento rural e combate à pobreza”, realizado sexta-feira última, em Luanda. O bispo da Igreja Metodista Unida de Angola, Gaspar João Domingos, disse, em declarações ao *Jornal de Angola*, que o encontro, decorrido sob o lema “Combate à pobreza: compromisso do Governo angolano”, foi de extrema importância para a materialização dos programas de eliminação da fome.

O religioso considerou que o seminário pecou apenas pela sua demora. “Acreditamos que, não fosse os anos de incerteza que tivemos no passado (fruto da guerra), esse exercício devia ser feito logo após a independência”, frisou Gaspar Domingos, lembrando que a própria luta pela independência passava, também, pelo equilíbrio do nível de vida das comunidades. “Logo, após a proclamação da independência, devia ter sido já elaborado um plano estratégico que visasse o combate ou alívio da pobreza”, defendeu.

Seja como for, Gaspar Domingos sublinhou que nada está ainda perdido porque “enquanto tivermos vida devemos pensar como melhorar o nível de vida das populações”. O bispo apelou para que as medidas não sejam somente de assistência. “Não é apenas a classe intelectual ou os empresários que têm a missão de combater a pobreza. Temos de envolver, também, o próprio camponês. Ele também tem de estar nesses fóruns para dizer que sabedoria tem para que o programa possa ser um sucesso”, defendeu.

Caso não se faça isso, alertou, vamos ter indivíduos muito bem dotados e capacitados tecnologicamente, mas o povo simplesmente vai ser um mero espectador. “Vamos acabar por entrar num ciclo vicioso em que, ao

invés de retirarmos as pessoas da pobreza, vamos apenas garantir certa assistência, pensando que isso, por si só, é o sair da pobreza”, acrescentou.

Inocente Caxala Neto, portavoz do Conselho Angolano de Coordenação de Associações das Autoridades Tradicionais (CACAAAT), também se congratulou com a realização do seminário, ao mesmo tempo que agradeceu o facto de a organização ter convidado a instituição a que pertence. Segundo Caxala Neto, encontros do género ajudam a encontrar soluções para o combate à pobreza, pois no mesmo são recolhidas muitas contribuições e sugestões.

1.23 As faces da pobreza

Jornal de Angola
28 De Março de 2011

A Comissão Nacional de Luta Contra a Pobreza esta a desenvolver um trabalho notável de mobilização da sociedade civil, para atacar aquele que é o maior problema do país e afecta milhões de angolanos. Só uma mobilização geral garante o êxito dos programas e acções que já estão no terreno e a dar frutos visíveis.

A sociedade civil, sobretudo as Igrejas, está a dar uma resposta positiva para removermos os obstáculos que todos os dias surgem no combate à pobreza. O êxito final depende da continuidade da mobilização geral de todos os cidadãos e sobretudo de programas viáveis, que ajudem a mudar efectivamente a vida das comunidades mais vulneráveis, sobretudo no mundo rural.

O problema da pobreza em Angola tem muitas vertentes e facetas. Há quem defenda que são necessários mais investimentos públicos no sector social. Se o dinheiro resolvesse as graves carências que afectam uma parte significativa da população angolana, somos tentados a dizer que tudo ficava resolvido. Mas a experiência no nosso país e noutros pontos do mundo já mostrou que atirar com dinheiro para cima dos problemas nada resolve e em certa medida até pode agravar a situação.

Não é apenas com mais investimentos públicos que vamos repor o tecido social no mundo rural. O dinheiro nem sequer é factor determinante. Temos de criar uma oferta de bens e serviços que passa sobretudo pela capacidade de mobilizar recursos humanos para o mundo rural. A promoção do comerciante ou cantineiro nas aldeias e comunas da Angola profunda é um passo importante para combater a fome e a pobreza. São esses agentes económicos que promovem o escoamento dos produtos do campo e distribuem os bens essenciais às comunidades.

Em 1975, Angola ficou praticamente sem o “comerciante rural” porque na sua esmagadora maioria esses agentes económicos eram colonos. A guerra não permitiu que angolanos ocupassem os seus lugares e desempenhassem esse papel. Provavelmente nem tínhamos gente capaz para o desempenhar. Mas qualquer dúvida ficou resolvida com a guerra. O interior do país tornou-se num verdadeiro deserto humano e ainda hoje não foi possível fazer o repovoamento de vastas áreas desertificadas.

Neste ponto entram em acção as minas. O pior destas armas de elevado poder de destruição é ser muito fácil adquiri-las e colocá-las nos trilhos, nos caminhos, nas picadas e nas lavras. Mas é difícil localizá-las e retirá-las. Isto para não falar do elevado preço que todos temos de pagar às instituições especializadas em desminagem ou quando alguma explode. Aqui está um factor que provoca pobreza no meio rural e que não é fácil de “remover”.

As autoridades do sector nunca tiveram tempo para levar a educação ao interior do país. Primeiro porque não tínhamos professores. Depois porque a guerra não o permitiu. E mais tarde, porque as escolas foram destruídas ou ficaram arruinadas por falta de manutenção. Onde não há educação, avança imparavelmente a pobreza.

Mas não é a pobreza que fica na fronteira da subsistência mínima: é a miséria absoluta.

As últimas acções da Comissão Nacional de Luta Contra a Pobreza estiveram viradas para esse aspecto essencial. E o Executivo abre todos os dias, em qualquer ponto de Angola, uma nova escola. Mais difícil é mobilizar para o mundo rural os milhares de professores que faltam e que o país não tem. Não é de um dia para o outro nem com boas intenções que Angola vai formar as dezenas de milhares de professores que faltam no ensino primário e secundário. Muito menos no ensino superior.

E aqui está identificado o factor que mais pobreza provoca e que só uma mobilização geral de toda a sociedade permite começar a resolver.

A qualidade do ensino em Angola é baixa. E esse baixo nível tem reflexos negativos na formação técnica e académica dos jovens. As nossas escolas estão a formar cidadãos com baixas qualificações e isso tem reflexos imediatos no emprego e nos salários. Enquanto a educação em Angola não atingir pelo menos um nível médio, combater o desemprego é muito difícil e quem não consegue trabalho com direitos e minimamente remunerado mergulha inexoravelmente na pobreza.

As acções que decorrem em todo o país, os programas em plena execução, as reformas na educação, o alargamento

da rede de cuidados de saúde primários são passos fundamentais para acabar de vez com a pobreza em Angola. Mas ninguém pode virar a cara a este desafio e todos temos que estar mobilizados. Chegados a este ponto, cada angolano deve reflectir sobre a questão da pobreza e responder a si próprio se está a fazer alguma coisa para acabar com ela.

Participar neste combate não é apenas financiar projectos, participar voluntariamente em acções específicas, apoiar as instituições que no terreno dão o seu melhor para acabar com a pobreza no nosso país. Também é importante estudar, aprender uma profissão, procurar saber mais; melhorar o desempenho no exercício da profissão, promover a assiduidade e a responsabilidade social. Combater a pobreza é uma obrigação irrevogável de todos nós.

1.25 Combate à pobreza mobiliza a sociedade civil

Jornal de Economia

29 De Março de 2011

O combate à pobreza é hoje é das grandes batalhas que, pelo mundo inteiro, mobilizam governos organizações não governamentais, instituições públicas e privadas, igrejas, enfim, toda a sociedade, numa acção conjunta que tem no homem o centro de toda a actividade que se promova em prol do desenvolvimento.

Esse combate, é, também, uma honrada forma de defesa dos direitos humanos, pois que não poderemos falar desses, enquanto existir fome nas comunidades e deixarem de marcar presença condições mínimas para a existência humana, como são a alimentação, o vestuário, a habitação, as escolas, a água potável a energia eléctrica e os cuidados médicos.

Em Angola, desde sempre, as autoridades reservam uma importância particular a esta questão, numa batalha que ganhou uma outra dimensão, desde que, em 2002, o país conquistou a paz definitiva e começou a trabalhar para a construção e reconstrução de uma nova Angola, onde todos os cidadãos possam ver condignamente.

Neste sentido, foi de todo positiva a iniciativa do Executivo de promoção do primeiro encontro nacional para o combate à pobreza, realizado na semana passada, em Luanda, que contou com a participação de representantes governamentais, da sociedade civil e das igrejas, com o objectivo de se colherem contribuições que possam facilitar a concretização dos programas municipais integrados de combate à pobreza.

Seguramente que outras iniciativas se seguirão, numa altura em que ganha corpo a ideia de que o Executivo decreta uma década dedicada ao combate à pobreza em Angola.

1.27 Governo disponibiliza 36 mil milhões de Kwanzas para combater a pobreza

Jornal de Economia
29 De Março de 2011

O Executivo angolano disponibilizou para o combate a pobreza em Angola um valor estimado em 36,8 mil milhões de kwanzas.

O anúncio foi feito na semana passada, em Luanda, pelo secretário de Estado do Orçamento, Alcides Safeca, durante o I encontro nacional dedicado ao tema, que contou com a participação de representantes governamentais, da sociedade civil e das igrejas, que teve como pano de fundo a recolha de pontos de vista sobre a matéria.

De acordo com a fonte, este valor destina-se à execução de projectos socioeconómicos seleccionados em 164 municípios, para se garantir uma vida condigna aos cidadãos em geral, particularmente os do meio rural.

O governante acrescentou que foi igualmente criado um programa para se atender às preocupações no domínio da saúde, tendo, para este efeito, cada circunscrição recebido uma verba na linha de 191,5 milhões de kwanzas, o que totalizou 31,2 mil milhões de kwanzas.

“Estes foram os recursos possíveis afectados para estas acções que têm a ver com o combate a pobreza”, sublinhou.

Desta forma, ainda de acordo com Alcides Safeca, os municípios do tipo A receberam cada um 288 milhões 577 mil 208 kwanzas e os do tipo B 214 milhões 521 mil kwanzas.

Interpelado se a distribuição não criaria assimetrias disse:

“A diferença de valores não originará o desenvolvimento assimétrico dos municípios.

Os princípios orçamentais visam gerar equilíbrio, porque as receitas arrecadadas em cada localidade servem de primeira fonte de financiamento das necessidades de cada município”, frisou.

Por esta razão, as insuficiências financeiras de cada município são complementadas por impostos arrecadados, mas que são de subordinação central, segundo pontualizou.

O secretário de Estado adiantou que, no quadro da iniciativa, que se enquadra nos Programas Integrados de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, as taxas comunitárias e algumas receitas de impostos de rendimento de trabalho foram afectadas aos municípios. Acrescentou que as receitas originárias da exploração petrolífera servem também para financiar despesas das 18 províncias.

Classificação municipal

A presidente e coordenadora da comissão do programa de luta contra a pobreza, Rosa Pacavira, disse que a atribuição destes valores obedeceu a um estudo para se determinar as necessidades de cada município.

O diagnóstico, que resultou de um estudo realizado nos 164 municípios do país, culminou com a classificação dos mesmos com as tipologias A e B.

“Podemos, também, ver o nível de pobreza por onde passamos, foi possível elaborar aquilo que podemos chamar plano de investimento municipal, onde vêm focalizadas as prioridades em termos de indicadores que poderão gerar algum desenvolvimento a nível dos municípios”, disse. Para se atingir este objectivo, de acordo com a fonte, houve necessidade de trabalhar-se no sistema de descentralização e desconcentração administrativa.

“O combate à pobreza deixou de ser uma preocupação a nível central. Neste momento, todas as províncias têm unidades de luta contra a pobreza, cujos coordenadores são, os vice-governadores para a Área Produtiva”.

Operadores privados

O vice-ministro do Comércio, Archer Manguera, disse na ocasião que os operadores privados vão contar com centros de recolha e armazenagem de produtos agrícolas a serem criados nas zonas rurais.

O responsável referiu que os agentes privados vão, também, operar nos centros de recolha, bem como participarão de toda a cadeia desse processo.

A responsabilidade do Estado é “estruturar a cadeia para garantir que funcione com perfeição e, desta forma, evitar-se que os operadores comerciais exerçam o seu trabalho sem capacidade de conservação, manutenção e de calibragem dos produtos”, frisou

Saúde

Depois do diagnóstico feito, a comissão do combate à pobreza concluiu que um dos grandes problemas reside no défice de quadros da Saúde nas áreas rurais. Por isso, a comissão anunciou que está aberto um concurso público de admissão de pessoal especializado em saúde.

“Nós não estamos só a falar nas condições sanitárias fixas, mas em equipas móveis que vão ao encontro da

população carente de cuidados médicos e medicinais”. De acordo com a comissão, se, no final do conflito armado, o acesso aos serviços de saúde era de 30 por cento, hoje subiu para 80 por cento.

Além de defender a participação da comunidade nas campanhas de vacinação e formação das parteiras, constam ainda do programa a educação, sanitária nas comunidades e a superação frequente dos quadros ligados ao sistema público de saúde.

I.28 Independência e fome (III)

Novo Jornal

17 de Dezembro de 2010

HAVIA DECIDIDO que a última conversa sobre este tema incidiria exclusivamente sobre o que se pode fazer para acudir as esquecidas populações rurais e dar um passo certo no combate à fome. Contudo, os recentes acontecimentos relativos à governação de Luanda obrigam-me a um comentário adicional e a reduzir o espaço do que me propunha escrever.

A nova era uma vez mais anunciada só terá sentido se houver uma mudança radical nos métodos de governação, pois já o mais-velho Einstein dizia que não faz qualquer sentido esperar resultados diferentes persistindo na mesma metodologia. Novos métodos significam muito mais do que mudar pessoas. Significam avaliar, de forma participativa, o que correu mal, aprender lições e atacar as causas dos problemas. Significam, também, uma outra atitude da comunicação social pública. Não se pode continuar a debitar elogios a novas eras, depois de se ter jurado, antes de declarações do Presidente, que a era anterior estava bem. Uma comunicação social deste tipo nunca contribuirá para a solução dos problemas de Luanda. Uma das causas desses problemas radica no abandono a que estão votadas as populações rurais, que procuram alternativas para os seus meios de vida, uma vez que a actividade agrícola não tem o apoio devido e nunca mais se resolve a questão do comércio nas áreas rurais. Basta analisar como a sua população cresceu desde 2002, estimando-se agora que já tenha ultrapassado os seis milhões, ou seja, que um em cada três angolanos vive na capital. Arrepiante!

Não é por acaso que uma comuna no Kuanza Sul viu reduzida em um terço a sua população nos últimos três anos. Que em grande parte das aldeias do Huambo os jovens saem todos os anos, principalmente para Luanda, para ganharem em três meses aquilo que não ganham a produzir milho durante um ano. Que num município de Malanje um grupo de jovens me tenha dito que não permaneceriam lá porque não tinham nenhuma pers-

pectiva de vida, e fã agricultura é uma coisa só para desenrascar, os outros até te fazem pouco”. Que, noutra município, os professores bazam porque não têm condições de vida e de trabalho. Que, ainda mais chocante, na aldeia de Jungo, próxima da capital de provincia mais próxima de Luanda, Caxito, segundo a insuspeita TPA (notícia de 2 de Dezembro último), a população só sobrevive graças à caça (eu havia dito o mesmo sobre uma região do Kuanza Norte na última conversa) e uma criança tenha afirmado à reportagem que os seus pais haviam-na tirado da escola para ganhar 600 a 800 kuanzas por ~a a esfolar animais caçados.

O problema de Luanda e de outras cidades não se resolverá enquanto o Executivo, entre outras coisas, não implementar uma estratégia adequada de desenvolvimento rural. Que se baseie no próprio Programa do Governo, não implementado porque se dá prioridade a projectos que comem muito dinheiro sem os correspondentes resultados. Desde há anos venho chamando a atenção para o enorme erro que representa o Projecto Aldeia Nova. Por favor, analise-se o resultado de um investimento de mais de 150 milhões de dólares, aprenda-se a lição, corrija-se o que ainda é possível corrigir e evitem-se novos erros. Neste caso não se tiveram em conta, por exemplo, apesar das sugestões de muitos, os trabalhos do Professor Mariano Feio, um dos portugueses que mais contribuiu para o conhecimento do território e denunciou com números e outros fundamentos os erros cometidos na Cela ao longo de décadas. Ignorou-se, igualmente, o estudo de Gerald Bender sobre o mesmo colonato. Mas ouviu-se quem não conhecia nada sobre o assunto e cometeram-se os mesmos erros anteriores. E continuam a ser aprovados projectos que não têm condições para andar, como o da cultura do algodão no Kuanza Sul e muitos outros.

Ouvimos este ano de representantes do Executivo as virtudes do crédito de campanha, aprovado há quase dois anos, mas que só agora começou a ser implementado. É um passo, mas está longe de ser a solução. Desde logo porque a sua execução está a encontrar barreiras burocráticas e debilidades de capacidades, pessoais e institucionais. Depois, porque um Programa de Desenvolvimento Rural não se pode resumir ao crédito. Até temos já outros instrumentos: o Programa de Extensão Rural, o Programa de Promoção do Comércio Rural e a Estratégia de Segurança Alimentar. Bastaria dotá-los de recursos e capacidades. Só que o primeiro tem vindo a arrastar-se por falta de recursos, pois nos dois últimos anos quase não houve dinheiro para além do gasto com salários e com despesas correntes. O segundo, depois do fracasso da era PRESILD e aprovado há mais de um ano, nem sequer começou a ser implementado, sem que aos cidadãos seja dada alguma explicação sobre ambos

os factos, e sem que a comunicação social - incluindo a privada - se preocupe com o assunto. Em princípio estará tudo bem nesta era. Até ver. Até que o Presidente diga que está mal, e pergunte, por exemplo, porque os centros de recolha de produtos frescos instalados há cerca de dois, anos no Chinguar, na Calenga (Caála) e na Gabela permanecem encerrados.

E.T. Quando é que a nossa comunicação social deixará de dizer absurdos como o de que o Moxico e o Kuando Kubango podem ser o celeiro do Mundo (sic)?

1.29 Executivo estuda causas da inflação

Angolense

De 25 de Dezembro de 2010

à 15 de Janeiro de 2011

O presidente da República José Eduardo dos Santos, há mais de trinta anos 110 poder, falou pela primeira vez do estado da nação no parlamento, tendo dedicado grande parte do seu discurso a vertente económica. Falou dos preços dos serviços e produtos básicos em Angola que, no seu entender sobem permanente, tomando a vida dos cidadãos cada vez mais apertado

Durante o seu discurso, Eduardo dos Santos anunciou algumas medidas que estão a ser ensaiadas pelo executivo para inverter o quadro. O Chefe de Estado avançou que o executivo está a terminar um estudo sobre as causas reais da inflação em Angola, de modo a concluir se esta é importada ou se resulta do financiamento do défice causado pela despesa pública, pois os seus efeitos incidem sobre altos patamares actuais das taxas de juros em 'termos de medidas adequadas para estimular o. investimento e o crédito'.

No seu discurso acrescentou que o executivo iniciou um programa de reorganização das finanças públicas com o apoio de conceituadas consultorias externas, tendo como propósito central fortalecer o relacionamento institucional entre o Banco Nacional de Angola e os Ministérios das Finanças, do planeamento e da administração emprego e segurança social e também reforçar a observância dos procedimentos e das boas práticas universalmente aceites, de modo a que a execução eficiente e eficaz da despesa pública e a elevar os níveis de arrecadação da receita.

Com efeito, dizia, "pretendemos níveis de inflação que não onerem as taxas de juros, encarecendo assim o crédito".

De acordo com o chefe de Estado, o executivo deverá ainda adoptar novas medidas, acções directas sobre

as causas da permanência de níveis ainda elevados de preços no nosso país, quando comparados com os níveis de preços médios de outros países em desenvolvimento. Eduardo dos Santos informou que está elaborado um estudo objectivo, amplo e minucioso sobre a formação dos preços dos bens e serviços no nosso país, na base do qual serão em breve anunciadas medidas com destaque para a criação de uma instituição de supervisão dos preços e da concorrência.

1.30 PIB deve crescer nos próximos tempos

Jornal de Angola

30 de Dezembro de 2010

O Banco Nacional de Angola prevê o crescimento do Produto Interno Bruto do nosso país nos próximos tempos o Produto Interno Bruto deve "dilatarse" em cerca de quatro por cento nos próximos tempos, numa altura em que se perspectiva progressos significativos do sector não petrolífero, cujo crescimento deve situar-se em torno de 5,7 por cento, num contexto macroeconómico em que a economia angolana não se dissociou da mundial. A previsão é do governador do Banco Nacional de Angola, José Massano, que ao discursar, na terça-feira em Luanda, na tradicional cerimónia de cumprimentos de fim de ano, destacou como pontos altos da economia angolana o apuramento do risco soberano que mereceu avaliação positiva das principais instituições de análise de risco.

Outro ponto alto, disse, residiu no facto de o FMI ter aprovado o desembolso da segunda e terceira tranche do financiamento ao abrigo do Acordo celebrado pelas autoridades angolanas e a instituição.

Em relação à economia mundial, José Massano reconheceu que, de modo geral, deu sinais de recuperação, sendo expectável que a taxa de crescimento se situe ao redor dos 4,8 por cento.

Na ocasião, lembrou que o BNA, enquanto entidade responsável pela preservação do valor da moeda, tem acompanhado a evolução do mercado monetário e cambial, particularmente nos momentos em que o aumento da Liquidez na economia pode estimular uma maior instabilidade dos preços.

O governador do Banco Nacional de Angola lembrou ainda, que face à volatilidade da taxa de câmbio e os efeitos que exercem sobre as expectativas dos agentes económicos e sobre a estrutura de custos à economia, o BNA esforçou-se em prover o mercado de recursos suficientes para assegurar a oportuna cobertura e

manutenção do ciclo normal de importação de bens e serviços.

Para tal, o BNA disponibilizou à economia, via sistema bancário, cerca de 11,7 mil milhões de dólares, a uma taxa de câmbio média de referência ao redor dos 92,2 kwanzas por dólar americano.

Relativamente às reservas internacionais líquidas do país em comparação com as do ano anterior, o governador disse terem crescido em aproximadamente 27 por cento, situando-se em cerca de 15,8 mil milhões de dólares.

No domínio monetário, os meios de pagamento, até finais do terceiro trimestre, sofreram uma contracção, inflectindo apenas nos meses de Novembro e Dezembro, reflexo do impacto da crise sobre a economia angolana e do controle da evolução dos efeitos combinados de política orçamental e monetária sobre o comportamento da inflação.

No que respeita à captação de depósitos, até finais de Novembro a taxa de crescimento no ano era de sete por cento, numa altura em que a banca conseguiu manter-se estável com um rácio médio de solvabilidade de 16,8 por cento, mantendo também a continuidade dos programas de expansão da rede bancária. Até agora, o sistema conta com 875 balcões e a taxa de bancarização ronda os 11 por cento da população.

Coordenação

O sistema financeiro é instrumental para a sustentação de programas de desenvolvimento económico e social e a crise deixou referências importantes para o processo de desenvolvimento de Angola, disse José Massano, que entende que a sustentabilidade das economias passa pela construção de um sistema financeiro sólido, eficazmente regulado e socialmente responsável.

Este factor, prosseguiu, é capaz de incentivar a poupança e a afectação de recursos para a promoção de capacidades internas de produção e consequente defesa de postos de trabalho.

Desafios

Para sustentar os preços na economia, não basta adoptar políticas monetárias restritivas ou disponibilizar recursos cambiais em larga escala. É crucial, disse, que se mantenha uma permanente coordenação entre política fiscal, orçamental e monetária para que se alcance e se mantenha a estabilidade nos mercados.

Realçou ser determinante o controle da inflação para que se garanta a confiança dos aforradores e investidores, já que uma medida do género assegura também a preservação da moeda e permite a protecção da economia contra choques externos.

Entre os inúmeros desafios do BNA consta a necessidade de assegurar o ritmo de crescimento da economia com estabilidade macroeconómica, conforme determina o Plano Nacional para 2011. Uma série de iniciativas normativas e monetárias tomadas no último trimestre pelo BNA e que vão no sentido de alinhamento do Banco aos objectivos de desenvolvimento económico traçados pelo Executivo para 2011, realça a redução da taxa de redesconto, a introdução de facilidades permanentes de liquidez. A redução progressiva da exposição cambial permitida nos bancos comerciais, a regulamentação das casas de câmbio e a aprovação pelo Conselho de Ministros da regulamentação das sociedades financeiras não bancárias de microcrédito e cooperativas de crédito, fazem parte do conjunto de iniciativas tomadas pelo BNA para 2011.

Para o novo exercício económico a meta de inflação está fixada em 12 por cento, um desafio que exige o esforço de todos os agentes económicos, num momento em que o BNA pretende uma política monetária rigorosa, mantendo controlados os factores de expansão monetária em coordenação com o Ministério das Finanças.

Numa cerimónia que contou com a presença de administradores do BNA e de bancos comerciais, José Massano disse que a intervenção no mercado cambial deve atender as necessidades legítimas de procura de divisas pela economia, devendo assegurar também o crescimento e preservação das mesmas com o mesmo sentido de defesa de solvabilidade externa da economia nacional.

“O BNA vai promover a revisão dos instrutivos de política cambial, facilitando a sua interpretação pelos agentes económicos e aprimorando os mecanismos de controle pela autoridade cambial”, prometeu.

O próximo ano revela-se como um ano de muitos desafios para o BNA. Entre eles, está o reforço da defesa dos consumidores de serviços financeiros com a institucionalização de uma unidade vocacionada à aceitação, registo e acompanhamento de reclamações, num ano que se prevê exigente e intenso.

“Contamos com a colaboração de todos para dar sustentabilidade à economia nacional, o que significa manter um sistema financeiro sólido e eficiente e competitivo”, referiu José Lima Massano. Outro desafio, disse, tem a ver com a supervisão bancária, um dado que incide na contínua modernização dos serviços de fiscalização preventiva não presencial e acompanhamento da implementação de normas de boa governação pelos agentes financeiros licenciados pelo Banco Central.

A institucionalização da Unidade de Informação Financeira, órgão do BNA vocacionado para análise,

prevenção e detecção de tentativas de utilização do sistema financeiro para actos de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, consta também das acções prioritárias do BNA. A Unidade entra em funcionamento no primeiro trimestre de 2011.

Para a solidez do sistema financeiro, o governador aponta a implementação do programa de consolidação da banca angolana, que passa pelo reforço da estrutura de capitais dos bancos e a adopção de critérios de prudência em harmonia com as melhores práticas internacionais, como favorável a isso.

1.31 Automobilistas menos afogados

Novo Jornal

17 de Dezembro de 2010

QUEM, POR VIATURA, se movimentasse para a Petrangolou Cacuo, usando como trajecto a rota que passa pelo mercado Roque Santeiro sente agora alguma calma naquela estrada que era agitada de Terça-feira à Domingo, tornando a vida dos condutores menos complicada. Siumara dos Reis, moradora do complexo de Eco-campo, em Cacuo, confirma tal facto.

Aquela estudante do Colégio Alpega usa aquela via durante a semana e confessa que havia uma grande diferença entre o tráfego que se estava no tempo em que a praça estava ali instalada”. Das cinco horas da manhã até o pôr-do-sol, conta a interlocutora, a agitação não parava, num “entra e sai” de todos que acorriam àquele que já esteve entre os grandes mercados a céu aberto de África.

2 MICROFINANÇAS

2.1 Mais cooperativas de crédito no país

Jornal de Angola
4 De Março de 2011

O mercado nacional precisa de mais cooperativas de crédito e sociedades de micro- crédito para atender melhor as populações rurais e urbanas que desejam desenvolver micro e pequenos negócios.

A ideia foi defendida ontem em Luanda pelo governador do Banco Nacional de Angola (BNA), José Massano, na abertura da conferência nacional sobre “O papel das sociedades de micro- crédito e das cooperativas de crédito”. Na sua visão, estas instituições financeiras não bancárias sendo especializadas podem desenvolver as suas actividades mais próximo das populações e oferecer produtos financeiros que melhor se adequem aos pequenos negócios e às necessidades das famílias.

Segundo José Massano, o estabelecimento de um quadro jurídico com regulamento próprio para as sociedades de micro-crédito e para as cooperativas de crédito, através da lei nº 13/05 de 30 de Setembro das instituições financeiras, vem colmatar uma lacuna nessa vertente e permitirá o surgimento mais dinâmico de instituições do género.

Aliás, refere que o sucesso na promoção de micro e pequenos negócios já se reflectem no país, com a abertura de algumas instituições que desenvolvem esta actividade com a consequente melhoria das condições de vida das populações e no crescimento económico.

José Massano defendeu, por outro lado, que o acesso ao serviço básico de poupança e de pagamentos de créditos por parte das famílias é fundamental para o desenvolvimento do sistema financeiro no país. Assim, acrescenta, a redução da inclusão financeira a curto prazo passa necessariamente pela melhoria dos serviços

de pagamento, tais como o crescimento e atendimento per capita, aumento de agências bancárias e da concorrência, utilização das novas tecnologias e abertura da central de risco de crédito.

A educação financeira à população associada a medidas de protecção ao consumidor dará, sublinha o governador do BNA, maior transparência ao mercado para que os agentes económico no domínio das Micro finanças possam prosperar e criar novos postos de trabalho.

Na conferência, que terminou ontem, foram debatidos temas relacionados com a regulamentação sobre as sociedades de micro- crédito e cooperativas de crédito,

a experiência do Banco Sol no desenvolvimento da actividade de micro- finanças e a experiência da Kixicredito no desenvolvimento da actividade

2.2 Pequenos empresários recebem apoio financeiro

Jornal de Angola
05 De Março de 2011

Cidadãos que se dedicam ao comércio, artes e ofícios, agropecuária e prestação de serviços receberam na quinta-feira, no Lubango, província da Huíla, um microcrédito, numa acção coordenada entre o Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social e o Banco de Comércio e Indústria (BCI). Os 150 cidadãos que solicitaram microcrédito receberam 500 dólares cada. “O microcrédito disponibilizado representa o início de um casamento que estamos a celebrar na província com vários empreendedores, para ajudar a desenvolver pequenos negócios, engrandecer as suas actividades e posteriormente recorrer a outro financiamento”, disse Adriano da Silva, administrador comercial do banco. Esclareceu que nestes casos, a instituição aplica uma taxa bonificada na ordem dos 1,67 por cento ao mês. “As pessoas que receberam o microcrédito vão estar três meses sem pagar juro algum nem a restituição do capital, devendo fazê-lo a partir do quarto até ao 12º mês”.

O director provincial do centro desemprego e formação profissional do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, Leonel Bernardo, disse que o projecto permite que pessoas interessadas desenvolvam projectos sem se preocuparem com os financiamentos.

2.3 Cabinda lança micro crédito para peixeiras

Jornal de Angola
05 De Março de 2011

O governo provincial de Cabinda lançou ontem um projecto de financiamento a 147 peixeiras ambulantes da zona do Lombo Lombo, com o apoio do Banco Sol, no âmbito do programa de combate à fome e pobreza no seio da população, em valores que vão dos dez aos 100 mil kwanzas.

O secretário provincial da agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, João Tati Luemba, explicou ao Jornal de Angola que, para a primeira fase do projecto, foram disponibilizados cerca de 14 milhões de kwanzas, que as beneficiárias deverão reembolsar num período de seis meses, a uma taxa de juro de 2,5 por cento.

“O trabalho está a decorrer a bom ritmo. Estão a ser criadas facilidades para que as pessoas vulneráveis tenham acesso aos microcréditos”, explicou Tati Luemba, acrescentando que neste programa o governo conta com o apoio de uma Organização Não-Governamental, a Visão Mundial.

A selecção das beneficiárias é feita pelos bancos comunitários, tendo como critérios a nacionalidade angolana, residência na província e o exercício de actividade ligada à pesca, notou o responsável da Agricultura e Pescas, acrescentando que o objectivo é agregar o maior número de peixeiras de toda a zona litoral, entre os municípios de Cabinda e Cacongo. “Prevemos o atendimento de seis mil peixeiras, em toda a extensão da província”, disse Tati Luemba.

A integração das peixeiras em bancos comunitários, ressaltou, é uma condição indispensável para facilitar o controlo do reembolso dos valores atribuídos para o microcrédito. “O valor a atribuir a cada peixeira é facultativo, dependendo da capacidade de cada uma, segundo o volume do seu negócio e da necessidade que tem para engrandecer a sua actividade”, clarificou, assegurando que o valor disponibilizado vai servir para cada quitandeira melhorar o seu negócio, evitar a dependência total do pescador e facilitar o intercâmbio comercial entre este e a quitandeira.

Microcrédito agrícola

Também no âmbito do programa de combate à fome e pobreza no meio rural, outro microcrédito, agrícola, está a ser realizado em Cabinda, cujo financiamento é assegurado pelo Banco Sol, com cerca de 400 famílias já inscritas, segundo Tati Luemba. “O microcrédito vai ajudar as associações de camponeses, as cooperativas agrícolas e os que trabalham de forma individual a melhorarem a sua condição de vida e respectivas famílias”, disse, adiantando que o tecto máximo estipulado para esse crédito é 500 mil kwanzas, um valor que considerou de “razoável” e que se vai traduzir na garantia de bens e serviços às pessoas que trabalham no campo. “O camponês não recebe o valor em dinheiro, mas sim o contravalor em instrumentos de trabalho (catanas, enxadas, motobombas e outros equipamentos), bem como fertilizantes e sementes, que contribuam para o aumento da sua produção”, assegurou.

O sector da Agricultura e Pescas espera agregar a esse projecto pelo menos 34 mil famílias camponesas, organizadas em cooperativas e associações em toda a província.

“O nosso desejo é atingir pelo me nos 90 por cento do grupo alvo. Estamos a trabalhar para isso e os comités

municipais de pilotagem estão a alistar e a sensibilizar os camponeses, para que este microcrédito ajude a população a concretizar o programa de combate à fome e pobreza”, asseverou Tati Luemba, que não referiu o valor global disponível para esse segmento do microcrédito. Tati Luemba tranquilizou os camponeses, dizendo que o montante “vai estar à medida do número de camponeses e produtores que os comités de pilotagem inscreverem, alguns deles já com contratos individuais elaborados”

2.4 Empreendedores beneficiam de crédito “amigo”

O independente

05 De Março de 2011

Cento e cinquenta empreendedores da província da Huíla beneficiaram de um micro-crédito denominado “Amigo”, numa iniciativa do Banco de Comércio e Indústria (BCI), em parceria da Direcção Nacional da Administração Pública, Emprego e Segurança Social. Os beneficiários dos 14 municípios, que compõem a província da Huíla, receberam 500 dólares, o equivalente em kwanzas, com um período de reembolso de um ano e com taxa de juros de 1,6 por cento.

Os empreendedores vão aplicar o valor nas actividades comerciais, agricultura, abertura de oficinas, seralhareria, carpintarias e construção civil. Na ocasião, o director nacional de emprego e segurança social, Leonel Leonardo, explicou que o crédito “Amigo” visa aumentar o rendimento financeiro das famílias e reduzir a taxa de desaparecimento das micro-empresas.

O dirigente afirmou ainda que o projecto tem ainda como propósito contribuir no aumento de índice de bancarização da economia do país, bem como apostar em programa de combate à pobreza.

No entanto, apelou aos empreendedores a aplicarem com sapiência estes valores que o banco atribuiu, na perspectiva de que o valor possa aumentar as suas receitas e negócios.

Leonel Leonardo informou que o Mapess e a direcção do BCI vão continuar a realizar estas acções nas restantes províncias, nomeadamente Cabinda, Cunene, Kuando Kubango, Huambo e Benguela.

Desde a criação do projecto em 2008, o director disse que beneficiou directamente mais de duas mil pessoas e indirectamente cinco mil, tendo sido disponibilizados um milhão de dólares norte americanos.

Prébuild compra maior fabricante português de mobiliário de escritório negocio

O grupo Prébuild, de origem angolana com capital maioritário português, adquiriu o grupo Levira, o maior fabricante português de mobiliário de escritório, informou fonte da empresa, sem adiantar o valor da operação. Em declarações à Lusa, Margarida Calvino, assessora de comunicação do grupo Prébuild, confirmou o negócio, adiantando que “o acordo foi concluído recentemente”. “Esta aquisição insere-se na política que o grupo Prébuild tem vindo a desenvolver no último ano, no sentido de adquirir empresas na área da indústria que complementem a sua cadeia de abastecimento de produtos ligados à construção civil”, adiantou a mesma responsável, sem adiantar quais os valores envolvidos neste negócio.

Margarida Calvino realçou ainda que o grupo Levira tem empresas “com uma boa carteira de clientes no estrangeiro” e afirmou que a Prébuild “pretende continuar a investir” nestas empresas, não estando prevista qualquer redução do número de trabalhadores.

A Levira, com sede em Oliveira do Bairro, é o maior grupo de mobiliário português, envolvendo um universo empresarial de oito empresas que emprega perto de 800 trabalhadores em Portugal, Espanha, França, Irlanda, Angola e Rússia.

Com um volume de negócios de cerca de 100 milhões de euros, o grupo Levira integra um vasto conjunto de negócios, distribuído por áreas como mobiliário de escritório, sistemas de armazenagem, sistemas de divisórias e tectos falsos, moldes para injeção de peças plásticas e revestimentos e pavimentos cerâmicos, entre outros.

O grupo Prébuild tem a sua origem no sector de prefabricados em Angola, em 2001, tendo crescido a partir daí para se tornar um grupo internacional, apostando em três áreas de negócio: construção civil, indústria e serviços.

A Prébuild anunciou no mês passado que vai investir cerca de 310 milhões de euros numa nova fábrica de materiais de construção no Estado brasileiro de Alagoas, no Brasil.

2.5 As mulheres angolanas têm grande inclinação para ganhar o sustento com os seus negócios

Jornal de economia e finanças
08 De Março de 2011

A participação das mulheres angolanas no crescimento económico nacional mereceu nota de destaque da presidente da Federação de Mulheres Empreendedoras

Jornal de Economia & Finanças (JE) – Quando é que foi criada a Federação?

Maria do Carmo do Nascimento (MCN) – Em 1990, criou-se a primeira Associação das Mulheres Empresárias de Luanda, designada ASSOMEL, com o intuito de incentivar as mulheres que exerciam qualquer tipo de negócio a criarem associações locais. Com isso, conseguimos um número considerável de membros para a associação. Em 2001, criamos a Federação de Mulheres Empreendedoras de Angola (FMEA), com o objectivo de promover, formar profissionais e exercer advocacia nas áreas de negócios que envolvessem mulheres.

JE – Quantos membros tem actualmente a federação?

MCN – Contamos actualmente com 2.800 mulheres inscritas. Este número tem a ver com os membros que cada associação provincial apresenta. Muitas vezes, as pessoas inscrevem-se e ausentam-se, depois de um tempo é que regressam. A organização é formada à medida que vão aparecendo novos membros. O país tem 18 províncias e cada associação provincial normalmente tem entre 200 a 270 associadas.

JE – Estas associações têm atingido os seus objectivos?

MCN – Elas têm trabalhado na medida do possível. Sabe-se que o país enfrenta enormes dificuldades. A federação procura ajudar como pode. Por exemplo, quando os negócios não vão bem, elas não pagam as quotas, mesmo quando há uma certa rentabilidade, às vezes esquecem-se de pagar.

JE – Qual é a real obrigação das associadas neste contexto?

MCN – Uma das obrigações fundamentais das associadas é o pagamento de quotas. Acharmos. Que o valor não é muito alto. Repare que cada associação paga 25 dólares. E uma quantia irrisória, mas, ainda assim, muitas se esquecem das suas obrigações. Temos sido mais rigorosas na cobrança e algumas têm correspondido, mas nas províncias há muitas dificuldades nos negócios.

JE – Quais têm sido as vossas maiores dificuldades?

MCN – Como vocês sabem, a maior dificuldade das mulheres tem sido, sem dúvida, a obtenção de crédito, porque, para terem acesso a um banco e solicitar verbas,

devem apresentar garantias e as pessoas não têm património, o que torna difícil as coisas. As taxas de juros também são altíssimas. As pessoas, se têm o seu pequeno negócio, não podem fazer empréstimos com as taxas que se praticam no país. Estamos a lutar para sermos uma entidade de utilidade pública. A documentação está a ser analisada, enquanto isso, estamos à espera do reconhecimento.

JE – *Sobres esta problemática, qual tem sido o vosso papel?*

MCN – O nosso papel tem sido o de aconselhar e direccionar a mulher, alertando que cada uma abra a sua conta para facilitar as concessões. Desta forma, podem solicitar um crédito. Em 2010, assinámos um protocolo com o Banco Sol para a obtenção de crédito, onde elas pudessem pedir entre mil a 20 mil dólares. Até aqui não beneficiámos de nada. Se fosse já uma realidade, a nossa prioridade seria o crédito rural.

JE – *O atraso deve-se ao facto de as mulheres não estarem devidamente organizadas ou ao banco?*

CN – É um problema do banco. Não tem nada a ver com as associadas. Estas têm as empresas criadas, os impostos pagos e as condições criadas para chegar ao banco. A questão não está nas mulheres, o impasse é do banco.

JE – *Qual tem sido a responsabilidade do Executivo?*

MCN – Somos parceiras do Ministério da Família e Promoção da Mulher. Como uma organização que tem a sua acção direccionada para a mulher, merecíamos apoios. Para ser franca, não temos tido grandes apoios.

Vivemos das quotas. Recebemos alguma ajuda apenas do ministério, quando solicitámos. As vezes, o PNUD ajuda, na condição de parceiro. O ano passado, o Governo japonês doou cerca de 96 mil dólares, que serviram para abrir a escola de formação em corte e costura, na Gabela, na província do Kwanza-Sul. Os nossos proventos provêm deste tipo de relação.

JE – *Acha que as mulheres continuam a ser discriminadas na sua actividade empresarial?*

MCN – Sinceramente, não quero pensar assim. A discriminação sempre existiu. Por causa disto que criámos instituições do tipo. Não temos tido dificuldades só porque somos mulheres. Penso que as dificuldades têm a ver com a conjuntura do próprio país, mas, de qualquer modo, penso que a nossa organização está criada, e, pelo trabalho que desenvolvemos, deveria merecer maior apoio do Estado.

JE – *Que balanço faz da vossa actividade? Em 2010?*

CN – balanço é positivo criámos um curso de informática para as mulheres rurais. O primeiro a beneficiar foi

o município da Gabela, onde formámos jovens com o apoio do PNUD, que nos concedeu 20 computadores, e o Ministério da Família, que cedeu as salas. Estão formadas mais de 40 jovens nas áreas de gestão de micro e pequenos negócios.

Com a ajuda do Japão, abrimos a escola de formação de corte e costura, com trinta máquinas para formar raparigas e rapazes que queiram enveredar para este tipo de negócio. Este encontro, já foi realizado em outras províncias. Este ano, é a vez ao Uíje, no próximo ano, será numa outra capital.

JE - *Que perspectivas reservam para 2011?*

MCN – Temos alguns projectos em carteira. Queremos abrir uma escola de panificação em Luanda. Agora, em Março, temos a reunião anual de balanço, que este ano vai acontecer no Uíje. Nestes encontros, reunimos todas as associações provinciais, onde se faz o balanço da nossa actividade. No fim, realizamos workshops, para debater assuntos ligados as actividades empresariais das mulheres.

JE – *Que balanço faz sobre a actividade empresarial das mulheres?*

MCN – As mulheres têm grande inclinação para os negócios. Tem havido mulheres muito engajadas, empreendedoras, que têm conseguido _ sucessos. Sem o empenho das mulheres, o país não vai para frente. E preciso inclui-las em tudo. A sua actividade deve ser apoiada. A economia familiar depende em grande medida da sua participação activa, não se esqueçam isso.

JE – *Qual é o conselho que deixa às mulheres, principalmente as mais jovens?*

MCN – Gostaria de fazer um apelo à camada mais jovem, no sentido de aderirem ao empresariado, inscreverem-se nas associações e procurarem, na medida do possível” desenvolver os seus negócios. E uma forma de combater o desemprego.

JE – *Qual deve ser o real papel da mulher no combate a pobreza?*

MCN – A mulher pode ajudar na redução da pobreza, criando cada vez mais pequenas empresas, que geram empregos. Elas podem não só trabalhar nas áreas comerciais, como também nas produtivas. Este tem sido o nosso maior apelo, o de produzir comida, como uma das formas mais eficazes de reduzir a pobreza, sobretudo nas zonas rurais e nas pequenas terras. A mulher deve apostar seriamente na formação, por ser um factor chave para o sucesso dos negócios. A federação faz um grande esforço em dar formação à mulher. Aos nossos parceiros, pedimos sempre que formem a mulher, quer em contabilidade como em gestão e informática. Para fazer bem

os negócios hoje, é preciso dominar as novas tecnologias de informação.

2.6 Instituições de concessão de créditos ajudam no combate à pobreza no país

jornal de economia e finanças
08 de março de 2011

O Banco Nacional de Angola (BNA) incentivou os vários agentes económicos a investirem no sector bancário e noutras instituições de crédito, com o objectivo de se combater a pobreza no meio rural e promover a inclusão social, com base na aprovação do novo regulamento sobre as instituições financeiras angolanas. Para o crescimento do acesso a serviços e produtos financeiros no nosso país, é crucial a participação a instituições como as de micro-crédito e cooperativas de crédito, já que apenas cerca de 11 por cento da população é bancarizada, segundo Eduardo Kissanga, do Departamento de Supervisão das Instituições Financeiras do BNA. O responsável, que falava, quarta-feira última, na conferência sobre o papel das Sociedades de Micro-crédito e das Cooperativas de Crédito, promovida pelo Banco Central, cabe a banca comercial ou especializada no segmento de micro-credito ter um papel importante na massificação.

Aos serviços financeiros, pela maior facilidade que tem de mobilizar recursos, captar poupanças -e utilizar novas tecnologias, o que permite desenvolver o negócio em maior escala, bem como pela sua presença disseminada no território nacional.

Assim, podem ainda apoiar as instituições financeiras não bancárias através da concessão de créditos às mesmas, promovendo a multiplicação aos recursos destinados aos médios e pequenos negócios e à mitigação do risco.

Confessou que gostariam ainda de ver surgir e crescer 4” cooperativas de crédito, que, além de desenvolverem operações creditícias, podem, também, captar poupanças dos seus associados.

Estas instituições, por serem constituídas na base de um elemento comum aos seus membros, detêm a particularidade de melhor poderem satisfazer às aspirações comuns e bem servir as comunidades em que estejam inseridas, acrescentou, para adiantar que o acesso a serviços básicos de poupança (de pagamentos e de crédito) por parte das famílias e dos agentes económicos, é considerado fundamental para o desenvolvimento de um sistema financeiro inclusivo no país.

Indicadores económicos

Os elementos importantes para a inclusão financeira com impacto na penetração dos depósitos e do crédito e na melhoria dos serviços de pagamentos, tais como, o crescimento do rendimento per capita, a expansão da infra-estrutura financeira, designadamente as agências bancárias, a utilização das novas tecnologias, o aumento da concorrência no sistema financeiro e a existência de uma central de informação e registo de crédito, têm vindo, progressivamente, a apresentar melhorias.

Segundo o bancário, a educação financeira da população, associada a medidas de protecção do consumidor de serviços financeiros e de maior transparência do mercado, contribuirá também para o incremento da inclusão financeira, matérias nas quais BNA está a trabalhar.

O responsável fez recordar que o recente “Inquérito sobre o Bem-estar da População” (IBEP) confirmou que os indicadores socio-económicos do nosso país ainda necessitam de ser melhorados, “tarefa a que o sistema financeiro não é alheio, Pela disponibilização de serviços que promovam a redução da informalidade da economia e o crescimento do emprego, rendimento e consumo das populações. As micro-finanças são seguramente parte da solução”, assegurou.

De realçar que a conferência visou divulgar a regulamentação recentemente aprovada e publicada sobre estas importantes instituições do sistema financeiro angolano, bem como promover o debate sobre o seu papel na dinamização do crédito a micro e pequenos agentes económicos de combate à pobreza e aos segmentos da população de menor renda em todo o espaço do território nacional.

Kixicrédito

O Kixicrédito é uma instituição financeira não bancária angolana que nasceu da transformação do projecto de micro-finanças implementado entre 1999 e 2006 pela Development Workshop, com o objectivo de beneficiar habitantes concentrados na periferia das grandes cidades, fruto das massivas deslocações provocadas pela guerra.

A instituição já concedeu três mil créditos, com o valor médio equivalente a 400 dólares, o que permitiu desembolsar um valor acumulado superior a 120 milhões de dólares.

Entre os seus benefícios, consta a boa reputação nos mercados internacionais. Segundo um estudo efectuado pela MIX, entidade de consultoria internacional, a instituição angolana está entre as melhores sociedades

de crédito a operar em África o seu rating é B+ atribuído este ano pela “Micro finanças Rating”, tendo uma taxa de reembolso acima de 98 por cento, sendo 60 por cento de clientes do sexo feminino, com uma auto-sustentabilidade operacional média de 132 por cento.

A Kixicrédtio está presente em seis províncias, operando com 11 agências e 11 mil clientes. Prepara-se para abrir mais três agências.

Banco Sol

O Banco Sol, uma das instituições financeiras angolanas vocacionadas ao micro-crédito, concedeu, no exercício económico de 2010, créditos no valor de 17,7 milhões de kwanzas a 66.209 clientes, contra os 15,7 milhões para 66.681 no ano anterior, com o objectivo de combater a pobreza no meio rural e promover a inclusão social.

Segundo Carla Van-Dúnem, directora de crédito do Banco Sol, uma das oradoras da conferência, até 2010, a instituição concedeu um crédito acumulado de 84,6 milhões de dólares a mais de 72 mil pessoas singulares e colectivas, o que indica que o banco está cada vez mais próximo das populações.

Considerou que, para se alcançar as metas do desenvolvimento do milénio, é necessário que seja feito um uso mais eficaz de instrumentos, como a micro-finanças.

“Não é uma obra de caridade, mas sim uma forma de se estenderem os mesmos direitos e serviços disponíveis a outros, aos agregados familiares de baixa renda (micro-crédito, micro-seguros, micro-poupanças, etc.), de forma a aumentarem-se os indicadores de desenvolvimento humano”, afirmou.

A gestora disse ainda que os indicadores do desenvolvimento humano de 2005 reflectem a realidade da pobreza vivida em Angola, sendo que cerca de 68 por cento da população é abrangida pela pobreza, das quais 26 por cento em situação de pobreza extrema, 42 por cento de crianças não frequentam a escola, apenas 38 por cento da população têm acesso à água potável.

Assim, sublinhou Cada Van-Dúnem, a luta contra a pobreza, proclamada em 2000 como um dos objectivos de desenvolvimento do milénio, deverá ser uma preocupação da humanidade em geral.

2.7 Camponeses associados têm crédito

Jornal de Angola

11 De Março de 2011

Um total de 265 camponeses seleccionados das 46 associações e cooperativas agrícolas, no município do Libolo, vão receber crédito de campanha na agrícola 2010/2011, através do Banco Sol, anunciou o chefe de secção da agricultura.

Rui Matos disse que a intenção é começar um processo destinado a relançar a produção agrícola e, para isso, alertou, o processo para o crédito deve ser prático para não desmotivar os potenciais beneficiários.

Por falta de apoios financeiros e da capacidade dos seus proprietários, das 297 fazendas cadastradas a nível do município, apenas 137 estão em plena actividade, situação que Rui Matos considerou crítica, a julgar pelo papel que o sector empresarial privado joga na economia.

Defendeu ainda que seja implementado o princípio de concessão de parcelas de terras que, decorridos cinco anos, sem a exploração do referido espaço, devem ser trespassadas aos interessados que reúnem condições materiais e financeiras para o fazer.

“Há um princípio, segundo o qual, a terra pertence a quem a trabalha, mas o que verificámos nos últimos tempos é que muitas fazendas continuam paralisadas por falta de dinheiro e, com isso, prevalece a problemática do desemprego”.

2.8 Mulheres no cazenga vão beneficiar de micro-credito

O independente

12 De Março de 2011

O governo provincial de Luanda vai proceder no mês de Março, o cadastramento de mil mulheres do município do Cazenga, com vista a beneficiarem no mês de Março, de um micro crédito através do banco Sol, numa iniciativa do Ministério da Família e Promoção da Mulher. Segundo a responsável da Secção da Família e Promoção da Mulher no Cazenga, Ana da Costa, a cedência do crédito bancário visa reduzir o índice de pobreza nas famílias angolanas.

Ana da Costa lamentou o facto de muitas mulheres terem dificuldades em reembolsar os valores que lhes são entregues num prazo de 30 dias para se começar a pagar a primeira prestação.

Assegurou que muitas mulheres locais têm necessidade e interesses em aderirem ao Micro crédito do banco Sol, mas que solicitam o alargamento do prazo de reembolso para 45 ou 60 dias, porque desta forma elas teriam mais tempo para trabalhar e assim cumprirem com as cláusulas do acordo.

Ainda de acordo com Ana Costa, não se pode dar o micro crédito de uma só vez, porque no município do Cazenga existe muitas pessoas interessadas, mas outras oportunidades surgirão ainda ao longo do ano.

Cazenga é um município localizado na zona periférica da cidade de Luanda com pelo menos três milhões de habitantes, distribuídos pelas comunas do Tala-Hadi, Cazenga e Hoji ya Henda.

2.9 Construtora vai erguer cem casas por mês

Jornal de Angola
15 De Março de 2011

A construção de um milhão de fogos habitacionais em todo o país continua a passos largos. Para a conclusão deste objectivo cuja meta está prevista para 2012, o Executivo angolano conta com apoio de iniciativas privadas, no caso do grupo empresarial Cassaforma, que ergueu recentemente na província da Huíla, uma fábrica de produção de casas pré-fabricadas.

O empreendimento fabril tem capacidade para produzir mensalmente um total de 100 residências do tipo T3 e T4.

Avaliada em oito milhões e 690 mil euros, a nova unidade fabril possui uma linha de produção de materiais como painéis e alumínio (portas, vidros, janelas, aros, bloco de esferovite, entre outros), e outra de malhasol cuja capacidade é de 1.200 metros quadrados por dia.

Para a credibilidade na execução das casas a indústria comporta um laboratório químico para inspeccionar a qualidade dos produtos e uma área de armazenamento cujos materiais tecnológicos e matéria – prima são provenientes da Itália.

Financiamento e empregos

A construção de um milhão de fogos habitacionais em todo o país continua a passos largos. Para a conclusão deste objectivo cuja meta está prevista para 2012, o Executivo angolano conta com apoio de iniciativas privadas, no caso do grupo empresarial Cassaforma, que ergueu recentemente na província da Huíla, uma fábrica de produção de casas pré-fabricadas.

O empreendimento fabril tem capacidade para produzir mensalmente um total de 100 residências do tipo T3 e T4. Avaliada em oito milhões e 690 mil euros, a nova unidade fabril possui uma linha de produção de materiais como painéis e alumínio (portas, vidros, janelas, aros, bloco de esferovite, entre outros), e outra de malhasol cuja capacidade é de 1.200 metros quadrados por dia

Para a credibilidade na execução das casas a indústria comporta um laboratório químico para inspeccionar a qualidade dos produtos e uma área de armazenamento cujos materiais tecnológicos e matéria -prima são provenientes da Itália.

Financiamento e empregos

A construção da unidade fabril, iniciada em Março de 2009, foi financiada pelo Banco Africano de Investimentos (BAI). Segundo os responsáveis da empresa, numa primeira fase, a fábrica vai empregar 20 técnicos nacionais. Espera-se que até ao final do ano venham a ser enquadrados mais de 500 trabalhadores, entre técnicos médios e superiores na sua maioria com residência fixa na cidade. Segundo o presidente do Conselho da Administração da empresa Cassaforma, João Pereira Massano, a tecnologia de produção dos materiais oferecem vantagens que serão transferidas em formas de benefícios para os clientes, acrescentando que a criação da fábrica vai permitir apoiar o programa habitacional ao Governo angolano que pretende construir em todo o território nacional, mais de um milhão de fogos habitacionais.

Para aquele responsável, a parceria público - privada, não é uma escolha, mas um caminho único e seguro para que se possa aumentar de forma exponencial a produção imobiliária tendo em conta a componente da responsabilidade social da empresa.

Projecto habitacional

Neste domínio, o grupo que se notabiliza com uma forte presença no âmbito da construção civil pretende investir ainda este ano, na província da Huíla, cerca de 30 milhões de dólares norte-americanos num projecto habitacional onde se prevê construir mais de oito mil residências do tipo T3 e T4, das quais 500 iniciam este ano.

Para o efeito, as primeiras 500 casas do sistema pré-fabricado serão construídas na área da EYWA, arredores da cidade do Lubango, num espaço de 540 metros quadrados por cada residência, enquanto outras serão edificadas nas zonas a serem definidas pelo governo local.

Fábrica no Bengo

O grupo argentino Cassaforma conta igualmente com uma outra fábrica na província do Bengo e perspectiva abrir outras em distintas localidades do território nacional. Com cerca de 318 mil habitantes, a economia na

província da Huíla é baseada principalmente na agricultura de cereais, frutas e legumes. Possui igualmente algumas indústrias manufactureiras especializadas em embalagens de alimentos.

2.10 Revitalização da Cidade de Luanda em marcha

O Independente

19 De Março de 2011

Os trabalhos do projecto de revitalização da cidade capital continuam em destaque, desde o principio deste ano que finda, contribuindo para a vivacidade das circunscrições e na melhoria da circulação dos transeuntes.

O projecto, que tem como objectiva a recuperação de passeios, lancis, instalação de postes de iluminação, semáforos, pintura de edifícios e espaços verdes, teve início em 2005 nas diversas avenidas de Luanda.

O processo de recuperação da iluminação pública consiste na colocação de novos postes, transformadores eléctricos, cabos de alta e média tensão e substituição da rede de distribuição nas principais ruas.

Quem passa pelas ruas Cordeiro da Mata, Augusto Tadeu, (Maianga), Alves da Cunha e Marítimo Africano (Ingombota), Soba Mandume, Ambaca, (Sambizanga), Olímpio Macuéria (Kilamba-Kiayi), João de Castro (Samba), Nocal (Cazenga), Vila Alice (Rangel), dentre outras, pode perceber o resultado das mudanças com destaque para a iluminação pública. No município de Viana, a via expressa Luanda/Viana está a receber os últimos postes de iluminação, entre os quilómetros 22 e 28, já em Cacucaco decorre a bom ritmo o projecto nas artérias da Orla Marítima, Salinas/Centro Cultural e Caterpillar, bem como Kifangondo /Pangula.

Os novos passeios estão a ser feitos em calçada de betão, pedra angolana, com um perfil de dois a quatro metros de largura, dependendo da área, para facilitar a circulação segura dos munícipes

No ano findo as atenções do projecto estiveram também viradas para as ruas terciárias e secundárias de Luanda que, há muito clamavam por restauração, visando o embelezamento e reordenamento da localidade.

Em muitas avenidas e ruas como a Revolução de Outubro, Deolinda Rodrigues, Ho Chi Minh, Comandante Gika e na zona da Ilha do Cabo pode-se ver pessoas de diferentes idades a usufruírem dos equipamentos, de várias maneiras, a caminhar, passear de bicicleta, praticar exercícios físicos, num novo ambiente paisagístico.

Para alguns munícipes interpelados pelo Independente, a recuperação dos passeios e lancis, pintura de edifícios, criação de espaços verdes, bem como a instalação de postes de iluminação, além de estar ligada à segurança no tráfego, embelezamento da cidade, permite desfrutar plenamente do espaço público e contribuiu para a ocupação dos tempos livres dos jovens.

Os espaços verdes e assentos públicos também foram tidos em conta na realização da empreitada, com realce para a plantação de cerca de 400 palmeiras no canteiro central da Avenida Comandante Gika, 30 na rua Marien Nguoubi, no município da Maianga, e nas áreas verdes no Largo da Independência.

O projecto fez ainda aumentar o número de sinalização rodoviária nas estradas da capital, porquanto já se vê a sinalização vertical, que serve de advertência para questões imperativas, e a h tal destinada a organizar o fluxo de veículos e] em várias artérias.

Como referência são as ruas Comandante Comandante Nzagi, e Kuamme Nkrumah (Maianga), Samuel Bernardo, Nicolau Branco (Ingombota) Garcia Neto, Cristiano dos Santos (Sambiza) entre outros.

Os dispositivos rodoviários das principais avenidas de Luanda (semáforos), de acordo com a fonte da Odebrecht que executa os trabalhos, reforçados, nos próximos dias, com painéis SI para se manterem em funcionamento no caso eventuais cortes no fornecimento de energia.

Serão beneficiadas, entre outras, as avenidas Amílcar Cabral, Ho Chi Minh, Revolução de Outubro, Pedro de Castro Van-Dúnem “Loy”, Murtala Muhamed, Comandante Gika, 21 de Janeiro, r Samba, Largo da Independência e Largo das Heroínas.

A limpeza das faixas de rodagem, recolha de fragmentos de acidentes rodoviários e objectos abandonados constam também do projecto.

O projecto mantém as actividades nas avenidas por meio de equipas de limpeza urbana e n tenção que realizam trabalhos rotineiros e asseguram as condições da via.

Com o passar do tempo, verifica-se que estruturas, como iluminação pública, passeios, espaços verdes, são cada vez mais um bem s associado à ideia de conforto e segurança de pessoas e bens.

2.11 Banco sol financia cooperativa agrícola

Semanário Factual

De 19 a 26 de Março de 2011

Uma cooperativa agrícola e sete associações de camponeses do município do Huambo, filiadas à União Nacional dos Camponeses de Angola (UNACA), beneficiaram, esta semana, de instrumentos de trabalhos e de fertilizantes, no âmbito do programa de concessão de micro-crédito de campanha de combate à pobreza projectado pelo Banco Sol.

De acordo com a Angop, os beneficiários receberam instrumentos de trabalho, sementes diversas e fertilizantes, avaliados em 22,9 milhões de Kwanzas.

Segundo a responsável do programa de microcrédito daquela instituição bancária, Carla VanDúnem, os beneficiários receberam, igualmente, enxadas, catanas, sementes de batata rena, de repolho, de cenoura e fertilizantes.

O programa de concessão de microcrédito que decorre na província do Huambo, desde Novembro de 2010, já beneficiou mais de dois mil camponeses dos municípios da Caála, do Bailundo e de Londuimbali.

O representante da UNACA no Huambo, Paulo Tavares, enalteceu o gesto do Banco Sol, uma iniciativa que visa diversificar a produção agrícola e permitir o combate à pobreza entre os camponeses.

A cerimónia de concessão de microcrédito de campanha agrícola às cooperativas foi testemunhada pelo presidente da Comissão Executiva do Banco Sol, Coutinho Nobre Miguel, para quem a iniciativa visa minimizar o sofrimento das famílias camponesas.

2.12 BNA divulga legislação sobre microcrédito e das cooperativas

Semanário Factual

De 19 a 26 de Março

A Conferência visou, igualmente, promover o debate sobre o papel na dinamização do crédito a micro e pequenos agentes económicos e aos segmentos da população de menor renda.

Na ocasião, o governador do BNA, José Lima Massano, afirmou que, “para o efeito, contamos também com a colaboração das entidades que actuam no segmento do micro crédito para partilharem connosco as suas experiências de sucesso na promoção dos micro e peque-

nos negócios, cujos benefícios se reflectem na melhoria do nível de vida das populações e no crescimento económico do país”.

O governador adiantou que “o estabelecimento de um quadro regulamentar próprio para as sociedades de micro-crédito e para as sociedades cooperativas de crédito tipificadas na Lei nº 13/05, de 30 de Setembro, Lei das Instituições Financeiras, decorre da especificidade destas instituições e vem colmatar uma lacuna regulamentar que permitirá, assim esperamos, o surgimento mais dinâmico das mesmas, pela transparência das regras para a sua constituição e funcionamento”.

O governador destacou, inclusive, o Banco Nacional de Angola proceder a ajustamentos na estrutura orgânica do seu Departamento de Supervisão das Instituições Financeiras, criando uma Divisão que atenderá às Instituições Financeiras não bancárias, no quadro das suas competências de autorização e supervisão, e isto contribuirá para um desempenho profissional, prudente e robusto das mesmas.

“Para o crescimento do acesso a serviços e produtos financeiros no País, em que apenas cerca de 11 por cento da população é bancarizada, consideramos crucial a participação de instituições como as de microcrédito e cooperativas de crédito que, sendo especializadas, podem desenvolver a sua actividade de forma mais próxima das comunidades e atender às expectativas de produtos e serviços financeiros que melhor se adequem aos pequenos negócios e às necessidades das famílias”, frisou.

O titular destacou que à banca comercial ou especializada no segmento de microcrédito cabe também um papel importante na massificação destes serviços financeiros, pela maior facilidade que têm em mobilizar recursos, captar poupanças e utilizar novas tecnologias, o que permite desenvolver o negócio em maior escala, bem como pela sua presença disseminada no território nacional.

“Podem, igualmente, apoiar as Instituições financeiras não bancárias, através da concessão de créditos às mesmas, promovendo a multiplicação dos recursos destinados aos micro e pequenos negócios e a mitigação do risco”, salientou.

Segundo José Lima Massano, “gostaríamos ainda de ver surgir e crescer as cooperativas de crédito que, para além de desenvolverem operações de crédito, podem também captar poupanças dos seus associados. Estas instituições, por serem constituídas na base de um elemento comum aos seus membros, tais como possuírem a mesma profissão ou ocupação, dedicarem-se a um mesmo negócio, residi-

rem na mesma área territorial, ou outro, detêm a particularidade de melhor poderem satisfazer aspirações comuns e bem servir as comunidades em que estejam inseridas”.

O governador do BNA afirmou, inclusive, o acesso a serviços básicos de poupança, de pagamentos e de crédito por parte das famílias e dos agentes económicos, ser fundamental para o desenvolvimento de um sistema financeiro inclusivo no País.

Enfatizou que “elementos importantes para a inclusão financeira com impacto na penetração dos depósitos e do crédito e na melhoria dos serviços de pagamentos, tais como o crescimento do rendimento por capim, a expansão da infra-estrutura financeira, designadamente as agências bancárias, a utilização das novas tecnologias, o aumento da concorrência no sistema financeiro e a existência de uma central de informação e registo de crédito, têm vindo progressivamente a apresentar melhorias”.

O Decreto Presidencial nº 22/11, de 19 de Janeiro aprova o Regulamento das Sociedades Cooperativas de Crédito, DR no 12 IS e o Decreto Presidencial nº 28/11, de 2 de Fevereiro, aprova o Regulamento das Sociedades de micro-crédito, DR nº 22 IS.

2.13 Empréstimo a empresárias do Cazenga

Jornal de Angola
25 De Março de 2011

Um grupo de 35 mulheres empreendedoras que no município do Cazenga se dedica ao comércio a retalho recebeu, ontem, em Luanda, um microcrédito no valor total de 17.500 dólares concedido pelo Banco Sol.

A iniciativa, desenvolvida por aquele banco em parceria com as administrações municipais de Luanda, o governo da província e o Ministério da Família e Promoção da Mulher, pretende conceder microcrédito a mulheres num valor global de 60 mil dólares.

Segundo declarou a directora de Microcrédito da instituição bancária, na próxima semana vão ser concedidos empréstimos de mais 42.500 dólares a pelo menos 85 mulheres do município do Rangel.

A vice-governadora, Juvelina Imperial, que fez a entrega simbólica do microcrédito, pediu às mulheres contempladas que honrem o compromisso assumido com o banco, para que este possa ajudar outras mulheres necessitadas.

Também, o administrador do município do Cazenga, Victor Nataniel Narciso, felicitou as mulheres con-

templadas e pediu uma melhor gestão dos valores recebidos para que o banco continue a facilitar microcrédito às empreendedoras do município, lamentando que as primeiras beneficiárias não o teriam feito. Por essa razão, adiantou, a nova concessão vai ter a fiscalização da administração e de outras entidades envolvidas.

Carla Van-Dúnem indicou, no acto de concessão do empréstimo, que para esta fase do projecto o crédito se destina a 120 mulheres, formadas em 24 grupos. A taxa de juro para tais operações é bonificada, situando entre 1,6e6,12porcento ao ano, sendo que o banco admite metas de reembolso que cubram até 98 por cento do capital.

Revelou, por outro lado, que o programa de microcrédito para mulheres atingiu, até ao momento, o valor de um milhão e meio de dólares concedido a 348 beneficiárias de diferentes municípios de Luanda, perfazendo um per capita de 2,402 dólares.

O Banco Sol tem disponível uma carteira anual no valor de 25 milhões de dólares destinada a empréstimos, mas a directora de Microcrédito afirmou que esta soma pode vir a ser ultrapassada. A actividade do comércio é a que mais empréstimos absorve, segundo Carla Van-Dúnem, que apontou como produtos financeiros instituídos pelos quais flui parte significativa do crédito, os do próprio banco, que são os convencionais, um produto Coca-Cola, instituído para negociar mercadorias dessa marca, e um específico, estabelecido em parceria com o Governo Provincial de Luanda.

Existe ainda um quarto, estabelecido com a petrolífera BP e usado para financiar projectos nas províncias do Huambo e Benguela, além do Crédito de Campanha Agrícola, instituído em parceria com o Executivo.

2.14 Banco Sol concede micro-crédito no valor de 60 mil dólares

O Independente
26 DE Março de 2011

Um total de 60 mil dólares (Cinco milhões e 820 mil kwanzas) foram concedidos esta semana em Luanda, pelo Banco Sol às mulheres empreendedoras dos municípios do Cazenga e do Rangel.

O micro-crédito concedido abrange um total de 120 beneficiárias, distribuídas por 24 grupos (cada grupo possui cinco mulheres), no qual cada uma deverá receber um valor de 42 mil e 800 kwanzas.

Do valor, as mulheres do município do Cazenga receberam um total de 17 mil e 500 dólares (um milhão e 697 mil

kwanzas), enquanto as do Rangel beneficiaram de um total de USD 42 mil e 500 (quatro milhões e 122 mil e 500 kwanzas).

Na ocasião, a directora da direcção de micro-crédito do Banco Sol Carla Van-Dúnen explicou que a taxa de juros praticada para o presente microcrédito é bonificada.

Disse ser um crédito de curto prazo, por ser reembolsado num período que vai de 12 a 18 meses.

Informou que até o momento, o Banco Sol já concedeu aproximadamente um milhão e 500 mil dólares norte-americanos a um total de 348 beneficiários nos vários municípios de Luanda.

Referiu que a nível do programa de micro-crédito que é específico para a cidade de Luanda, a maior parte das beneficiárias dedica-se a actividade comercial.

Informou que o Instituição Bancária possui vários tipos de produtos dos quais apontou o produto Banco Sol especificamente destinado a crédito comercial que se realiza em todas as províncias do país, o Fundo Coca-cola, no Bengo, e com o Governo da província de Luanda.

Participa igualmente em projectos com a BP nas províncias do Huambo e de Benguela e com o Banco Nacional de Angola. Em relação ao reembolso, informou que o mesmo está dentro das metas estabelecidas não existindo qualquer preocupação.

“Como banco, anualmente nós estabelecemos metas e pensamos que independentemente de estarmos. Implantados no mercado a aproximadamente 10 anos viemos para ficar”, sublinhou.

Instada a pronunciar-se sobre durante quanto tempo o banco vai ainda conceder créditos, a responsável afirmou que “como banco que somos, vamos conceder sempre. Este micro-crédito é dos nossos principais produtos e a perspectiva é de longo prazo”, disse. Carla Van-Dúnen sublinhou que desde a abertura da instituição foram já concedidos cerca de 93 milhões de dólares.

“Anualmente estabelecemos metas por produto. Para os objectivos do Banco Sol nós estabelecemos anualmente 25 milhões de dólares. Em relação ao crédito de campanha agrícola, a responsável referiu que o banco entrou no projecto com 50 milhões de dólares, tendo já concedido até ao momento um total de 14 milhões de dólares. O projecto de crédito às mulheres empreendedoras conta com a parceria do Governo Provincial de Luanda.

2.15 Programa de combate à fome e a pobreza, Rosa Pacavira defende envolvimento de todos

Jornal de Angola

26 De Março de 2011

A secretária para os Assuntos Sociais do Presidente da República, Rosa Pacavira, apelou ontem, em Luanda, ao envolvimento da sociedade nos Programas Municipais Integrados de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, em curso em todo o país.

Rosa Pacavira discursava no acto de abertura do seminário sobre a “Implementação dos Programas Municipais Integrados de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza” (PMIDRCP), promovido pela Comissão Nacional de Luta contra a Pobreza.

“Para que este programa tenha êxito, é preponderante o envolvimento, não só das estruturas governamentais, mas também das mais distintas entidades da sociedade angolana, como Organizações Não Governamentais, igrejas, partidos políticos, autoridades tradicionais e agentes comunitários, na mobilização da população em geral, para melhor identificarmos os problemas que mais afligem as populações e as vias para a solução dos mesmos”, defendeu.

Rosa Pacavira admitiu que não será fácil resolver todos os problemas que a população enfrenta e vive nos diferentes domínios da vida social, mas defendeu que se comece com “decisões firmes e determinantes” na aplicação das orientações que, conjuntamente, são traçadas para o bem de todos para defender a necessidade do envolvimento da sociedade nos PMIDRCP, enumerou alguns problemas identificados no processo de diagnóstico da situação dos municípios. Entre eles, apontou a falta de informação fiável para a planificação, sobretudo de dados demográficos sobre a cobertura e qualidade dos diferentes serviços por sector e mapas geográficos.

Apontou, também, a falta de conhecimentos sobre as abordagens técnicas por sector, comprovados como sendo eficazes e eficientes no combate à pobreza, e a dificuldade em atrair quadros qualificados em áreas técnicas e de gestão.

Segundo Rosa Pacavira, a maioria dos municípios ainda não consegue potenciar o papel dos conselhos de auscultação e concertação social, considerando-os “um enorme capital no combate à pobreza”.

Há também falta de clareza na definição das responsabilidades a vários níveis de governação e uma deficiente coordenação entre os diversos sectores.

A secretária do Presidente da República para os Assuntos Sociais defendeu a alteração do quadro, considerando o município “o coração do desenvolvimento nacional”.

Disse ter sido por esse motivo que foram aprovados os diplomas que regulam o regime financeiro e o Decreto Presidencial nº6/ 10, de 17 de Agosto, que estabelece o Regime de Delimitação da Actuação da Administração Central e Local do Estado. Com a aprovação da Constituição da República e de alguns diplomas relativos à administração local do Estado, acrescentou, também estão a ser criadas condições mais favoráveis para que o processo de desconcentração e descentralização administrativa de Angola possa decorrer a um ritmo mais célere e eficiente.

Lembrou que a Constituição consagra plenamente os princípios da simplificação e probidade administrativa, da aproximação dos serviços às populações como pressupostos para uma governação mais democrática e que se reflectirá na melhoria dos serviços prestados às populações.

Rosa Pacavira informou que os parceiros sociais a nível dos municípios, nomeadamente as autoridades tradicionais, as igrejas, associações locais e sector privado que fazem parte do Conselho de Auscultação e Concertação Social (CACCS) são “parceiros essenciais” no processo de recolha de dados, prioridade das acções, validação dos dados e definição de metodologia de execução dos programas e projectos.

A concluir o seu discurso, apelou à participação activa desses parceiros para a identificação de problemas. Disse ainda estar aberta para a recolha de contribuições e experiências no combate à fome e à pobreza.

Este, de resto, foi o objectivo principal do seminário, que juntou membros do Executivo, da Assembleia Nacional, de partidos políticos, igrejas, organizações não governamentais, autoridades tradicionais, associações e outros representantes da sociedade civil, e decorreu no Complexo do Futungo II, sob o lema “Combate à Pobreza: um compromisso do Governo angolano”.

O primeiro painel foi aberto pelo vice-ministro da Administração do Território, Cremildo Paca, que falou da “organização territorial e desconcentração da administração”.

2.16 Bancos financiam comerciantes rurais

Jornal de Angola
27 de Março de 2011

A secretária para os Assuntos Sociais do Presidente da República, Rosa Pacavira, afirmou ontem, em Luanda, que a Comissão Nacional de Luta contra a Pobreza vai incentivar a criação do “comerciante rural” para melhorar as condições sociais das camadas mais desfavorecidas.

“A Comissão Nacional da Luta Contra a Pobreza está a trabalhar com instituições financeiras e bancárias para conceder créditos aos comerciantes que residem nas áreas rurais” disse Rosa Pacavira, quando proferia uma palestra sobre o “Programa integrado de desenvolvimento rural e combate à pobreza” a militantes do MPLA.

Rosa Pacavira sublinhou que a melhoria das condições de vida dos pobres é uma preocupação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos. A coordenadora da Comissão Nacional da Luta Contra a Pobreza fez uma resenha histórica do processo de criação desta comissão. Rosa Pacavira afirmou que o Executivo pretende criar condições para que os municípios possam arrecadar receitas, descentralizar e tornar autónomos os programas municipais integrados para combater a pobreza a nível local. Rosa Pacavira admitiu que a falta de escoamento de produtos do campo para a cidade e as insuficiências no transporte dos produtos alimentares produzidos nas províncias contribuem para a pobreza das populações rurais. A secretária para os Assuntos Sociais do Presidente da República defendeu a extensão, comercialização rural e a criação de condições para o seu armazenamento e conservação.

Durante a palestra, a secretária para os Assuntos Sociais do Presidente da República explicou aos militantes do MPLA o funcionamento da “máquina de combate à pobreza” e apelou ao envolvimento da sociedade nos programas municipais integrados de desenvolvimento rural e combate à pobreza.

Nos últimos três dias, a Comissão Nacional da Luta Contra a Pobreza tem se desdobrado em esclarecimentos aos parceiros sociais sobre os desafios de combate à fome. Recentemente, Rosa Pacavira e representantes de instituições públicas realizaram uma mesa redonda sobre a necessidade de redução da pobreza. Esta comissão realizou sexta-feira última um seminário sobre a “Implementação dos Programas Municipais Integrados de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza”. No seminário, o secretário de Estado da Agricultura introduziu o tema sobre a “produção agropecuária e

segurança alimentar”. José Amaro Tati informou que o Executivo está apostado na utilização de adubos na produção agrícola e sublinhou que o problema é que nem todos os camponeses têm recursos financeiros para a aquisição desse produto, razão pela qual pediu a contribuição dos participantes para a solução deste dilema.

No domínio da pecuária, disse, a grande aposta é a criação de condições para a produção de carne nacional, para se diminuir a importação. A “extensão e comercialização rural” foi o último tema do primeiro painel, apresentado pelo vice ministro do Comércio. Archer Mangueira falou dos níveis de intervenção do sector para o combate à fome e à pobreza. Entre eles, o vice-ministro apontou os centros de recolha, armazenamento e conservação dos produtos, os entrepostos ou centros de logística e de distribuição e os estabelecimentos comerciais ou centros de venda

2.17 Cooperativa de mulheres recebe créditos

Jornal de Angola

28 De Março de 2011

O Ministério da Família e Promoção da Mulher, na província de Benguela, está a sensibilizar as comunidades para se organizarem em cooperativas de camponeses para acederem mais facilmente ao micro-crédito disponível em diversos bancos, no âmbito do programa de combate à fome e pobreza.

A directora provincial do Ministério da Família e Promoção da Mulher, Idalina Carlos, disse que os contactos com instituições bancárias para a viabilização do micro-crédito conheceram maior dinâmica depois da realização, o ano passado, do fórum provincial e do encontro nacional sobre micro-finanças, realizado no Kwanza-Norte, onde, como explicou, “foram dadas orientações no sentido de fomentar o crédito agrícola junto das comunidades”.

Idalina Carlos revelou que, até agora, mais de nove mil mulheres, que fazem parte das cooperativas e associações de camponeses, estão no mercado informal e são empresárias beneficiaram de créditos através do Banco Sol, Quixi Crédito, Fundo Soba e do BPC.

Idalina Carlos referiu que este ano o Ministério da Família e Promoção da Mulher vai continuar a trabalhar com as diferentes instituições financeiras: “já tivemos um encontro com o Banco Sol, BPC, Fundo Soba e Quixi Crédito para encontrarmos estratégias que permitam o financiamento de programas dirigidos a organizações de mulheres, principalmente para as das comunidades

rurais”, acrescentou. As potenciais candidatas são ajudadas pelo Ministério da Família e Promoção da Mulher a obterem a documentação necessária para acesso ao crédito, referiu Idalina Carlos, reconhecendo que “há os casos de organizações, como cooperativas e associações de mulheres empresárias sedeadas na província que, por estarem melhor o acesso ao crédito depende organizadas e estruturas, têm o acesso ao crédito mais facilitado”.

Do protagonismo das cooperativas e associações, que têm de se organizar e saber o que querem fazer, para onde pretendem dirigir as suas acções e quando necessitarem de alguma orientação e apoio o Ministério da Família e Promoção da Mulher promove actividades de advocacia junto dos bancos e encaminha as mulheres para as instituições financeiras, envolvidas no processo.

Os créditos variam em função das facilidades de pagamento das beneficiárias, mas geralmente rondam entre os cinco e dez mil dólares. As mulheres das camadas mais vulneráveis da sociedade têm encontrado dificuldades na obtenção dos créditos, uma vez que têm que pagar juros que não são tão baixos.

Idalina Carlos disse que o Executivo está preocupado em encontrar mecanismos para facilitar a vida das mulheres empreendedoras, que na sua maioria preferem aderir ao micro-crédito.

O programa de combate à fome e à pobreza está a ser desenvolvido pelo Executivo em todo o país, visando proporcionar uma vida mais condigna às populações vulneráveis das cidades e das zonas rurais, acrescentou Idalina Carlos.

3 MERCADO INFORMAL

3.1 Administração quer o reforço da fiscalização

Jornal de Angola
2 De Março de 2011

A sessão ordinária da administração do município do Huambo recomendou, no fim-de-semana, o reforço a fiscalização nos mercados paralelos e a actividade dos vendedores ambulantes para se evitarem constrangimentos na circulação urbana.

A reunião, em que participaram administradores adjuntos do município, chefes de repartição e de secretaria e o comandante da Polícia, recomendou também que a fiscalização abranja as obras de construção civil.

Os participantes congratularam-se com as melhorias no funcionamento e atendimento ao público e recomendaram que os pagamentos das taxas de prestação de serviço, como funerais e atestados de residência, passem a ser feitos na repartição correspondente da administração municipal para se reduzirem as enchentes nos bancos e permitir controlar as receitas.

A reunião, presidida pelo administrador José Marcelino, apreciou o relatório de actividades de Janeiro e o grau de cumprimento da 7ª sessão ordinária da administração municipal.

Além disso, fez uma retrospectiva do funcionamento dos vários sectores da administração do município.

3.2 Administração municipal do Cazenga pretende construir três novos mercados

Jornal De Angola
8 De Março de 2011

O administrador municipal do Cazenga, Victor Narciso, disse ontem que está em carteira a construção de três novos mercados para albergar os vendedores que actuam na rotunda da Cuca, rua dos Comandos e Ngola Kiluanje.

De acordo com o administrador, na rotunda da Cuca, os vendedores ambulantes transformaram o local em mercado onde depositam o lixo, facto que está a preocupar a administração municipal.

Victor Narciso não revelou o montante a ser empregue, nem o local onde vão ser construídos os novos mercados, mas sublinhou que contactos estão a ser feitos com o governo da província de Luanda para que num curto intervalo de tempo a situação seja resolvida.

Acrescentou que os vendedores que se encontram ao longo das ruas Ngola Kiluanje e Comandos estão a contribuir para a degradação do local e a criar dificuldades na resolução do saneamento básico do município.

Assegurou que o local não é apropriado para comércio e pretende-se nos próximos dias retirar as pessoas que ali desenvolvem tal actividade, porque impedem a circulação de peões e viaturas, além de contribuírem para a produção de lixo.

Garantiu existirem opções no sentido de se retirar as pessoas para outros locais e neste momento mantêm-se encontros no sentido de se sensibilizar os comerciantes ambulantes da municipalidade.

3.3 Moradores do Hoji ya Henda preocupados com a venda ilegal

Jornal de Angola
8 De Março de 2011

Os habitantes da comuna do Hoji-ya-Henda, Luanda, estão preocupados com a venda ilegal de combustível gasolina, gasóleo e petróleo, nas ruas e casas pela falta de observância dos princípios de segurança.

A Angop verificou que nas ruas do Hoji-ya-Henda há mais de uma centena de casas a vender combustíveis sem cumprirem as medidas de segurança.

Populares afirmaram à agência que a venda ilegal de combustível está na base do incêndio de sábado, no Hoji-ya-Henda, que originou uma morte e a destruição de residências e de cinco viaturas.

Manuela Fernandes, moradora na comuna há mais de dez anos, disse que o incêndio de sábado é o primeiro na casa de um comerciante de produtos inflamáveis, mas que já se registaram outros de pequenas proporções. Muitos comerciantes, acusou, são abastecidos, à noite, por empresas de construção civil.

Maria Salomé, moradora no bairro há seis anos, frisou que os comerciantes deviam reflectir sobre o perigo da venda ilegal de combustíveis.

As pessoas que encobrem este negócio, declarou, deviam ser levadas a tribunal. Fausta Marta, uma das vendedoras de combustível, disse que obtém o produto nos postos oficiais de venda de combustível e em camiões cisternas de empresas públicas e privadas.

“Faço este negócio há cinco anos porque tenho de procurar o sustento dos filhos e pagar-lhes as propinas no colégio, justificou-se.

3.4 Venda de produtos perecíveis

Jornal de Angola
8 de Dezembro 2010

A saúde pública tem sido colocada em risco, em certas localidades da província do Huambo, que albergam mercados informais, e a comercialização indevida de produtos perecíveis. Nesse contexto a Administração Municipal do Huambo, sai em defesa das populações - na sua maioria de renda modesta e muito pouco informada, sobre a qualidade dos produtos. “Para preservar a saúde pública, e pôr cobro à situação, ficou proibida, a comercialização de produtos perecíveis, como a carne, o peixe fresco, e hortícolas, no mercado informal da Quissala”, informou o administrador adjunto do Huambo, Joca Figueiredo.

Tendo assegurado que a medida visa preservar a qualidade dos produtos perecíveis, que os cidadãos consomem, o responsável administrativo, disse que a construção de um novo mercado, agora concluído na Quissala, vai permitir a comercialização, em boas condições aos produtos perecíveis. A decisão em construir novo mercado, visou igualmente prevenir e minimizar os casos de cólera, que têm afectado a província nos últimos anos, situação que agora encontra resposta - porque, segundo ele, “grande parte das causas de cólera, tem origem na venda de bens alimentares sem nenhuma qualidade e, por vezes, em condições muito precárias”, assinalou.

Com capacidade para albergar mais de mil e quinhentos vende dores, o mercado da Quissala, dispõem de câmaras, arcas, talhos onde podem ser conservados, todos os produtos perecíveis, em boas condições para o consumo humano. “Os perecíveis, passam a ser comercializados, a partir de terça-feira, no novo mercado da Quissala. Os fiscais vão tomar medidas, contra todos os que infringirem a medida”, sublinhou.

O administrador adjunto do Huambo, Joca Figueiredo, assegurou que os vendedores de produtos não perecíveis, vão por agora, continuar a comercializá-los no mercado informal uma vez que, o mercado da Quissala foi construído no âmbito da reestruturação do Sistema de Logística e de Distribuição de Produtos Essenciais à População (Presild). O empreendimento inaugurado este ano no município do Huambo, está avaliado em 512 milhões de kwanzas. Comporta mais de mil bancadas, 11 lojas comerciais, sapatarias, alfaiatarias, pastelaria/padarias, peixaria, duas fábricas de gelo, três snack-bar, bem como uma farmácia.

3.5 Mercado do artesanato em obras

Jornal de Angola
13 De Março de 2011

O administrador do mercado de artesanato localizado em Benfica, João Isabel, anunciou na quinta-feira, em Luanda, o reinício das obras de reabilitação previstas para a segunda quinzena deste mês.

“Neste momento, o que falta fazer é a construção do parque de estacionamento e a área que vai albergar a parte administrativa do mercado”, especificou.

Segundo o responsável adiantou à Angop, as obras, iniciadas em 2010, estiveram paralisadas devido a problemas financeiros, uma vez que estão a ser suportadas com fundos próprios dos artistas.

João Isabel referiu que os trabalhos de benfeitoria se resumem à aplicação de uma cobertura total com chapas de zinco, em todo o espaço da praça, a construção de bancadas, instalação de balneários e parque de estacionamento.

De acordo o administrador do mercado, logo após a conclusão das obras o mercado terá a capacidade de albergar dois mil escultores e revendedores, devendo a administração cobrar uma taxa simbólica que vai ser colectada aos visitantes, com excepção dos estudantes e apreciadores de arte.

No mercado, as peças mais procuradas pelos turistas são o Pensador, o mapa de África, o mapa de Angola, a palanca negra gigante, máscaras e quadros com pinturas que descrevem a vida das mulheres angolanas.

A feira do artesanato ocupa uma área de 1.600 metros quadrados e está localizada no município da Samba, a sul da cidade de Luanda.

3.6 Mercado de Cabo Ledo é paragem obrigatória

Jornal de Angola
15 De Março de 2011

O mercado de Cabo Ledo é paragem obrigatória dos automobilistas na estrada entre Luanda e o Sumbe. Agostinho Magalhães conduz há três anos um autocarro da empresa de transportes colectivos Macom. Estacionou no mercado e a paragem é apenas de 15 minutos. Mas todos os passageiros vão às compras.

Pedro Kuafila conduz um camião de marca Mack. Parou no mercado de Cabo Ledo para retemperar forças: “comi uma boa fubada com carne de vaca”. Depois

da refeição seguiu em direcção ao Sumbe. O camionista anda sempre dentro dos limites de velocidade e faz uma “condução defensiva porque transporto produtos químicos há seis meses. Tenho de estar atento a tudo, sobretudo às loucuras dos outros automobilistas que conduzem como se estivessem numa pista de corridas.

Logo às primeiras horas da manhã é notório o movimento incessante de viaturas ao longo da estrada entre Luanda e o Sumbe. De dia, à noite e durante a madrugada o roncar dos motores não pára.

Simão Joel conduz um camião que se dirige ao município de Seles, onde vai carregar hortícolas e fuba de bombô. Comercializa estes produtos, ao romper da aurora, no mercado do quilómetro 30.

Diz que a paz veio dinamizar a circulação de pessoas e bens. Reconhece que o intenso movimento que se verifica em todas as estradas angolanas também se deve muito às boas estradas: “esta rota está servida com uma excelente estrada e todos os dias há dezenas de camiões a circular escoando os produtos das terras férteis do Kwanza-Sul. Elisa João partilha da mesma opinião. “As estradas estão em bom estado e é bom viajar por via terrestre, porque permite desfrutar melhor a paisagem”.

Comida e descrição

Quando andamos na estrada tudo pode acontecer. Um camião está imobilizado há dois dias na berma da estrada devido a um problema mecânico. Transporta chapas de contraplacado para a fábrica de cimento do Sumbe. O ajudante Alfredo Jorge explica que tudo correia de feição, quando, nas proximidades do mercado de Cabo Ledo, o motorista teve que encostar “por causa do disco de embraiagem”. A sorte esteve do seu lado, porque, a avaria imobilizou o camião nas imediações do grande mercado de cabo ledo e “assim dá para comer qualquer coisa”.

Uma maré de gente movimenta-se à volta do mercado que tem um pequeno parque de estacionamento arborizado. Os clientes entram e saem do interior das barracas improvisadas, num movimento frenético.

Isabel Armando é natural do Sumbe, mas vive em Cabo Ledo há mais de 30 anos. Em 1986, decidiu montar o seu negócio no mercado. Confecciona vários pratos de carne e peixe, feijão de óleo de palma, funge de bombô e milho. Os viajantes podem desfrutar de refeições típicas e várias marcas de vinho e cerveja. Isabel Armando deixa o mercado às 20 horas. No mercado de Cabo ledo, os grelhados que fazem a delícia dos clientes. Os vários fogareiros fumegam na preparação de carne no espeto. Há moelas, entrecosto, galinha, carne de vaca e chou-

riço. E também os mufetes com peixe fresco acabado de pescar.

E deste negócio que sobrevive Antónia Adão, há dois anos. As seis horas da manhã já tem a carne preparada nas brasas. Para garantir o negócio, desloca-se duas vezes por semana a Luanda a fim de se abastecer. Ela valoriza imenso o trabalho que realiza. “o segredo do negócio reside na forma simpática como lido com os viajantes e outros clientes”, disse.

Carlos Borba viaja de boleia. Vai para o Sumbe. O automobilista que lhe deu boleia fez uma paragem rápida no mercado de Cabo Ledo. Ele aproveitou para comprar carne assada para matar a fome.

A 150 quilómetros de Luanda o mercado é pólo de atracção para pessoas provenientes de diversas paragens que andam a fazer negócios. Pedro Domingos Ngue montou a sua bancada há quatro meses para a venda de roupas, perfumes e cigarros. O negócio corre bem e vai a Luanda todas as semanas comprar mais mercadoria nos armazéns.

Confidenciou à nossa reportagem que as vendas sobem, substancialmente, quando os militares recebem o salário. Em Cabo Ledo está localizado um centro de treino de tropas especiais.

3.7 Vendedoras negam transferência para o Quindengo

Jornal de Angola
15 De Março de 2011

As vendedoras do mercado municipal do Uíge passaram a dispor de um novo espaço para comercializar os seus produtos, com melhores condições higiénicas e apropriado para o exercício da actividade comercial.

Com capacidade para albergar três mil vendedoras, o novo mercado localiza-se no bairro Quindenuco, a quatro quilómetros da cidade, o que, segundo as comerciantes, dificulta o exercício da sua actividade diária por falta de transporte e de clientes, para os quais o mercado também é distante.

A coordenadora da secção de frescos do mercado, Berta Luenze Ferreira, disse, durante um encontro promovido no último fim de semana pela direcção provincial da Família e Promoção da Mulher, no âmbito da jornada Março Mulher, que está satisfeita com as novas condições colocadas à disposição das vendedoras, mas recusou-se a transferir-se para lá.

“O Novo mercado é bonito e é de louvar os esforço do governo. O nosso problema está na distância que separa a cidade do mercado, fazendo-nos correr sérios riscos de sermos assaltadas pelos marginais”, disse.

Má Luvengo, vendedora de sacos de plástico, referiu que o outro motivo está relacionado com a falta de armazéns para grossistas no bairro Quindenuco. “Eu vendo sacos e lá não há nenhum armazém que nos permita comprar produtos a grosso para depois revendermos a retalho”, referiu.

A administradora municipal adjunta do Uíge, Maria Manuel Cardoso, informou que o espaço onde funciona o antigo mercado vai, nos próximos tempos, sofrer obras de reabilitação e ampliação para proporcionar maior comodidade à vendedeira informal.

Maria Manuel Cardoso pediu maior colaboração das vendedoras na efectivação do processo de transferências para o mercado do Quindenuco, na periferia da cidade. O novo mercado, cuja verba das obras foi já disponibilizada pelo Ministério das Finanças, tem capacidade para albergar condignamente mais de cinco mil vendedores e melhores condições de saneamento.

“O actual mercado vai, a partir deste primeiro semestre, ser alvo de uma intervenção de reabilitação e modernização e não podemos fazê-lo com a actividade comercial a decorrer ao mesmo tempo, por isso, construímos o mercado do Quindenuco, que oferece boas condições”, disse a administradora municipal adjunta do Uíge.

Afirmou ainda que o governo pretende personalizar as condições das nossas quitadeiras e por isso “esperamos que colaborem e o ajudem na materialização destas condições, que estão a ser postas à disposição da população”.

3.8 Quitadeiras exigem indemnização

Semanário Angolense

De 19 a 26 de Fevereiro de 2011

Parte do mercado dos Congolezes incendiou na madrugada de domingo, 20, em consequência de um curto-circuito. Até ao fecho desta edição os danos materiais provocados pelo incêndio estavam ainda a ser contabilizados, mas o administrador municipal do Rangel fala em “prejuízos avultados”

São cerca de 34 quitadeiras afectadas, estas, apesar de reconhecerem que o incêndio não foi provocado, mostram-se revoltadas e exigem indemnização da administração do mercado para recomeçar o negócio que constitui a base de sustento de suas famílias. Ana Bela Esperança é uma das afectadas e disse a nossa repor-

tagem que perdeu 15 grades de cerveja Savana e 10 de Sagres. Segundo constou, a grade de cerveja Savana custa 3000 Kwanzas e a de Sagres 1800, o que pressupõe dizer que perdeu 63.000 Kz.

A nossa interlocutora conta que depois do encontro com a administradora do mercado, que fez uma listagem das pessoas afectadas, estão mais calmas porque esta prometeu resolver o problema no prazo de 72 horas. Reforçou que a situação é preocupante porque “há colegas que estão em casa porque não lhes restou absolutamente nada”, o que deixa as vendedoras aflitas.

Maria Francisco, vendedora naquele mercado há 15 anos, disse ter perdido 23 caixas de wisky. “Espero que o Governo nos ajude porque nós pagamos uma taxa diária e o armazém onde se encontrava a nossa mercadoria é do Governo”.

Já Domingas Manuel, mãe de seis filhos e quitadeira do referido há 20 anos, contou que não sabe de concreto o que se passou.

“Quando voltamos aqui no dia seguinte de manhã encontramos as coisas já transformadas em cinzas perdido tudo, caixas de wisky e cerveja, enfim, mercadoria avaliada em mais de 100 mil Kwanzas”, lamentou. A mesma acrescentou que não sabe como vai responder as necessidades dos seus filhos que vão à escola, como por exemplo, no que se refere a compra de material escolar e o pagamento diário de táxi.

A presença da nossa reportagem no mercado dos Congolezes agitou os ânimos das quitadeiras, que em pouco tempo causaram tumultos, insurgindo-se contra a administradora do mercado, Suzana Mendes, de quem exigiam a reparação imediata dos danos. “Se não nos pagarem o negócio vamos recorrer ao Governador Provincial”, gritavam.

Ouvida sobre o assunto, a Administradora do mercado revelou ao Angolense que o cenário tem sido o mesmo desde a data do incêndio, por isso procura refugiar-se para evitar o contacto com as pessoas afectadas, que estão exaltadas.

Por sua vez, o Administrador Municipal do Rangel, Maciel Neto “Makavulo”, disse que não sabe ao certo o que terá causado o curto-circuito que afectou o armazém em que as senhoras guardavam os produtos, mas presume que tenha sido causado por uma empresa chinesa que está a efectuar obras nos arredores do mercado.

De acordo com o responsável, horas antes do incêndio esta empresa mexeu nos cabos eléctricos que fornecem energia ao mercado.

Até ao fecho desta edição o Administrador Municipal do Rangel informou que os danos estavam a ser calculados mas avançou que o incêndio provocou prejuízos avultados, por exemplo, disse que cerca de 34 senhoras, vendedoras de bebidas e de electrodomésticos, ficaram sem o negócio.

“A administração está a fazer o levantamento porque até ao momento só se sabe o número de pessoas afectadas e o tipo de produtos, portanto, resta saber o valor real em termos monetários”, referiu Maciel Neto “Makavulo”.

Segundo ainda o responsável, tendo em conta os avultados prejuízos, o que é mais justo é a administração do mercado arcar com os custos, ressarcindo as quitandeiras, porém, avançou, devido a dependência do mercado em relação a administração municipal, a instituição vai solidarizar-se no pagamento.

“Makavulo” referiu, no entanto, que esta situação acontece num momento difícil em que as administrações são obrigadas por lei a depositar os dinheiros arrecadados nos mercados na Conta Única do Tesouro,

Segundo disse, a lei vai ser cumprida, mas para este caso particular, “vamos tratar junto do Ministério das Finanças, para vermos que saída pode ser encontrada para estes chefes de famílias que perderam os seus negócios e que também são contribuintes do Tesouro Nacional”. Questionado para quando a solução definitiva da preocupação das mais de 34 quitandeiras, o mesmo respondeu que face a dependência da resposta do Ministério das Finanças não se pode avançar um horizonte temporal. “Podem levar o seu tempo mas estamos a fazer uma pressão para que se resolva o problema o mais rápido possível”, disse.

3.9 Zungueiras causam pânico a beira da estrada

Novo Jornal

25 De Março de 2011

A Nova Estrada do bairro Adriano Moreira, no município do Cazenga, vive um cenário alarmante, porque as zungueiras transformaram a via em mercado. As vendedoras vendem os seus produtos à beira da estrada, perigando as suas vidas, bem como a dos automobilistas e dos peões que ali transitam diariamente.

Apesar da esquadra móvel da Polícia estar próximo do local, nada é feito para pôr ordem no referido mercado, segundo disse Augusto José, de 35 anos, morador do bairro. “O que nós verificamos aqui todos os dias é triste e preocupante. Não é possível que esta gente não

entenda que isto é estrada e não um mercado”, lamentou o morador bastante indignado. Mateus José não percebe a falta de prudência por parte das zungueiras. E não entende também porque é que a Polícia não faz nada, uma vez que os profissionais da ordem pública circulam no local e têm uma esquadra móvel ali. “Olhando as coisas da maneira em que estão, fico sem entender qual é realmente o papel da Polícia, se não nos colocam em segurança nem cuidam para manter a ordem”, desabafou.

Albano Zeferino, de 24 anos, é automobilista. Todos os santos dias passa por aquela via para ir para a escola e sente pavor quando vê as comerciantes a venderem muito próximo à estrada. “Não é fácil transitar nesta via, principalmente nos dias de semanas. Você vai ver uma tremenda agitação, que não irá perceber em que caminho deves colocar o carro”, disse, acrescentando que ali o perigo está à espreita todos os dias.

O mercado criado pelos comerciantes está muito próximo da Escola Primária 712. Os alunos acusam as vendedoras de criarem todos os dias a desordem naquela via, considerada, por eles, apertada. Hélder, de nove anos, estuda na quinta classe. A criança queixa-se que, por causa da confusão causada pelas zungueiras, fica sem direcção na hora de atravessar. “Não entendo nada. É que uma vende daquele lado, a outra vende deste.

Às vezes quando está a passar um carro, elas tiram rápido as coisas estrada e nós, como mais pequenos, não sabemos para onde ir”, elucidou.

Quem também se sente irritado com a presença das vendedoras naquele lugar são os camionistas da fábrica de cerveja Cuca. Os homens, responsáveis por levar todos os dias dezenas de caixas de cerveja, culpabilizam as zungueiras pelos constantes engarrafamentos naquela via.

“Muitas vezes estamos a sair da fábrica com um carregamento e deparamo-nos com dezenas de pessoas a vender mesmo à porta da entrada e saída dos camiões. A situação está mal, pá”, disse o camionista Faustino Carlos, com ar de preocupado.

3.10 Director nacional contra investidores que subvertem os preços e o mercado

Jornal de Angola

26 De Março de 2011

O director nacional de Inspeção e Investigação das Actividades Económicas (DNIAE) pediu, na quinta-feira, em Luanda, aos seus efectivos uma atitude activa para com os “Investidores mal Intencionados”

O comissário Alexandre Canelas, que discursava na abertura de um seminário dedicado à “pesquisa e formação de preços”, alertou para o facto de investidores mal-intencionados virem para Angola apenas com o objectivo de “obterem lucro fácil” e “expatriarem capitais ilicitamente”, chegando alguns a aproveitar-se de “fragilidades do país para branquearem dinheiro”. Para esses, pediu, “a Polícia Económica deve ser activa, organizada, disciplinada e capaz de descobrir todos os actos que violam as normas, as leis e a Constituição”.

Alexandre Canelas reforçou o pedido, instando os efectivos da DNIAE a mandarem esse género de investidores para os tribunais angolanos depois da conclusão das investigações. O director da DNIAE propôs uma componente didáctica e pedagógica na intervenção policial contra os agentes económicos que pervertem o mercado angolano de bens e serviços. Depois do seminário, anunciou, a Polícia Económica deve transmitir aos operadores com “tendências especulativas constantes” e que introduzem dados falsos nos documentos “formas mais adequadas de trabalharem, sem incorrerem em fraudes”.

Alexandre Canelas reconheceu existirem “muitos investidores que estão dispostos a investir em Angola, que estão dispostos a respeitar as leis que regulam a matéria de investimentos” e disse que “cabe à Polícia Económica estar atenta aos mal intencionados”.

O director da DNIAE falou das contingências do mercado internacional que apontam para a iminência da subida dos preços de produtos importantes, como os cereais, petróleo e derivados, algo que, referiu, demonstra que vai ter reflexos sobre o mercado angolano. O director da DNIAE apelou a uma actuação uniforme entre técnicos dos sectores institucional e privado para o cálculo dos preços não ser feito de maneira diferente entre as várias partes envolvidas nos processos de comercialização.

“Temos de agir todos de maneira uniforme e este seminário vai permitir que possamos refrescar e fortalecer conhecimentos, permitindo o ajustamento das nossas acções de inspecção e investigação”, declarou o director nacional.

Domingos Cordovill, consultor do Ministério das Finanças, um dos prelectores, atribuiu a especulação sobre os preços em Angola a “imperfeições do mercado e, principalmente, à falta de transparência e de informações”. O consultor aconselhou as instituições a acatarem o que disse ser “uma recomendação de grande alcance social”, que é a execução de um sistema permanente de divulgação dos preços dos principais produtos de consumo, entre os quais se incluem os bens de primeira necessidade.

No seminário foram analisados temas legislativos e conceptuais da ciência económica relacionados com os preços, tendo como prelectores Domingos Cordovill e Márcia Lira, também consultora do Ministério das Finanças.

3.11 O paradoxo dos direitos fundamentais(3)

Semanário Angolense
26 De Março de 2011

Na agitação metropolitana de Luanda onde o preço de bens e serviços exorbitam em todos os cantos e os salários mais aceitáveis voam com a velocidade das especulações e da alta dos preços, é difícil acreditar que existam mercados que configuram verdadeiros «oásis» económicos para aqueles que se encontram rios níveis mais baixos dos rendimentos mínimos.

Nesses «oásis» económicos, encontramos preços e medidas pouco comuns na maioria das lojas e mercados urbanos. Na verdade, são micro-mercados que garantem a sobrevivência de todos daqueles que se sustentam com menos de 1 dólar/dia, conforme estatísticas habituais de organizações internacionais, quando medem as economias dos países subdesenvolvidos ou em via de desenvolvimento, como o nosso.

Esses micromercados, nalguns pontos também popularmente conhecidos como «arreiou-arreiou», chegam a ser centros de transacções de mercadorias estipuladas com preços extraordinariamente baixos, para estarem ao alcance de famílias que enfrentam a miséria extrema. As medidas são igualmente extraordinárias: por exemplo, uma mão cheia de tomate do Úcua (espécie pequena) chega a custar 5,00 kwanzas, entre outros preços «incríveis» do género. ‘

É um quadro que espelha a marginalização da economia angolana ao extremo, ao ponto de resultar na confusão finalística da comunidade e do mercado. Ou seja, se aquele persegue a estabilidade pela solidariedade, este persegue o ganho assente no egocentrismo da concorrência comercial e como tais incompatíveis. Porém, a miséria e a necessidade de sobrevivência humana fazem questão de harmonizá-las numa balada que torna profuso o ritmo progressivo da pobreza das populações circunscritas em comunidades periurbanas.

É uma realidade que não deixa de arrepiar os valores fundamentais consagrados na Lei Constitucional, através de princípios inscritos como direitos e liberdades individuais: o direito à vida (art. ° 30. °), o direito à integridade pessoal (art.° 31. °), o direito à livre iniciativa

económica (art. °38.0) e o direito ao ambiente (art. ° 39. °) entre outros; assim como, através de princípios inscritos como direitos económicos e especiais tais como o de saúde e protecção social (art.° 77. °) ou mesmo inscritos no sistema de organização económica nacional.

Não deixa de se fazer referência ao princípio da dignidade humana, enquanto valor inerente à conservação e preservação da espécie humana em sociedade, como conquista dos movimentos constitucionais pós-medievais e consagrado em todas as constituições democráticas, mesmo as mais conservadoras ou centralistas

Em tais micromercados, embora estejam patentes valores de solidariedade humana, faltarão, de modo flagrante, valores inerentes ao direito ao ambiente, pela ausência gritante de higiene e de elementos mínimos aceitáveis para a conservação e preservação da saúde pública. Não raramente, esses micro-mercados passeiam toda a sua existência precária em zonas de risco extremo para a saúde humana, onde a pestilência das lamas transparecem a envolvimento de águas nauseabundas e da fatura de um lixo multiforme em montanhas de tamanhos, aparência e colorações abusivos. E as mercadorias nelas transaccionadas raramente fogem do mesmo quadro sanitário dramático; concorrendo no espaço com moscas e outros insectos nocivos, à saúde humana.

Por isso, resumem-se em mercados da miséria, embora alimentem a maior parte das populações concentradas em zonas peri-urbanas das grandes cidades.

Com efeito, a nova Lei Constitucional já é alérgica à impunidade do Estado e seus órgãos quanto à violação, por acção ou omissão, dos direitos económicos e sociais consagrados. Para tal, estabelece a possibilidade de recurso judicial contra o Estado, nomeadamente mediante propositura de acções de Responsabilidade Civil, sobretudo quanto aos deveres de materialização dos direitos em referência. Em primeiro lugar, consagra a responsabilidade do Estado e de outras pessoas colectivas públicas (art.° 75.°, n.º1). Ou seja, postulando que «O Estado e outras pessoas colectivas públicas são solidária e civilmente responsáveis por acções e omissões praticadas pelos seus órgãos, respectivos titulares, agentes e funcionários, no exercício das funções legislativa, jurisdicional - administrativa, ou por causa delas, de que resulte violação dos direitos, liberdades e garantias ou prejuízo para o titular destes ou para terceiros». E reforça (n.º 2), estabelecendo que «os autores dessas acções ou omissões são criminal e disciplinarmente responsáveis, nos termos da lei».

Em segundo lugar, prescreve as formas de concretização desta possibilidade através do direito de petição,

denúncia, reclamação e queixa (art.°73.º) e o direito de acção popular (art.° 74.º), como mecanismo de impulsionamento de tal responsabilidade, sem prejuízo de outros instrumentos similares ou equivalentes estabelecidos em leis ordinárias. É claro que a falta de implementação de programas políticos pelo partido político no poder, resultantes de promessas eleitorais, é em geral punida pelos actos eleitorais dos cidadãos no exercício periódico do direito de voto consagrado pela Lei Constitucional. O que, obviamente, não dispensa o concurso dos instrumentos constitucionais mencionados acima, em favor da realização efectiva dos direitos económicos e sociais em causa.

Nesta base, a existência de tais micromercados, apesar do papel sustentador de uma economia privada de emergência que serve as populações periurbanas, constituem verdadeiros factos ilícitos praticados (por omissão) pelo Estado e como tais constituem-no na obrigação de reparar os danos deles resultantes. Na verdade, o consumo verificado em tais micromercados representam, a mais das vezes, danos irreversíveis à saúde pública, que se reflectem na curta longevidade dos indivíduos no contexto da esperança de vida nacional. Esta responsabilidade é ainda mais evidente quando o Estado se mostra inoperante quanto à necessidade de estruturação de uma economia privada concorrencial que emancipe as actividades económicas informais em que se constitui a maior parte da actividade económica privada nacional, por si só incipiente, se comparada com a onnipotente presença da economia pública animada pelos concursos e contratações públicas eivados de critérios de imparcialidade duvidosa.

A partir do enunciado constitucional fica claro que os administradores comunais ou municipais responsáveis pela realização de condições necessárias ao bem estar das populações sujeitas a tais micromercados podem ser criminal e disciplinarmente responsabilizados se os cidadãos organizados entenderem instaurar os referidos processos judiciais ou disciplinares. E isto sem prejuízo da acção judicial sobre a mesma matéria contra o Estado.

3.12 Mulheres empreendedoras falam do mercado informal

Jornal de Angola
28 De Março de 2011

Encontro Nacional da Mulher Empreendedora começa amanhã na cidade do Uíge, sob o lema “Valorizar a presença da mulher no cenário empresarial”. A presidente da Associação das Mulheres Empreendedoras do Uíge, Georgina dos Anjos, disse durante uma conferência de imprensa, no auditório da Emissora Provincial do Uíge,

que a representação local das mulheres empreendedoras vai levar a debate a situação das mulheres vendedoras do mercado informal.

“A associação tem acções de trabalho com as mulheres do mercado informal, porque são elas que precisam de mais ajuda, mais apoio e precisam de sair do negócio informal para o formal. Na província existem poucas empresárias, por isso queremos puxar mais mulheres para este ramo”, disse Georgina dos Anjos. A empresária revelou que na província existe muitas mulheres com iniciativa e coragem para progredir no ramo empresarial.

A Federação Angolana da Mulher Empreendedora assinou um acordo com o Banco Sol no sentido de financiar pequenas iniciativas das mulheres através do programa “Micro-crédito Sol”, além de financiar também grandes projectos empresariais idealizados por mulheres. O objectivo é melhorar a situação económica das mulheres no país.

“A Federação Angolana das Mulheres Empreendedoras tem feito tudo para que as nossas associadas, sejam contempladas com o micro-crédito. Foi assinado, no ano passado, um protocolo entre o Banco Sol e a Federação das Mulheres Empreendedoras, para a concessão de financiamento às mulheres”, disse.

Georgina dos Anjos acrescentou que o projecto já começou noutras províncias e, no Uíge, aguarda-se apenas a presença dos técnicos do Banco Sol, para o arranque do processo: “as vendedoras e quitadeiras já receberam informações sobre as vantagens do financiamento e vão, nos próximos dias, frequentar seminários para estarem dotadas de conhecimentos sobre a gestão do crédito e dos seus negócios”.

A representante das mulheres empreendedoras no Uíge disse que, apesar do reduzido número de mulheres empresárias na província, foram criados núcleos de associações nos municípios, para que mais quitadeiras estejam agrupadas e organizadas para beneficiarem de financiamento.

“Hoje muitas mulheres já não dependem apenas dos homens para sustentar as suas famílias. Há um grande envolvimento das mulheres no cenário empresarial e hoje já podemos ver nas nossas cidades lanchonetes, lojas, boutiques, talhos e outras estruturas de negócios, cujas proprietárias são mulheres”, referiu.

A presidente da Associação das Mulheres Empreendedoras do Uíge, Georgina dos Anjos, pediu maior abertura e desburocratização dos bancos no processo de concessão do microcrédito às mulheres de negócios, tendo

defendido a necessidade de ser ponderada a obrigação de hipotecas ou bancarização dos salários na atribuição do financiamento.

3.13 Construção de entrepostos comerciais recomendada na província de Cabinda

Jornal de Angola

15 de Março de 2011

A sétima sessão ordinária do conselho de Cabinda realizada, na segunda-feira, na capital da província, recomendou a construção de entrepostos comerciais nos principais mercados fronteiriços da região para facilitar a actividade comercial naquelas localidades.

O comunicado final do encontro refere que a construção de mercados, armazéns/entrepostos comerciais e de câmaras de frio nas principais fronteiras e nos municípios, comunas e localidades, com grande concentração populacional, vai permitir aos comerciantes da província contribuírem na redução da pobreza.

Os participantes analisaram também questões relacionadas com a celeridade e qualidade das obras de abertura de estradas no interior da província, permitindo ao governo adequar o sistema de melhoria da actividade comercial, criando redes de abastecimento.

O conselho recomendou maior atenção, por parte do sector da agricultura, na implementação de programas, cujo objectivo é a recuperação das principais unidades produtivas, com vista revalorização do coconote, óleo de palma, café e cacau. Os membros do conselho da província analisaram a situação do porto e das alfândegas, a modalidade de aproveitamento das estruturas existentes e de aplicabilidade do regime aduaneiro específico de Cabinda. Quanto ao apoio empresarial e investimento privado, o conselho decidiu aumentar o investimento nacional e estrangeiro para garantir a sustentabilidade do desenvolvimento económico, a reconstrução nacional, a criação de emprego, a redução da pobreza e a formação de uma base empresarial e económica de alto nível controlada por gestores angolanos.

3.14 Automobilistas menos afogados

Novo Jornal

17 de Março de 2011

Quem, por viatura, se movimentasse para a petrangolou cacuaco, usando como trajecto a rota que passa pelo mercado Roque Santeiro sente agora alguma calma naquela estrada que era agitada de Terça-feira à Domingo, tornando a vida dos condutores menos com-

plicada. Siumara dos Reis, moradora do complexo de Eco-campo, em Cacuo, confirma tal facto.

Aquela estudante do Colégio Alpega usa aquela via durante a semana e confessa que havia uma grande diferença entre o tráfego que se estava no tempo em que a praça estava ali instalada”. Das cinco horas da manhã até o pôr-do-sol, conta a interlocutora, a agitação não parava, num “entra e sai” de todos que acorriam àquele que já esteve entre os grandes mercados a céu aberto de África.

3.15 Vendedores abandonam o mercado do Panguila

O Independente

19 De Março de 2011

Apenas 40 por cento dos cinco mil e 500 lugares disponíveis no mercado municipal do Panguila estão ocupados, segundo a ministra do Comércio, Idalina Valente, que, num encontro com a direcção do Governo Provincial de Luanda, esta semana, mostrou-se preocupada com a situação.

Disse ser urgente traçar estratégias, no sentido de levar mais vendedores para o local, apesar do empreendimento não estar directamente ligado ao seu ministério mas sim ao Governo Provincial de Luanda (GPL) através da Administração municipal do Cacuo.

Idalina Valente adiantou que outros factores que não foram acautelados antes da transferência estão na origem da fuga dos comerciantes para outros mercados informais sem as condições adequadas para o exercício da actividade comercial.

O novo Mercado Municipal do Panguila, localizado a 18 quilómetros a norte de Luanda, conta com um posto médico, dependências dos bancos BIC e B PC para facilitar as transações financeiras dos comerciantes.

O recinto reserva uma área para o estacionamento de mais de 400 viaturas. A infra-estrutura ocupa uma área de 250 mil metros quadrados e comporta cinco mil e 376 bancadas, 200 armazéns, 36 câmaras frigoríficas, 144 lojas, 112 bancos de pousos, 13 chafarizes, igual número de casas de banho. O complexo comercial conta igualmente com uma área administrativa, 48 refeitórios, posto policial e uma zona verde.

A distância e o difícil acesso estão na base da ausência dos vendedores.”Gostei do mercado por ter melhores condições que o Roque Santeiro, mas estamos muito preocupadas com o estado das vias e o volume de camiões que por aqui circulam”, disse ao Independente uma ex-vendedora do Roque Santeiro.

Muitos vendedores reclamam da distância e da dificuldade em termos de transportes já que por ser uma zona pouco habitada e sem os níveis crescimento de outras regiões de Luanda, desencoraja os taxistas e mesmo as operadoras de transportes públicos, agravando a situação dos vendedores. “Hoje levei quatro horas para sair da zona em que vivo para aqui e posso afirmar categoricamente que não foi nada fácil”, disse uma peixeira.

Joaquina Pedro, que também vendia peixe no antigo Roque afirmou que o entendimento de grande parte dos vendedores que a falta de clientes se deve ao factor distância e às dificuldades de acesso ao local. Ela defende que o Governo deveria, primeiro, concluir as obras de reabilitação da estrada principal que dá acesso ao mercado e transferi-los apenas em Janeiro deste ano.

A estrada ainda apresenta um mau estado principalmente nas imediações da fábrica Vidrul e da estação de tratamento de águas de kifangondo, apesar da intervenção que vem sendo feita pelas construtoras Queiroz Galvão e Andrade Gutierrez.

Apesar de residir na comuna do Kikolo, Joaquina Pedro contou a nossa reportagem que também saía de casa às 5 horas e 30 minutos, mas só chegava ao destino quatro horas depois. Olha, eu só consegui chegar cedo porque vim com carro próprio e se tivesse que fazer essa deslocação de táxi certamente chegaria lá mais tarde.

As nossas despesas variam de 300 a 400 mil dólares” fruto dos empréstimos bancários que fizemos e ainda assim aplicamos as nossas casas com o hipotecas. Mas adiante de tal situação tememos que não conseguiremos honrar com tais compromissos”, disse alarmada.

No entender da comerciante Lina António, apesar de existirem vários postos policiais e uma unidade dos bombeiros ao longo da via Cacuo /Luanda, as autoridades governamentais não conseguirão resolver os problemas de correntes da mudança de mercado. “Não estou a desejar mal mas como elevado número de pessoas que virão para aqui, aumentar certamente os índices de sinistralidade nesta via” pressagiu.

4 OGE INVESTIMENTOS PUBLICOS E TRANSPARENCIA

4.1 Sector da educação é privilegiado no OGE

*Novo jornal
04 De Março de 2011*

O governo reagiu quarta-feira, em Luanda, ao relatório da UNESCO que diz que Angola gasta mais dinheiro na formação militar do que no ensino básico.

Uma fonte do Ministério da Economia (ME), que prestou informações ao Novo Jornal, adiantou que o sector social foi o mais beneficiado nos últimos dois anos no Orçamento Geral do Estado (OGE), “com 31% do valor total das despesas, contra os 30,3% do OGE de 2010”.

Dos 31 % afectos ao sector social, a educação foi contemplada com 8%, ao passo que a defesa não vai para além dos 5% do valor total do OGE. “São relatórios desactualizados e que não reflectem a realidade do país”, referiu a fonte, salientando que muitas organizações internacionais recebem informações deturpadas sobre Angola.

De acordo com o relatório da UNESCO, divulgado terça-feira, Angola e Guiné-Bissau gastam mais dinheiro na formação militar do que no ensino básico e um pequeno corte nas despesas da Defesa permitia que mais de 600 mil crianças fossem à escola. Para o documento, “muitos dos países mais pobres gastam significativamente mais em armas do que na educação básica”.

Numa análise a vários países, a Agência das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) concluiu que Angola é o segundo país que mais dinheiro gasta com a vertente militar do que com a educacional e a Guiné-Bissau é o quarto. Segundo o relatório, a Guiné-Bissau gasta 3,8% do Produto Interno Bruto nos investimentos militares e Angola 3,6%.

Se esses países cortassem 10% nas despesas militares isso permitiria que mais 34 mil crianças tivessem acesso à escola na Guiné-Bissau e 590 mil em Angola.

O relatório daquela agência da ONU indica ainda que várias pesquisas detectaram altos níveis de trabalho infantil e baixos níveis de assiduidade na escola em províncias angolanas que foram mais afectadas pelo conflito armado.

O documento revela que os conflitos armados privam 28 milhões de crianças de educação no mundo, expondo-as a ataques contra as suas escolas e a violências sexuais, entre outras.

4.2 Municípios têm mais verbas do OGE para apoiar programas contra pobreza

*Jornal de Angola
25 De Março de 2011*

O vice-ministro do Planeamento, Pedro Luís da Fonseca, anunciou ontem, em Luanda, que o Executivo pretende elaborar o Orçamento Geral do Estado para 2012 com mais recursos para as administrações municipais para realização das várias acções de combate à pobreza.

Segundo Pedro Luís da Fonseca, que falava durante a Mesa Redonda sobre o tema “A nova filosofia de combate à pobreza”, emitida pela Rádio Nacional de Angola (RNA) e Televisão Pública de Angola (TPA), além dos recursos provenientes do Orçamento, as administrações municipais podem arrecadar mais receitas, uma vez que já foi aprovado Regime Financeiro local.

Pedro Luís da Fonseca disse que até ao momento “os recursos afectados para as acções de combate à pobreza foram os possíveis e não os necessários para que os municípios atingissem um grau de desenvolvimento maior e resolvessem os seus problemas”. Estes recursos, em seu entender, foram à medida da capacidade do OGE.

O vice-ministro deu a conhecer que nas capitais provinciais foram afectados cerca de 288,6 milhões de kwanzas e nos restantes municípios 214.521 kwanzas. Este valor, multiplicado pelos 164 municípios do país, perfaz uma verba de cerca de 37 mil milhões de kwanzas. Paralelamente a esta verba, referiu Pedro Luís da Fonseca, foi criado um programa para atender às preocupações dos municípios no domínio da saúde e afectada, a cada um deles, uma verba de 191,5 milhões de kwanzas, que perfaz, no OGE, 31,2 mil milhões de kwanzas.

De acordo com a coordenadora da Comissão Nacional de Luta contra a Pobreza, Rosa Pacavira, o Executivo pretende reduzir a pobreza extrema, principalmente no meio rural, através de vários programas que visam promover o acesso a toda a população aos serviços públicos básicos, como água potável, ensino, saúde, educação, emprego, saneamento básico e outros. O sector do Comércio, segundo o vice-ministro e membro da Comissão Nacional de Luta contra a Pobreza, Archer

Mangueira, tem a responsabilidade de criar condições para o escoamento do produto do campo para a cidade.

Por este motivo, referiu, está prevista a criação de centros de recolha de produtos, próximos dos centros de produção, e centros logísticos de distribuição e junto dos centros de consumo. O Ministério do Comércio tem a responsabilidade de criar mecanismos de financiamento aos comerciantes rurais, de forma que possam comprar os produtos ao próprio produtor. Archer Mangueira disse que estão definidas três modalidades de financiamento, o fundo de mercadorias para grossista, o fundo para investimento para aqueles que pretendem apostar na construção de infra-estruturas para escoamento da produção e o fundo circulante para os retalhistas.

No sector da Agricultura, o secretário de Estado, Amaro Tati, informou que estão a ser feitos esforços no sentido de haver, este ano, maior disponibilidade de adubos a preços mais baratos, dar mais vida ao trabalho de vacinação de animais, criar mais emprego no campo e garantir maior segurança alimentar e nutricional.

Rádios comunitárias

A nível do sector da Comunicação Social, Luandino de Carvalho, membro da Subcomissão de Documentação, Marketing e Cultura, afirmou que se pretende criar rádios comunitárias em todos os municípios para divulgar informações referentes às acções de combate à pobreza e não só e servir de canal de mobilização da população para participar no desenvolvimento da comunidade.

Para o vice-ministro da Administração do Território, Cremildo Paca, há necessidade de se aprofundar e melhorar o processo de descentralização e desconcentração administrativa, através do fortalecimento das capacidades humanas a nível dos municípios.

A fiscalização do cumprimento das acções de combate à pobreza em todo o território nacional cabe à Unidade Técnica Nacional, coordenada pelo Ministério do Planeamento e coadjuvado pelo Ministério da Administração do Território. A coordenadora da Comissão Nacional de Luta contra a Pobreza, Rosa Pacavira, disse que a unidade técnica já tem preparado o sistema de monitorização para fazer o acompanhamento das acções concebidas em cada província.

4.3 Governador do BNA: sector petrolífero vai ter novo regime cambial

O país

25 De Março de 2011

José de Lima Massano, Governador do banco central, revela que o novo regime cambial está a ser ultimado para ser apresentado à Assembleia Nacional e reafirma o objectivo de regular a circulação de moeda estrangeira na economia.

O novo regime cambial para o sector petrolífero já foi a Conselho de Ministros e encontrasse a ser ultimado com vista à sua apresentação à Assembleia Nacional, revelou o Governador do Banco Nacional de Angola, José de Lima Massano, a O País. A nova regulamentação contempla as operações efectuadas pelo sector petrolífero: “estamos a falar de algumas componentes das receitas das companhias, as quais deverão ser domiciliadas no país, bem como de pagamentos efectuados por estas e que ocorrem na economia interna”, esclareceu o Governador.

José Massano sublinha que “com a presença da indústria petrolífera no sistema potencia-se a economia e o sistema financeiro”. Dissipa, contudo, a ideia de que os fluxos de liquidez provenientes do sector petrolífero possam reflectir -se negativamente sobre a massa monetária, originando pressões inflacionistas visto assegurarem, essencialmente, o pagamento de serviços prestados internamente.

O BNA prossegue, em definitivo, o objectivo de regular a circulação de moeda estrangeira na economia e, em particular, a concessão de crédito em divisas, ou seja, de conter a liquidez em moeda estrangeira. “Pretende o BNA tornar mais eficaz os seus instrumentos de política monetária e prosseguir o exercício de protecção da moeda nacional”.

José Massano adiantou que o BNA está a trabalhar com a banca comercial, designadamente com a Associação Angolana de Bancos (ABANC), na nova regulamentação relativa ao recurso à moeda estrangeira. “Trata -se de urna matéria que exige prudência dada a complexidade e características da nossa economia” refere.

O Governador do BNA deixa bem claro que o principal objectivo da política monetária é a estabilidade dos preços e, nomeadamente, o controlo da inflação “a nossa meta não é a taxa de câmbio é a inflação e intervimos sempre que entendermos que a taxa de câmbio está a interferir no normal funcionamento da economia”. E mostra-se optimista quanto à possibilidade de uma quebra significativa da inflação média no corrente ano,

assinalando que “a inflação acumulada está a cair desde Novembro de 2010”.

Quanto ao “desvio” do objectivo constante no acordo “Stand-by” firmado com o FMI relativamente ao tecto fixado ao crédito líquido doméstico, que terá sido excedido, em 2010, segundo Q relatório respeitante à 4ª avaliação do acordo, em kz 160 mil milhões, o Governador do BNA refere continuamos a fazer o nosso trabalho e estamos a corrigir” a situação, chamando, entretanto, a atenção para o “problema que tem a ver com a forma como algumas dessas operações eram registadas, o que também está a ser objecto de correcção”.

José Massano, que encerrou a 2ª edição da conferência CEO Experience – Desafios e Perspectivas, uma iniciativa conjunta da Accenture e do Expansão, evento que assinalou o 2º aniversário do semanário angolano de economia, após recordar, na sua intervenção, que o impacto da crise financeira internacional obrigou ao recurso a instrumentos de política monetária restritiva, como o aumento da taxa de redesconto e da taxa dos títulos de dívida pública, com o objectivo de “preservar o valor da moeda e conter a inflação”, considerou que, com a alteração das circunstâncias, ou seja, reencontrado o equilíbrio fiscal e a recomposição progressiva das reservas internacionais líquidas (R1L), que já cobrem cinco meses de importações (o objectivo é a cobertura de seis meses), deixou de se justificar a manutenção das taxas de juro a níveis tão elevados. A prosseguir na mesma via, interrogou-se, “não estaríamos a matar o paciente com a cura?”.

A inversão da trajectória da política monetária teve início, assinalou “em meados do ano passado, tornando-se bem mais visível no último trimestre de 2010” e passou pela descida da taxa de redesconto e pela colocação da taxa de juro do banco central “em níveis que nos parecem mais ajustados ao próprio momento da economia”.

“Nas últimas sessões de leilão de títulos públicos os BT para uma maturidade de 365 dias, exemplificou, a taxa mais alta foi de 12,5 %”. Trata-se de um “exercício que começa agora a produzir os primeiros efeitos reais sobre a economia, mas que vai levar seu tempo”, reconheceu.

O Governador do banco central lembrou que a economia se ressentia mais imediatamente das subidas das taxas directoras do que da sua descida: “quando se trata de um processo de subida de taxas é tudo mais célere mas quando o percurso é o inverso há sempre constrangimentos”. Considerou que “aprimorar os seus instrumentos de intervenção no mercado de modo a que numa economia aberta possa regular, mantendo os níveis ade-

quados de liquidez por via do controlo da taxa de juro” constitui um dos desafios que se colocam ao BNA.

Um outro desafio consubstancia-se, segundo José Massano, na estabilidade cambial e na credibilidade da moeda nacional, bem como na confiança nela depositada pelos agentes económicos. “O ano passado o BNA colocou no mercado USD 11,6 mil milhões para apoiar o processo de importação de mercadorias e pagamento de serviços contratados ao estrangeiro; este ano, não terminámos ainda o mês de Março, o BNA já colocou USD 3,2 mil milhões na economia”. Ela está a servir, de facto, para apoiar o processo de produção, para apoiar o fomento de actividades empresariais, para apoiar o crescimento e a sustentabilidade da nossa economia?”.

A revisão da regulamentação cambial não permitirá apenas “clarificar a forma como a moeda estrangeira pode ser utilizada na economia nacional”, tornará também o “processo mais leve, há muito papel há ainda muita burocracia nas transacções cambiais”, sublinhou o Governador do BNA. “À medida que formos modernizando a

nossa instituição e a nossa prática permitiremos que a actividade empresarial seja mais eficiente no domínio cambial”, sublinhou. Por último, José Massano abordou as funções de supervisão do banco central, adiantando que há que introduzir “melhorias operacionais no próprio sistema, melhorando a regulamentação e sobretudo mantendo um diálogo permanente e activo com os principais operadores”. O objectivo é adoptar as melhores práticas internacionais na matéria, tornando “a nossa praça uma referência, aqui na região para começar”.

“ A nossa meta não é a taxa de câmbio é a inflação e interviremos sempre que entendermos que a taxa de câmbio está a interferir no normal funcionamento da economia”

Atrasados liquidados em 60%

A crise internacional acabou por ter um impacto significativo sobre a economia angolana por via do sector público, vulnerável a choques externos que afectem negativamente as receitas petrolíferas, sendo que aquele, constituindo o “motor da economia”, gerou “passivos significativos”, referiu Armando Manuel, Secretário para os Assuntos Económicos do Presidente da República, na intervenção que produziu na abertura da conferência CEO Experience – II Edição. “A liquidação dos atrasados estará na ordem dos 60%, quer com os operadores privados quer com a banca comercial.

Após afirmar que as perspectivas para este ano “são positivas”, com o programa do sector público em linha com as perspectivas da programação “Angola 2025”

e os gastos públicos a manterem -se alinhados com a perspectiva do défice, bem como com a perspectiva de inflação, Armando Manuel referiu que a ideia é “reequilibrar a despesa não numa óptica pública mas numa óptica de reposicionamento das instituições financeiras do Estado”.

O responsável acentuou que já foram dados os primeiros passos da reforma fiscal, a qual “visa reforçar a capacidade da administração tributária e a justiça fiscal, desagravando as taxas de imposto”. Armando Manuel frisou que “taxas altas (de tributação) estimulam a evasão”. Serão efectuados reajustamentos nos Impostos Industrial e Predial Urbano.

O representante da Presidência da República considerou fundamental “olhar para um conjunto de fileiras com vista a reduzir os fluxos cambiais”, o que significa “estimular a produção local, satisfazendo as necessidades internas e a poupança doméstica”. Realçou ainda a importância no quadro do desenvolvimento da matriz económica do país, dos sectores agro-industrial, têxtil, bem como a fileira da madeira a indústria moageira (orientada para a produção de farinha e cereais, a produção de gás natural (que vem captando investimentos industriais para o Soyo) e a indústria de fertilizantes.

Armando Manuel chamou a atenção para os reflexos cambiais produzidos pelo peso do sector público e pelas características próprias de uma economia de ertclave e ainda para o facto de “uma parte significativa da `cesta básica` dos produtos que contam para a inflação estar associada a bens alimentares”. Neste capítulo salientou que “o Programa do Executivo no domínio agrário, que conta com a ajuda do Banco de Desenvolvimento da China, permitirá assegurar a oferta de alguns dos componentes alimentares decisivos na “cesta básica”.

Realçou a importância dos quatro pilares em que assenta o Plano Nacional do Executivo: desenvolvimento humano; combate á pobreza com vista à redução de grandes desequilíbrios; desenvolvimento integrado e melhoria da gestão pública. Outra prioridade é a valorização do capital humano, o qual deve “gerar eficiência e produtividade”.

A concluir a sua intervenção, Armando Manuel disse que “procuramos estimular o génio inventivo dos gestores deste país” e citou uma frase do economista Jean-Baptiste Say: “cada procura gera uma oferta”, pelo que os gestores hábeis tomarão os constrangimentos para assegurar a oferta.

O que pensam os gestores

No painel de CEO’s da conferência CEO Experience - II Edição, organizada pela consultora Accenture e o semanário Expansão, participaram Emídio Pinheiro, presidente da Comissão Executiva do Banco de Fomento Angola (BFA), Carlos São Vicente (presidente do conselho de administração da AAA Seguros, Rui Carreira, administrador Executivo da TAAG - Linhas Aéreas de Angola e Rui Cruz, presidente do conselho de administração da Imogestin. Também marcou presença Matthew Robbinson, chief business analyst da Accenture. A moderação esteve a cargo de Evaristo Mulaza, director do jornal Expansão e Miguel Coutinho, do Diário Económico.

Carlos São Vicente (AAA Seguros)

Angola não arrumou as coisas debaixo do tapete.

Os desafios que temos não consistem só em vencer a pobreza, também há que construir a classe média. Precisamos que a livre iniciativa tenha suficiente espaço para se mover.

O futuro de Angola não está apenas a diversificação mas passa, a de tudo, pela energia – petróleo, gás e hidro-electricidade. Temos de saltar de uma economia muito informal para uma economia que exponha “o sucesso à luz do dia. Quem tem, tem de consumir e investir.

Não existe qualquer entidade que forme em gestão de risco e cálculo actuarial.

O país africano que mais respeita os contratos é Angola e a estabilidade dos contratos na indústria petrolífera é uma das razões do sucesso do país.

Os angolanos quando têm oportunidades tornam-se excelentes.

Emídio Pinheiro (BFA)

Contamos com o carácter de uma população jovem. Trata-se de uma demografia favorável, o que já hoje se faz sentir nas nossas organizações. No BFA a idade média dos colaboradores é de 29 anos. Mas em matéria de recursos humanos não é possível pôr uma pessoa que salta 50 cm a saltar 2m de repente.

O principal desafio é o do emprego. Temos que nos organizar para participar no mercado mundial da agricultura, floresta etc. Há que nos focarmos também na energia, incluindo a “energia verde”.

Angola tem de desenvolver sectores competitivos no mercado mundial, seja no plano das exportações seja no da substituição de importações.

Rui Carteira (TAAG)

Há que apostar no capital humano e no reforço deste através das universidades.

Há que reforçar as instituições democráticas.

Não se deve descurar o sector dos serviços, transversal a todas as áreas da economia.

Tínhamos perto de 4.000 trabalhadores e havia 1.500 excedentários. Faltavam 500 de qualidade.

Era preciso afastar 2.000 para integrar 500. Assim surgiu o Programa Voluntário para Integração de Quadros.

A TAAG tem de mudar o modelo de gestão para se tornar uma empresa eficiente. A qualidade actual do serviço da TAAG deixa muito a desejar.

Rui Cruz (Imogestin)

Travamos a luta pelos talentos. O capital humano é o nosso ponto mais frágil, a qualidade dos recursos humanos é baixa. Não só do ponto de vista da qualidade técnica, também na perspectiva da qualidade humana. O sistema educativo não é suficiente para alavancar o desenvolvimento do país.

Angola vive uma crise de valores. O país está a ser diversificado e as assimetrias estão a agravar-se. Precisamos de um Estado que possa alavancar o sector privado.

4.4 O papel do orçamento do Estado na redistribuição do rendimento nacional

Continente

25 De Março de 2011

Para o cumprimento das suas funções, o estado burguês dispõe de uma enorme máquina estatal: o exército, a polícia, os órgãos repressivos e judiciais, os órgãos de espionagem e de observação, os órgãos da administração pública e os de influência ideológica sobre as massas. Este aparelho é mantido a militarismo contemporâneo é o resultado do capitalismo. Em ambas as suas formas e uma manifestação vital do capitalismo: como força armada que os Estados capitalistas empregam nos seus conflitos externos e como arma que serve, nas mãos das classes dominantes para reprimir qualquer movimento custa do orçamento do Estado, que se alimenta de impostos e empréstimo. O orçamento do Estado é um instrumento pelo qual se efectua a redistribuição de uma parte do rendimento nacional no interesse das classes exploradoras. Adopta a forma de conjunto anual das receitas e despesas do Estado. Marx escreveu que o orçamento do Estado capitalista é um orçamento de classe, um orçamento para a burguesia. As despesas do Estado capitalista são, na sua imensa maioria, improdutivas.

Uma parte enorme dos recursos do orçamento público destina-se no capitalismo a preparação e ao sustento de guerras.

Este mesmo carácter tem as despesas com investigações científicas para a produção e aperfeiçoamento de novas armas de extermínio em massa e com o fomento de actividades subversivas no estrangeiro. Outra parte importante das despesas do estado capitalista destina-se a manter o aparelho de opressão dos trabalhadores. O económico ou político do proletariado. O estado investe também sobretudo as crises e guerras, quantias muito elevadas para ajudar directamente as empresas capitalistas e assegurar-lhes elevados lucros. Frequentemente, os subsídios concedidos aos bancos e as industria tem apenas por finalidade salva-las da falência, sobretudo, em momento de crise, mediante as encomendas do estado, pagas pelo orçamento público, os grandes capitalistas embolsam lucros complementares da ordem dos milhares de milhões. As despesas com a cultura, a ciência, a instrução e a saúde constituem uma parcela insignificante nos orçamentos dos estados capitalistas. A fonte principal das receitas dos estados capitalistas é os impostos. Os impostos são no capitalismo uma forma de exploração adicional dos trabalhadores por meio da redistribuição de uma parte dos seus rendimentos em proveito da burguesia através do orçamento público. Nesta perspectiva, os Estados burgueses subtraem os operários e empregados, através o orçamento público e sob a forma de imposto, cerca de uma terça me do seu salário. Também aos camponeses se exigem altas contribuições acelerando desse modo sua ruína. Os impostos denominam-se directos quando incidem sobre o rendimento de particulares indirectos quando incidem sobre mercadorias vendas principalmente os bens de amplo consumo sobre os serviços por exemplo, bilhetes de cinema ou teatro as tarifas nos transportes urbanos, etc. impostos indirectos encarecem mercadorias e os serviços, sendo na prática os compradores que pagam. Os capitalistas fazem pagar também aos consumidores uma parte dos seus impostos directos mediante a alta de preços das mercadorias e serviços. A política de Estado burguês faz-se no sentido de reduzir por todos os meios as cargas fiscais das classes exploras. Os capitalistas subtraem-se ao pagamento dos impostos, ocultando as verdadeiras dimensões dos seus rendimentos. E particularmente vantajosa para as classes possuidoras a política dos impostos indirectos. A tributação indirecta, cai sobre os bens de consumo das massas, distingue-se pela sua enorme injustiça. Todo o seu peso sobre os pobres criando privilégios a favor dos ricos. Quando mais pobre é a pessoa, maior é a proporção de seus rendimentos que a ao estado sob forma de indirecto. A massa modesta desapossada representa 9/10 da população, consome 9/10 dos bens tributados e paga 9/10 do total dos impos-

tos indirectos. A carga tributária que as classes exploradoras fazem recair sobre os trabalhadores, sem cessar. Outra fonte importante das receitas do Estado capitalista, além dos impostos, é os empréstimos. A maior parte das vezes, o estado burguês recorre a _ empréstimos para cobrir despesas extraordinárias é, em primeiro lugar, as despesas de guerra. Uma parte importante dos recursos obtidos mediante empréstimos destina-se ao pagamento pelo Estado das encomendas de armamento e equipamento para o exército, fonte de lucros fabulosos para os industriais. Ao fim de contas, os empréstimos aumentam ainda mais os impostos que incidem sobre os trabalhadores com o objectivo de pagar os juros e a amortização dessas quantias emprestadas. O montante da dívida pública dos países burgueses cresce continuamente. Uma das fontes de receitas do orçamento público é no capitalismo as emissões de papel-moeda, frequentemente realizadas em tempo de guerra. As emissões de papel-moeda que provocam e inflação e a alta dos preços, entregam ao estado burguês uma parte de rendimento nacional a custa da redução do nível de vida das massas populares. Portanto, o orçamento público é no capitalismo uma arma posta nas mãos do estado burguês para exploração adicional dos trabalhadores e o enriquecimento adicional da classe capitalista, o que reforça ainda mais o carácter improdutivo e parasitário do emprego do rendimento nacional. O sistema de distribuição capitalista do rendimento nacional, que expressa os insolúveis antagonismos de classes existentes na sociedade burguesa acarreta, inevitavelmente, o atraso relativo do poder de compra das massas em relação a expansão da produção. Este atraso do consumo popular e as dificuldades com que tropeça a realização capitalista obedecem a contrariedade fundamental do capitalismo, e a contradição entre o carácter social de produção e a forma privada, capitalista, da apropriação, é manifestam-se com toda a clareza nas crises económicas periódicas de superprodução.

4.5 Porque pagar impostos?

A capital

26 De Março de 2011

O que são impostos e porquê pagá-los?». Muitos, entre nós, já se terá, um dia, colocado esta pergunta, tal como fez o jurista Augusto Trindade, que esta semana pôs a disposição do público a seu primeiro livro de carácter científico, versando sobre matérias ligadas à fiscalidade em economias como a de Angola.

O autor se propôs, por via da sua obra, responder a esta questão, atendo-se a cinco funções de que os impostos se ocupam numa economia, destacando esta figura tributária como principal fonte de receitas para qualquer

Estado digno deste nome. «Sem impostos o Estado vai a falência», explicou, antes de acrescentar as razões que fazem com que um Estado consiga cumprir com as suas obrigações, como são as de promover condições que garantam bem-estar dos cidadãos.

Na verdade, bem-estar social como tal, ainda não é uma realidade efectiva entre os angolanos, a olhar para os resultados do mais recente Inquérito Integrado sobre Bem-Estar da População. Todavia, o pouco que se faz a pensar na melhoria dos indicadores nesse sentido, tem sido possível, como disse o académico, «porque os contribuintes pagam os seus impostos».

Impostos que, na avaliação da Direcção Nacional de Impostos, ainda são a uma escala que não permite captar receitas em volumes desejados pelas autoridades, por razões que têm a ver com o facto de o país não possuir ainda uma base tributária que garante tranquilidade nesse sentido.

O Ministério das Finanças, através da assessora da sua Direcção de Impostos, associa o facto ao que chamou falta de cultura tributária. «Ainda estamos muito longe», reconheceu Amélia Rita, aludindo-se a tal realidade.

O autor da obra «O que são impostos e porquê pagá-los» também sente a ausência de alguma cultura de cumprimento das obrigações fiscais, ao olhar para aquilo que é o resultado, ainda negativo, da colecta de impostos.

De acordo com o que consta no Orçamento Geral do Estado, este ano, as autoridades prevêem com a colecta de impostos e de outras figuras tributárias arrecadar qualquer coisa como 1 trilião e 706 mil milhões de kwanzas, o correspondente a 40,8 por cento do OGE de 2011. Algo ainda pouco satisfatório aos olhos de especialistas como o também professor Augusto Trindade, ele que reparte a culpa do franco resultado da colecta de impostos com a administração fiscal. «Não é certo que a fraca captação de receitas de impostos resulte sempre do lado do contribuinte», disse, admitindo que o fenómeno pode também ter a sua génese noutros factores, como é o caso de «a administração fiscal não estar a chegar até onde está o contribuinte».

O académico refere-se sobretudo àqueles contribuintes cuja vida é toda ela feita no sector informal, onde conseguem gerar grandes volumes de receitas. «Será que a administração fiscal vai até ao bairro, vai até ao mercado informal?», questionou.

Esta é, todavia, uma das razões da reforma fiscal, em curso em Angola, processo cuja essência é a de permitir o alargamento da base tributária, fazendo com que o

país deixe de depender grandemente das receitas decorrentes da actividade petrolíferas.

E como será isso possível? A assessora da Direcção Nacional de Impostos tem a explicação, que passa por se baixar o valor de algumas taxas, entendendo que, «se nós colocarmos a pessoas a pagar menos, mais pessoas vão pagar e eventualmente o Estado pode alcançar melhores resultados».

As autoridades fiscais optaram por esta via, como forma mais flexível de cobrança de impostos, onde a acção declarativa do contribuinte é a principal característica do actual modelo angolano, ao contrário do que ocorre em muitos outros países, em que, como disse, «os impostos perseguem dia e de noite as pessoas». (Na realidade, um sistema que seja mais I apertado a cobrança de impostos não I se baseia apenas na declaração do contribuinte. «Vai atrás, implementa sistemas de controlo muito rigorosos, de maneiras que se o contribuinte der uma declaração falsa ele vê-se na obrigação de pagar tal como devia», conforme explicou a funcionária.

Quem nunca pagou impostos

Haverá, entre nós, algum angolano que se diz nunca ter pago imposto? Na prática, enquanto consumidores, cada um de nós, faz parte da base tributária do país, pagando, directa ou indirectamente os seus impostos, muitas vezes sem dar-se por tal.

Segundo o professor Antero Van-Dúnem, o imposto que coloca a generalidade das pessoas na condição de contribuinte fiscal é o imposto de consumo, figura tributária que toda gente paga enquanto adquire um bem para seu consumo.

Na estrutura de impostos de que o Estado se serve para captar as suas receitas, o de consumo tem um peso de algum modo significativo, embora não seja o mais importante. Neste ano, por exemplo, o Governo prevê com o imposto de consumo, uma arrecadação estimada em cerca de 163 milhões de kwanzas, ou seja, cerca de 4 - por cento do total de receita a captar no presente exercício fiscal.

Mas, é também o imposto de consumo que, entre outros tributos, tem estado no centro de muitas discussões, com entidades como a Associação Industrial de Angola (AIA) a se baterem pela sua eliminação, por ser, no seu entender, uma contribuição que cria embaraços a produção interna.

Na base de tudo, segundo tem vindo a queixar-se esta organização, está o facto de muitos produtos que entram na cadeia produtiva serem, em alguns casos, duplamente tributados.

As queixas nesse sentido são públicas, mas a Direcção

Nacional de Impostos, através da sua assessora Amélia Rita, desmente que tal seja real. «Não corresponde a verdade», reafirmou, para adiante explicar que em nenhum momento um produto que paga imposto de consumo na importação volte a ser alvo de igual tributação quando adquirido para ser consumido internamente.

O que se passa, segundo a técnica, «é que o imposto de consumo é transferido até ao último elemento no elo da cadeia que é o consumidor.

No meio de toda essa discussão, espera-se, no entanto, que a reforma fiscal venha a resolver os motivos de tais inquietações, resultantes de casos de alegada dupla tributação.

Certo mesmo é que a reforma que está a ser desenhada vai trazer aquilo que alguém considerou ser um grande ganho: diminuir a dispersão de impostos, centralizando-os em dois ou três, tal como afirmou Amélia Rita, ao reconhecer que o sistema fiscal angolano «é obsoleto», para além de possuir vários impostos.

Imposto directo e indirecto

Muitos de nós já ouviram falar da existência de impostos directos e indirectos, mas poucos saberão que, entre ambos, existe uma diferença visível. A diferença entre os impostos directos e os indirectos, segundo explicações de entendidos, está na sua incidência. Enquanto o imposto directo incide directamente sobre os rendimentos ou o património o imposto indirecto incide sobre o consumo.

Ou seja, enquanto cada um de nós sente directamente a aplicação dos impostos directos, na quando recebemos a remuneração pelo trabalho ou urna herança, nos impostos indirectos isso já não acontece, pois, segundo um membro da Associação Fiscal de Angola, quando adquirimos algo para o consumo, o preço que está afixado é o que pagamos, não havendo um acréscimo de imposto, pois «ele já se encontra incluído».

Exemplo de imposto indirecto é o de consumo, enquanto que o directo tem a ver, por exemplo, com o impostos sobre os rendimentos, sendo estes últimos o que mais receitas garante ao erário público.

No OGE aprovado para o presente ano, as diferentes modalidades de impostos que incidem sobre rendimentos representam um peso de 24,14 por cento do total de receitas previstas, onde o imposto sobre rendimento de pessoas colectivas responde por 21, 50 por cento das contribuições, seguida da tributação sobre rendimento de pessoas singulares, com 2,63%.

4.6 Governo quer sistema fiscal menos complicado e acessível

Novo Jornal
25 De Março de 2011

Angola pretende um sistema fiscal menos complicado e mais acessível ao contribuinte, através da aplicação de taxas mais suaves para que o contribuinte não se sinta asfiziado defende a Direcção Geral dos Impostos.

Amélia Rita, técnica sénior da Direcção Geral dos Impostos, falava na última sexta-feira ao Novo Jornal, à margem do lançamento do livro intitulado, “Que são Impostos e para que pagá-los”, da autoria do Mestre, Augusto Trindade Bembele, numa cerimónia que decorreu no auditório Maria do Carmo Medina, da Faculdade de Direito.

“Queremos aplicar taxas mais suaves para que o contribuinte não se sinta asfiziado, possa pagar e dessa foram incentivemos outros cidadãos a pagarem, que eventualmente estão fora do sistema. Chamamos a isso o alargamento da base tributável, ou seja cobrar menos para que incentivemos mais pessoas a pagarem”, salientou Amélia Rita.

Nessa perspectiva, a funcionária disse que o executivo quer adoptar o Sistema fiscal de legislação que permita uma articulação “muito mais facilitada” para o cidadão, fazendo com que este quando insatisfeito com alguma decisão da administração fiscal, possa recorrer aos tribunais e reclamar dessa sua insatisfação.

Note-se que recentemente foram aprovadas as linhas gerais da reforma fiscal e o executivo angolano está trabalhar na elaboração da estratégia para a sua aplicação.

“Naturalmente a justiça fiscal é algo que também constitui preocupação do Estado. Nessa reforma, não menos importante é dotar os serviços de meios modernos, de pessoal capacitado, bem remunerado para que resista à tentação e que se possa falar de facto em moralização da função pública, especialmente do funcionário da administração fiscal”, frisou. Questionada sobre a existência ou não no país de cultura do pagamento de impostos, Amélia Rita considera a questão histórica, uma vez que, no passado colonial o sistema fiscal era visto com “maus olhos” porque era pressionava os colonizados a pagarem impostos, prevalecendo uma ma visão “muito negativa” do pagamento de impostos.

“No pós-independência, passamos para um Estado Socialista em que a propriedade era maioritariamente do Estado e não se pagavam impostos, porque havia essa mentalidade de que num país Socialista não era preciso

pagar impostos”, lembra a técnica acrescentando que, “tal mentalidade acomodou as pessoas, de tal forma que, quando politicamente se fez a viragem para uma economia de Mercado em que estamos a dar os primeiro passos, as pessoas tiveram e têm alguma dificuldade em conviver com essa realidade”.

“Temos que passar a palavra e convencer as pessoas de que só se alcança o desenvolvimento se dotarmos o Estado de meios para realização desses objectivos, e consequentemente para a realização das necessidades públicas”, afirmou.

Não raras vezes se tem questionado. O Governo sobre o que faz em benefício das populações, a que Amélia Rita considera ser um posicionamento apenas legitima aos cidadãos que cumprem com as suas obrigações fiscais.

“Só temos legitimidade para questionar o Estado se nós cumprimos com as nossas obrigações fiscais. Ora se eu não pago imposto, não tenho legitimidade nenhuma de questionar. Para me sentir um cidadão com todos os direitos, cumprio com as minhas obrigações fiscais e depois tenho “o directo, de questionar, e até de pôr em causa determinada actuação”, disse.

À guisa de exemplo aconselhou que essa posição pode ser tomada por altura das eleições, manifestada no sentido do voto do cidadão.

Quanto às profissões liberais no tocante ao pagamento de impostos referiu que gozam de privilégios no sistema fiscal está em vigor, por proporcionar às mesmas a opção de pagarem imposto industrial, no caso de empresas, ou apenas o Imposto de Rendimento de Trabalho (IRT), que é a tributação do rendimento individual, quando se tratar de pequenos negócios.

“O sistema dá-lhe a possibilidade de optar entre uma ou outra modalidade. Só não pode é não pagar nada. Desde que justifica que paga um imposto não tem que pagar o outro e naturalmente tem a sua situação regularizada”, notou.

De acordo com Amélia Rita, a situação da fuga ao pagamento dos impostos no país é tida como preocupante, porque dos impostos depende a sobrevivência do Estado.

“O Estado tem uma certa expectativa, há cálculos e estimativas que são feitos e levados em consideração na elaboração do Orçamento Geral do Estado. Daí que se espera arrecadar a nível de impostos um determinado montante para uso em projectos sociais. Obviamente que se não se arrecada esse dinheiro, as expectativas saem goradas, porque não se consegue concretizar todos os projectos”, observou a especialista.

Nesse sentido, apelou para a necessidade da consciencialização dos contribuintes no pagamento de impostos, para que o Estado não dependa unicamente da tributação dos petróleos, que tem sido a principal fonte de recursos a nível fiscal.

4.7 Aprovadas linhas gerais da reforma tributária

*Agora
26 De Março de 2011*

As Lgrt prevêem acabar com a quase dependência das receitas fiscais petrolíferas, impulsionando a sua captação no sector não petrolífero, potenciar as políticas de atracção de investimento, promoção do emprego e integração social.

O diploma vem sendo objecto de apreciação pelo Conselho de Ministros desde 2009 e com ele as autoridades pretendem implementar iniciativas para tornar mais justo, moderno e eficaz o Código Geral Tributário, de Processo Tributário e o das Execuções Fiscais.

O instrutivo realça igualmente a criação de uma única entidade para a administração das receitas fiscais, abandonando o rígido e arcaico modelo no qual intervinham a Direcção Nacional de Impostos (Dni) e o Serviço Nacional das Alfandegas entre outros intermediários.

Parte frontal do Ministério das finanças

Estas linhas gerais são aprovadas numa altura em já esta em curso a materialização da reforma tributária, com a entrada em funcionamento do Projecto Executivo para a Reforma Tributária, com a entrada em funcionamento do Projecto Executivo para a reforma tributária (Pert), coordenado pela secretaria de Estado das Finanças (Sef), sob dependência directa do Chefe do Executivo.

O Pert, com a duração de cinco, deverá executar a Reforma Tributária no sentido de dotar o país de um instrumento capaz de dar resposta aos objectivos preconizado.

No âmbito deste órgão, foi criada a Unidade técnica Executiva para a Reforma Tributaria (Utert) que, por sua vez, deverá implementar e fiscalizar a realização de diagnósticos, estudos, propostas e medidas praticas. O seu funcionamento contempla autonomia financeira e uma estruturação por unidades executivas especializadas, bem como a administração fiscal, recrutamento e formação de quadros, de quadros modernização e acesso às novas tecnologias de informação.

Além da Utert a materialização da reforma passa para também por outros órgãos, nomeadamente o Conselho

Tributário Consultivo (de aconselhamento da Sef, enquanto coordenadora do Pert) e o secretariado para a administração (auxiliar).

No âmbito desta reforma destacam-se três iniciativas que, de acordo com o Executivo “já representam um avanço significativo face aos objectivos” como a introdução da Lei sobre o Regime Geral de Taxas, promulgado pela P.R em Fevereiro último e que estabelece em definitivo a acepção pública do princípio de utilizador / pagador, dentro dos limites e princípios da proporcionalidade.

Esta lei clarifica, de igual modo, o destino das receitas recebidas de novas taxas e define a obrigatoriedade e penalização pelo não pagamento das mesmas. “Com isso, o cidadão pode saber porque paga uma determinada taxa, além de poder ver restituído o dinheiro caso se comprove que o serviço prestado é inferior ao valor desembolsado”.

A segunda conquista tem a ver com a organização e modernização das repartições da Dni, incluindo o aperfeiçoamento dos recursos humanos, destacando-se por fim o apetrechamento da Repartição fiscal dos Grandes Contribuintes, um importante instrumento na manobra do Pert.

5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Municípios de Luanda ganham orçamento para executar obras

*Semanário Factual
De 5 a 12 de Março de 2011*

Os nove municípios da província de Luanda vão contar, brevemente, com três programas de acção e respectivos orçamentos que os permitirá assegurar uma boa articulação e evitar sobreposições na sua execução.

O facto foi anunciado, a 2 de Março, pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, durante a reunião do Conselho de Coordenação Estratégica para o Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Económico e Social de Luanda.

O chefe do Executivo apontou para o Programa de Acção e Respeito Orçamento, integrado no Programa de Investimento Público (PIP), de subordinação central e ao qual os departamentos ministeriais respondem, directamente, perante o Conselho de Ministros ou o Chefe do Executivo.

O Presidente citou, igualmente, o programa provincial, ao qual responde o Governo Provincial, que tem a faculdade de se pronunciar sobre os projectos e acções, sob sua responsabilidade e o Programa Municipal Integrado no PIP e no respectivo orçamento municipal.

O Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda debruçou-se sobre as questões relacionadas com a articulação no plano executivo entre o Governo Central e o Governo Provincial Luanda (GPL) e com a implementação de programas referentes à conclusão em 2012 das vias estruturantes e das valas de drenagem das águas pluviais.

José Eduardo dos Santos analisou, igualmente, a definição do micro localização dos parques de estacionamento de viaturas e das modalidades de investimento e gestão dos mesmos, bem como das bombas de gasolina e estações de serviço.

A reunião fez a apreciação crítica do diagnóstico, da modernização do sistema de recolha e tratamento dos resíduos sólidos, da construção de novos mercados, dos cemitérios municipais e da criação de parques e zonas verdes.

Outro assunto que mereceu a atenção dos participantes foi o programa de regularização da gestão de solos na província de Luanda, no qual se fez o ponto da situação

da gestão das reservas fundiárias de Luanda e se procedeu à análise dos mecanismos de gestão de solos e ao processo de licenciamento de obras.

O Conselho de Coordenação Estratégica apreciou, igualmente, o subprograma integrado de reforço da segurança pública e ordem interna, do combate à criminalidade e de ordenamento do trânsito rodoviário.

Nos termos do regime de prestação de contas que a reunião apreciou, o Governo Provincial deve informar, trimestralmente, o Executivo sobre o cumprimento, incumprimento, dificuldades e resultados alcançados na materialização dos projectos sobre a sua responsabilidade

O Conselho Estratégico, através da sua comissão técnica, acompanhará a execução de todos os programas, fazendo a sua necessária harmonização e a concertação de posições e intenções.

Segundo o comunicado, na sua introdução, o Presidente da República sublinhou constituírem instrumentos essenciais para reger a actividade deste órgão os regulamentos sobre a repartição de responsabilidades na actuação do Governo Central e sobre o regime financeiro local.

Outros instrumentos são o programa de acção anual e respectivo orçamento, assim como o Programa de Investimento Público, a nível provincial e municipal.

5.2 Alguns Administradores Municipais estão em crise de letargia!

*Continental
11 De Março de 2011*

Administração Municipal é a organização governamental mais próxima dos cidadãos! Ela deve ter um carácter executivo, interventivo e representativo, de maneira a executar as políticas preconizadas pelo poder central, os objectivos dos mandatos dos administradores, a comunicação política, as estratégias mínimas de execução de carácter municipal, as estruturas básicas, socioeconómicas que um Município deve possuir -Centro de Saúde, Estruturas para Intervenção Social, Piscina Municipal, Balneário público (retretes), Mercados, Lar para Idosos, Pavilhão Gimnodesportivo, Jardins infantis, Biblioteca Municipal, bons acessos rodoviários, (mínimo estradas terraplenadas), ferroviários, se possível marítimos, Estruturas de Lazer, Administrativas, Serviços e outras Estruturas apelativas e atractivas para que o Município seja uma região onde os seus Municípios se sintam de alguma forma satisfeitos e com condições convenientes bastante satisfatória, e que atraia empresários, investimentos, de maneira a diminuir o número de desemprego

gados do referido Município, para o seu crescimento e desenvolvimento humano.

Administração Municipal deve criar políticas, e arquitectar projectos para a captação de receitas ex: Construção de parques de estacionamento subterrâneos, de edifícios, lojas (escritórios) para posteriormente alugar, a pequenas profissões liberais como Advogados, Arquitectos, Engenheiros, Médicos, Contabilistas, Consultores de Mercados, Mediação, pequenas empresa (negócios), Serviços, etc., etc.

Administração Municipal pode e deve criar Empresas Publicas com lucratividade ou (terceiro sector), ligadas Administração ex: O município de Viana tem uma área industrial muito grande, sem transporte interno público, ruas de terra, esburacadas, porque não criar uma pequena empresa de transporte público (2 autocarros) ligada a Administração Municipal! Terraplenando as ruas com as receitas da empresa! É uma questão de criatividade Empresarial! Os Administradores Municipais podem e devem fazer protocolos com outros ministérios do governo informando as condições compassivas para investimentos Ministeriais. Claro que uma boa gestão da Administração Municipal passa por uma boa liderança, talvez devido ao nosso contexto. Liderar é sobretudo formar uma boa equipa, pessoas capacitadas, objectivos claros e com definição estratégica.

Não faça promoção do Supérfluo, institui a necessidade dos Municípes Liderar Administração Municipal, ou os Administradores Municipais, devem corresponder as expectativas dos Municípes! Não têm que inventar nada!

Administração Municipal pode e deve ter uma linha telefónica para emergência, consultas, informações, avisos, denúncias, intervenções urgentes, etc., etc. Simplesmente executar politica óbvia. Eu pergunto, Administração Municipal, não consegue ter uma máquina para terraplenar algumas ruas dos bairros de Luanda? Noite e dia! Administração Municipal não consegue ter funcionários sérios com viaturas de forma a interceder nos bairros, coibindo maus comportamentos de alguns moradores que obstaculizam as ruas com objectos, colocação de materiais de construção de obras nas ruas, dificultando o trânsito, etc., etc.

Atenção que não estou a referir sobre a questão da venda de produtos, nas ruas dos bairros, por alguns populares, sei que esta questão é social e não uma questão de polícia como muita boa gente pensa saber. Administração Municipal é ausente em alguns bairros da periferia de Luanda! Esta situação é insuportável ao longo prazo.

Os Administradores Municipais, não comunicam porquê? Não divulgam as suas acções, ninguém os conhece, o que se passa? Atenção que a implementação da lei autárquica (eleições autárquicas) já esteve mais distante, como será que os actuais administradores irão reagir nessa altura? Não estão habituados a comunicar! Não sabem! Será que com este tipo de Gestão administrativa algum administrador Municipal ganharia alguma eleição autárquica? (Municipal) Senhor administradora melhor altura para administrar o município é essa! Não existe oposição municipal! (Assembleia municipal).

Reparem: Administração Municipal arrecada imposta aos cidadãos vendedores nos mercados, mas não tem o mínimo de respeito nem contemplação em construir, retretes e balneários públicos para aqueles que de alguma forma contribuem para alguma receita Municipal.

Cavar Buraco e colocar algumas sanitas e agua é assim tão difícil? É preciso empresa estrangeira? Não devo escrever? É conspiração contra administração municipal? Sinceramente!

Sr. administradores a execução de obra de aguas fluviais é básico é fácil. Colocação de manilhas com diâmetro de 2 metros, revestimentos com argamassas, aplicação das entradas das águas, numa via de 19, 20,30 Quilómetros, faz-se em menos de um mês e com uma quantia mínima. Estão a espera de quê? Façam! Não esperem o governo Central. Contratem pessoal, (pedreiros, arquitectos, Engenheiros, de preferência Angolanos – Faculdades de engenharia) e não empresas, porque fica caro, 5 funcionários e uma maquina retroescavadora possibilita a execução da obra. Conseguem poupar mais dinheiro e o que restar, não todo, “ podem levar para casa”. O povo não se aborrece por isso. Os Municípes sabem que vocês não fazem o mínimo! Porque a pendência não é roubar, mas, sim, não fazer.

5.3 O que agrada responsáveis do GPL?

O País

11 de Março de 2011

De todas as vezes que saiu à rua em visita de campo aos municípios da capital, a vice governadora de Luanda para Área Técnica, Carla Ribeiro, na qualidade de porta-voz do GPL, revela sempre satisfação com a situação que lhe é dada a ver nos locais em que passa.

Foi assim em Viana, no Cazenga e agora, na quinta-feira, 3, no Sambizanga, onde no final da visita considerou bom o empenho da administração local na melhoria das condições de vida dos seus municípes.

Diante dessas declarações, urge perguntar afinal o que agrada os responsáveis de Luanda, quando é sabido que a cidade enferma de problemas crónicos de saneamento básico, de salubridade do meio, vias secundárias e terciárias intransitáveis, lixo, entre outros problemas que afectam a qualidade de vida dos seus moradores.

A não ser que as visitas efectuadas têm tido apenas o carácter do “faz de conta”, porque na realidade, os municípios de Luanda de lés-a-lés têm tantos problemas e não é asfaltar uma rua, tapar um buraco, ou pintar a fachada de um prédio que se vai eliminar os demais existentes.

É bem verdade que existe vontade por parte de algumas administrações em resolver os problemas das suas comunidades, mas o que foi feito até agora acaba ofuscado, já que quase sempre se recorre a paliativos, às mesmas soluções, o que deixa patente o estado de letargia, porque volta e meia tudo regressa à estaca zero, a julgar pela má qualidade dos trabalhos.

Esses pronunciamentos deixam sempre alguma apreensão relativamente ao seu peso verdadeiro.

Obrigam a questionamentos vários. Os responsáveis do GPL só podem avaliar correctamente os problemas das comunidades indo a fundo nas suas visitas de campo. Todos sabemos que os bairros periféricos de Luanda precisam de intervenção séria e conjugada. É essa leitura que todos querem ver reflectida nos pronunciamentos dos responsáveis da edilidade.

5.4 Administradores desconhecem suas áreas de jurisdição

O independente

12 De Março de 2011

Recordo-me como hoje, quando um determinado administrador aqui na nossa urbe, entrevistado por uma rádio, foi questionado sobre quantos quilómetros quadrados tem o seu município? E a resposta não se fez esperar: São mais ou menos... Temos aí ao fundo o bairro... Junto a cantina que faz fronteira com, e etc.

E é isto que tem estado na base do que agora continuamos a afirmar! Alguns administradores não conhecem os municípios que dirigem e ninguém os conhece nos seus respectivos territórios.

Durante a semana finda, transitei por algumas ruas do bairro Rangel e Marçal e o cenário que assisti foi péssimo.

Águas por tudo quanto é cantam

Este cenário, levou-me a pensar então, para onde foram parar os chamados “Sukulas”, também conhecidos como os caminhões de “chupa co... Que o governo provincial de Luanda havia distribuído aos municípios de Luanda cujo objectivo era chupar a água das ruas.

A este exemplo, juntam-se também caminhões cuja missão era distribuir água gratuita aos bairros, nos tempos idos de Francisca Espírito Santo, a então governadora da província de Luanda.

O certo, é que estes carros cisternas andam por aí a vender água e a fazer outros serviços sob convivência directa ou indirecta de alguns administradores.

Estes mesmos administradores, muitos dos quais não sabem quantos são os trabalhadores sob sua jurisdição, preferem em alguns casos trabalhar com elementos vulgo “biscateiros”, em paralelo para a busca do lucro fácil.

Recentemente, ouviu-se falar por parte do Governador Provincial de Luanda sobre a necessidade de se criarem programas de educação e sensibilização das populações, programas de gestão sustentada de terras e resíduos, com vista a evitarem-se construções anárquicas em locais impróprios.

Mas, ao que nos pareceu é que de lá pra cá foram poucos os gestores que terão cumprido rigor a medida. Os demais nos parece” não querer saber patavina nenhuma”. Francamente, é muito grave o que se verifica por Luanda e arredores. Não é por acaso que se diz a boca pequena que alguns administradores 5, não conhecem os municípios que dirigem, por outro lado ninguém os conhece respectivos territórios.

Os discursos são tantos, que até “enjoam quem os ouve”. São muitas as promessas, e até agora, nem água vem, nem água vai...

São sobretudo estas situações que de certa maneira” irritam” os cidadãos. Fala-se pomposamente da construção de vias secundárias e terciária, na resolução do problema da água e da energia, do saneamento básico, enfim, contas feitas, tudo continua na mesma ou pior como antes.

Chega de promessas senhores, e aprendam a agir com base na exigência dos governados.

5.5 MPLA desaconselha substituição de administradores em Luanda

Semanário Angolense
12 De Março de 2011

O desejo já expresso do governador de Luanda de substituir alguns (ou mesmo todos?) dos administradores municipais da província está condicionado à realização das eleições gerais aprezadas para 2012, apurou o *Semanário Angolense* junto de fonte geralmente bem informada.

«O MPLA quer contar com os actuais administradores municipais de Luanda para desencadear a sua campanha visando a vitória no próximo pleito na capital do país. Logo, seria inoportuno, nesta altura, proceder-se a exonerações destes responsáveis locais, que, reconhecemos, têm grande capacidade de mobilização», confidenciou a fonte do SA. Quem esfrega as mãos de contentamento e sorri de «orelha a orelha», é o 1.º Secretário do MPLA de Luanda, Bento Bento. Pois a mudança de administradores municipais, às vésperas das próximas eleições, poderia deitar por terra a estratégia que tem vindo a traçar para fazer face aos desafios políticos dos próximos meses.

Aquando da sua nomeação para o cargo de governador da capital do país, para além de ter aventado a hipótese de rescindir contrato com algumas instituições privadas que prestam serviço ao Governo Provincial de Luanda (GPL), José Maria dos Santos terá proposto a exoneração de alguns (mas quase todos) administradores municipais ao Chefe do Executivo, José Eduardo dos Santos.

Entretanto, uma «consulta» verbal feita recentemente pela direcção do partido no poder ao «MPLA de Luanda» concluiu que o ambiente político que, nos últimos tempos, se vive na capital angolana (assassinatos que a policia não consegue deslindar até hoje, ameaças de manifestações contra o regime, etc) desaconselham a substituição, por enquanto, dos administradores dos nove municípios de Luanda.

Assim, a pretensão de José Maria dos Santos terá que aguardar até ao próximo ano. Contudo, os administradores municipais de Luanda vão continuar a ter José Maria dos Santos à perna, exigindo-lhes mais trabalho e melhor qualidade nas obras efectuadas por empresas contratadas pelo GPL.

5.6 Descentralização melhora eficácia das acções

Jornal de Angola
13 De Março de 2011

A descentralização administrativa e financeira aumenta a eficácia dos programas de desenvolvimento local e a acção dos órgãos do Estado, disse o administrador municipal adjunto do Lubango, Domingos Wango, ontem em Caluquembe, na conferência provincial sobre o processo de descentralização e desconcentração administrativa.

Domingos Wango, que dissertou sobre o tema “A Lei 17/10, sobre organização e funcionamento dos órgãos da administração local”, disse que as reformas administrativas em curso no país vão conduzir a uma nova realidade, visando o aumento da eficácia da acção e o desenvolvimento social e económico do povo angolano.

A Lei 17/10 estabelece os princípios de organização e funcionamento das entidades administrativas que podem estar sujeitas a modelos diferenciados, em função da realidade geográfica, política e demográfica das circunscricções. No seminário, promovido pelo Governo Provincial da Huíla em parceria com a Agência de Desenvolvimento Rural Agrário (ADRA), o também docente universitário falou dos órgãos da administração local do Estado.

Acrescentou que os sistemas centralizados ou descentralizados apresentam vantagens e desvantagens na organização e funcionamento dos órgãos administrativos. O administrador precisou que “a centralização toma o aparelho do Estado enorme, muito pesado e com reflexos nos custos financeiros e ineficácia dos programas”.

5.7 Rádio nas comunidades ajudam descentralização

Jornal de Angola
14 De Março de 2011

O processo de descentralização administrativa nos municípios da província da Huíla precisa de rádios comunitárias para facilitar a circulação de informação. Esta foi uma das conclusões da última conferência provincial sobre descentralização administrativa, realizada em Caluquembe, Huíla.

Os 70 participantes na conferência concordaram que “é pertinente” para o processo de descentralização administrativa a instalação de rádios comunitárias por constituírem um instrumento que pode “alargar a voz das populações das zonas longínquas com limitações de cobertura radiofónica”.

Para o processo, os administradores municipais devem agir com as instâncias do Governo Provincial para melhorar a comunicação com os municípios e assim evitar embaraços nos programas de desenvolvimento local.

As Administrações Municipais, recomendaram os participantes, “devem tomar iniciativas locais para uma maior arrecadação de receitas no sentido de deixarem de depender exclusivamente do Orçamento Geral do Estado e contribuir directamente para o desenvolvimento local”.

Os participantes na conferência sobre descentralização administrativa, que decorreu em Caluquembe, afirmaram que a atribuição de competências aos governos locais e a transformação das Administrações Municipais em unidades orçamentais é um passo importante em direcção à constituição das autarquias locais. “Existem alguns constrangimentos no processo de concentração, sobretudo no momento de pedidos de elaboração de programas de curto prazo pelos órgãos centrais, o que não permite a preparação dos encontros de auscultação nos municípios”, com os participantes.

Os conferencistas defenderam que os Conselhos de Auscultação e Concertação Social devem ser mais representativos para garantirem um debate sobre os planos orçamentais e programa como forma de fortalecer o processo democrático e melhorar a gestão de recursos. O Conselho de Auscultação Concertação Social é um espaço que reúne membros do governo da sociedade civil e partidos políticos, com o objectivo de apresentar: pontos de vista e sugestões de natureza política, económica da província.

Neste fórum cada instituição ou organização da sociedade tem a liberdade de indicar o seu representante, sem interferências da tutela.

A conferência provincial, movida pela organização Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), decorreu sob lema “Descentralização administrativa, um caminho para o desenvolvimento local” e contou com a presença de administradores e actores sociais.

5.8 São as mudanças e não a «tradição» que conquistam os eleitores

Semanário Angolense
19 De Março de 2011

Quando o Executivo, formado por uma maioria do partido dos camaradas, conduziu José Maria dos Santos ao cargo de governador de Luanda, há pouco mais de três meses, certamente pensava em transformar

a gravura lastimável do quadro geral da capital, colocando um novo e mais dinâmico protagonista à frente da administração da cidade.

Tratando-se de uma medida de elevada responsabilidade política, sendo tomada a pouco mais de um ano antes das eleições, não pode ter deixado de incorporar-se no âmbito de alguma estratégia do MPLA com vista a avançar o máximo de posições possíveis na corrida em busca do eleitorado da grande metrópole.

Luanda é a mais populosa urbe angolana e representa o maior colégio eleitor do país. Não menos por isso não há como se esquecer dos seus problemas a suplicarem por uma política mais bem pensada, por planos melhor elaborados e por governantes mais capazes pode-se dizer que o Executivo lançou o «Programa do Governo para a Boa Governação de Luanda», no fim do ano passado, já de olho no pleito eleitoral de 2012.

Essa perspectiva constituiu um peso a favor de José Maria dos Santos, em quem o Executivo viu uma flecha certa para atingir os alvos estabelecidos nos seus planos. Se assim não fosse, o Programa de «Boa Governação», que já deveria estar lavrado antes da posse do novo governador, teria sido promulgado na gestão da antiga governadora, Francisca do Espírito Santo, a quem caberia materializá-lo. Doutro modo, não se teria exonerado a própria governadora.

Apesar de José Maria dos Santos figurar à frente da administração luandense, com todos os limites que lhe foram impostos pela cúpula executiva, relegando a um plano sem autonomia para tomar as devidas decisões proeminentes, o estremecimento nas repartições sob sua competência, provocado pelas suas revistas de caserna, é uma razão para mexer com a simpatia de qualquer eleitorado.

Sob esse juízo, a jogada do MPLA com a troca dos mandatários provinciais e o lançamento do chamado plano de Boa Governação estaria de bom tamanho e de acordo com «os princípios da política democrática», considerando que, embora acanhados, os efeitos de JM dos Santos apontam para o que a actual conjuntura realmente exige e a população precisa e espera do governo.

5.9 Administração do Território consulta Finanças

Jornal de Angola
26 De Março de 2011

O Ministério da Administração do Território consulta, em breve, o Ministério das Finanças sobre a possibilidade da concessão de valores adicionais às adminis-

trações municipais para acções ocasionais que surjam durante o ano.

Essa intenção foi manifestada ontem, em Luanda, pelo vice-ministro da Administração do Território, Cremildo Paca, quando respondia às preocupações do administrador municipal da Samba, Pedro Fançony, no I Encontro da Sociedade Civil sobre o Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP).

Na ocasião, o administrador da Samba solicitou a disponibilização de verbas adicionais para a concretização de acções e resolução de problemas imprevistos, durante a execução dos programas integrados municipais de desenvolvimento rural e combate à pobreza.

Em resposta, o vice-ministro do MAT aventou a possibilidade de consultar o Ministério das Finanças para saber se há viabilidade para a concretização dessa intenção, mas acautelou que actualmente as Finanças só concedem às administrações municipais e a outros órgãos do Estado verbas para projectos e acções previstas no Orçamento Geral do Estado, em obediência ao princípio da universalidade.

No encontro, Pedro Fançony propôs igualmente o aproveitamento das potencialidades produtivas do país, através da criação de Fábricas de produção de sumo, com as frutas excedentes, bem como o incremento da pesca continental.

A reabilitação dos silos antigos na província de Benguela, a criação de mais cadeias de frio para a conservação de produtos horto-frutícolas, bem como o aproveitamento de técnicas mais modernas de conservação de alimentos sem electricidade, foram outras sugestões apresentadas por Pedro Fançony.

O primeiro encontro com a sociedade civil visa colher experiências de Organizações Não-Governamentais na realização de programas de combate à fome e pobreza nas áreas rurais, assim como a elaboração e execução de projectos socioeconómicos.

No encontro participaram vice ministros e secretários de Estado, na qualidade de membros Comissão Nacional de Luta Contra a Pobreza e representantes de ONG, incluindo igrejas.

5.10 Administradores longe dos municípios

Semanário Angolense

De 26 de Março a 02 de Abril de 2011

Francamente... Não nos querem atirar areia nas vistas! Recentemente, ouvi atentamente a entrevista do administrador de Viana, na rádio com o mesmo nome. O responsável máximo pelo município “satélite”, como é também conhecido Viana, não disse coisa com coisa. Falou do esforço do seu governo na melhoria das condições de vida das populações e, os de Viana, em particular.

No discurso radiofónico é tudo muito bonito, mas a prática contrasta com a realidade, aliás, é característica dos nossos governantes falarem mais do que fazem – como se diz na gíria “muita lata e pouca gasosa. Governantes que conhecem a realidade ou a dimensão de problemas através de gabinetes ou de relatórios. O insucesso de muitos a nível local, província, município, comuna e bairros, na maioria dos casos resulta da “governança à distância”. Casos há em que os munícipes não conhecem o seu administrador quer municipal ou comunal – os conhecem através da televisão porque nunca andam pelo município ou avaliam os estragos das chuvas, apesar de terem viaturas à todo o terreno, excepto alguns. Administradores que em épocas de chuvas diluvianas saem em socorro das populações e avaliam os danos para possível intervenção.

Voltando ao “número um de Viana, o responsável deixou entender que está a ser feito trabalho no que respeita a recolha dos resíduos sólidos, de iluminação e água potável. O responsável não entrou em detalhes sobre que zonas se referia, pois é preciso ver o município no seu rodo, para além do “município sede”, a zona urbana.

Viana é mais do que isso, são os bairros Novo, Kapalanca, Grafanil, para citar alguns exemplos. A maior parte dos bairros, que não são poucos, vivem sérios problemas de saneamento básico, energia eléctrica onde os PT's privados são os potenciais fornecedores cujos preços são exorbitantes – oitocentos a mil e quinhentos dólares o contrato, elevado nível de delinquência, aliás, na semana finda os marginais tiraram a vida um catequista nas cercanias do bairro “Seis”, uma zona que não está a ser poupada pelos assaltantes nos últimos dias.

Na maioria dos bairros, a circulação é caótica. O bairro Novo, o Grafanil, para não falar de outros são um exemplo desta realidade. Que me mostrem bairros cuja circulação é feita sem sobressaltos ou que a recolha de lixo seja regular, aliás, o governador de Luanda exigiu fiscalização, ou seja, “dureza” para com às empresas de

tratamento e recolha de lixo, mas não é o que está acontecer em alguns bairros de Viana, onde a recolha de resíduos sólidos mais e parece a “cunha”.

Sem querer julgar quem quer que seja, espero que os problemas dos municípios possam ter resolvido, nada de “discurso falacioso” porque os factos falam por si. Este não é apenas 1m problema de Viana, mas da maioria dos municípios, verifiquem o péssimo estado do cazenga.

Como diz um prestigiado órgão de informação internacional: “sem comentários”.

5.11 Ainda sobre a venda de habitações do Estado

Semanário Angolense
De 26 De Março de 2011

Existem muitos edifícios ou moradias que o Estado gere desde os tempos da independência nacional, que constituem património do Estado, embora não estejam registados em seu nome.

Nessa matéria podem surgir dois tipos de situações diferentes, sendo que uma tem a ver com a existência de um Dário da República que atesta o confisco de uma determinada habitação.

Com efeito, até a entrada em vigor da Lei nº 7/95, de 1 de Setembro, conjugada com as Leis nº 3/76 e 43/76, respectivamente, de 3 de Março e de 19 de Junho de 1976, para se confiscar determinado prédio ou moradia tinha, antes, necessariamente, de se instruir um processo para se concluir que o prédio em questão devia ou não devia ser confiscado.

Em caso afirmativo, as entidades competentes, nomeadamente os ministros da Justiça e do pelouro da Habitação faziam publicar um Despacho ou Decreto Executivo a ordenar o confisco e, conseqüentemente, o registo do prédio a favor do Estado.

Nesses casos, o prédio podia ou pode ser vendido, cabendo ao notário proceder à competente escritura pública, mesmo antes de o prédio ter sido registado a favor do Estado.

Embora o ideal seja que, antes da outorga da escritura pública, o prédio já esteja registado, definitivamente, a favor do Estado, de forma a facilitar a sua compra pelo interessado para que este registe em seu próprio nome.

Existindo o Diário da República do confisco, mesmo que o edifício não esteja ainda registado a favor do

Estado, esse documento prova que o prédio é do Estado devendo o notário lavrar a escritura com base nele.

Uma vez com a escritura, o comprador ao tratar de registar a compra a seu favor deve, também, tratar do registo a favor do Estado, registo que, aliás, na ordem dos factos, deve anteceder ao do comprador.

a segundo tipo de situações corresponde aos prédios que, na mesma situação daqueles outros, antes da entrada em vigor da Lei nº 7/95, de 1 de Setembro, não foram confiscados.

Essa Lei, como não podia deixar de ser, considera os prédios ou moradias, também, património do Estado (Arto 1º, 2 da Lei nº 7/95, de 1 de Setembro), determinando no seu Arto 2º, I, não já que os ministros da Justiça (do Urbanismo e Construção o confisquem mas sim, que, uma vez que eles se convençam que os prédios que estiverem em causa se devam considerar confiscados, que os mandem registar a favor do Estado.

A Lei dá pistas para que esses ministros se orientem, devendo apoiar-se na existência de contratos entre o inquilino e o sector da Habitação.

Nesses casos, esses ministros devem, por Despacho ou Decreto Executivo a publicar no Diário da República, ordenar que se registe os prédios que estiverem em causa a favor do Estado.

É importante, mesmo imprescindível esse passo por parte dos referidos titulares, visto que sem os referidos documentos, os ex inquilinos do Estado, nas vestes de promitentes-compradores, mesmo habitando esses prédios há mais de três décadas não conseguem adquiri-los ao Estado, por justamente por lhes faltar o documento que deve servir de base ao notário para celebrar a escritura.

Documento (Diário da República) esse que, com a escritura, permitirá ao comprador, depois, promover, simultaneamente, o registo da sua compra, antecedido, no plano prático, do registo a favor do Estado do prédio que estiver em causa.

Eis a razão porque, para o Estado não frustrar as expectativas desses seus ex inquilinos, volvidos promitentes-compradores, os Ministros da Justiça e do Urbanismo e Construção não podem deixar de, verificados os pressupostos legais, praticarem os actos a que estão obrigados, porque vinculados, já que não se trata do exercício de poderes discricionários.

5.12 Vice-ministro vê vantagens no apoio à gestão municipal

Jornal de Angola

28 De Março de 2011

O vice-ministro da Administração do Território, Cremildo Paca, informou, sexta-feira, em Luanda, que o sector está a aperfeiçoar os mecanismos de gestão municipal, no quadro do Decreto Legislativo Presidencial sobre o Regime Financeiro Local, aprovado no ano passado.

“Estamos a aperfeiçoar os mecanismos de gestão. Por isso, achamos que o reforço da administração do Estado e da capacidade institucional não podem ser feitos sem a componente humana”, frisou Cremildo Paca, ao falar sobre a “Organização territorial e desconcentração administrativa”, no quadro do seminário sobre a “Implementação dos programas municipais integrados de desenvolvimento rural e combate à pobreza”.

Disse ser nesta base que o Ministério da Administração do Território (MAT) está a promover vários cursos e seminários, não só dirigidos aos próprios administradores municipais, mas sobretudo aos operadores financeiros locais.

Durante a sua intervenção, o vice-ministro destacou a criação do Fundo de Apoio à Gestão Municipal (FUGEM), ao abrigo do Decreto n.º 8/08, que visava dotar as administrações municipais de recursos financeiros adequados a uma rápida e eficaz intervenção na redução dos problemas candentes dos municípios.

Foi, segundo explicou, a primeira tentativa da chamada desconcentração financeira ao nível dos municípios. Admitiu, no entanto, que houve também alguns erros, que devem ser corrigidos com um novo diploma aprovado recentemente: a Lei dos Órgãos da Administração Central e Local do Estado. Esclareceu que este diploma veio estabelecer as balizas gerais sobre a organização e o funcionamento dos órgãos da administração do Estado, e, em consequência, foi aprovado o chamado “Regime Financeiro Local”, como uma forma de aprofundar a desconcentração administrativa do ponto de vista da execução financeira.

“Todos os municípios foram transformados em unidades orçamentais. O Estado atribui a cada um dos municípios uma verba sem a dependência dos governadores provinciais. Foi um grande passo porque nós, enquanto instituição vocacionada para o desenvolvimento da administração local, já que ao longo dos anos nos batemos para que os municípios fossem considerados unidades autónomas. Houve (no início) alguma resistência, mas, felizmente, a mesma foi ultrapassada.

6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Moradores querem saber quanto vão pagar

Novo jornal

04 De Março de 2011

Dois meses depois da transferência dos moradores do prédio da Cuca para os edifícios do Zango 1, em Viana, a Sonangol Imobiliária ainda não definiu a titularidade e o valor que os moradores terão de pagar pelos apartamentos. “Estamos aqui a viver, mas não sabemos se realmente somos os proprietários dos apartamentos”, disse o mais velho Zé Maria, residente do quarto andar do edifício número II 10-1.

Aquele ancião acredita que a situação será esclarecida “com a entrada da administração” da Sonangol imobiliária. “Por agora, só estão aqui os técnicos do IPGUL (Instituto do Planeamento e Gestão Urbana de Luanda) que nos fizeram o cadastramento durante a transferência. Penso que a Sonangol Imobiliária é que vai organizar os pormenores”, acrescentou o ancião.

Já a anciã Conceição Costa, uma das moradoras do edifício II10-2, disse que aguarda com ansiedade pelas modalidades de pagamento. A moradora acredita que os valores cobrados serão apenas “uma quantia módica” e apela às entidades para que se pronunciem sobre o assunto. “Não sabemos quanto vamos pagar. No prédio da Cuca eu pagava dois mil Kwanzas por mês. Sei que aqui não será este valor, mas creio que o Estado não nos vai matar nos preços”, finalizou.

De acordo com comunicações afixadas na vitrina do edifício, os moradores foram convocados em Janeiro pela Comissão Técnica para apresentarem documentos que atestem a titularidade dos apartamentos no prédio da Cuca. “O não cumprimento da medida, por parte dos moradores, perderiam o direito de posse de apartamento no Zango I”, lê-se no documento exarado.

Por sua vez, o coordenador da comissão de moradores do edifício número III0-1, Edmar Neves, explicou que o encontro com a Comissão Técnica no Mausoléu, local onde estão sedeados aqueles técnicos do GPL, limitou-se à entrega dos documentos. “Nada foi dito sobre os valores a pagar pelos apartamentos”, nem ficou definida a questão da propriedade”.

“No Mausoléu, apenas apresentámos certos documentos que garantem que somos proprietários de apartamentos no prédio Cuca. Penso que isto é algo que a Comissão Técnica fez para manter o controlo dos actuais morado-

res e evitar que haja infiltrado. Afinal muita gente quer morar aqui”, disse o jovem coordenador, adiantando que aguardam a chegada da comissão da Sonangol, gestora de todos os projectos habitacionais do governo, para “clarificar a situação”, esclareceu o coordenador.

Refira-se que em Setembro do, ano passado, aquando da visita do Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, às novas centralidades do Kilamba-Kiashi, o chefe do executivo informou que havia transferido toda a gestão e a promoção das novas centralidades a nascer no país para a multinacional angolana Sonangol.

A petrolífera angolana ficou encarregue de todos os assuntos relacionadas com o desenvolvimento dos projectos habitacionais, bem como a venda dos espaços projectados em todo o país, responsabilidades que até então cabiam ao Gabinete de Reconstrução Nacional.

6.2 Vias estruturantes, solos e lixo em Luanda mexem com executivo

O País

4 De Março de 2011

A não conclusão das obras de construção das Vias Estruturantes e da Macro – Drenagem de Luanda, o Programa de Regularização dos Solos, bem como o sistema de recolha e tratamento de resíduos sólidos, mereceram, quarta – feira, 2, a atenção do Conselho de Coordenação Estratégica para o Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Económico e Social.

A problemática das Vias Estruturantes e da Macro – Drenagem da província de Luanda, esteve novamente em análise a nível do Executivo, porque ela já se arrasta desde 2006, altura em que se iniciaram as obras.

Preocupado com a situação, o Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda, lançou o repto para a Sua conclusão em meados de 2012, devendo o programa incluir as valas de drenagem das águas pluviais.

No mesmo período, foi incluído a definição do micro – localização dos parques de estacionamento de viaturas e das modalidades de investimento e gestão dos mesmos, bem como das bombas de gasolina e estações de serviço.

Em Maio de 2009, a Comissão Permanente do Conselho de Ministros havia efectuado um balanço de execução do Programa das Vias Estruturantes e da Macro -drenagem da Província de Luanda e naquela altura tinha apontado a sua conclusão em Dezembro do ano seguinte.

Na realidade, a directiva não foi cumprida, devido a dívidas acumuladas para com as empreiteiras, bem como a dificuldades para o realojamento das populações residentes nas áreas circundantes dos projectos.

Naquela altura estavam em obras as estradas da Samba, do Golfe, Sanatório Golfe, Viana -Calumbo, auto-estrada periférica (Cacuaco,Viana -Cabolombo), Luanda/Viana, Rua dos Comandos, Quinta e Sétima Avenida, Avenida Ngola Kiluanji, Hoji Ya Henda, Grafanil/Kapolo/ Golfe e as pontes de Cacuaco, Salinas, Viana e Kikuxi.

Destas, apenas a estrada da Samba está concluída, com iluminação pública, faltando a instalação de passagens aéreas, em algumas partes do troço, até ao enfiamento do Futungo de Belas, onde intersecta com a Via Expressa Golfe/Sanatório/Shoprite.

As restantes vias encontram-se em estado crítico e quando chove na capital vem ao de cima as debilidades técnicas da sua concepção, sendo a de Viana/Luanda a mais visível, por não ter o problema de drenagem das águas, iluminação eléctrica, de sinalização e de passagens para peões resolvidos.

Desde finais do ano transacto, os trabalhos nas vias estruturantes retomaram em força, fruto do pagamento da dívida por parte do Executivo, e há avanços significativos em algumas vias, mas as reclamações não cessam devido a lentidão, o que concorre para alguns engarrafamentos.

Recolha de lixo

Os participantes à reunião de quarta – feira, 2, realizada no Palácio Presidencial da Colina de São José, procederam a uma análise crítica do diagnóstico e modernização do sistema de recolha e tratamento de resíduos sólidos. Segundo fonte contactada por O País, as autoridades estão já a equacionar a possibilidade de implementar um novo modelo de recolha e tratamento de lixo, já que o actual parece não ter os efeitos desejados.

O actual modelo implementado em Luanda integra as Administrações Municipais no processo de gestão do sistema de limpeza através dos serviços técnicos municipalizados locais.

No entanto, é voz corrente que a população, afinal produtora dos resíduos sólidos, deve ser incorporada na sua recolha, principalmente em áreas de difícil acesso, passando a “vender” o lixo, obtendo em troca uma merenda.

Num encontro com as principais operadoras, realizado, em Dezembro de 2010, em Luanda, Antas Miguel

director da ELISAL, havia dado sinais que indiciavam a uma colaboração directa com a população.

Segundo ele, uma das novas tarefas, do Executivo da capital, é devolver a responsabilidade da limpeza urbana aos municípios, uma vez que, em seu entender, não é possível limpar uma cidade sem que se definam procedimentos e actos de quem produz o lixo.

Antas Miguel disse também naquela ocasião, que o serviço de limpeza público deve ter um carácter integrado e que parte dos problemas que concorrem para o seu défice têm ligação com a organização estruturadora.

“A implementação de um sistema que satisfaça o poder público, municípios e as operadoras de limpeza e tratamento de resíduos sólidos é a pretensão da ELISAL, no quadro do programa do Executivo para boa governação de Luanda”, disse na ocasião Antas Miguel.

Gestão dos Solos

Outro assunto de grande interesse que mereceu a devida atenção participantes foi o andamento do Programa de Regularização da Gestão de Solos na Província de Luanda na qual falou-se da construção novos mercados e cemitérios municipais e também da criação de parques e zonas verdes.

Além disso, foi revisto também a questão da gestão das Reservas Fundiárias de Luanda e se procedeu á análise dos mecanismos de gestão de ao processo de licenciamento de obras.

6.3 GPL passa a prestar contas á cidade alta

O independente

05 De Março de 2011

O governo provincial passa doravante a informar, trimestralmente, o Executivo sobre o cumprimento, incumprimento, dificuldades e resultados alcançados na materialização dos projectos sob sua alçada.

A medida foi anunciada esta semana após reunião do Conselho de Coordenação Estratégica para o Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Económico e Social da província, e engloba um conjunto de acções com vista a conferir transparência na acção governativa, consentâneo com o regime de prestação de contas aprovado pelo executivo.

Reunido no Palácio Presidencial, sob orientação do Presidente José Eduardo dos Santos, o Conselho Estratégico, através da sua Comissão Técnica, vai acom-

panhar a execução de todos os programas, fazendo a necessária harmonização e concertação de posições e intenções. Criado em Junho do ano passado, o Conselho de coordenação Estratégica para o Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Económico e Social tem como finalidade harmonizar e coordenar os vários projectos de infra-estruturas a executar pelo Executivo na província de Luanda, consubstanciados em programas de macro drenagem, saneamento básico, reabilitação e construção de estradas, ruas e realojamento das populações residentes nas áreas de execução dos referidos projectos.

Na reunião desta semana, o Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda analisou questões relacionadas com a execução de programas referentes à conclusão, em 2012, das vias estruturantes e das valas de drenagem das águas pluviais.

Apreciou também a articulação, no plano executivo, entre o Governo Central e o governo provincial de Luanda.

Um comunicado distribuído à imprensa, refere que a reunião se debruçou também sobre a definição da micro-localização dos parques de estacionamento de viaturas e das modalidades de investimento e gestão dos mesmos, bem como das bombas de gasolina e estações de serviço. Na abertura da reunião, realizada à porta fechada, o Presidente José Eduardo dos Santos referiu como instrumentos essenciais que regem a actividade do Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda os regulamentos sobre a Repartição de Responsabilidades na actuação do Governo.

Outros instrumentos essenciais são o regulamento sobre o Regime Financeiro Local e o Plano Anual ou Programa de Acção Anual e respectivo orçamento e o Programa de Investimento Público (PIP) a nível provincial e municipal.

O Presidente da República considerou que existem três Programas de Acção e respectivos orçamentos em cada município, que asseguram urna boa articulação e evitam sobreposições na execução. Trata-se do Programa de acção, com o respectivo orçamento e integrado no PIP, que é de subordinação central e sobre o qual os departamentos ministeriais respondem directamente perante o Conselho de Ministros ou o Chefe do Executivo.

Além do Programa de Acção, há o Programa Provincial sobre o qual responde o governo provincial, que tem a faculdade de se pronunciar sobre os projectos e acções sob sua responsabilidade, e por último o Programa integrado no Alba e no respectivo orçamento municipal.

O comunicado refere que a reunião procedeu à análise crítica do diagnóstico e modernização do sistema de recolha e tratamento dos resíduos sólidos, da construção

de novos mercados e cemitérios municipais e também da criação de parques e zonas verdes.

Foi igualmente analisado o Programa de Regularização da Gestão de Solos na província de Luanda, tendo sido feito o ponto da situação da gestão das Reservas Fundiárias de Luanda e avaliados os mecanismos de gestão de solos e ao processo de licenciamento de obras.

O Conselho de Coordenação Estratégica apreciou, igualmente, o subprograma integrado de reforço da segurança pública e ordem interna, do combate à criminalidade e de ordenamento do trânsito rodoviário.

O Conselho de Coordenação Estratégica para o Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Económico e Social de Luanda foi criado pelo Presidente da República em Junho de 2010 e tem, entre outras, a competência de contribuir para a definição das bases gerais para o desenvolvimento da província de Luanda no âmbito da política de desenvolvimento económico e social do país, assegurar a articulação de todas as políticas sectoriais com incidência no território da província de Luanda, em particular a carteira de investimentos públicos da responsabilidade central e os investimentos de carácter local.

Compete, ainda, ao Conselho assegurar que as competências, em matéria de investimentos públicos, atribuídas por lei aos diversos níveis da Administração sejam exercidas, tendo em conta os objectivos e os programas executivos da actividade da Administração central e local do Estado.

O Conselho de Coordenação Estratégica tem também como missão assegurar a actuação coordenada dos serviços desconcentrados da administração central em particular os relacionados com planeamento e execução dos investimentos públicos, do ordenamento do território bem como estabelecer formas de parcerias e colaboração entre a Administração Central e a Administração local do Estado.

O Conselho de Coordenação Estratégica de Luanda é presidido pelo Presidente da República e Chefe do Executivo e integra o Vice-presidente da República, o ministro de Estado e Chefe da Casa Civil, o ministro de Estado e Chefe da Casa Militar; o ministro do Urbanismo e Construção, a ministra do Planeamento, o ministro da Administração do Território, a ministra da Energia e Águas, o ministro dos Transportes e o governador Provincial de Luanda.

O Conselho tem uma Comissão Técnica, coordenada pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Carlos Feijó.

6.4 Huíla tem fábrica de construção de casas

Jornal de Angola

05 De Março de 2011

O secretário de Estado do Urbanismo e Habitação, Joaquim Silvestre, inaugurou, ontem, na comuna da Eiwa, arredores da cidade do Lubango, província da Huíla, a fábrica de montagem de casas pré-fabricadas da empresa “Casaforma Angola”.

Joaquim Silvestre disse que a fábrica “é uma grande iniciativa privada”, por contribuir para a diminuição do défice habitacional. “Precisamos de mais fábricas do género em todo o país”, afirmou.

A unidade fabril, com duas naves equipadas com tecnologia moderna, resultou de um investimento avultado e gerou, numa primeira fase, 20 postos de trabalhos, sobretudo jovens. Por semana, podem ser produzidos painéis destinadas à montagem de 25 casas.

O presidente do conselho de administração da Casaforma, João Pereira Massano, esclareceu que a fábrica ocupa uma área de dez mil metros quadrados e, até finais do corrente ano, vai empregar 400 trabalhadores. A unidade, disse, responde à preocupação do Executivo de solucionar o problema habitacional no país. A Casaforma tem capacidade para produzir casas do tipo T2 a T 4. A nossa tecnologia e os nossos produtos possuem características únicas e oferecem grandes vantagens aos clientes”, sublinhou.

João Massano afirmou que as casas construídas na unidade fabril têm muita aceitação em várias partes do mundo e há provas de que, com a aplicação desta tecnologia, é possível criar habitação digna e duradoura, de forma célere e sustentável e com a qual se pode dar resposta às expectativas criadas em relação à habitação no país.

Reconheceu que a parceria público privada é o único caminho seguro para aumentar de forma exponencial a produção imobiliária, tendo em conta a componente da responsabilidade social que sempre caracterizou a Casaforma e o Governo Provincial da Huíla.

O administrador da Casaforma sublinhou ainda que o carácter de produção em série, a rapidez e a flexibilidade de construção, a durabilidade, a resistência ao fogo e aos arremessos de materiais projectáveis, fazem do sistema construtivo da sua empresa uma tecnologia que reduz no mínimo 20 por cento dos custos imputáveis ao sistema de construção tradicional.

Caracterizou o Lubango como o segundo pólo de desenvolvimento habitacional do país, depois de Luanda. As expectativas em relação ao fomento habitacional na região continuam favoráveis ao desenvolvimento do negócio da empresa na província da Huíla.

João Pereira Massano afirmou que o novo cenário, criado pelo empreendimento, vai proporcionar uma enorme oportunidade para desenvolvimento de outros negócios, com perspectivas a montante e a jusante dos projectos.

Fogos habitacionais

O presidente do conselho de administração da Casaforma anunciou, também, a construção de oito mil fogos habitacionais na província da Huíla. João Pereira Massano disse que, deste número, 500 casas já estão a ser fabricadas e a empresa lança, brevemente, um programa de catalogação de clientes, destinado a inventariar as suas necessidades, preferências, ideias e exigências.

Durante a inauguração da fábrica, o governador da Huíla, Isaac dos Anjos, informou que a província tem disponíveis mais de dois milhões de tijolos para a concretização de projectos de construção de moradias.

“Não temos apenas painéis, mas também tijolos, seis produtoras de brita e quatro de areia destinadas à construção civil. Portanto, há material para construir as casas”, assegurou Isaac dos Anjos. O governador da Huíla acrescentou que são necessários financiamentos porque “as casas são mais baratas”.

6.5 Organizações kabuscorp estão apostadas em projectos de construção de residências

Jornal de economia e finanças
08 De Março de 2011

As Organizações Kangamba Business Corporation (Kabuscorp) pretendem, nos próximos tempos, concluir com a edificação de um total de cinco mil casas sociais, nas províncias das Lundas Norte e Sul, no âmbito do projecto governamental de construir um milhão de fogos habitacionais pelo país. Esta garantia foi avançada pelo seu presidente, Bento Kangamba, em declarações ao JE, à margem do encontro sobre o fomento do empresariado nacional, que a província de Luanda acolheu, em Fevereiro, no Complexo Futungo II.

De acordo com Bento Kangamba, esta iniciativa resulta já na estratégia de implementação das parcerias público-privada e vai garantir o acesso a habitações de baixo custo às populações destas localidades.

Segundo disse, o passo a seguir a este passará pelo lançamento das empreitadas de outras tantas casas sociais na província de Luanda, em local ainda por definir, e com as quais pretendem participar de forma ampla no desafogamento do problema habitacional que a capital do país vive, face à alta concentração de inúmeras famílias, algumas em péssimas condições de habitabilidade.

O responsável garantiu que o preço de venda das casas, em função do seu perfil e público-alvo, poderá atingir um mínimo de até sete mil dólares norte-americanos.

“É tarefa do empresariado nacional investir em áreas como a construção, energia e água e tantas outras, a fim de ajudarmos o Governo na solução dos principais problemas que afligem as comunidades”, disse.

Diversificação

Segundo o gestor da Kabuscorp, a sua organização definiu o reforço da sua actividade nos sectores da saúde e comércio geral, assim como uma participação mais activa no ramo da agricultura. Neste particular, Bento Kangamba recordou que o projecto de cultivo de arroz, na província do moxico, propriamente no município do Luena, representa uma aposta particular, uma vez que este sector detém um potencial de riqueza muito grande, além da sua capacidade de criação de inúmeros postos de trabalho, sobretudo para a juventude.

Aliás, conforme fez questão de sublinhar, é na agricultura que está a solução dos grandes problemas com que se debate o país, casos da fome e do combate à pobreza.

“Na década de 70, o país não viveu sob dependência do petróleo, nem do diamante, sempre foi a agricultura a principal actividade das populações, e pensamos que será neste segmento que todos, Governo e empresários, deveremos apostar para minimizar os vários, problemas que ainda vivemos, afirma.

O empresário disse ainda que deste apoio ao sector da agricultura resultará a baixa dos preços dos produtos do campo, que, actualmente, em boa verdade, chegam ao consumidor final com bastante dificuldade, sem fazer menção da situação que vive o próprio agricultor para escoar a sua produção. Por esta razão, advoga a combinação das estratégias entre o Estado e seus parceiros.

Conforme Bento Kangamba, a reabertura, após melhorias, de várias vias que ligam localidades antes separadas representa um sinal da vontade do Governo em ver resolvido o problema de escoamento dos produtos do campo para as cidades, principalmente ali onde há urna grande concentração de populações., Deste modo, os empresários têm de acompanhar estes esforços com

a participação privada em determinados sectores da economia e da produção de riqueza, bens e serviços acabados.

6.6 Preços são elevados

Jornal de Angola
11 De Março de 2011

Os elevados preços praticados no sector imobiliário país devem-se à fraca oferta e inexistência de uma “forte” indústria de materiais de construção á altura das exigências do mercado, afirmou ontem o presidente do grupo empresarial SICCAL (Miguel André.

Ao falar à Angop, o gestor do Grupo SICCAL salientou que apenas uma ínfima parte dos materiais de construção civil são produzidos no país. O que podemos comprar em Angola é o cimento, areia e tijolo, coisas básicas. Mesmo assim, o preço é alto.

“Já cheguei a pagar, há dois anos, um metro cúbico de betão a um montante equivalente a 400 dólares norte-americanos em Angola, enquanto em Portugal estava a 50euros (cerca de 70 dólares)”, indicou. Para Miguel Andrade, factores como a falta de energia, trânsito e uma série de elementos influenciam o preço de produção e venda dos imóveis.

No entanto, acredita haver também especulação nalguns preços, pois hoje já se compra o metro cúbico de betão a 200 dólares.

Apesar desta situação, o engenheiro é da opinião que quando houver mais empresas a intervirem na produção dos materiais de construção os preços reduzirão, já que haverá maior concorrência..

6.7 Cassaforme investe 30 milhões de dólares

Angolense
De 12 19 de Março de 2011

Segundo o documento que o Angolense teve acesso, a inauguração da referida unidade fabril aconteceu na província da Huíla e coube ao Secretário de Estado do Urbanismo e Habitação, Joaquim Silvestre. Falando à imprensa, Joaquim silvestre garantiu na ocasião que a fábrica “é uma grande iniciativa privada e vai contribuir para a diminuição do défice habitacional”.

De acordo com um dos responsáveis da empresa, a província da Huíla é caracterizada como o segundo pólo de desenvolvimento habitacional do país, depois de Luanda por isso foi escolhida para se erguer a primeira fábrica de montagem de casas pré-fabricadas.

O preço mínimo de cada residência está estipulado em 50 mil dólares norte-americanos e prevê se alargar nos próximos meses o projecto às demais províncias do país, com incidência para a capital do país. O investimento está avaliado em mais de 30 milhões de dólares.

A Cassaforme Angola, S.A., é uma sociedade de direito angolano, criada para em parcerias com outras empresas do ramo fazer face as exigências cada vez mais crescentes no sector da construção civil. A empresa implantou uma unidade fabril para produzir painéis modulares na cidade do Lubango.

6.8 « Cassaforma » entra com pé direito no ramo imobiliário

Semanário Angolense
12 De Março de 2011

A «Cassaforma», empresa de direito angolano sedeada na capital do país e vocacionada à construção de imóveis pré-fabricados, inaugurou nesta terça-feira, 8, duas fábricas de painéis e artefactos para a construção de casas no Lubango.

Em representação do ministro do Urbanismo e Construção, Fernando Fonseca, fez-se presente o secretário de Estado do referido ministério, Joaquim Silvestre, que efectuou o corte da fita de inauguração da fábrica de artefactos.

Por seu turno, o governador da Huíla, Isaac dos Anjos, inaugurou a fábrica de painéis. Acto contínuo, seguiu-se a visita dos convidados às instalações e os esclarecimentos do funcionamento das firmas, pelos respectivos directores.

Ao intervir no acto, o presidente do conselho de administração da «Cassaforma», general João Pereira Massano, considerou que a tecnologia de vanguarda das unidades fabris permite a produção de materiais de construção, mais concretamente de painéis e alumínio, sendo capaz de produzir, no mínimo, até 25 casas por semana e 100 por mês.

Disse também que a tecnologia e os seus produtos possuem características únicas e oferecem vantagens e mais-valias importantes, que serão transferidas em forma de benefícios para os seus clientes. A sua aplicação em todo mundo já provou que, com essa tecnologia, é possível criar habitação digna e duradoura, de forma célere e sustentável, podendo dar respostas às expectativas criadas em torno da questão habitacional no país.

Para João Pereira Massano, a parceria público-privada, não é uma escolha, é o único caminho seguro para que se possa aumentar de forma exponencial a produção

imobiliária, tendo em conta a componente da responsabilidade social que sempre caracterizou a «Cassatorma» e o governo da província da Huila.

O carácter de produção em série, a rapidez e a flexibilidade de construção, a durabilidade, a resistência ao fogo e aos arremessos materiais projectáveis fazem desse sistema construtivo algo diferente, uma tecnologia que reduz, no mínimo, 20 por cento dos custos imputáveis ao sistema de construção tradicional.

Isso permite minimizar os custos e maximizar os proveitos, enquanto acelera o abrandamento dos preços imobiliários, contribuindo deste modo para que o sonho de casa própria não seja uma utopia, mas um verdadeiro tópico ao alcance de todos. «Nesta altura ratificaremos a nossa humilde contribuição para a construção de 1 milhão de fogos habitacionais», afirmou o homem forte da «Cassaforma».

Informou que a escolha do Lubango para a implementação das unidades fabris deve-se ao facto de a cidade ser actualmente, o segundo pólo de desenvolvimento habitacional do país, depois de Luanda, assumindo uma posição de liderança na região centro-sul. Apesar do declínio que a crise económica provocou, afectando particularmente o sector privado, as expectativas em relação ao fomento habitacional na região continuam a crescer, revelando os indicadores económicos um ambiente favorável ao desenvolvimento do negócio da empresa a partir da província da Huila.

«Vamos construir fogos habitacionais e infra-estruturas que alimentarão o nosso mercado imobiliário, vamos construir 8 mil fogos habitacionais aqui na Huila, 500 das quais começam agora. Recolocaremos a ciência da engenharia no seu devido lugar e vamos dominar as maravilhas da tecnologia para elevar a qualidade do serviço e diminuir o seu custo», sublinhou Massano.

Segundo o presidente, nos próximos dias, a «Cassaforma» lançará um programa de catalogação de clientes, destinado a inventariar as suas necessidades, preferências, ideias e exigências, tendo presente que elas estão em permanente evolução.

Frisou que o sistema inaugurado é uma referência em todo mundo. «Aliás, refiro-me ao testemunho de eficácia e eficiência do sistema, assim como o seu elevado nível de fiabilidade, pois são mais de quarenta linhas de produção deslocadas nos diversos países do mundo», terminou.

A cerimónia foi presenciada por membros do governo central, do governo provincial da Huila, das autoridades tradicionais locais e eclesiásticas.

6.9 Dezasseis casas por dia»

Semanário Angolense
12 De Março de 2011

Falando ao *Semanário Angolense*, o director da fábrica de painéis, engenheiro Adérito de Jesus, disse que a unidade tem como objectivo o fabrico de painéis em poliestireno, cobertos e reforçados com aço para a construção de casas pré-fabricadas.

«A fábrica é composta de diversos equipamentos de tecnologias de ponta, que permitem que, a partir da matéria-prima recebida, fabriquemos todo material necessário para a edificação das residências», disse.

Acrescentou que têm uma capacidade de fabricar entre 14 e 16 casas por dia, trabalhando a casa ininterruptamente. Numa primeira fase, trabalham durante 8 horas num programa piloto, dando consequência posteriormente em 24 horas.

Relativamente à capacidade dos trabalhadores, a fábrica tem técnicos expatriados a capacitarem os primeiros funcionários nacionais. Estes, depois da formação passaram por testes, em que edificaram três casas modelos, cujos resultados ditaram a sua permanência.

6.10 Cassa forma Angola, S.A. ergue oito mil fogos habitacionais na província da huila

O independente
12 De Março de 2011

A empresa Cassa Forma Angola, S.A iniciou a sua participação no projecto de fomento habitacional, levado a cabo pelo executivo angolano, com a construção de moradias, baseadas num sistema de construção inovador.

O lançamento do projecto ocorrido na semana finda na província da Huila, coube ao secretario de Estado da Habitação, Joaquim Silvestre que na ocasião enfatizou o a iniciativa, bem como a importância do sector privado ao apoiar o executivo angolano na colmatação do actual deficit de moradias.

«A unidade fabril vai diminuir o deficit de material de construção na região Sul atendendo aos anseios do programa habitacional»

Caracterizada como o segundo pólo de desenvolvimento habitacional do país, a Cassa forma optou pela província da Huila, como o mote para o desenvolvimento do objecto a que está vocacionada no mercado imobiliário.

Segundo nota distribuída à imprensa, a Cassa forma pretende com o efeito responder à preocupação do Executivo de solucionar o problema habitacional no país e para tal, a nova unidade fabril, com uma capacidade para produzir casas do tipo T2 a T 4, já funciona a todo vapor.

Tudo porque a nossa tecnologia e os nossos produtos possuem características únicas e oferecem grandes vantagens aos clientes. O novo cenário, criado pelo empreendimento, vai proporcionar uma enorme oportunidade para desenvolvimento de outros negócios”. Sublinha a referida nota.

O documento salienta ainda que a Cassa Forma vai construir também oito mil fogos habitacionais na província da Huíla, sendo que, deste número, 500 casas já estão a ser fabricadas e brevemente vai proceder ao lançamento de um programa que visa inventariar as necessidades dos potenciais clientes, suas preferências, ideias e exigências.

A fábrica construída numa área de dez mil metros quadrados, gerou até ao momento 20 novos postos de empregos, e prevê-se aumentar mais 400 trabalhadores até finais do corrente ano. A unidade fabril, conta também com duas naves equipadas implantadas com tecnologia moderna para produzir painéis destinados à montagem de 25 moradias por semana.

Características do projecto

As casas suportadas por painéis modulares, cuja função estrutural é garantida por duas malhas de aço galvanizado electro-soldadas e unidas por conectores de aço duplos, dentro das quais existe uma placa de poliestireno que assegura altos níveis de isolamento térmico e acústico.

Resistente há incêndios, terramotos e ciclones. A tecnologia foi desenvolvida ao longo de 30 anos de experiência na área da construção em mais de 50 países e já alcançou um padrão bastante elevado em termos de flexibilidade e facilidade na sua utilização.

As casas construídas na unidade fabril têm muita aceitação em várias partes do mundo como, Venezuela, Irlanda, Argentina, e Equador, e há provas de que, com a aplicação desta tecnologia, é possível criar habitação digna e duradoura, de forma célere e sustentável e com a qual se pode dar resposta às expectativas criadas em relação à habitação no país.

A Cassa forma realça ainda, que o carácter de produção em série, a rapidez e a flexibilidade de construção, a durabilidade, a resistência ao fogo e aos arremessos de materiais projectáveis, fazem do sistema construtivo da sua empresa uma tecnologia que reduz no mínimo 20

por cento dos custos imputáveis ao sistema de construção tradicional. As casas serão comercializadas ao preço mínimo de 50 mil dólares, que segundo considera, mais baixo do mercado.

6.11 Chefe do executivo analisou ao detalhe andamento do projecto Kilamba Kiaxi

Jornal de Angola
14 De Março de 2011

O Presidente José Eduardo dos Santos recebeu, ontem, em audiência no Palácio da Cidade Alta, em Luanda, altos responsáveis do CITI Group e do ICBC, respectivamente, executor e financiador do projecto de habitação social do Kilamba Kiaxi.

Inaugurado em Agosto de 2008 pelo Chefe de Estado, o projecto Nova Cidade do Kilamba Kiaxi deverá ser entregue no próximo ano, segundo Tian Guoli, vice-presidente do CITI Group, a multinacional chinesa encarregue da execução da obra.

Em declarações à imprensa à saída da audiência, Guoli disse que o encontro serviu para relatar ao Chefe do Executivo as questões de pormenor ligadas às infra-estruturas do projecto, que prevê albergar mais de 350 mil pessoas.

“O projecto está quase pronto”, declarou, sublinhando que, “como vai ser povoado por mais de 200 mil pessoas, precisa de ser preparado ao máximo pormenor, para evitar constrangimentos no futuro”.

O vice-presidente do CITI Group garantiu que as equipas estão a trabalhar para que o projecto habitacional seja entregue no próximo ano. “Vamos entregar o projecto em 2012. Por isso temos muito trabalho e várias tarefas a cumprir”, afirmou.

Primeira a ser construída de raiz desde a independência, a Nova Cidade do Kilamba Kiaxi vai alojar cerca de 350 mil habitantes em 80 mil habitações sociais condignas, erguidas em padrão urbano com serviços públicos integrados, como escolas, hospitais, instituições financeiras, esquadras policiais, cemitérios e igrejas.

O projecto que junta o CITI Group, ICBC e a Sonangol está a ser construído a 20 quilómetros do centro da cidade de Luanda (na via expresso Cabolombo, Cacuaco), numa parcela de terreno com 5.200 hectares. A Nova Cidade do Kilamba Kiaxi terá um sistema independente de tratamento de água, electricidade e telecomunicações.

Yi Huiman, do ICBC, revelou que o seu banco, que é detentor da maior carteira comercial do planeta, disponibilizou já uma linha de financiamento de 2,5 mil milhões de dólares norte-americanos.

Em Angola pela primeira vez, Huiman disse-se deslumbrado e destacou o “rápido crescimento e enorme potencial” que fazem deste país uma prioridade na agenda do Industrial and Commercial Bank of China (ICBC).

“Em função do potencial angolano, certamente que vamos participar ainda mais no desenvolvimento deste país”, declarou.

O alto executivo do ICBC referiu que o maior banco comercial do mundo tem prestado muita atenção a Angola. “Estamos muito confiantes de que o país vai desenvolver-se rapidamente”, disse.

O Chefe de Estado recebeu ainda, noutra audiência, Liu Qitao e Wen Gang, responsáveis máximos da China Communications Construction Company Limited, e da China Road and Bridge Corporation (CRBC), respectivamente.

6.12 Bairro social é entregue no mês da Juventude

Jornal de Angola
15 De Março de 2011

O director provincial do Kuando- Kubango da Juventude e Desportos, Manuel Franessa, garantiu este fim-de-semana, em Menongue, que as 48 casas que estão a ser construídas, na periferia da cidade, no quadro do programa “Angola Jovem” são entregues antes do final do próximo mês de Abril, aos contemplados no sorteio realizado no ano passado.

Manuel Franessa disse que as obras de construção das 48 casas começaram em 2008, mas devido a vários constrangimentos de ordem técnica houve vários adiamentos, mas garantiu que neste momento estão na fase de acabamentos. O empreiteiro está a concluir alguns pormenores para serem mobiladas.

Lembrou que cada casa está avaliada em 40 mil dólares, quantia que os jovens beneficiários devem pagar através do Banco de Poupança e Crédito (BPC), depositando uma amortização mensal de 25.600 kwanzas, durante 20 anos.

Satisfeito com os empreendimentos que visitou, o vice-governador para a área social, Pedro Camelo, disse que o Executivo vai continuar a apoiar a juventude nos domínios da habitação e do emprego. “Vamos fazer tudo

para que a juventude tenha perspectivas de vida para que não caia em situações menos dignas. Para isso, é necessário que o Executivo crie políticas de ocupação dos seus tempos livres e do seu futuro, com realce para a construção de habitação e centros de formação profissionais, para o fomento do auto emprego”, disse Pedro Camelo. A juventude, referiu, deve ser o espelho de uma sociedade, mostrando sempre boas práticas.

6.13 Luanda deve criar núcleos habitacionais autónomos mas com interligação viária (Entrevista)

Novo Jornal
18 De Março de 2011

André Mingas: Arquitecto, ex-governante, compositor e intérprete de eleição da música angolana há décadas, activista associativo e cidadão empenhado em causas políticas, culturais e ideológicas com um cunho bem marcado de angolanidade num contexto de uma modernidade que vai despontando no país. Esta entrevista não é sobre o cidadão André Mingas, mas é acima de tudo a visão que o técnico e também o cidadão tem das cidades particularmente da nossa cidade capital.

André Mingas, Nietzsche definiu arquitecto como “música parada no tempo”. *Partilha esta opinião de que homem músico, artista plástico e arquitecto são tudo o mesmo?*

Não, de modo algum! Hoje a arquitectura, mais do que desenho, ela é a maior expressão das artes, na medida em que engloba não só o desenho das claves musicais expressas nos traços do arquitecto, mas também o teatro através da expressão, às vezes dramática ou alegórica tão comum a alguns edifícios na cidade, a dança, graças aos movimentos circulares (Niameyer) patentes na geometria descritiva, fonte inesgotável do acto conceptual. Mas ela vai mais longe, pois corporiza as artes plásticas que, mercê das formas e da estrutura cromática dos tons, se interligam com as cores dos interiores e exteriores das habitações, produzindo estados de espírito que vão desde a tranquilidade, ao desequilíbrio emocional, da energia à depressão, enfim, ao estado de entrega a novas actividades que geram saúde, disposição para a vida, predisposição para o amor e para a arte. O arquitecto é um gestor de vazios e silêncios, capaz de fazer surgir uma obra notável, num espaço onde antes apenas reinava impune, a subtilidade do silêncio!

AM acompanhou o crescimento de Luanda nos últimos sessenta anos, e simultaneamente foi actor e espectador de transformações sociais que houve neste período. Ajude-nos a perceber este crescimento no

olhar de um arquitecto e simultaneamente agente cultural e político.

Luanda tinha duas opções no período pós-independência, a saber: uma primeira, que seria permanecer estruturalmente como era e, de forma multidisciplinar, definir critérios para a avaliação e preservação da sua história construtiva, valorizando a sua qualidade maior que seria a prestação de serviços sustentados pelas potencialidades turísticas que sugerem a ilha, a baía e uma marginal como a nossa; e a segunda, ser interencionada na base da actualização do plano director da cidade, à época, gerando novas centralidades aqui entendidas como núcleos autónomos, potenciados pelas necessidades essenciais dos seus habitantes. Infelizmente o advento da guerra precipitou um conjunto de situações que levaram às actuais sobrecargas a que a cidade está submetida, inviabilizando quaisquer programas de estruturação da mesma, não obstante os processos evolutivos levados a cabo pelo Governo e que me parecem notáveis e verificáveis.

Quando perspectivamos uma cidade, fazemo-lo num contexto de ser a melhor possível para o quotidiano de vida dos seus cidadãos. No contexto actual atrevo-me a dizer que pior é impossível. *É irreversível alterar o quadro geral da “desorganização” da cidade?*

A caracterização é sua! Mas não me parece que seja irreversível o actual quadro da cidade. Pode levar algum tempo, mas não a creio impossível

A imagem da cidade ou a província é sempre o resultado da organização funcional de cada um dos seus municípios. Qualquer cidade que consiga vincular os seus municípios a programas executivos claros, tendo como pressupostos da sua acção questões como: o saneamento básico, a segurança, a saúde, a educação, o entretenimento, espaços verdes estruturados em parques e praças (evitando deste modo os grandes níveis de impermeabilização dos solos), a autoridade e os serviços públicos desconcentrados, para gerar emprego com a componente de uma maior proximidade dos serviços aos seus municípios, têm possibilidades inimagináveis de sucesso. Outro dado fundamental é a interligação viária de cada um dos municípios com o resto da cidade (grandes eixos) como forma de incremento da mobilidade tornando-se naturalmente numa cidade desanuviada, organizada, e regularizada sob o ponto de vista funcional.

O contexto da cidade de Luanda deve ser encarado como uma cidade africana, em todos os seus vectores culturais e económicas, incrustados nas relações que se estabelecem entre os seus habitantes. Mas todas as cidades em qualquer parte do mundo têm o chamado centro cívico, que Luanda já teve no tempo colonial,

mas que foi perdendo com o tempo. *Não seria um bom começo, para o que ainda se pode vir a fazer pelo ordenamento da cidade?*

O conceito de centro cívico, característico das cidades radioconcêntricas como Luanda, tinha subjacente a ideia da concentração num local da cidade de um conjunto de serviços de prestação de assistência ao cidadão, que, no caso em apreço, seria a Mutamba! As tendências (linhas) de evolução facilmente observáveis na cidade, conduzem -nos a uma nova interpretação da mesma: A cidade deve criar núcleos habitacionais, interligados sob o ponto de vista da malha viária, mas autónomos sob o ponto de vista funcional, gerando, concomitantemente à habitação, infra-estruturas necessárias e níveis de proximidade dos serviços que contribuam para fixação das pessoas nos seus locais de habitação. A cidade é o grande palco cujos actores e artistas somos todos nós, por isso tem que ser vivenciada com criatividade pelos seus cidadãos com alegria e satisfação!

Luanda hoje é uma cidade engarrafada e as soluções para a circulação e estacionamento das viaturas são esquecidas, quando os prédios cada vez mais altos invadem o centro da cidade. Nas sociedades modernas tirar automóveis do centro das mega-cidades transformou-se quase numa fobia. *Porque é que cada vez mais continuamos a construir prédios altos e espelhados, e no que deviam ser parqueamentos, temos que colocar geradores enormes e grandes centrais de ar-condicionado, com todos os nefastos efeitos ambientais decorrentes?*

O erro, salvo melhor opinião, não estará nos edifícios altos, desde que controlados os níveis de impermeabilização do solo pelo excesso de betão ou de asfalto. Uma cidade sufocada por habitações degradadas, com um núcleo urbano tão pequeno como o de Luanda, tem que gerir e rentabilizar da melhor forma possível, o espaço que possui. Daí que a construção em altura seja naturalmente recomendável sem descurar a qualidade estética e projectual da sua edificação. Só que este pensamento deve, concomitantemente, propiciar como política de Estado, a circulação pedonal enquanto acto de socialização e de saúde pública - zonas verde na envolvente do edificado em altura, para contrapor os efeitos da incidência solar sobre o betão, gerador de ondas de calor que contribuem para o aquecimento global da cidade.

Finalmente, parece-me sensato e recomendável, um maior rigor na aplicabilidade da lei que obriga a criação de estacionamento subterrâneo ou em altura no edifício (nalguns casos vem sendo feito), como princípio conceptual do próprio projecto, o que permitirá libertar a cidade dos actuais níveis de tráfego, gerando espaços que privilegiem o ser humano e a humanização da sociedade.

Na ausência de um Plano Director Municipal, de Planos de Pormenor, de zonas classificadas, de uma catalogação recente de Monumentos Nacionais ou Imóveis de Interesse Local, e outra legislação, que instrumento tem sido usado para a contínua descaracterização da cidade, algo que já vinha do tempo colonial e que o actual “boom” económico só veio a evidenciar de forma negativa?

O Governo criou um instrumento (IPGUL) que, repensado, transformar-se-á num instrumento essencial à cidade e à Província. Entretanto, a opção tem sido o recurso aos planos de urbanização, como aconteceu agora com os bairros do Sambizanga, Bairro Operário e Cazenga, com soluções integradas no sistema viário para garantir maiores níveis de mobilidade urbana. Esta acção permitirá manter algum nível de controlo sobre o processo evolutivo da cidade, recenseando cidadãos, integrando zonas degradadas no espaço urbano, tirar cidadãos da clandestinidade conferindo-lhes cidadania, levar espaços e praças verdes como alimento à sede inesgotável de comunicação (que persiste como cultura nos musseques), controlar e combater o desemprego, a criminalidade, apostar na segurança e no incentivo a ciência e tecnologia através da vulgarização da internet garantindo assim conhecimento, cultura e qualidade de vida.

Por outro lado, far-se-á, de forma equilibrada, o aproveitamento de um espaço ímpar (musseques) para o crescimento e dignificação do cidadão e da cidade.

Não seria oportuno que se criasse com carácter de urgência para Luanda, algo do tipo “Sociedade de Reabilitação Urbana”, de forma a fazer rápido o que qualquer cidade tem que ter para se tomar local de vida e não um lugar de sobrevivência?

Em minha opinião, os movimentos cívicos são sempre muito importantes, pois dão-nos não só a percepção da real massa crítica da sociedade, mas também a possibilidade de melhor nos percebermos das opções dos cidadãos na procura da satisfação das suas necessidades. E neste particular, considero o exercício democrático da adopção do conceito da gestão participativa das cidades, uma solução aplicável conduzindo a bons resultados na medida em que os cidadãos tomam contacto com as grandes acções a que o Estado se propõe, podendo contribuir de forma positiva, para o enriquecimento da vida e da funcionalidade da sua comuna, município ou cidade, reforçando em definitivo o sentido de cidadania e o espírito democrático que subjaz à postura do Estado. É ainda possível construir uma cidade com transportes públicos a funcionar, um equipamento escolar e de saúde acessível a um conjunto significativo de cidadãos, parques onde simultaneamente se estimulasse o convívio e o lazer dos moradores, (estabelecimentos comer-

ciais, serviços públicos, em síntese, algo que do tipo do que foi comedias, serviços públicos em síntese, algo que do tipo do que foi dito na Bienal de Arquitectura de Veneza de 2000 que diz: “A cidade é um habitat humano que permite com que pessoas formem relações umas com as outras em diferentes níveis de intimidade, enquanto permanecem inteiramente anónimos”?

André- Sem dúvida. Nós temos no País velhas vilas coloniais a que chamamos cidades. Em minha opinião, precisamos/ devemos intervir com planos estratégicos de desenvolvimento, aproveitando o facto de as nossas cidades se terem desenvolvido muito pouco, para gerar um novo conceito “de cidade”, consubstanciado numa educação que tenha como base a ciência e a tecnologia, a cultura, a promoção e defesa do meio ambiente, através da preservação da pujante natureza de que somos portadores, atendendo à transversalidade desta matéria. É igualmente importante fomentar a criação de novos postos de trabalho como factor de fixação dos cidadãos nos seus locais de habitação, assim como a mobilidade a segurança o bem-estar social e a circulação pedonal que torna permeável a socialização.

Porque isto é uma entrevista sem rede”, em que o AM se disponibilizou a responder a tudo, posso perguntar-lhe que sentiu um arquitecto quando deitaram abaixo o Palácio D. Ana Joaquina, os Coqueiros, o mercado do Kinaxixe ou ainda mais recentemente a emblemática estação de Caminho de Ferro da Catumbela?

Angola deve corporizar à imagem da sua história construtiva com obras notáveis realizadas pelos seus filhos, incluindo as peças emblemáticas deixadas pelos seus colonizadores, cuja história não se apaga naturalmente. Mas não se pode negar à Nação, o direito de definir o que, sob o ponto de vista histórico, arquitectónico e estético, deve ou não permanecer nos seus principais centros urbanos, como elementos referenciais da sua história construtiva, particularmente quando o conjunto de memórias pertence apenas a uma ou duas gerações específicas.

A história deste Estado Novo e Democrático que vem ganhando corpo, não pode ser feita apenas com o rosto da tortura, da escravatura, das dores acumuladas pelas humilhações de que foram vítimas os nossos ancestrais durante vários séculos, relatos de derrotas e imagens do pensador. Enquanto Nação, temos uma história gloriosa e ela deve estar patente nas formas físicas da cidade incluindo na estatuária. Este é o meu tempo e como cidadão e arquitecto, recuso-me a adoptar uma cultura de contemplação relativamente ao que ousadamente, as outras gerações nos legaram. É preciso reivindicar o direito e o espaço que o tempo nos confere, para deixar

marcas da minha e nossa geração no território, fazendo história.

O que sente o arquitecto, quando vemos o Dondo, Massangano, Cambambe e outros centros históricos, monumentos e sítios a degradarem-se de tal forma que toma irreversível o seu talvez desejável desaparecimento?

É uma questão de sensibilidade extensiva a todos os cidadãos independentemente das suas qualificações, visto que o património diz respeito a todos nós. Mas, por outro lado, é preciso não generalizar a ideia segundo a qual o edificado torna-se património apenas porque é antigo e nunca como parte integrante e indissociável das nossas memórias. No caso em apreço, que se traduz num detalhe gritante e apelativo a todos, é preciso que as instituições a quem o Governo atribuiu responsabilidades, proponham planos e programas de revitalização histórica, planos suficientemente sustentáveis, de salvaguarda do património, para que sejam convincentes e se tornem objecto de orçamentos direccionados para a preservação da história física da cidade.

O ensino da arquitectura em Angola desde a fundação da primeira faculdade no fim dos anos setenta tem permitido aumentar a qualidade dos formados pelo que perguntaria se tem sido simultaneamente dadas condições aos docentes para potenciarem novas experiências adequadas à realidade angolana em transformação nestes trinta anos de “mobilidade política, ideológica e económica”?

Mais do falar mal da escuridão é preciso acender uma vela. Por questões deontológicas não quero, não devo, nem posso pôr em causa o esforço notável dos meus colegas que se dedicam actualmente, ao ensino da arquitectura. Mas sinto cada vez mais necessária e imperiosa a criação de dispositivos de suporte e de apoio ao trabalho que estas instituições de classe realizam de modo a que tragam para as faculdades de arquitectura - pela interacção que ela gera com o cidadão - mais-valias que se traduzam em apostas claras na ciência e tecnologia, através de protocolos de intercâmbio com as grandes faculdades do mundo.

Só assim será possível trazer a Angola pessoas para vivenciarem o pensamento novo gerado pelos arquitectos angolanos, fazendo das nossas cidades referências de tal grandeza, que mais ninguém saia de Angola e se deslumbre com Paris, o Rio, ou Roma.

Qual é a posição do arquitecto angolano, quando vê implantar num local da cidade um edifício igualzinho a outro que existe noutra qualquer latitude do mundo, e vê serem pagas fortunas por um projecto que não passa de uma fraudulenta fotocópia a uns arquitectos estrangeiros pouco escrupulosos?

Como deve imaginar, é dolorosa esta constatação, mas não se pode responsabilizar tão-somente o Governo. Neste caso concreto, a ordem dos Arquitectos terá que intervir propondo critérios que contribuam acima de tudo para a valorização e estímulo do trabalho dos arquitectos angolanos. Mas como deve imaginar é extremamente difícil gerir uma cidade onde noventa por cento dos cidadãos se considera arquitecto, produzindo, por iniciativa própria, alterações nas suas habitações, desactualizando o cadastro da cidade, gerando uma desestruturação generalizada do bairro e da cidade de um modo geral. A responsabilidade recai naturalmente sob quem aceita e aprova estes projectos, não reage, concede licenças e não pune!

Vamos sair de Luanda e vamos ao Lobito, Benguela, Namibe, Lubango e Huambo, onde talvez seja possível fazer alguma coisa, já que a voracidade do cifrão ainda não é tão acentuada!

Luanda e Benguela são hoje os maiores centros de emprego do País e é justificável que as pessoas procurem as cidades do litoral num esforço de sobrevivência. A viragem para o interior através da criação de polos regionais de desenvolvimento, com apostas claras, por exemplo, na agricultura, indústria extractiva quer de minérios, quer de produtos pesqueiros e materiais de construção, pode constituir um fantástico gerador de emprego, suficientemente atractivo para provocar o boom do desanuviamento de Luanda na busca de melhores condições de vida. Estes factores, aliados a serviços como a saúde pública, a educação, a preservação ambiental, a identidade e as culturas regionais, pesarão bastante nas opções de deslocação para a capital.

Qual o papel do arquitecto na Angola do futuro?

Pensar o País e perspectivá-lo como uma Nação que se comprometa com o futuro, pensando e projectando para lá do edifício sem se deixar afectar pelo imediatismo. Tendo como base a riqueza da versatilidade da sua formação, os arquitectos e urbanistas angolanos de hoje e do futuro são uma classe potencialmente privilegiada, porquanto são profissionais que têm pela frente um País fantástico, sedento de acções que o dignifiquem, “abençoado por Deus”, de beleza inegável, inexplorado e com esta grandeza espacial, que se constitui num incomensurável mundo de oportunidades para idealizar verdadeiros sonhos de cidades e centralidades.

É fundamental interiorizar a ideia segundo a qual; o projecto de arquitectura, mais do que uma obra, tem de ser gerador de uma nova cultura estética, construtiva de base identitária, assente nos valores da cultura local, a qual tem que estar subjacente, um compromisso claro com o futuro e a contemporaneidade, a bem do cidadão e da Nação Angolana!

A onda de calor

Já deve ter percebido que há uma onda de calor este ano diferenciada dos anos anteriores. *O seu discurso sobre a cidade comporta alguma relação com este estado climático?*

Naturalmente que sim. Há razões objectivas para o crescimento da sensação de calor que as pessoas vão sentindo e isto deve constituir um sinal de alerta. Há naturalmente razões que se relacionam com o aquecimento global mas se calhar talvez não fosse dispendioso repensar os níveis de impermeabilização ou seja de cimento e betão de que vem sendo sujeito o espaço urbano da cidade, sem a exigência mínima da complementação da envolvente dos edifícios com zonas mínimas de verde para contrapor a reflexão resultante do crescimento da incidência solar.

Os edifícios e particularmente os envidraçados, ao longo do dia quando sujeitos ao sol reflectem ondas de calor que de edifício em edifício se espalham pela envolvente da cidade readmitindo-os para o ar que nos envolve gerando níveis crescentes” de calor.

Que fazer?

Fazer aplicar as leis!

Adoptar medidas que passem pelo incremento da arborização, das zonas verdes, retomar alguns princípios como afastamento mínimo a que devem ser submetidas as construções, o controle da betonização dos quintais das habitações que, de forma descontrolada, crescem até bloquear completamente a ventilação, enfim, regras essenciais à sobrevivência da cidade e à sua humanização imprescindível

6.14 Mais casas para os antigos combatentes

Agora

19 De Março de 2011

O consórcio comandante “Loy” procedeu recentemente à inauguração das primeiras casas do projecto Kussanguluka no km 25, em Viana, para os antigos combatentes e veteranos de guerra, num acto orientado pela ministra da Família e Promoção da Mulher, Genoveva Lino. Os primeiros felizardos foram os heróis do 4 de Fevereiro e do processo 50. Além de iniciativas empresariais para atender esta franja, o Executivo tem de marchar depressa, encorajando outros projectos que estimulem o acesso à habitação da população de baixa renda.

6.15 Construção de casas sociais desenvolve zona da eywa

Jornal de Angola

23 De Março de 2011

A construção de um número considerável de casas do tipo T2 e T3, na reserva fundiária da Eywa, com 3.724 hectares, nos arredores da cidade do Lubango, província da Huíla, regista avanços significativos.

As construtoras investiram na qualificação dos recursos humanos, equipamento moderno, intercâmbio de experiências, aquisição de espaços para implantação de estaleiros ou unidades produtoras, com vista a participar activamente no processo de construção de habitações.

O empenho dos empresários locais, de outros pontos do país e do exterior fez surgir a médio prazo, no Lubango, indústrias de produção de casas pré-fabricadas e material de construção civil diverso, que dão suporte ao “Programa Nacional Habitacional”, criado pelo Executivo.

A fábrica Cassaforma, que investiu mais de oito milhões de euros (cerca de 11 milhões de dólares) na aquisição de meios e equipamentos para montagem de duas unidades produtoras, e a empresa Consterra são alguns dos projectos realizados com sucesso na praça huilana.

A construtora local Consterra, através da parceria público-privada, procede à construção de 200 casas sociais, para cobrir as necessidades habitacionais da população da cidade do Lubango. As obras, iniciadas em Fevereiro, decorrem a bom ritmo e a conclusão está prevista para o final deste ano.

O administrador da Consterra, Rui Kapose, explicou ao Jornal de Angola que o projecto completo ocupa uma área de 50 hectares, enquanto a obra física de cada casa está implantada num espaço de 140 metros quadrados, dos 1.000 metros quadrados correspondentes a uma família.

Os 120 técnicos enquadrados no projecto, a maioria jovens com formação técnico-profissional na área de construção civil, auxiliados com equipamento diverso, procedem neste momento à construção das bases para suportar as paredes pré-fabricadas das moradias.

Rui Kapose afirmou que a Consterra aliou-se aos esforços do governo provincial da Huíla para tomar realidade os fogos habitacionais, em resposta ao Programa Nacional de Habitação. “Quando as obras ficarem concluídas, as casas vão estar à disposição das famílias interessadas”.

A construtora vai, na localidade da Eywa e Caculuvali, urbanizar 8.575 hectares de terreno agrícola ou rústico,

onde já foram concessionados 2.000 hectares. O projecto compreende as fases de desmatamento, terraplenagem, arruamentos e loteamento e a de construção das infra-estruturas.

Consta ainda a fase de venda dos lotes e da edificação de condomínios, vilas residenciais, edifícios, infra-estruturas industriais, hoteleiras, comerciais, zonas de serviço e de utilidade pública. “Pretendemos colocar à disposição da população todos os serviços necessários à convivência social”, disse Rui Kapose.

O administrador da Consterra afirmou que a acção público-privada em curso na nova centralidade da Eywa, vai fazer com que haja uma zona com urbanização moderna, proporcionar melhor comodidade e qualidade de vida aos munícipes do Lubango;

As novas zonas urbanísticas da cidade do Lubango, capital da província da Huíla, estão a desenvolver-se, de acordo com o programa do governo local, a partir das localidades - da Eywa, Tchimukua, Tchavola, Kwua, Mutundo, Caculuvali, Arimba e Tchanja.

Nova cidade ganha forma

Na zona da Eywa, em particular, novas infra-estruturas públicas e privadas são erguidas, onde as obras estão a um ritmo acelerado. Além da fábrica de casas pré-fabricadas e construção das primeiras moradias da empresa Cassaforma, imóveis de impacto socioeconómico surgem dia-a-dia.

O novo hospital pediátrico do Lubango, enquadrado no programa de expansão dos serviços sanitários, é um dos empreendimentos em construção, desde Fevereiro. As obras do hospital, projectadas numa área de dez hectares, estão a cargo da construtora local Omatapalo.

A unidade hospitalar é composta por três pavilhões, onde vão funcionar os serviços de consultas externas, cirurgia, cuidados intensivos, áreas administrativas, nutrição especial, laboratórios, serviços de emergência, pneumologia e infecto-contagiosa.

As obras, que inseriram 30 jovens no mercado de trabalho, dividem-se em duas fases: construção da infra-estrutura e montagem de equipamentos. Outros serviços estão assegurados, como o parque de estacionamento para várias viaturas. A construtora prevê a sua conclusão em Setembro do corrente ano.

O novo mosaico infra-estrutural da Eywa é também reforçado com a projecção da construção do futuro Pólo Universitário do Lubango, para albergar várias faculdades e consequentemente aumentar o número de

vagas no ensino superior, para os candidatos da Huíla, Namibe e Cunene.

O futuro Campus Universitário do Lubango, no dizer do governador da província da Huíla, Isaac dos Anjos, vai ser implantado num espaço de 300 hectares e terá capacidade para absorver 20 mil estudantes.

A construção de um número considerável de casas familiares, o arruamento, delimitação de lotes de terreno para fazer face aos projectos de moradias e infra-estruturas públicas e privadas, tais como centros de hotelaria e turismo e outros imóveis dão a Eywa a configuração de uma nova cidade.

Positiva requalificação

A requalificação e desenvolvimento das novas zonas urbanísticas da cidade do Lubango regista progressos significativos, reconheceu o secretário de Estado do urbanismo e Habitação, Joaquim Silvestre, durante a visita efectuada às áreas urbanísticas.

“Observamos uma grande extensão com armamentos pré-definidos, o governo da província entregou terrenos para a auto construção, e há lotes de terra com sistemas de captação de água”, disse Joaquim Silvestre, para acrescentar que a acção é reforçada com a construção de casas pela imobiliária Sonip.

O secretário de Estado do Urbanismo e Habitação afirmou que vão surgir, a curto prazo, novos empreendimentos habitacionais nas áreas definidas, incluindo as obras enquadradas no processo de auto-construção dirigida, onde o governo provincial coloca material diverso à disposição da população.

6.16 Habitações do Projecto Nova Vida começam a ser entregues em Abril

Jornal de Angola
25 De Março de 2011

Novas vivendas e apartamentos do “Projecto Nova Vida”, no município do Kilamba Kiaxi, em Luanda, começam a ser entregues a partir do próximo mês aos seus proprietários, anunciou o presidente de direcção da Imogestim, Rui Cruz.

O processo de entrega decorre até Junho próximo e o responsável da empresa que comercializa as habitações disse estarem disponíveis para venda mais de 1.100 vivendas e apartamentos T3 (média renda, três quartos).

Rui Cruz anunciou o facto durante a visita efectuada àquele projecto urbanístico pelo ministro do Urbanismo

e Construção, Fernando Fonseca, que esteve no “Nova Vida” acompanhado pelo secretário de Estado do Urbanismo e Construção, Joaquim Silvestre, e por José Maria, engenheiro da empresa que fiscaliza as obras.

O ministro observou o andamento das obras de construção das vivendas T3 e T4 (média e alta renda, com três e quatro quartos) e os edifícios de quatro e seis pisos, além da qualidade do material utilizado e o cumprimento do prazo da entrega das obras.

Fernando Fonseca reconheceu a excelência do projecto habitacional, referindo não ter conhecimento “de um outro similar em África” que tenha posto à disposição, em tão pouco tempo, moradias com qualidade. “O projecto Nova Vida, que até certo ponto foi um projecto emblemático, continuará sempre a ser importante, porque se enquadra nas metas traçadas pelo Executivo para a redução da carência habitacional”, frisou, acrescentando tratar-se de “um projecto sustentável, viável e que temos de apoiar”.

Expansão do projecto Elogiando a qualidade apresentada pelas infra-estruturas e a sustentabilidade do projecto, Fernando Fonseca considerou que estes aspectos tornam viável a sua aplicação a outras zonas da capital do país, para acudir à carência habitacional que actualmente se regista em Luanda. E preciso, no entanto, antes disso, aguardar pela conclusão deste projecto, para então depois se partir para outro.

Destacou, particularmente, a parceria público/privada existente e que assegura a execução das infra-estruturas definidas no plano director, aconselhando as duas partes a continuarem a dar mostras que é possível trabalhar em conjunto quando os objectivos estão bem definidos. Além de se inteirar dos prazos de execução do projecto, o ministro aproveitou para ver as questões contratuais, o desbloqueio dos vistos de trabalho dos estrangeiros ea questão do acesso à zona, de forma a dar dinâmica às obras.

A execução do Nova Vida obedece às normas internacionais de construção civil no que toca à questão do ambiente e de serviços como água, luz, esgotos e infra-estruturas sociais. A informação foi prestada pelo fiscal da obra, José Maria, afirmando que o projecto segue o ritmo normal com aumento das redes técnicas de água, luz e drenagem, e alargamento dos serviços escolares e hospitalares, devido ao crescimento populacional.

6.17 Projecto obedece normas ambientais de construção

O Independente

26 De Março de 2011

A execução do projecto habitacional Nova Vida, em curso desde 2001, obedece às normas internacionais de construção civil no que toca à questão do ambiente e de outros serviços inerentes à vida humana como água, luz, esgotos e infra-estruturas sociais.

A informação foi prestada esta semana pelo fiscal da obra, José Maria, quando fazia a avaliação das obras da segunda fase do projecto iniciado em 2010 e com fim previsto para Junho de 2012, com a construção de duas mil e 562 residências.

Para a fonte, o projecto segue o ritmo normal com aumento das redes técnicas de água, luz e drenagem e alargamento dos serviços escolares e hospitalares, devido ao crescimento populacional.

Acrescentou que este ano vai aumentar também a capacidade do centro de tratamento de águas residuais para se reaproveitar para a irrigação.

A segunda fase do projecto habitacional Nova Vida surge para colmatar a carência de casas entre os angolanos com principal incidência para os funcionários públicos.

A gestão do projecto está a cargo da Imogestim, enquanto o Instituto Nacional de Habitação acompanha a execução das obras e outorga os contratos em nome do Estado.

6.18 Segunda fase do Nova vida pronta já em 2012

O Independente

26 DE Março de 2011

Mil e quatrocentas residências, das duas mil 562 previstas na segunda fase do projecto habitacional Nova Vida, que arrancou em Março de 2010 em Luanda, estarão concluídas até Dezembro do corrente ano.

De acordo com o presidente do conselho de administração da empresa gestora do complexo, Rui Cruz, que prestou esta informação quarta-feira, quando fazia a avaliação das obras, a conclusão total do projecto continua prevista para 2012.

Segundo Rui Cruz, estão a ser erguidas as vivendas e apartamentos dos tipos T2, T3 e T4, num perímetro equivalente a 480 hectares.

Segundo o responsável, desde o arranque das obras, as ocupações ilegais no perímetro do Nova Vida têm condicionado o andamento célere da empreitada e impedido a sua expansão. “Estamos a trabalhar com uma subcomissão para resolvermos o problema do realojamento e já foi identificado o terreno para transferência desses habitantes”, salientou.

Rui Cruz destacou a qualidade do projecto, realçando a necessidade de se aumentar as infra-estruturas sociais como escolas, hospitais, espaços verdes, dentre outras, para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos moradores.

O projecto habitacional teve início em 2001 e está localizado no município do Kilamba Kiaxi, a oito quilómetros do centro da cidade de Luanda.

A segunda fase do projecto habitacional Nova Vida surge para colmatar a carência de casas entre os angolanos com principal incidência para os funcionários públicos.

Na primeira fase foi construídas cerca de duas mil moradias, entre vivendas e apartamentos. Segundo o gestor, as residências serão entregues aos compradores que tenham pago, tanto na modalidade de capitais próprios, como por recurso ao crédito bancário, em função da data de pagamento e do montante ou percentual do valor da casa.

Segundo o programa inicial, serão construídas duas mil e 562 habitações na segunda fase do projecto habitacional Nova Vida, para colmatar a carência de casas entre os angolanos, cujo fim está previsto para 2012.

O projecto habitacional Nova Vida está localizado no município do Kilamba Kiaxi, a oito quilómetros do centro da cidade.

Na primeira fase do projecto, iniciada em 2001, foram construídas cerca de duas mil moradias, entre vivendas e apartamentos.

6.19 E tudo a chuva levou...

A Capital

26 De Março de 2011

As mais recentes enxurradas que se abateram sobre a comuna do Zango, no município de Viana, deixaram um rasto de muita destruição: casas alagadas, ruas intransitáveis e moradores sem muitas opções. É este o cenário sempre que por aquela circunscrição chove. A situação é tão crítica, quanto inimaginável.

À nossa chegada, deparamo-nos com Zeferina Kitumbo, de 45 anos de idade, visivelmente agastada. E tinha razão: encontrava-se bastante atarefada, por conta da água da chuva, que na sua passada serpeteante e diluviadas, invadiu-lhe a casa, ao ponto de deixa-la inundada, além de que ameaçou destruir todos os seus haveres, desde vestuários e os parcos electrodoméstico, que conseguiram resistir á implacável transferência.

Ela ao que disse, esta a viver no zango III há menos de uma semana. Por isso, aquela fatídica tarde de domingo, 20, dificilmente desaparecera da sua memória. Natural da província do Huambo, Kutumbo viveu durante largos anos, como deslocada de guerra, na área da escola Anangola, ao bairro do Cruzeiro, mas acabou recentemente transferida para o Zango III.

Sem pejo algum franqueou as portas da sua humilde casa, para, num toque rápido, dar a conhecer os nefastos efeitos da chuva, tentando, a todo custo, recuperar o pouco que podia, limpando num canto, sacudindo noutra, enxugando noutra, para acabar para acabar com o triste cenário deixado pela chuva, apesar de pouco ou adiantar, pois as marcas estavam ainda bem visíveis nas paredes.

Os estragos foram tão grandes que a mesma se viu obrigada a levantar um pequeno muro, numa espécie de dique, para estancar o avanço das águas sempre que São Pedro resolve abrir as comportas. São pequenas obras, que apenas servem minimizar, porque paliativas.

“Quando chove temos que tirar a água com os baldes. Estamos numa situação bastante grave. Eu, por exemplo, tive que colocar vários cobertores para impedir que a água entrasse para dentro de casa”, queixou-se, acrescentando que nem sempre este tipo de “defesa” tem sido eficaz. “É apenas para retardar a invasão da água”.

Maria Soares, 32 anos, é uma moradora indignada com o que considera de um problema característico de todo o Zango, mesmo estando a viver na zona a pouco tempo.

“Não suporto mais viver aqui nessas condições, que são péssimas e que nos deixa todos com os nervos à flor da pele”, reclamou. E não é para menos: os esgotos, por exemplo, não existem e, desta forma, as águas não escoam e permanecem estagnadas, feito cartão postal.

Segundo a mesma, a população tem feito a sua parte, mas que pouco ou nada tem adiantado, uma vez que os coordenadores não são tidos, nem achados pelos responsáveis por aquela zona. “Quanto mais nós, simples populares?”, interrogou-se, para depois responder: “Já

verifiquei que é e será muito difícil viver aqui, dada a forma como foram construídas as nossas residências. Está tudo na mesma”.

Recentemente o Zango recebeu a visita de uma delegação do Governo Provincial de Luanda (GPL), encabeçada pelo governador, José Maria dos Santos, com o objectivo de constatar as principais dificuldades por que passa aquela população. Os populares, porém, afirmam não confiar no que ouviram do edil de Luanda. “Vieram apenas enganar-nos, pois não vão conseguir resolver a situação, pelo menos não tão cedo”, desabafaram.

O saneamento básico é algo que vai de mal a pior. Para Mingota Simão, 34 anos, mas residente no bairro há cerca de um ano no Zango, este tipo de invasão da água no interior das residências começou a complicar-se após uma escavação feita pela empreiteira brasileira Odebrecht, para evacuar a água,

mas sem êxito. Resultado: desde aquela data até aos tempos que correm, o bairro tornou-se vulnerável antes as investidas de São Pedro. “Basta chover que ficamos a nadar”, lamentou.

Por esses constrangimentos, os populares dizem-se “herdeiros do sofrimento”, dado o longo tempo de permanência dos problemas por ali grassam. “Não consigo entender como é possível um único bairro enfrentar tantos problemas de uma só vez”, exclamou Mingota Simão. É que, segundo as suas contas, falta desde estradas em condições, aos esgotos inexistentes, culminando com as péssimas estrutura das casas, falta de escolas, mercados e locais de lazer.

E é assim: a vida no Zango é feita de reclamações. Francisco André é um homem visivelmente desolado.

Perdeu todos os seus bens com as chuvas do passado dia 20. Sem muito para dizer, apontava apenas para a residência em estado lastimável. E o gesto falava por si.

A viver há dois anos no Zango, Mário Adelino recordou que no início tudo estava conforme: “o bairro era plano”, disse. O quadro, porém, foi invertido: “as muitas escavações nas ruas acabaram por transformar o bairro para o pior”.

Daí às consequências das enxurradas foi um rápido piscar de olho. As chuvas, essas, têm derrubado muitas casas e os haveres deteriorados. “Quando chove, isso transforma-se num grande rio. Falta palavra para descrever o nosso sofrimento. A vida aqui é muito dura” frisou.

6.20 Ainda sobre a venda de habitações do Estado

Semanário Angolense

De 26 De Março de 2011

Existem muitos edifícios ou moradias que o Estado gere desde os tempos da independência nacional, que constituem património do Estado, embora não estejam registados em seu nome.

Nessa matéria podem surgir dois tipos de situações diferentes, sendo que uma tem a ver com a existência de um Dário da República que atesta o confisco de uma determinada habitação.

Com efeito, até a entrada em vigor da Lei nº 7/95, de 1 de Setembro, conjugada com as Leis nº 3/76 e 43/76, respectivamente, de 3 de Março e de 19 de Junho de 1976, para se confiscar determinado prédio ou moradia tinha, antes, necessariamente, de se instruir um processo para se concluir que o prédio em questão devia ou não devia ser confiscado.

Em caso afirmativo, as entidades competentes, nomeadamente os ministros da Justiça e do pelouro da Habitação faziam publicar um Despacho ou Decreto Executivo a ordenar o confisco e, conseqüentemente, o registo do prédio a favor do Estado.

Nesses casos, o prédio podia ou pode ser vendido, cabendo ao notário proceder à competente escritura pública, mesmo antes de o prédio ter sido registado a favor do Estado.

Embora o ideal seja que, antes da outorga da escritura pública, o prédio já esteja registado, definitivamente, a favor do Estado, de forma a facilitar a sua compra pelo interessado para que este registre em seu próprio nome.

Existindo o Diário da República do confisco, mesmo que o edifício não esteja ainda registado a favor do Estado, esse documento prova que o prédio é do Estado devendo o notário lavrar a escritura com base nele.

Uma vez com a escritura, o comprador ao tratar de registar a compra a seu favor deve, também, tratar do registo a favor do Estado, registo que, aliás, na ordem dos factos, deve anteceder ao do comprador. O segundo tipo de situações corresponde aos prédios que, na mesma situação daqueles outros, antes da entrada em vigor da Lei nº 7/95, de 1 de Setembro, não foram confiscados.

Essa Lei, como não podia deixar de ser, considera os prédios ou moradias, também, património do Estado (Arto 1º, 2 da Lei nº 7/95, de 1 de Setembro), deter-

minando no seu Arto 2º, I, não já que os ministros da Justiça (do Urbanismo e Construção o confisquem mas sim, que, uma vez que eles se convençam que os prédios que estiverem em causa se devam considerar confiscados, que os mandem registar a favor do Estado.

A Lei dá pistas para que esses ministros se orientem, devendo apoiar-se na existência de contratos entre o inquilino e o sector da Habitação.

Nesses casos, esses ministros devem, por Despacho ou Decreto Executivo a publicar no Diário da República, ordenar que se registre os prédios que estiverem em causa a favor do Estado.

É importante, mesmo imprescindível esse passo por parte dos referidos titulares, visto que sem os referidos documentos, os ex inquilinos do Estado, nas vestes de promitentes-compradores, mesmo habitando esses prédios há mais de três décadas não conseguem adquiri-los ao Estado, por justamente por lhes faltar o documento que deve servir de base ao notário para celebrar a escritura.

Documento (Diário da República) esse que, com a escritura, permitirá ao comprador, depois, promover, simultaneamente, o registo da sua compra, antecedido, no plano prático, do registo a favor do Estado do prédio que estiver em causa.

Eis a razão porque, para o Estado não frustrar as expectativas desses seus ex inquilinos, volvidos promitentes-compradores, os Ministros da Justiça e do Urbanismo e Construção não podem deixar de, verificados os pressupostos legais, praticarem os actos a que estão obrigados, porque vinculados, já que não se trata do exercício de poderes discricionários.

6.21 Jeosat poderá montar 120 casas por dia

Agora
26 De Março de 2011

O Grupo Jeosat Angola poderá aumentar sua capacidade para mais de 15 linhas, podendo produzir estruturas para a montagem de 120 casas por dia.

Instalada no Pólo Industrial de Viana, a empresa incorpora duas tecnologias de ponta na área da construção civil, habitação social, média e alta renda, possuindo também o primeiro centro de formação no uso de equipamentos última geração para o fabrico de painéis de poliestireno reforçado com malha sol e reboco projectado.

Actualmente, a fábrica Mdue Angola, deste grupo empresarial, tem uma capacidade para produzir 16 casas / dia em turnos de oito horas. Já a unidade de produção de perfis metálicos em aço, em regime de exclusividade para o país produz 12 casas por dia, ou a estrutura de um edifício de quatro andares em 28 dias, totalizando 28 casas em igual período.

Os gestores estão esperançados no aumento da produtividade num mercado da produtividade onde a empresa poderá tornar-se no maior fabricante de estrutura para construção de habitações sociais. A aposta neste segmento de negócio estará a ser apoiada pelo Executivo, no âmbito das parcerias público-privadas visando erguer 1 milhão de casas até 2012.

A rapidez na sua manobra terá impressionado as autoridades, levando-as a adjudicar o projecto de requalificação urbana do Cazenga à Jeosat.

Com um investimento industrial de cerca de 40 milhões de dólares, o preço mínimo de cada casa de 100m2 com três quartos pode chega aos 60 mil dólares, mas as soluções para o realojamento iniciam nos 20 mil dólares.

“Neste momento, além da construção da primeira vila dos antigos combatentes (Projecto Kussanguluka em Viana), Vila dos Santos (Barra do Kwanza), projecto de 37 casas de luxo no Benfica e o da requalificação do Cazenga, no âmbito da parceria público-privada, estamos a construir também 120 casas no Zango (Luanda) e em Saurimo, na Lunda Sul”, disse fonte da empresa, para quem, “a investigação, desenvolvimento e comercialização de novas tecnologias é o grande objectivo a atingir, aliando-se à formação permanente dos quadros no centro com capacidade para formar 5000 por ano”.

Há 10 anos no mercado, em 2004 a Jeosat foi premiada com a medalha de ouro pela Fundação por Excelência em Prática de Negócios (Febp) das Nações Unidas, além de distinções na Feira de Construção em Angola, promovida pela Feira Internacional de Luanda. •

6.22 Seis mil casas vão ser construídas na zona do Camama

Jornal de Economia
29 De Março de 2011

Seis mil casas de diferentes tipologias serão construídas no projecto residencial “Jardim de Rosas”, lançado, recentemente, na zona do Camama, município do Kilamba-Kiaxe, em Luanda. Localizado próximo à auto-estrada circula Benfica-Viana (a escassos metros

do Estádio 11 de Novembro), o empreendimento habitacional avaliado em 1,5 mil milhões de dólares norte-americanos, resulta de uma parceria entre a empresa angolana Uniprev e a chinesa Mar Grandioso. O projecto ocupa uma área aproximada de 140 hectares e comporta espaços de lazer, escolas, creches, centro cultural, hospital, quadras desportivas, ginásio, parque infantil, quiosques e churrasqueiras. A área comercial tem uma extensão de 20 mil metros quadrados e 14 mil metros quadrados estão reservados à passagem pedestre.

Início

Neste momento, já se encontram em construção 184 unidades de apartamentos de quatro e seis andares, 45 vivendas, das quais 31 individuais e 14 geminadas. Esta empreitada compreende a segunda fase do projecto habitacional. Já estão praticamente concluídas 98 vivendas de diversos modelos, contempladas na primeira fase.

Entrega A data de entrega das moradias está prevista, para Dezembro deste ano. A margem do acto do lançamento do empreendimento, no passado sábado (19), presenciado pelo governador da província de Luanda, José Maria dos Santos, e outros convidados, o gerente de negócios da empresa Uniprev, Celso Arsénio, disse que o lançamento do projecto decorreu como estava inicialmente planificado. As casas serão abastecidas através de duas subestações de energia de 220/60/15 mil volts, uma estação de distribuição de água no Camama e outra no Benfica, com capacidade de 30 mil metros cúbicos do precioso líquido, e um sistema de esgotos, contando com uma estação de tratamento de 26 quilómetros de canalização.

Compra

Os preços das casas para todas as tipologias (de T2 a T5), têm um valor inicial de 170 mil dólares. Inicialmente, paga-se 30 por cento e depois cumpre-se com as 12 parcelas mensais.

Segundo Celso Arsénio, o “Jardim de Rosas” é um projecto imobiliário de nível internacional e conta com uma estrutura de um bairro planeado, clássico e do estilo europeu, para atender às necessidades quotidianas dos clientes, com opções de shopping, salas de escritórios, escolas e clínicas.

Rosas Shopping

No âmbito do projecto está prevista a construção de um shopping center, localizado em pleno distrito residencial do Camama. Concebido com uma linha de arquitectura clássica e funcional, o empreendimento terá supermercados, farmácias, lavandarias, agências bancárias, salão de festas, mega show room de mobília, academia, salão de beleza, local para entretenimento, Sistema de segurança automático e outros serviços.

6.23 Casas sociais da juventude entregues a partir de Maio

Jornal de Angola

30 De Março de 2011

A direcção provincial da Juventude e Desportos no Huambo prevê dar início no mês de Maio ao processo de entrega das 92 residências sociais da juventude erguidas em 2009 e 2010, no âmbito da execução do programa nacional “Angola Jovem”, de iniciativa do Ministério da Juventude e Desportos.

Em declarações ontem à Angop, o chefe de departamento da juventude da direcção da Juventude e Desportos, Martins Sukete, informou que se aguarda apenas pelo início dos trabalhos de asfaltagem das ruas nos bairros sociais, instalação de postes de iluminação pública, conclusão das obras de instalação de redes eléctricas e de água potável nas residências para que estas estejam em condições de serem habitadas.

Realçou que as residências, do tipo T3, comportam três quartos, uma casa de banho, cozinha e sala comum e localizam-se na periferia da cidade da Caála (50 casas), a 23 quilómetros da capital provincial, e arredores da vila do Ekunha (42 casas), a 45 quilómetros da cidade do Huambo.

As casas, acrescentou, vão ser entregues numa primeira fase a jovens funcionários dos 11 municípios da província e que auferem salários que lhes permitam pagar a casa em pelo menos 20 anos. Segundo o mesmo responsável, cada casa custa 40.000 dólares.

O responsável do Ministério da Saúde afirmou que é pretensão da direcção provincial da Juventude e

Desportos e do conselho provincial da Juventude atribuir algumas residências a jovens de mérito e empreendedores, que se têm notabilizado nos domínios académico, empresarial ou cultural.

Disse que nos últimos meses, sobretudo após a conclusão das obras, vários jovens se têm dirigido ao seu sector para se informarem dos requisitos necessários para terem acesso às casas. Referiu que os moldes para se adquirir as residências vão ser tomados públicos para permitir que todos os interessados reúnam os requisitos exigidos.

Adiantou que vai ser dada oportunidade a jovens que não possuem habitação própria e que têm idade compreendida entre 23 e 35 anos e uma ocupação remunerada. Realçou que na primeira quinzena de Abril, a direcção da Juventude e Desportos vai proceder à abertura das candidaturas dos interessados.

7 TERRA

7.1 Fórum de jornalistas leva discussão da violência doméstica ao sambizanga

Semanário Angolense

De 26 de Fevereiro a 05 de Março de 2011

Encerrando o ciclo de encontros comunitários programados no quadro da IIª fase da campanha “desafiando o silêncio: os meios de comunicação contra a violência sobre a mulher”, o Fórum de Mulheres Jornalistas para Igualdade no Género realiza hoje, sábado, 26 realizar mais um encontro com populares para abordar o problema da violência doméstica, desta feita na comuna do Ngola Kiluange, em Luanda.

Com a actividade, que acontece no centro de Alfabetização “Kudilonga (uma escola de alfabetização criada e gerida pela comunidade), a organização espera colher dos participantes experiências, boas práticas utilizadas por estes no combate ao problema e na resolução dos casos de violência doméstica.

A sessão de abertura do evento está marcada as 9 horas.

Para o encontro esperam-se mais de trinta pessoas: segundo a organização, que terão a possibilidade de assistir o DVD da campanha, que inclui testemunho de vítimas de violência doméstica.

As conclusões e recomendações deste encontro serão apresentadas na mesa redonda que o Fórum de Mulheres Jornalistas para Igualdade no Género irá realizar no próximo dia 25 de Março, em Luanda.

Esta actividade não é isolada. Ela enquadra-se na campanha «Desafiando o silêncio: os meios de comunicação social contra a violência doméstica», que prevê encontros comunitários e mesas redondas. No quadro do projecto, segundo a organização, foram realizados encontros do género nos municípios de Kalandula (Malange), Caimbambo (Benguela) e Tando-zinze (Cabinda).

7.2 Ministério da justiça e do urbanismo dificultam compra de casas

Semanário Angolense

12 De Março de 2011

Os titulares dos pelouros da Justiça e do Urbanismo e Construção, Guilhermina Prata e Fernando Fonseca, respectivamente, são acusados de estarem a emperrar o

processo de compra das casas confiscadas pelo Estado angolano.

Há indicações de que muitos cidadãos interessados em comprar as moradias que habitam têm sido sistematicamente confrontados com a falta de registo das mesmas, o que constitui um handicap para alienação do património habitacional do Estado.

Trata-se das casas confiscadas pelo Estado angolano, a coberto das leis 3 e 43/76, surgidas após a saída massiva dos colonos portugueses.

Em 1991, o Governo autorizou a venda de tais habitações aos seus ocupantes, um desiderato que, entretanto, não foi ainda concretizado na sua totalidade, devido à falta de registo das mesmas a favor do Estado.

Numa linguagem terra a terra significa dizer que o Estado só pode vender aquilo que juridicamente lhe pertence.

Esta lacuna levou, num passado recente, que algumas habitações já confiscadas, mas não registadas a favor do Estado tivessem sido devolvidas aos seus anteriores proprietários, ou seja, aos antigos colonizadores lusos.

Na verdade, tratou-se de um processo de desconfinco feito no sentido de reverter uma das maiores conquistas do Estado angolano, no qual estiveram envolvidos alguns juristas de renome da nossa praça forense mancomunados com interesses lusos.

Há registos de casos em que determinados advogados chegaram ao ponto de estabelecer alianças contra naturas com juizes para que estes tomassem decisões a favor dos antigos proprietários que haviam abandonado o país.

De forma a contrapor tais interesses atentatórios à soberania nacional, a Assembleia Nacional aprovou a Lei 7/95, de 1 de Setembro, que visava colocar fim ao processo de desconfinco. O escopo dessa lei visava salvar os direitos adquiridos, já que defendia que as casas, uma vez confiscadas, registadas o ou não a favor do Estado deveriam ser consideradas património estatal. Não obstante esta Lei ter sido aprovada por aquele órgão de soberania, o país foi assistindo durante algum tempo episódios de devolução de casas aos seus antigos proprietários. A rigor não se pode atribuir unicamente a responsabilidade de registo aos actuais ministros da Justiça e do Urbanismo, mas também aos seus predecessores, que pouco ou nada fizeram para que a Lei fosse cu.

7.3 Caluquembe urbaniza reservas fundiárias

Jornal de Angola

15 De Março de 2011

A administração municipal de Caluquembe está a levar a cabo, desde Janeiro último, acções de loteamento de 1430 hectares das reservas fundiárias do Estado para a construção de novos projectos habitacionais.

De acordo com o administrador Alexandre Chitacumbi, os trabalhos dos técnicos permitiram a urbanização de mais de 500 lotes, cada um com 1000 metros quadrados. Este projecto, dizia, visa a melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

O responsável local explicou que as áreas loteadas são destinadas à construção de casas de média e baixa renda, inseridas no Programa Habitacional do Executivo e, por meio do processo de autoconstrução dirigida, infra-estruturais sociais.

Alexandre Chitacumbi disse que as novas zonas urbanizadas vão servir, também, para realojar os munícipes que construíram casebres ao longo das bermas de estradas, ruas, linhas de escoamento de águas residuais e outros locais considerados de risco.

A administração municipal está ainda empenhada na construção de escolas e salas de aulas, posto de saúde, furos de águas, latrinas públicas, recuperação de pontes destruídas durante o conflito armado, respectivamente nas comunas de Calepi N'gola e Cussesse.

Segundo o responsável, as autoridades administrativas têm um vasto programa, que contempla ainda a instalação de um grupo gerador de 800 KVA, de ampliação da rede de distribuição, visando melhorar o abastecimento de energia eléctrica à população.

O município ganhou igualmente oito casas do tipo T3, que estão a acomodar os quadros da administração, rematou o administrador.

7.4 Requalificação do Lubango cria novas áreas urbanísticas

Jornal de Angola

17 De Março de 2011

Do secretário de Estado do Urbanismo e Habitação, Joaquim Silvestre, reconheceu ontem haver avanços significativos no processo de requalificação e desenvolvimento das novas áreas urbanísticas da cidade do Lubango.

Joaquim Silvestre teceu estas considerações após as visitas efectuadas nas áreas urbanísticas da Eiwa, Tchimukua, Tchavola e Hakua, na cidade do Lubango, onde constatou o andamento das novas construções, quer as dirigidas quer as de iniciativa do governo local.

O secretário de Estado do Urbanismo e Habitação fez uma avaliação positiva da visita que efectuou ao Lubango. Reconheceu que se está a fazer um grande esforço em relação ao desenvolvimento de algumas áreas urbanísticas da província da Huíla, principalmente na cidade do Lubango.

“Vimos uma grande extensão com ruas pré-definidas em que o governo da província concedeu terrenos de mil metros quadrados para os populares. Os lotes de terra possuem armamentos e alguns poços de captação de água”, disse.

A imobiliária SONIP, no âmbito do programado Executivo para o Urbanismo e Habitação vai construir alguns fogos nas áreas pré-definidas na província da Huíla. Joaquim Silvestre informou que a empresa procedeu já ao levantamento que se impõe e, neste momento, elabora os projectos para que, o mais breve possível, o trabalho comece a ser executado.

Considerou óptimo o desenvolvimento que a província está a empreender no domínio urbanístico. “Há ainda muito a fazer”, admitiu o secretário de Estado, ao garantir que a entrega dos recursos humanos e a disponibilidade financeira vão tornar positivos os resultados.

Adiantou que dentro de pouco tempo vão surgir novos empreendimentos habitacionais nas áreas definidas, além das obras inseridas no processo de autoconstrução dirigida, onde o Executivo tem dado material de construção à população e essa, por sua vez, está a erguer as suas moradias:

Durante a sua estada na província da Huíla, o secretário de Estado do Urbanismo e Habitação visitou, entre outros projectos, as obras da nova Pediatria do Lubango, na Eiwa, de uma escola do ensino primário com 20 salas, na Mapunda e uma fábrica de manilhas, entre outros projectos.

7.5 Jovens recebem terrenos para a autoconstrução

Jornal de Angola

18 De Março de 2011

Vários terrenos com mil metros quadrados de área estão a ser distribuídos aos jovens da cidade do Lubango, província da Huíla, para neles erguerem as suas casas, no âmbito do projecto de autoconstrução dirigida do Programa de Fomento Habitacional.

O processo, iniciado no ano passado, já contemplou 300 jovens filiados em distintas organizações desportivas, culturais, estudantis, religiosas, entre outros organismos.

O director provincial da Juventude e Desportos na Huíla, Francisco Barros, que prestou ontem a informação, considerou já haver alguma visibilidade do empenho dos jovens nas novas urbanizações, onde várias casas estão a ser construídas.

Francisco Barros disse que a distribuição de terrenos foi a primeira fase. A seguir a este passo, será a vez da concessão de créditos bancários, sendo para isso necessário que o solicitante apresente, entre outros documentos, o título de propriedade da parcela de terra.

Nesta altura, estão em curso negociações avançadas com as instituições bancárias, no sentido de ajudar o governo local a resolver o problema habitacional que a juventude enfrenta, salientou o responsável.

Além da cidade do Lubango, a distribuição de lotes de terreno à juventude prossegue igualmente nos municípios da Humpata, Quipungo, Matala, Caluquembe, Gambos e Cacula. Francisco Barro anunciou, para este ano, a construção de mais bairros sociais da juventude em quase todos os municípios da Huíla, de forma a corresponder às expectativas dos jovens.

No entanto, como estes não são suficientes, o governo provincial considerou que os projectos de autoconstrução dirigida podem resolver o problema.

7.6 Governo provincial retoma venda de terreno

Jornal de Angola

18 De Março de 2011

O Governo Provincial de Luanda vai retomar nos próximos dias a venda pública de lotes de terreno para autoconstrução dirigida. A decisão, enquadrada no processo de regularização da gestão dos solos na capital, foi anun-

ciada ontem, em Luanda, pela vice-governadora para a Área Técnica e Infra-estruturas, Carla Leitão Ribeiro.

A vice-governadora desencorajou a população a optar pela construção anárquica e pela compra de terrenos a terceiros. Falando no final da visita que o governador provincial, José Maria dos Santos, efectuou aos projectos habitacionais do Zango, Sapu e Morar, garantiu que as estruturas administrativas estão a ser organizadas para que as construções nos loteamentos a serem vendidos sejam feitas em espaços legalizados.

Além disso, advertiu os cidadãos a não colocarem em risco a segurança das suas economias com eventuais burladores. “Não queremos criar musseques, porque pretendemos que este processo seja estruturado e convenientemente planificado”, alertou.

Disse ainda que as condições para retomar do processo de venda de lotes de terrenos são “boas”. O governo provincial, garantiu, está a trabalhar para definir o regime financeiro de acesso aos lotes. “Nos próximos dias, o governo provincial tem novidades sobre isso”, assegurou.

Cada Leitão Ribeiro, que se mostrou satisfeita com o desenvolvimento dos projectos visitados, realçou que o governo da província vai definir uma nova sequência das áreas ocupadas que não apresentam uma boa imagem. Acrescentou que estão definidas regras de intervenção e prioridades para melhorar a qualidade de vida das populações que residem em áreas definidas como de realojamento.

A nível do planeamento, o governo provincial pretende adoptar um novo modelo urbanístico para dinamizar os espaços ocupados e torná-los atractivos num período de dois anos. “Vamos introduzir nesses espaços áreas de lazer e equipamentos sociais que estão em falta”, garantiu.

O governo de Luanda vai ainda retirar as tendas das populações realojadas em situação de emergência. A vice-governadora reconheceu que a situação é “preocupante porque não confere dignidade a ninguém”. Aventou mesmo a possibilidade de recurso a alguns compartimentos habitacionais para “alojar com maior dignidade” as populações. “Pretendemos encontrar soluções práticas e de qualidade do ponto de vista técnico, que passam por projectos evolutivos”.

O governador de Luanda e a sua equipa de trabalho visitaram as áreas de assentamento dos sinistrados, de construção dirigida e de expansão dos projectos de habitação social do Zango, Sapu e Morar.

7.7 Falta de titularidade da terra impede avanço da agricultura

Semanário Factual

De 19 a 26 de Março de 2011

Para o agente comunitário, “hoje, muitas comunidades estão privadas dos seus tradicionais espaços, por força da instalação de fazendas em terras do domínio útil consuetudinário ou ainda de projectos aparentemente de interesse público, o que põe em risco os meios de vida das populações”

Na sua opinião, “inclusive simples espaços para apanhar a lenha, alimentos, vassouras ou material para confeccionar esteiras e cestos para comercialização são vedados por fazendeiros”.

Bernardo Castro sustenta que a data consagrada à Agricultura deve suscitar uma profunda reflexão que permita mobilizar recursos para a titulação das terras comunitárias no meio rural, um imperativo legal e uma abordagem integrada sobre a sustentabilidade do uso e da posse segura da terra pelas comunidades que vão perdendo de forma gradual e ilegal os seus espaços e o seu património natural e histórico-cultural.

Bernardo Castro advoga que deve, igualmente, dar lugar a uma estratégia sustentável do desenvolvimento comunitário.

“Aliás, é um tema que remete para os direitos económicos, sociais e culturais dos povos. Para a nossa realidade e segundo o nosso entendimento, vale dizer que a agricultura familiar pode ser caracterizada à luz da seguinte racionalidade”.

- Exercida no domínio consuetudinário, ou seja, não em terra do domínio privado do Estado;
- Com o fundamento de uso e gestão de terra no costume atento o disposto na lei de 9/04, lei de terras;
- O capital e o trabalho são familiares com fundamento nos laços de parentesco;
- Caracterizada por uma relação de diálogo entre homem/ natureza (não sujeito/objecto), pois, entende-se que a terra é reserva da memória colectiva que fundamenta a oralidade e fonte do acervo histórico-cultural de cada comunidade humana contra a agricultura convencional que reduziu a terra num mero objecto de exploração intensiva e lucro.

Assim, o agente e a sociedade civil acreditam que a agricultura familiar no País ocorre num contexto atribulado por vários factores dentre os quais:

- A desorientação sociocultural do conceito de desenvolvimento e, conseqüentemente, marginalização da agricultura familiar pela colonização;

- Ocupação compulsiva das terras objecto da agricultura familiar, pondo em causa os meios de vida das populações;
- Abandono das terras objecto da agricultura familiar durante a guerra vivida;
- Inexistência de uma política nacional sobre os solos;
- Não titulação das terras das comunidades no meio rural geridas segundo o costume;
- Prevalência dos marcos das fazendas instaladas em terras comunitárias geridas segundo o costume;
- Insegurança de posse da terra;

Deste modo, Bernardo Castro afirma “este contexto deixar algumas interrogações, sobretudo quanto ao contributo da agricultura familiar e a segurança alimentar numa altura em que não ocorreu o ordenamento do território. Sem planos territoriais nem directores que ajudariam a disciplinar as formas de afectação da terra, não foram tituladas as terras das comunidades no meio rural, muitas vezes vítimas de esbulho ou negociatas.

Crédito bancário para a agricultura é uma realidade

O director executivo da ONG angolana confirma que o crédito bancário para o fomento da agricultura familiar é uma realidade no País, mas os processos e os procedimentos de acesso ainda são muito burocratizados.

Bernardo Castro opina “ser preciso massificar o crédito, sobretudo, para as comunidades que se organizam em cooperativas”

Segundo o mesmo, “para que as terras alvo de hipoteca não sejam um dia penhoradas pelos bancos em casos de incumprimentos de vínculos contratuais e, por se tratar de terras não sujeitas à concessão e formalmente impenhoráveis, é urgente que se constitua um fundo de garantia que assegure as terras comunitárias hipotecadas para prevenir outra tipologia de conflitos”

O mesmo afirma que a reflexão sobre a agricultura familiar sugere, inclusive, reflexões sobre a dimensão económica e social do homem, a cultura, o ambiente e a participação.

“Para a agricultura familiar, cá entre nós, o lucro não é de todo o fim da actividade agrícola. As relações produtivas que se estabelecem são determinadas, acima de tudo, pela solidariedade geracional mais do que pelo lucro”, sublinha.

Para o agente comunitário, “a terra é vista, exactamente, como expressão do diálogo ou comunhão entre o passado e o presente. Nela está inscrita a história de um povo que gera a vida e a transmite de geração em geração”.

Desta feita, acredita, é justo que se tenha muito cuidado na abordagem de certos conceitos como “desenvolvimento”, “rendimento”, “rico” e “bem estar”.

Para a fonte, a racionalidade não é a mesma, e isso implica que toda a intervenção ou políticas de fomento da agricultura familiar devam adaptar-se a factores culturais de cada povo.

Dimensão cultural da agricultura é importante

O responsável da ONG Rede Terra realça que “a dimensão cultural da agricultura familiar é muito importante, ou seja, seria bom que não se descaracterizasse a essência da agricultura familiar, transformando-a em agricultura convencional ou implementando nas áreas do domínio costumeiro de infra-estruturas que venham agredir os padrões e os valores culturais dos povos.

“O diálogo entre a cultura e o desenvolvimento é incontornável se quisermos abandonar os métodos e os sistemas produtivos que, durante o processo colonial, destruiu e levou milhares de homens ao desterro apagando parte da sua história. Aliás, é esse o modelo de desenvolvimento económico que transformou, hoje, a natureza num verdadeiro inimigo do homem”, defende.

Bernardo Castro sugere que a agricultura familiar deve evoluir para a agricultura comunitária, para responder às cooperativas comunitárias e ao legislador que reconhece o direito colectivo sobre as terras do domínio costumeiro.

“É nosso entendimento que, sendo titular do direito à terra, a comunidade que é objecto da agricultura familiar é justo prescindir de alguns laços de parentesco na comunidade para estender, acima do parentesco, os laços de solidariedade comunitária”, salienta Bernardo Castro.

Na sua visão, isso significa recuperar os valores de partilha desinteressada que se foram perdendo ao longo dos tempos, ou seja, as cooperativas comunitárias devem, sem prejuízo de benefícios de grupos, colocar, acima de tudo, os interesses que promovam o desenvolvimento económico, humano, social e cultural da comunidade. O director executivo da Rede Terra apela, a terminar, porque a terra seja património da humanidade e não coisa de ricos ou latifundiários que a transformaram num mero objecto de exploração e lucro.

“Respeitá-la através do uso sustentável é um imperativo de desenvolvimento económico e social e humano. A terra nasceu um dia e um dia há-de envelhecer e morrer. E isso acontece tão cedo quanto for maltratada pelo homem que anda à procura, acima de tudo, da riqueza”, aconselhou, sabiamente.

No quadro das suas acções, a Rede Terra está a mobilizar recursos para a análise e publicação da legislação fundiária dos PALOP (países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), exactamente para se poder compreender as diferentes formas de uso, posse e gestão da terra pelos diferentes povos que pertencem à mesma comunidade linguística com maior enfoque para o domínio costumeiro base para a agricultura familiar.

De igual modo, a ONG angolana, em encontro tido recentemente com o presidente da Assembleia Nacional, Paulo Cassoma, apresentou uma proposta alternativa para a titulação das terras das comunidades, no âmbito da implementação do projecto apoiado pela Central Católica Alemã/Misereor.

7.8 Chefe de estado reduz emolumentos de transmissão de imóveis

Agora

19 De Março de 2011

O presidente da República aprovou e fez publicar o Decreto de redução para metade de todos os emolumentos devidos pelo registo da transmissão onerosa de imóveis, incluindo o registo da hipoteca constituída para a aquisição do bem transmitido.

A medida ajusta-se, tendo em conta a reforma em curso no sector fiscal. A reforma tributária constitui a aposta do Executivo para melhorar a fiscalidade, com vista a adequá-la à nova realidade económica e social do país.

O diploma refere que a para fiscalidade representa um custo significativo a suportar pelos cidadãos e um dos encargos na promoção do mercado imobiliário, envolvendo um quadro jurídico aceitável e capaz de responder às necessidades da população.

Perspectiva-se a redução dos encargos fiscais nas transmissões, através do desagravamento dos emolumentos devidos ao registo de propriedade e na constituição de hipotecas.

Este mecanismo visa estabelecer uma orientação para o sector imobiliário, visto que é um dos muitos que conheceu maior impulso nos últimos anos, embora a especulação dos preços continue um vírus a combater.

Por outro lado, tendo em conta a realização, no país, a 18ª Assembleia-geral dos Accionistas do Banco Africano de Exportações e Importação, em Junho, o PR criou a comissão multisectorial para a preparação do evento.

O grupo coordenado pelo Ministro das Finanças, é composto pelo governador do Banco Nacional de Angola, vice-ministros do Interior, Relações Exteriores para a Organização Administrativa, Comércio, Comunicação Social, Hotelaria e Turismo, Saúde e o director do Protocolo de Estado. A referida comissão tem por objetivo coordenar e planificar todas as questões técnicas e logísticas para a realização exitosa do evento.

7.9 Vítimas da chuva recebem lotes para habitações

Jornal de Angola

19 De Março de 2011

Os sinistrados do Giraúl de Baixo e de outras localidades do interior da província Namibe, desalojadas pelas chuvas que se abateram sobre a região, já estão a ser realojados provisoriamente em tendas e nos próximos dias vão receber terrenos para construção de novas habitações.

A governadora da província do Namibe, Cândida Celeste da Silva, deu esta informação quando fazia o balanço provisório dos prejuízos causados pelas enxurradas. O Governo Provincial trabalha também na construção de chafarizes para fornecer água potável aos sinistrados e criar salas provisórias para as crianças que ficaram sem escolas.

No Giraúl de Baixo habitavam centenas de pessoas que em muitos casos dispunham de lavras, hortas e bananais que agora foram destruídas pelas chuvas ficaram nada e estão a receber assistência alimentar, médica e medicamentosa e água potável.

As populações do Giraúl de Baixo estão alojadas em tendas do outro lado do rio, a sudeste do Bairro Saco Mar. “Temos como maior preocupação a falta de escolas para as crianças darem continuidade aos estudos e água potável em quantidades que satisfaçam as necessidades do consumo”, disse o soba Augusto Carlos.

O Governo Provincial do Namibe decidiu criar espaços públicos e ceder terrenos para a construção definitiva de habitações e equipamentos sociais necessários para as famílias sinistradas. “Temos recebido das igrejas e associações cívicas bens alimentares e roupa usada”, disse o soba Augusto Carlos.

Vias alternativas

A governadora do Namibe anunciou que já foram recuperadas algumas vias alternativas para circulação rodoviária, a fim de facilitar a movimentação de pessoas e mercadorias enquanto se aguarda pela reabilitação das pontes das estradas nacionais que ligam o Namibe à Lucira e Benguela e Namibe ao Lubango.

Cândida Celeste revelou que apresentou ao ministro do Urbanismo e Construção uma proposta para a reabilitação da estrada nacional entre o Namibe, Chicolongila, Bibala e Lubango e os encargos da sua reabilitação são suportados pelo Executivo. Esta é a estrada antiga, usada até aos anos 70, antes da abertura da estrada da Leba. Cândida Celeste disse que a ponte sobre o rio Giraúl desabou mas uma nova ponte não é para já, pois vai depender de estudos de impacto ambiental e representa um grande investimento.

A vez da Bibala

A governadora da província revelou que foram levados de helicóptero víveres aos sinistrados da Bibala. A operação de socorro incluiu 11 toneladas de bens alimentares e 250 quilos de medicamentos.

A estrada antiga estava cortada por ravinas e impossibilitava a ligação entre a Bibala e o Munhino mas já está reparada, graças a uma empresa local de construção civil que se juntou aos esforços do Governo Provincial.

Delegações dos ministérios do Interior, da Secretaria de Estado de Urbanismo e Habitação, da Secretaria de Estado da Construção, da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas e do Ministério do Ambiente estiveram nas zonas sinistradas para resolver os problemas relacionados às enxurradas que desalojaram milhares de pessoas.

7.10 Crianças perdem ano lectivo no zango IV

O país

25 De Março de 2011

Grande parte das crianças das famílias transferidas, em Janeiro último, do kinaxixe, município da Ingombota em Luanda, para o Zango IV, em Viana, está sujeita a perder o ano lectivo 2011, devido falta de escolas na referida zona e de vagas em outros estabelecimentos da cercania.

A constatação é resultado de uma onda que O PAÍS efectuou nesse pólo habitacional de Viana, na manhã de terça-feira, 23, onde encontrou muitas crianças entregues á brincadeiras, o que pareceu aos integrantes dessa reportagem tratarem -se de miúdos que estudavam no período da tarde, não fosse a revelada presença de rapazes de seis, sete e oito anos de idade, faixa etária com prioridade para o turno da manhã.

Abordados os sete petizes que faziam parte do primeiro grupo encontrado à entrada das também chamadas casas lilases do Zango IV, os pequenos informaram rapidamente a este jornal que não estão a estudar porque o bairro não tem escola.

Com sete anos de idade, Paizinho devia frequentar a 2ª Classe, mas o destino sujeitou-lhe o infortúnio de ver o ano lectivo perdido, o que o garoto já considera ser um atraso.

“Assim vou ficar atrasado nos estudos, porque os meus colegas do kinaxixe vão estar mais adiantados do que eu”, queixou-se, calculando que, em 2012, os ex-compañheiros da antiga escola vão fazer a 3ª Classe.

De acordo com Paizinho, seus pais ainda lhe deram a esperança de estudar na escola 9138, aberta na semana da nossa reportagem a fim de acolher os novos inquilinos do Zango, mas essa escola primária ficou preenchida com os filhos dos moradores mais próximos, deixando poucas vagas condicionadas com alguma prestação financeira, algo de que seus progenitores não dispunham, na altura das inscrições.

A escola 9138 localiza-se no lado oposto ao das residências dos ex-ocupantes do conhecido prédio da lagoa, no kinaxixe, mais concretamente do lado esquerdo, no sentido Viana-Calumbo, distando cerca de três quilómetros entre os dois focos habitacionais.

Para mostrar o interesse pelos estudos do grupo que integrava, Paizinho chamou a atenção do assinante dessas linhas para o tipo de brincadeira que desencadeavam ao ar livre.

Tratava-se, de um concurso de escrever no chão, onde, a custo, se t podiam ler algumas palavras como seus nomes, Luanda, para além do t” timbre Zango, porque outras haviam sido apagadas, quando deram pela nossa aproximação.

“Também brincamos de escola, para não esquecer o que já sabemos escrever”, relatou Nelo de oito anos de idade, que devia frequentar a 3ª Classe neste ano lectivo.

Por causa disso, o petiz pede aos homens que lhes prometeram estudar este ano, para não se esquecerem da promessa feita.

“Seria bom se os senhores que levaram os nossos nomes fossem mais sinceros”, suplicou, avisando que ainda há tempo de ele e outras crianças prejudicadas estarem numa escola para recuperar o ano lectivo.

Contrariamente às primeiras crianças abordadas por O PAÍS, que ainda alimentam uma esperança de recuperar o ano lectivo de 2011, João, que completa 14 anos em Novembro, não espera por qualquer alternativa para estar numa escola neste ano lectivo.

Segundo disse, os seus encarregados fizeram muitos pedidos à escola número 9136 para adquirir uma vaga, mas não foram bem sucedidos, com a agravante de verem alguns vizinhos terem conseguido lugar para seus filhos na mesma instituição de ensino, por terem garantido dinheiro, vulgo gasosa.

Desse jeito, João vê-se obrigado a perder as suas expectativas de terminar o I ciclo do ensino secundário antes dos 15 anos, já que só terá de prosseguir com a 8ª Classe no próximo ano lectivo, caso haja condições.

“Estou triste, porque eu pensava entrar no ensino médio com 15 anos e, ficando sem estudar neste ano, não vou a tempo”, lamentou.

O nosso interlocutor aproveitou a presença da nossa reportagem para informar que, no novo bairro, há muitas crianças que ficaram fora do sistema de ensino. Ele mesmo encarregou-se de levar O PAÍS até outras crianças afectadas pelo fenómeno.

Contas feitas, a nossa reportagem falou com 33 crianças nessa situação, um número que não deve representar a metade dos meninos com os estudos interrompidos em 2011, se considerarmos que todos os petizes interpelados por este jornal vivem em casas diferentes e, no local, existem mais de 140 residências ou famílias.

Importa referir que a maior parte das crianças que não estão a estudar deviam frequentar a 1ª, 2ª e 3ª classes. Isso se explica, segundo nos contaram os próprios encarregados, pelo facto de os afectados serem de uma faixa etária compreendida entre os seis e oito anos, idades que impedem os pais de submeterem tais pequenos a distâncias diárias, já que as escolas alternativas se localizam muito longe das casas lilases.

Outro grupo que ficou afectado com o fenómeno da falta de um lugar na escolar é constituído por rapazes que teriam de frequentar a 7ª, 8ª e 9ª Classes. Os encarregados até informaram à nossa reportagem que existe a escola 9036, no Zango II, mas lamentaram, a seguir, o facto de, na ocasião, os acessos não terem estado a favor de todos os bolsos. “Era mesmo preciso pagar”, revelaram, sem apontarem preços.

Lutar contra a distância

Perante o desassossego dos encarregados do Zango, as alternativas encontradas foram as já referidas escolas 9036, no Zango II, e a recém-aberta 9038, todas elas distando mais de dois quilómetros da zona dos aflitos.

Na pior das hipóteses, alguns pais recorreram às escolas da comuna de Calumbo, que ficam ainda mais distante em relação às duas referenciadas, como aconteceu com os pais de Daniel Domingos.

O garoto de 10 anos, que disse estudar na escola das FAA, no período da tarde, garantiu já se ter habituado com as deslocações diárias para a comuna mais longínqua de viana, mas não esconde o desejo de ver construída uma escola no seu novo bairro.

“Eu quero que eles construam também uma escola aqui, para estudarmos próximo de casa”.

Daniel Domingos recordou que, na semana anterior à da nossa reportagem, teve de ficar no Calumbo até às 20 horas, devido à chuva.

“Só consegui chegar à casa de boleia às 21 horas e os meus pais estavam muito preocupados”, relatou lembrando que, no dia seguinte, seus pais não permitiram que ele fosse à escola, porque voltou a chover.

Floriano Manuel Chivela estuda a 7^a classe de tarde numa escola pública que ele, seus colegas e amigos, chamam de Capapinha. O rapaz de 12 anos contou à nossa reportagem que percorre todos os dias um trajecto que lhe gasta entre 40 e 50 minutos.

“Eu saio sempre às 12 horas de minha casa e quando chego lá, espero mais 10 ou 15 minutos para começar a aula”, contou.

Floriano Chivela disse que a caminhada é muito cansativa e, como os outros, deseja ver construída uma escola dentro da sua área residencial.

Finalmente, o rapaz apontou os perigos de que tem sido alvo durante a caminhada. “Na semana passada, já fui ameaçado por alguns.

7.11 Reservas fundiárias disponíveis

Jornal de Angola

26 De Março de 2011

O município de Caculama, em Malange, dispõe de reservas fundiárias suficientes nas três comunas para a implementação do programa habitacional, disse ao *Jornal de Angola* o administrador local, Serrote Gio.

Na administração municipal, referiu, estão registadas três reservas fundiárias, em Caculama, Caxinde, Muquixe, com uma dimensão de mil hectares de terra cada. Além da construção de residências, estão previstos serviços básicos, como postos de saúde, escolas e outras infra-estruturas de impacto social.

O administrador lembrou que em Caculama estão a ser construídas três casas sociais para os enfermeiros, no âmbito do programa integrado para os serviços de qualidade de saúde.

Acrescentou que também está em construção a nova administração municipal que vai contar com uma sala para serviços de Internet e uma outra de conferências. No âmbito do programa em curso, os desmobilizados e suas famílias residentes em Caculama vão beneficiar de parcelas de terra para a construção das suas residências, segundo o administrador, Serrote Gio.

Victor Monteiro, empreiteiro de obras, adiantou que a sua empresa vai continuar a trabalhar no município de Caculama, construindo mais escolas, postos médicos e outros empreendimentos sociais.

7.12 Comissão regulariza imóveis

Jornal de Angola

30 De Março de 2011

O governo provincial de Luanda criou ontem um grupo técnico encarregue de propor medidas e regras práticas de regularização Jurídica dos imóveis não registados, construídos na capital, com vista a serem emitidos os títulos de propriedade e outros direitos reais dos imóveis que se acham nesta condição.

O grupo técnico vai preparar um edital sobre as regras do processo de licenciamento e registo dos imóveis que não se encontram registados, mencionando os requisitos de que os utentes devem dispor para o efeito. O despacho indica igualmente como tarefas do grupo coordenar com o Instituto de Planeamento e Gestão Urbana e as administrações municipais a criação de condições para que os municípios obtenham fácil e rapidamente os croquis de localização e outros documentos de base.

O grupo vai orientar as administrações municipais para que o processo seja transparente. Incumbe igualmente ao grupo estabelecer contactos com outros sectores para que o processo de licenciamento seja integrado com o processo de registo predial.

O GPL faz saber no despacho que todas as receitas provenientes do licenciamento têm destino único, a Conta do Tesouro do Estado. Constatam ainda das tarefas do grupo técnico o recurso a entidades públicas ou privadas especializadas para o cumprimento cabal da sua missão. Mensalmente, o grupo deve apresentar um relatório preliminar das acções desenvolvidas ao governador de Luanda.

De acordo com o despacho, o grupo técnico é coordenado por Miguel Ventura Catraio, vice-governador para o Sector Económico e Produtivo, coadjuvado por Carla Leitão Ribeiro, vice-governadora para a Área Técnica e Infra-estruturas.

Integram ainda o grupo Carlos Cavuquila, Manuel Francisco Pereira da Gama, Ana Maria Wola, Délio Gourgel Perdígão, Rosa Micoló, Henriques Jorge do Sacramento e Sousa, e Henriques Lázaro Capessa. O GPL justificou a decisão dizendo que Luanda conheceu um elevado crescimento do parque imobiliário sem que o processo fosse acompanhado do licenciamento e respectivos registos nos serviços administrativos públicos competentes.

A situação prejudicou a esfera jurídica e patrimonial dos titulares do direito real e beliscou a ordem alfanumérica, a toponímia e motivou outras descaracterizações urbanísticas.

7.13 Lotes de terreno no Zaire distribuídos á população

Jornal de Angola
30 De Março de 2011

O governo da província do Zaire iniciou, no fim-de-semana, na localidade de Nkunga Paza, a distribuição de lotes de terrenos preparados. Ao todo, estão preparados 199 lotes de terreno, no âmbito do programa de autoconstrução dirigida em curso no país, garantiu o director provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente.

Cláudio Fortunato afirmou que as autoridades elaboraram dois projectos, um do tipo A e outro, B, cujas casas a construir são T3, com a diferença que no último caso têm uma suite, dois quartos de banho e a cozinha engloba uma área de serviços, com lavandaria e despensa.

O programa de autoconstrução dirigida, disse, prevê que o município construa a casa com recursos próprios e que o governo faça apenas o acompanhamento da execução da obra, que pode ser efectuada de forma gradativa.

“O cidadão pode, numa primeira fase, construir apenas o núcleo da casa”, referiu, adiantando. “O projecto tem uma direcção de construção e o beneficiário pode construir dentro das suas possibilidades financeiras”.

O projecto prevê a construção de escolas, posto médico, posto policial, instalações para os serviços de administração municipal, creche e outros serviços sociais.

Construções anárquicas

O governador provincial do Zaire, que entregou os primeiros lotes de terreno, referiu que a criação, pelo Governo, do programa de autoconstrução dirigida pretende, fundamentalmente, combater as construções anárquicas.

“Um pouco por todo o país, assistimos a construções anárquicas, daí que tenhamos orientações específicas do Presidente da República para iniciarmos estas urbanizações”, declarou Pedro Sebastião.

O governador do Zaire exortou os beneficiários a cumprir rigorosamente com o que foi estabelecido pela administração municipal para não se comprometerem os objectivos do programa.

O governador Pedro Sebastião defendeu a criação de mais zonas verdes em Mbanza Congo, “embora a região seja, por excelência, uma área verde”.

O reverendo Álvaro Rodrigues, da Igreja Evangélica Baptista de Angola (IEBA), disse que “o programa de autoconstrução dirigida é uma iniciativa louvável do Executivo, uma vez que vai facilitar a vida dos cidadãos que ainda não possuem casa própria e condigna”.

“E um sinal de que quando o Governo diz uma coisa vai cumprir”, sublinhou o reverendo, acrescentando que o surgimento de novos bairros, devidamente organizados, vai ajudar na melhoria da imagem de Mbanza Congo.

7.14 Urbanismo reprovou projecto de uma serração no Huambo

Jornal de Angola
31 de Março de 2011

A direcção provincial do Huambo de Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente reprovou, na semana finda, depois de uma consulta pública, realizada na Casa Ecológica, o projecto de uma serração denominada Unidade, Estratégias e Negócios (UEN - Serração Huambo Tuamutunga), por o local não ser viável.

O local escolhido situa-se na zona industrial da Cuca, num perímetro de aproximadamente 19.700 metros quadrados, defronte à unidade fabril da Sofar Kanine, no bairro do Kalilongue, e foi reprovado por ser uma área de risco e não reunir as condições exigidas pela administração local e pela direcção do urbanismo.

A empresa destina -se ao corte de troncos e transformação em madeira para construção.

O administrador do município sede do Huambo, José Marcelino, mostrou-se satisfeito com a qualidade do debate e disse que qualquer empreendimento que se faça merece a avaliação de todos, para se tomar as medidas certas para o bem de todos. José Marcelino frisou que a área escolhida não convém para a serração, nem para outro tipo de empreendimento.

“Temos árvores com 40 anos que podem ser destruídas num dia temos de ter cuidado com este aspecto”, frisou.

Por seu turno, o director do Instituto de Desenvolvimento Florestal, Andrade Baú, disse que qualquer empresa que explorar deve fazer também o repovoamento.

“Se as empresas têm como matéria-prima as árvores para o abate devem fazer também o repovoamento”, aconselhou.

A chefe do departamento de Prevenção e Avaliação do Impacto Ambiental, Sónia do Nascimento, disse que a empresa vai ter que procurar outras áreas para exercer a sua actividade. O acto, promovido pelo Ministério do Ambiente, em colaboração com a Direcção Nacional de Prevenção e Avaliação do Impacto Ambiental, contou com a presença de estudantes universitários, administradores do Huambo, Caála, Catchiungo1 direcção da Indústria, Energia e Aguas e população em geral.

8 SERVIÇOS BASICOS

8.1 Terceira fase do projecto garante aumento da capacidade de produção e distribuição

Jornal de Angola
4 De Março de 2011

A terceira fase do projecto “Águas de Benguela”, que deve estar concluída no primeiro trimestre de 2013, foi apresentada, na quarta-feira, na povoação do Luongo, Lobito, pelo secretário de Estado das Águas. Luís Filipe da Silva anunciou que a terceira fase do projecto consiste no aumento cuja capacidade de produção para 1,5 metros cúbicos por segundo e na melhoria do tratamento e expansão da rede às novas centralizações.

Este facto, disse, vai permitir maior distribuição de água às cidades do litoral de Benguela. Luís Filipe afirmou que a terceira fase do projecto, que actualmente conta com uma capacidade instalada de um metro cúbico por segundo, inclui, também, a construção de reservatórios, lavandarias e chafarizes em Benguela, Baía Farta, Lobito e Catumbela.

O secretário de Estado das Águas referiu que o Governo pretende que, até 2012, se atinja uma cobertura total da população que vive no meio urbano e 80 por das zonas rurais.

O governador de Benguela, Armando da Cruz Neto, que esteve na apresentação do projecto, afirmou que a quantidade de água a ser produzida corresponde aos anseios da comunidade, beneficiando quer a população, quer a indústria.

O projecto, iniciado em 2006, beneficia cerca de dois milhões de habitantes do litoral da província de Benguela. O secretário de Estado, que esteve três dias em Benguela, visitou os municípios do Lobito, Bocoio, Cubal, Caimbambo e Chongoroi, onde verificou as obras de montagem do sistema no quadro do programa “Água para Todos”.

O secretário de Estado das Águas garantiu, no Caimbambo, que até finais de 2011, o programa “Água para Todos” cobre as sedes comunais da província em 60 por cento. Luís Filipe da Silva, que falava no final de uma visita aos projectos “Águas para Todos”, nos municípios de Caimbambo, Chongoroi e Cubal, mostrou-se satisfeito com os progressos verificados nos últimos tempos.

Na província de Benguela, até final de 2012, prometeu, o programa atinge a meta preconizado de 80 por cento

de cobertura, apesar de dificuldades, como escassez de recursos hídricos em algumas áreas. Quanto às sedes municipais, salientou que parte delas tem o mínimo de serviços e que a falta de água potável no Cubal vai ser ultrapassada a curto prazo.

O director provincial de Energia e Aguas de Benguela garantiu que, até Setembro, há cobertura do sistema de abastecimento de água potável em todas zonas rurais.

8.2 “Água para todos” beneficia milhares de pessoas

Jornal de Angola
05 De Março de 2011

O Programa “Água para todos” está a beneficiar, desde o ano passado, 103.484 habitantes no Kwanza-Sul, no âmbito do plano de acção do governo provincial, para melhorar a produção e distribuição deste produto às Comunidades.

A intenção das autoridades governamentais, em 2010, era que o programa abrangesse uma cobertura de cerca de 262 mil pessoas, mas algumas contrariedades originaram que apenas o número acima referido estivesse já a usufruir de água potável.

O governador da província, Serafim do Prado, anunciou na quinta-feira que com a continuidade dos trabalhos dos furos artesianos, o número de beneficiários tende a aumentar, podendo atingir mais 145.448 cidadãos.

Serafim do Prado, que fez esta declaração quando procedia ao balanço do grau de execução do programa “Água para todos”, destacou os avanços significativos alcançados pelo projecto e apontou a alocação tardia das verbas para o suporte dos trabalhos como um dos principais factores constrangedores.

O governador referiu que o programa, naquele período, teve 264 milhões de kwanzas. Com esse montante, foi possível construir pequenos sistemas de abastecimento de água potável, furos artesianos e adquirir algum equipamento. A verba foi ainda empregue em serviços de reparação das estações de tratamento e abastecimento de água dos municípios do Sumbe e Porto Amboim, cujas bombas necessitam ser substituídas, dada a sua antiguidade. A outra parte, não especificada pelo governador, foi empregue na fiscalização do projecto.

Serafim do Prado revelou que foi adquirido equipamento do sistema de cata-ventos, que pela primeira vez vai ser instalado na comuna do Kicombo, município do Sumbe, assim como foram efectuadas acções no Sumbe,

Cela, Amboim, Kassongue, Kibala, Kilenda, Mussende, para que estas comunidades fossem abastecidas com água potável. O governador disse que, durante o ano transacto, no âmbito do programa central, fizeram-se 15 furos artesianos, sendo dez nas localidades do Mussende e cinco no Libolo, estando em curso mais oito dos 12 programados para beneficiar cerca de 3.800 pessoas do Gungo (Sumbe), Zâmbia, Aricanga e Kapupa (no Amboim).

Do programa provincial, disse ainda o governador, foram planificados 7 furos artesianos para os municípios do Sumbe, Ebo, Kibala e Amboim.

Anunciou igualmente que mais de cinco mil habitantes, distribuídos pelas aldeias do Pindo (Sumbe) e Kazanga, na Pinda (Porto Amboim), que há muito consumiam água não tratada, já estão a ter água potável.

As obras dos dois empreendimentos, inseridas no Programa de Investimentos Públicos, foram adjudicadas à empresa angolana ARA-Sumbe, que as executou em mais de 40 dias úteis.

A estação de captação, tratamento e distribuição de água potável do Pindo compreende uma motobomba montada no rio Cambongo e um reservatório com capacidade para 108 mil litros.

Satisfação dos sobas

O soba da localidade do Pindo, Domingos Gonçalves, reconheceu os esforços do governo provincial no sentido de melhorar as condições sociais da população, desde a Independência Nacional e depois do alcance da paz efectiva, tendo encorajado o executivo a prosseguir com estas acções.

Visivelmente satisfeito, realçou que a inauguração do sistema de abastecimento de água potável vai contribuir substancialmente para a melhoria das condições de vida da população.

“Agora terminou o sofrimento das mulheres e crianças do bairro que, desde o amanhecer até ao anoitecer, caminhavam longas distâncias com baldes na cabeça à procura de água, facto que levava ao desaparecimento de algumas crianças, devido ao aumento do caudal do rio, sobretudo nesta época chuvosa”, frisou o soba.

Resolvida que está a questão das águas, a comunidade solicita que, nos próximos projectos, sejam contemplada a construção e reabilitação de mais escolas e residências para professores.

“Pedimos isso, mas é preciso ainda que tenhamos mais um reservatório de água, torneiras ao longo do ramal até

ao rio Kuvo e a instalação da energia pública e domiciliária”, rematou o soba.

Após o corte da fita e da abertura das torneiras nas duas localidades, o governador pediu às autoridades tradicionais e à comunidade para cuidarem das estações de captação, tratamento e distribuição de água, evitando-se acções de vandalismo.

De acordo com o governador, o referido programa é uma iniciativa do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, implementada em todas as províncias do país, para melhorar as condições sociais das comunidades, sobretudo as do meio rural.

Serafim do Prado tranquilizou a população, dizendo estão a ser envidados esforços para que os fundos monetários que forem disponibilizados à província sejam aplicados na solução dos problemas de energia, principalmente nas escolas, para permitir que os adultos possam estudar à noite.

8.3 Fundo petrolífero financia energia e águas

Jornal de Angola
05 De Março de 2011

O Presidente da República aprovou e fez publicar ontem o Decreto Presidencial que cria o Fundo Petrolífero para o desenvolvimento de projectos nos sectores da Energia e Águas e outro que estabelece o regime jurídico aplicável à Zona Económica Especial Luanda-Bengo.

A informação consta num comunicado de imprensa da Secretaria para Assuntos de Comunicação Institucional e Imprensa da Presidência da República, divulgado ontem.

O documento refere que o Fundo Petrolífero é uma pessoa colectiva, dotada de personalidade jurídica, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial e tem por finalidade promover, fomentar e apoiar o investimento no desenvolvimento de projectos nos sectores da Energia e Águas e noutros sectores considerados estratégicos, incluindo, em particular, projectos de infra-estruturas.

O estabelecimento do regime jurídico aplicável à organização e funcionamento da Zona Económica Especial Luanda-Bengo visa, entre outros fins, a promoção da produção de bens e serviços para satisfação das crescentes necessidades do mercado interno e para exportação, a diversificação da economia, a criação de emprego e o fomento do sector empresarial angolano.

O Presidente José Eduardo dos Santos aprovou vários Decretos Presidenciais, designadamente o que estabelece, em duas fases, o regime de classificação e conversão do perímetro do Kikuxi, que passa a ter uma área para o desenvolvimento agrário, silvícola, ambiental e de agro-turismo e outra para a expansão urbana e agro-industrial.

Foram ainda publicados outros três Decretos Presidenciais. Um aprova a contratação do financiamento para a empreitada referente à reabilitação e construção das pontes inseridas no eixo rodoviário Tômbua/Namibe/ Bentiaba/ Lucira/ Dombe Grande, nas províncias do Namibe e Benguela.

O segundo autoriza o projecto de construção e equipamento de um matadouro e de uma unidade de tratamento de gordura animal em Camabatela, província do Kwanza-Norte, e o terceiro aprova a redução para metade de todos os emolumentos devidos pelo registo de transmissão onerosa de imóveis.

O Presidente José Eduardo dos Santos assinou ainda o Decreto Legislativo Presidencial que prorroga o prazo para importação e descarga de pescado carapau.

8.4 Pastores dos Gambos têm a vida facilitada

Jornal de Angola
10 De Março de 2011

Os criadores tradicionais de gado bovino e caprino dos municípios dos Gambos (Huíla), Bibala (Namibe) e Cahama (Cunene), desde Dezembro que deixaram percorrer longas distâncias para encontrar água. As autoridades locais construíram novas chimpacas, bebedouros e sistemas de captação de água, para além de repararem os equipamentos que já existiam.

O programa, que visa melhorar a qualidade de vida das famílias da região sul, é executado pela “GFA consultivo Group” e o Ministério Agricultura e Desenvolvimento Rural e tem a duração de três anos. União Europeia (EU) financia o projecto, tendo disponibilizado mais de três milhões de dólares. Pocolo, Vicolonga, Mapupu e Chimukwa, aldeias do município dos Gambos em Otimbo e Ediva, Cahama, são os principais corredores de transumância, onde foram criadas condições adequadas para abastecimento de água ao gado bovino e caprino.

A transigência é praticada pelos criadores tradicionais de animais a região sul (Huíla, Namibe e Cunene). Os pastores percorrem longos quilómetros à procura de

água melhores pastos para o gado, sobretudo bovino. As viagens acontecem geralmente na época do cacimbo ou quando existem estiagens prolongadas.

Na época seca, os pastores fazem marchas longas com dezenas de animais em vários pontos da região para alimentarem e dar de beber ao gado. As zonas do Tchimbolo e Tunda, dos Gambos, figuram como áreas de convergência de toda a região sul, pela abundância de passe água.

O pastor João Cawenho elogiou programa de implantação de novas chimpacas e reparação de bebedouros levado a cabo pelo “GFA Sulting Group” e pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural: “A água está agora mais próxima e os reservatórios estão em áreas com muito pasto.”

Os técnicos do Projecto Transigência, explicou, reuniram com os sobas, criadores tradicionais, pastores e séculos, para determinarem os locais apropriados para instalação das chimpacas. “Fomos nós que indicámos os espaços onde estão as chimpacas e, isso foi bom porque facilitou a nossa actividade”, disse o pastor João Cawenho.

Acrescentou que neste momento chove com intensidade e os reservatórios antigos e novos estão a acumular muita água para servir os animais no tempo seco. “Agora que os bois deixaram de andar muito para beber água e alimentar-se, vão ganhar mais peso e ficam com melhor cotação no mercado”.

O sob a António Caviango, também criador, com um efectivo bovino e caprino a atingir as 470 cabeças, esclareceu que os pastores perdiam muito coma transumância porque percorriam longas caminhadas, “os animais não conseguiam ganhar peso”.

Afirmou que o projectado GFA Consulting Group” e do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento rural veio reforçar o programa “Água para Todos” de iniciativa presidencial, que reabilitou e construiu nas zonas mais recônditas do município dos Gambos um número considerável de fontanários e bebedouros para os animais.

Os novos pontos de abastecimento de água nos locais onde existe mais criação de gado, disse o soba António Caviango, contribuíram para a redução substancial de doenças causadas pelo consumo de água duvidosa pelos animais. “As queixas dos criadores sobre infecções nos animais quase que já não existem”.

O Fundo de Apoio Social (FAS) desenvolveu no município da Chibíá, 45 quilómetros a sul da cidade do Lubango, um programa de melhoramento de abasteci-

mento de água potável e saneamento básico que contemplou 130 mil pessoas.

A acção incidiu na reparação da Estação de Tratamento de Água e novos equipamentos, o que contribuiu para a melhoria do sistema de bombagem e de distribuição para as zonas urbanas e suburbanas.

As vilas do Jau, Quihita e Capunda Cavilongo foram também contempladas com a construção de estações de tratamento de água.

O Jornal de Angola apurou que a construção de 15 sistemas de captação de água equipados com bombas manuais e lavandarias comunitárias tomou mais fácil o acesso a água potável a centenas de famílias camponesas e ao gado.

A acção foi executada em parceria com a Direcção de Energia e Águas da Huíla e visou o aumento da capacidade de abastecimento de água e redução de doenças nas famílias e nos animais.

Capim elefante

O capim elefante pode ser a alternativa para alimentar o gado, principalmente nos anos de estiagem, facto que motiva o governador da Huíla, Isaac dos Anjos, a incentivar os administradores municipais, comunais e outras autoridades, a plantar capim elefante em terrenos impróprios para a produção agrícola.

Neste processo, se cada localidade plantar 200 hectares, já é um bom indicativo, e as quantidades obtidas pretendem suportar as necessidades das manadas e reduzir os gastos de energia dos animais ao percorrerem longas distâncias para pastarem.

O cultivo do capim elefante, defendeu Isaac dos Anjos durante a sua visita ao município da Matala, visa assegurar o desenvolvimento saudável do gado bovino e caprino, a principal riqueza da população huilana.

Para o governador da província da Huíla, todos os municípios devem arregaçar as mangas para plantar capim elefante e livrarem-se das perdas de animais por causa da fome: “quando as plantas se desenvolverem acabam as mortes de gado por causa da falta de pasto apropriado”.

8.5 Bairro militar em Viana às escuras e sem água potável

Semanário continente
11 De Março de 2011

Lideram a lista das preocupações à falta de energia eléctrica e distribuição de água potável, obrigando os populares a recorrerem a geradores eléctricos e a aquisição de água

em cisternas. “Estamos a passar mal, porque não há fornecimento de energia eléctrica pública nem de água potável. Aqui cada um vira-se como puder”, disse um morador visivelmente agastado. A situação não faz morada apenas nas residências de baixa renda, tendo afectado, igualmente, as casas de pessoas bem posicionadas.

O bairro está a crescer desordenadamente, aumentando os problemas básicos. Muitas das novas moradias foram construídas sem a autorização da administração municipal.

Os moradores estão esperançosos de que este calvário seja ultrapassado o mais depressa possível. Outra preocupação prende-se com a falta de transporte e o estado degradado em que se encontram as estradas.

Este jornal constatou que o único meio utilizado para o transporte das pessoas é a moto táxi, cuja paragem está localizada junto ao antigo mercado da Estalagem. De lá até ao Bairro Militar o passageiro é obrigado a desembolsar entre 150 a I 400 kwanzas.

Postos de saúde e escolas precisam-se

O bairro Militar tem um único posto de saúde público. O mesmo presta assistência diariamente a mais de 500 pacientes, em várias especialidades.

De acordo com Pedro Francisco, administrador do posto, a unidade hospitalar conta apenas com três médicos e 34 enfermeiros.

A zona carece, igualmente, de estabelecimentos de ensino, contando apenas com uma escola pública do ensino secundário, não sendo suficiente para absorver); o número de crianças fora do sistema de ensino.

A escola tem 12 salas de aulas, com capacidade para 525 alunos em dois turnos, debatendo-se com a falta de professores de Língua Portuguesa e Educação Física.

Martelo demolidor pode chegar a qualquer hora

Os moradores estão desesperados com as ameaças de que as suas casas poderão ser demolidas, na sequência da ocupação ilegal de terreno, que marcha à velocidade de cruzeiro.

A comissão de moradores esclareceu que, em Novembro do ano passado, foram surpreendidos por um grupo de militares, que no dia 23 do mesmo mês apareceu no local transportados num carro de marca MAN.

Estes destruíram várias casas e disseram que tinham sido mandatados pelo Governo de Luanda.

De acordo com os moradores, a administração municipal de Viana garantiu que não tinha conhecimento das demolições efectuadas naquele dia.

Augusta Ferreira, que já não guarda boas recordações por ter perdido um terreno numa outra parte de Luanda a favor de um oficial general das Forças Armadas Angolanas, manifestou-se bastante preocupada com a situação.

As coisas agravam-se para ela, na medida em que o seu terreno foi já delimitado num sinal de que irá mudar de dono.

Ela contou que, o terreno que ocupa hoje, antes pertenceu a sua avó, razão pela qual tenciona lutar até ao fim.

Ela garantiu que tem todos os documentos que provam a titularidade do espaço.

Por sua vez, Rodeth Inês, 28 anos, contou que alguns militares arrogam-se em apropriar-se do terreno, ostentando patentes de oficiais generais, enquanto outros fazem-se passar por funcionários da Casa Militar da Presidência da República.

“Eles dizem que apenas estão a cumprir ordens superiores”, disse Rodeth.

Outro aspecto que chamou a atenção foi o excessivo consumo de álcool por parte dos jovens, na sua maioria desempregados.

A delinquência também toma conta do bairro, preocupando a comissão de moradores e não só.

8.6 Novo desinfectante de água vendido em comprimidos

Jornal de Angola

16 De Março de 2011

Um novo produto, em comprimidos, denominado “Certeza”, utilizado para o tratamento da água, foi lançado no Mercado dos Congolezes, ontem, pela Embaixada do Estados Unidos e pela organização Serviço Internacional para a População (PSI). O desinfectante faz parte do “Programa Esquadrão de Prevenção”.

Segundo a directora de marketing do Serviço Internacional para a População, Ana Fernandes, Angola já distribuiu em todo o país 755 mil garrafas de “Certeza” em líquido, o que significa que ao longo dos anos foram tratados 755 mil milhões de litros de água.

O nosso objectivo é colocar à disposição da população produtos de saúde que possam tomar a vida das comuni-

dades mais saudável. Em 2008, colocámos no mercado o produto “Certeza” em líquido para o tratamento da água e agora vamos avançar com uma solução mais fácil que são os comprimidos”.

Para atingir as famílias com mais facilidade, o Serviço Internacional para a População em Angola está a levar a cabo uma campanha denominada “Capitã Certeza” nas escolas do primeiro ciclo, para que as crianças exijam água tratada em casa.

A “Capitã Certeza” é especialista no combate às diarreias, através da criação de um mural em várias escolas e creches da cidade de Luanda e nalgumas províncias, como forma de chamar a atenção e despertar o interesse das crianças.

Ana Fernandes sublinhou também que as diarreias são a segunda maior causa de morte no país: “nós temos consciência de que existem países onde existe um elevado nível de iletrados e como as crianças nas escolas recebem muita informação, aproveitamos para através delas passar a mensagem das boas práticas de higiene e saúde no seio da família”.

O desinfectante “Certeza” em comprimidos surge para completar os outros métodos confiáveis recomendados pelo Executivo para o tratamento de água de consumo doméstico, como a lixívia em doses apropriadas e a água fervida.

O “Certeza” está a ser produzido em Angola e é distribuído através dos circuitos comerciais e dos sectores comunitários. Tem uma durabilidade de cinco anos, o que não acontecia com o produto em líquido.

Esquadrão de Prevenção

Para a redução dos custos do produto “Certeza”, a distribuição deste tratamento de água é subsidiada pelo Estado e parceiros, para que o preço seja apenas de 50 kwanzas por cada caixa de 20 comprimidos, quantidade suficiente para desinfectar 400 litros de água.

Apesar de ser uma iniciativa da PSI Angola, o “Programa Esquadrão de Prevenção” conta com o apoio dos Ministérios da Saúde e da Educação. A iniciativa visa informar e esclarecer os alunos sobre questões relacionadas com o paludismo e as diarreias, que são as principais causas de morte em Angola.

Representantes de Organizações Não Governamentais como a Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos da América (USAID), EXONMOBIL, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Fundo Global estiveram presentes no acto de lançamento do “Esquadrão de Prevenção”.

A PSI Angola é uma organização não-governamental sem fins lucrativos que trabalha desde 2000 na prevenção da Sida, malária e diarreias.

Água segura

Maria Jacinto, de 48 e oito anos, é revendedora dos comprimidos “Certeza”. Antes vendia roupas de fardo e era cambista no Mercado dos Congolenses. Há dois anos e meio deixou tudo para se dedicar em exclusivo à venda do produto “Certeza” a melhor solução para uma água segura.

“Aproveito a venda dos comprimidos para sensibilizar os clientes que procuram o desinfectante para tratarem a água assim que evitam diarreias constantes e outros problemas de saúde”, disse, Maria Jacinto.

8.7 Fontanários e escolas nas comunas do lucala

Jornal Angola

18 De Março de 2011

O município do Lucala, 35 quilómetros a Leste da cidade de Ndalatando, tem novos chafarizes, escolas, um posto de saúde e casas para técnicos no âmbito do programa de melhoria e aumento da oferta de bens e serviços sociais básicos à população.

Desde Abril do ano passado, os oito mil habitantes das aldeias de Cóio e Mataba estão melhor servidos no que toca ao consumo de água potável, na sequência da construção de quatro fontanários, dois em cada comunidade.

Os chafarizes recebem água de uma nascente situada a sete quilómetros de Cóio e Mataba. Têm capacidade para bombear 250 metros cúbicos de água por hora, em sistema de gravidade. Os fontanários foram construídos num período de dois meses, com custos de 13 milhões de Kwanzas.

As inaugurações foram feitas pelo vice-governador provincial do Kwanza-Norte para a Esfera Económica, Manuel de Abreu Pereira da Silva, em representação do governador Henrique André Júnior. “É imperativa a colaboração de toda a população, principalmente no que diz respeito à preservação do património público, através de denúncias de vandalismo, para viabilizar o cumprimento de todos os programas de desenvolvimento”, disse o vice-governador no acto da inauguração. José Francisco, em nome da comunidade dos habitantes do Cóio, agradeceu os equipamentos sociais e disse que “a materialização dos projectos demonstra claramente a preocupação do Executivo em garantir o bem-estar da população”. Pediu a construção de uma escola e a reconstrução do posto de saúde, que se encontra em mau estado de conservação.

A região do Lucala tem uma nova escola, um posto de saúde e duas casas, totalmente apetrechadas, uma das quais para o administrador adjunto, sendo a outra para os quadros do sector da saúde, que também receberam uma nova ambulância.

A escola está situada no bairro Dundo ya Mutulo, redondezas da vila do Lucala, numa área de 500 metros quadrados. Tem três salas e possui capacidade para 240 alunos, em dois turnos. Foi financiada pelo Fundo de Apoio Social e construída em seis meses. As obras custaram 160 mil dólares.

O posto médico, reconstruído no sector do Helegi de Baixo, tem capacidade para duas camas, para além do consultório.

As casas dos técnicos, na vila do Lucala, foram reabilitadas. As obras custaram aos cofres do Estado 15 milhões de Kwanzas.

8.8 Município da ingombota sem cólera

Jornal Angola

19 De Março de 2011

O município da Ingombota há dois anos que não regista casos de cólera, disse, na quinta-feira, à Angop, a sua administradora.

Susana de Melo afirmou que a contenção da doença é fruto das sucessivas campanhas sobre o tratamento do lixo, da água para beber e dos alimentos.

Além disso, referiu, contribuem para a ausência de casos da doença, a distribuição de cloro e de água potável por cisternas.

A administração municipal, acrescentou, tem camiões cisternas, cada uma com capacidade para 22 mil litros, que distribuem nas áreas suburbanas; onde não há água canalizada, como são os casos dos bairros da Boavista, Quilombo e Chicala.

Os cuidados básicos para a não contaminação da água são transmitidos pelas autoridades sanitárias e pelas igrejas nas missas e nas escolas.

Os activistas que participam na campanha contra a cólera distribuem cloro e lixívia aos proprietários de reservatórios de água.

No município, em 2007, foram registados 311 casos da doença contra 37 mil, em 2006. Quanto à malária, a administradora revelou que estão a ser distribuídos, às grávidas e a crianças até aos 5 anos, mosquiteiros tratados com insecticida.

No município, referiu, estão a ser feitos melhoramentos nos sistemas de abastecimento da rede domiciliária de água potável e da iluminação pública, em colaboração com a EPAL e a EDEL.

O aumento do número de fontanários em áreas suburbanas, a reabilitação da rede de esgotos, para evitar a poluição dos recursos hídricos no litoral, a continuação da instalação de latrinas públicas em várias artérias e a limpeza de sarjetas, dos esgotos e das valas de drenagem são também projectos em execução.

8.9 E o lixo venceu!

Semanário Angolense
19 De Março de 2011

Quando foi empossado para administrar a cidade de capital, José Maria dos Santos sabia que a «maka» em torno do lixo seria das piores que iria enfrentar. Tratou logo de radicalizar nas sanções contra as empresas de recolha que não respondessem ao chamado da limpeza e do asseio da cidade: os contratos seriam rescindidos.

Às administrações municipais caberia a fiscalização rigorosa do trabalho das operadoras de lixo. Campanhas de conscientização deveriam ser desencadeadas por Luanda afora, através dos municípios estendendo-se às comunas, com acções directas das comissões dos bairros, no sentido de se organizar e dinamizar a recolha do lixo doméstico conforme horários pré estabelecidos.

Várias iniciativas foram sendo massificadas. Focos de lixo foram sendo «atacados» e em alguns deles chegaram mesmo a verificar-se alguma melhoria. A tarefa, no entanto, não é fácil e o próprio governador já o reconheceu várias vezes.

Mas se o «Espírito Santo» foi afastado da cidade de Luanda por alguma incompetência, o «Diabo» neste momento tem motivos de sobra para sorrir. A anedota se expressa na inaptidão até agora apresentada por todas as instâncias do poder diante da problemática do lixo.

A José Maria dos Santos, pela «zunga» que vêm empreendendo em vários sectores do Governo Provincial de Luanda desde que assumiu o «barulho», talvez não falte vontade. Mas, como titular do cargo máximo da cidade capital, é o representante do fracasso na batalha contra a lixeira que é, sobretudo, a periferia da cidade.

Com essa medida que o partido no poder parece ter tomado, abafando as mudanças que o governador pretendia fazer para pôr ordem na casa que dirige, a autoridade do «número da capital» tende a definir, em favor de um ceptico cismo que se pode estabelecer entre

os a seus subordinados e atingir também as empresas que prestam serviços ao GPL, particularmente, as operadoras de recolha de lixo.

José Maria dos Santos falou em suspender contratos de empresa ineficientes.

Até ao momento não houve nenhuma notícia de que alguma firma tivesse visto o seu contrato terminado por incompetência. E a cidade se abarrota de porcarias. E quando falou em tirar administradores inertes, deparou-se com uma pedra no meio do caminho: os interesses do partido governista, ao qual pertence.

Diante deste quadro, não está longe uma tendência ao esmorecimento do ímpeto com que o governador começou a tratar a sua administração, que somada a uma descrença nas suas medidas e aos gracejos de corredores, minam todo o trabalho que se pretende levar a efeito.

8.10 Um atentado à saúde humana

Semanário Angolense
19 De Março de 2011

Há mais de 10 anos que os populares da Rua Quatro, junto à «praça dos rastas», próximo do «quintalão do Petro», Golfe II, vivem às escuras, desde o surgimento. A ausência de carros de recolha de lixo tem contribuído significativamente para a proliferação do lixo, que se faz presente em todos os cantos do bairro. A presença do lixo naquele no local quase invade as moradias, transitando as pessoas sobre os resíduos sólidos.

No «bairro dos rastas», segundo moradores, falta de tudo falta, desde a energia eléctrica à água, centros hospitalares, escolas públicas e uma unidade policial e contentor de lixo. «São muitos problemas que afligem um único bairro, por essa razão é que nós como munícipes consideramos o bairro desconhecido ou onde tudo falta», afirmou munícipe.

Paulo Vicente, 35 anos, morador há 12, explicou que, há duas semanas, morreram quatro pessoas de cólera, com idades diversas, numa única semana, tudo devido às grandes quantidades de lixo que diariamente afectam aqueles cidadãos. «Convivemos com o lixo em tudo quanto é canto, já contactamos várias vezes as entidades que se responsabilizam pela recolha e tratamento do lixo, mas, infelizmente, nunca tivemos uma resposta convincente, penso que continuaremos sufocados até que alguém se pronuncie», lamentou.

Outro interlocutor, que não se quis identificar, citou outro problema que o bairro enfrenta, que é o da falta

de energia eléctrica, afirmando que, desde que o bairro existe, nunca viram a luz da rede em suas residências. Geradores são a fonte de luz para os que têm um pouco de dinheiro, os que não, sobrevivem sob a luz das velas e candeeiros de chaminé.»

Queixam-se também da ausência de um administrador nesse bairro. «Queremos um administrador, que não espere ouvir da boca do povo ou ver os problemas pelos jornais ou outros órgãos de comunicação, queremos um administrador que conheça na sua totalidade o município, as entradas e saídas e todos os cantos do município, vendo as dificuldades e que tome uma atitude e venha solucionar os problemas o mais rápido possível», expressou.

Os habitantes dizem que já foram à Administração Municipal do Kilamba Kiaxi, onde conversaram com o administrador adjunto, que lhes transmitiu que o assunto da energia é uma questão de aguardarem e que esperava que uma pessoa «adequada» fosse fazer a reclamação, como, por exemplo, o coordenador do bairro.

«Queremos que se resolva muito rapidamente todos os problemas do bairro, inclusive hospitais e centros médicos públicos, porque o que está em jogo é a saúde do povo, que é um dos assuntos primordial na sociedade», afirmou a nossa fonte.

Por outro lado, existe uma vala de drenagem que exala um cheiro nauseabundo, uma vala inacabada, onde há uma grande acumulação de lixo e água, uma verdadeira fonte de doenças para os residentes.

Os altos índices de criminalidade naquela área foram igualmente referenciados pelos habitantes, que contaram que normalmente ocorrem assaltos a altas horas da noite, entre as duas e as três horas da manhã, em que ninguém se arisca a socorrer as vítimas, tendo a falta de iluminação e de uma esquadra no bairro.

Os assaltos têm sido constantes, tanto a casas como na rua e a qualquer hora do dia, as pessoas são interpeladas pelos delinquentes vizinhos e de várias idades. «O alvo de roubos, além das residências, são as cantinas, por isso, quando somos roubados, olhamos e calamos simplesmente, essa é a nossa vida», salientou um morador.

Outra preocupação dos munícipes é a falta de escolas públicas. Há casos de crianças que já atingiram a idade escolar, mas não sabem o que é ir à escola e sentar numa carteira, tudo porque muitos pais de baixa renda alegam que não têm recursos suficientes para matricular a sua filha num colégio.

O coordenador adjunto do bairro, Adão Dala, 35 anos, morador há 11, contou que já foi várias vezes à admi-

nistração municipal e nunca teve respostas, recordando também que dirigiram uma carta ao antigo vice governador Bento Soito e à ex-governadora Francisca do Espírito Santo. Em 2009, tiveram uma reunião com vice-ministro da Energia e Águas, no Cine São João, só este ano receberam uma resposta da mesma reunião realizada em 2009. Quando se dirigiram à Administração no sentido de saber a que conclusão chegaram «eles disseram-nos somente que aguardem e cá estamos.».

8.11 Sistemas de captação de água entram em obras na cidade na cidade do Lubango

Jornal de Angola

19 De Março de 2011

O sistema de abastecimento de água potável, a cidade do Lubango, província da Huíla, vai melhorar com as obras de ampliação da rede de captação e reabilitação dos sistemas de tratamento da sede, estimadas em 90 milhões de Euros.

O projecto, com a duração de três anos, foi lançado, quinta-feira, pelo director Nacional de Águas, Lucrecio Costa, e as obras estão a cargo da empresa Gauff Engenharia, que prevê aumentar os níveis de abastecimento para 70 litros de água dia por pessoa. O director Nacional de Energia e Água, Lucrecio Costa ao dissertar o tema “Apresentação e Fundamentação do Plano de Trabalhos Previstos na Empreitada” referente ao Projecto de Abastecimento Água e Saneamento de Águas Residuais da Cidade do Lubango (PALUB-I), disse que os níveis de abastecimento à cidade será mais eficaz.

Disse que o sistema de abastecimento do Lubango, possui uma operatividade precária, o que provoca o baixo nível de atendimento, regularidade e deficiência na qualidade. “O Executivo vai reabilitar e ampliar o sistema de abastecimento, tratamento de água e o saneamento básico da cidade do Lubango”. O projecto lançado, afirmou, traz benefícios por reconfigurar e potenciar todo o sistema. A redistribuição de água na urbe, ainda é precária por possuir um sistema antigo com mais de 50 anos. “Isto fez com que aumentasse as roturas e incapacidade de suportar a pressão”.

O sistema do Lubango foi planeado nos anos 40 para abastecer cerca de 60.000 mil habitantes, onde as fontes principais eram a captação da Tundavala e a nascente da Nossa Senhora do Monte.

Estas áreas de captações são utilizadas até hoje e já houve um esforço que consistiu na implantação de mais furos na periferia da cidade. Lubango possui quatro reservatórios com uma capacidade de 4.500 metros cúbicos

para atender um milhão e 200 mil habitantes, o que torna incapazes os actuais níveis de captação e distribuição.

Execução dos trabalhos

A empresa Gauff Engenharia começa as obras nos sistemas de captação, reservatórios de armazenamento, condutas adutoras e, posteriormente na rede de distribuição. Neste momento, a empreiteira concentra a equipamento para a construção da conduta adutora. O levantamento efectuado no sector das águas, despertou a atenção para a realização de um estudo sobre o saneamento básico, para evacuação da água residual. “Vamos construir sistemas de esgotos para evacuação imediata da água utilizada pela população”, disse a engenheira Maria Almeida.

Já o arquitecto Raimundo Aires explicou que o sistema a ser aplicado nas obras é de tecnologia de ponta capacitado para controlar as fugas de água. “As condutas adutoras são de enorme extensão e diâmetro para transporte de níveis aceitáveis de água”.

8.12 Melhorado o abastecimento de água

Jornal de Angola

21 De Março de 2011

Membros do governo do Uíge, que participaram na quarta-feira na primeira sessão ordinária daquele órgão, recomendaram, no final dos trabalhos, à direcção provincial de Energia e Aguas a contratação de uma empresa especializada, capaz de elaborar um plano de estudo pormenorizado sobre os problemas que estão na base da má distribuição deste bem aos moradores da capital da província.

Segundo o comunicado final saído do referido encontro, a empresa contratada terá a responsabilidade de apresentar soluções viáveis, que possam, rapidamente, ajudar a resolver o problema, que muito aflige as populações.

Depois de uma análise profunda sobre a situação salarial dos funcionários públicos e sobre o ajustamento das categorias dos professores e enfermeiros, os membros do executivo decidiram constituir um grupo de trabalho, coordenado pelo delegado provincial das Finanças, integrado pelo secretário do governo provincial, director do gabinete do plano e da Administração Pública, Emprego e Segurança Social.

Este grupo vai trabalhar na solução as preocupações relacionadas com a vida dos professores, tendo em conta a nova filosofia orientada pelo Ministério das Finanças sobre o pagamento de salários aos funcionários públicos.

A sessão recomendou a criação de condições para acelerar o processo de transferência bancária dos salários dos funcionários, dentro das modalidades estabelecidas, tendo sugerido a criação de uma equipa específica, dentro da delegação provincial das Finanças, para se ocupar apenas de todos os aspectos inerentes ao processo de actualização dos salários dos professores.

Quanto à cedência de créditos bancários aos agricultores da região, a sessão recomendou à banca que dê um esclarecimento mais apurado aos beneficiários sobre o tipo de crédito e as modalidades do seu reembolso.

Os preços a serem praticados pelas empresas fornecedoras de equipamentos e inputs agrícolas aos agricultores, no âmbito da campanha de concessão de crédito em curso no país, em geral, e na província, em particular, devem ser negociados entre as partes.

Relativamente à proposta da sinalização direccionada e urbana, os participantes decidiram dar prioridade, numa primeira fase, à área urbana e locais estratégicos da cidade.

8.13 Rede de drenagem está em reabilitação

Jornal de Angola

21 De Março de 2011

A rede de drenagem de águas pluviais e residuais nos bairros Mártires de Kifangondo e Cassenda está a ser melhorada no quadro dos trabalhos de requalificação em curso nas duas zonas.

O administrador Manuel Marta -avançou a informação no final de uma visita de campo, realizada na passada quarta-feira, com o objectivo de inspecionar o grau de cumprimento das obras e das dificuldades vividas pelas operadoras.

Escoamento das águas residuais e fluviais

Manuel Marta garantiu que o escoamento das águas pluviais e residuais vai estar resolvido, porque a tubagem das áreas residenciais está a ser ligada à vala de drenagem da Avenida 21 de Janeiro, para acabar definitivamente com as inundações que se verificam.

“As chuvas que caíram sobre a cidade capital nos últimos dias não criaram graves problemas ao poder local, tendo em conta os trabalhos de melhoramento já efectuados nessas zonas”, sublinhou o administrador Manuel Marta. Quanto aos constrangimentos encontrados pela empreiteira Certave, encarregue de requalificar os lotes do Prenda, o administrador municipal da Maianga anunciou que vão ser recolhidas as sucatas e outras via-

turas estacionadas ao longo das vias, para permitir que a operadora trabalhe sem problemas.

“Os munícipes têm de mudar de postura e colaborar com as autoridades locais, uma vez que o trabalho que está a ser feito é para o bem da comunidade”, disse o administrador municipal da Maianga.

O administrador municipal defendeu a necessidade de se acabar com a venda ambulante que se regista em quase toda a extensão da circuncisão.

Sublinhou que a prática, para além de manchar o município que dirige, é também um comportamento negativo que não dignifica a circuncisão. O município da Maianga possui uma população estimada em 852.271 habitantes, distribuídos pelas comunas da Maianga (sede), Cassequel e Prenda Rocha Pinto.

8.14 Instituições estrangeiras trazem projecto para a melhoria do acesso à água potável

Jornal de Angola
22 De Março DE 2011

Um projecto que visa melhorar acesso à água potável e o saneamento básico em Angola vai ser levado à prática por duas instituições estrangeiras, que vão fazer uma parceria de três anos.

A parceria, anunciada ontem, por ocasião do Dia Mundial da Água que hoje se assinala, vai ser feita pela Diageo, uma multinacional de bebidas, com sede no Reino Unido, e pela Water Aid, uma organização internacional de solidariedade, que vai financiar parcialmente o projecto.

Numa nota, enviada ontem ao Jornal de Angola, a Diageo informa que o projecto vai beneficiar mais de 38 mil pessoas em Angola.

No domingo, foram realizadas duas provas no Reino Unido a Meia Maratona Anual da Diageo Water of Life e uma corrida de dez quilómetros com o objectivo de angariar fundos que vão directamente para o projecto a ser implementado em Angola.

O projecto que vem para Angola é parte de um programa da Diageo Water of Life que, em resposta, em 2006, aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, pretende beneficiar cinco milhões de pessoas no Mundo, proporcionando-lhas água potável até 2011. O número de beneficiários vai ascender a oito milhões até 2015. Sobre o projecto que vai ser desenvolvido Angola, o presidente da Diageo Africa, Nick Blazquez, disse estar

muito satisfeito por poder anunciar esta parceria com a Water Aid num país onde o desenvolvimento continua enfraquecido pela falta de saneamento e dificuldades no acesso à água potável.

“Sei que fará uma diferença real para dezenas de angolanos e estou muito orgulhoso por poder colocar o nome da Diageo neste projecto”, sublinhou Nick Blazquez. Por sua vez, Claire Pearson, gestora de conta da WaterAid, disse: “Estamos muito entusiasmados por a Diageo ter decidido assinalar o Dia Mundial da Água com a Meia Maratona Water of Life e a corrida de dez quilómetros”.

Claire Pearson disse acreditar que dinheiro angariado através da parceria com a Diageo vai ajudar a WaterAid a fazer uma diferença concreta na vida de milhares de pessoas pobres em Angola ao facilitar-lhes o acesso à água potável e ao saneamento básico, “um primeiro passo crucial para se ultrapassar a pobreza”. No primeiro ano, o projecto vai melhorar a saúde e a qualidade de vida de oito mil angolanos, através de melhorias no acesso básico, à água potável, e de mais de 12 mil pessoas, através de instalações sanitárias e de um maior conhecimento sobre práticas de higiene.

8.15 Angola cumpre metas no abastecimento de água

Jornal de Angola
22 De Março de 2011

Grande parte da população angolana vai ter acesso regular à água potável, até 2015. A garantia é do secretário de Estado Luís Filipe da Silva, em entrevista exclusiva ao nosso jornal, a propósito do Dia Mundial da Água. Neste momento, 40 por cento da população rural e mais de 80 por cento da população que reside no casco urbano das cidades de Luanda, Benguela e Lobito já tem acesso à água potável, fruto do Programa Água para Todos e da reabilitação e ampliação dos sistemas de abastecimento de água em todas as capitais provinciais e sedes municipais. O secretário de Estado das Águas disse que o Executivo está a criar empresas gestoras de sistemas de abastecimento de água e de saneamento.

JA - *A água potável chega a que percentagem da população?*
LFS - O Executivo iniciou em 2002 um programa de recuperação das infra-estruturas de abastecimento de água. Numa primeira fase demos prioridade às capitais provinciais. Em Luanda, foi feito um investimento significativo para aumentar a oferta da água. Herdamos um sistema colonial baseado fundamentalmente na estação de tratamento de água de Kifangondo. Mas hoje contamos com o sistema Luanda Sudeste, com captação no Rio Kwanza, que aumentou significativamente a oferta de água à população.

JA - *Nas outras províncias qual é a situação?*

LFS - Em Benguela está em marcha o “Projecto de Agua de Benguela” que abastece o Lobito, Benguela, Baía Farta e Catumbela e fez duplicar, à semelhança de Luanda, a oferta de água potável nesses centros urbanos. O mesmo aconteceu com outras capitais provinciais como o Huambo, onde houve também um investimento significativo. Podemos também referir a cidade do Uíge, onde houve uma oferta superior de água potável com a construção de uma nova estação de tratamento. Está neste momento a ser reabilitada a antiga estação.

JA - *Qual é a situação nas cidades mais fustigadas pela guerra?*

LFS - Estão em fase final de conclusão os sistemas das cidades do Cuito, Malange, Ndalatando e Caxito. Mas ainda é necessário fazer mais investimentos. Na cidade de Menongue também foi feita a reabilitação do sistema. São alguns exemplos de cidades onde houve uma primeira intervenção.

JA - *O que está a ser feito depois das intervenções iniciais?*

LFS - Estão em execução vários projectos. Estão em conclusão os trabalhos nos sistemas de abastecimento de água nas cidades de Saurimo, Dundo e Ndalatando. Isto é um processo permanente. E preciso melhorar constantemente a oferta e os aspectos ligados à qualidade do serviço prestado. Nas sedes municipais também foram feitos investimentos importantes. Alguns sistemas de abastecimento de água foram recuperados. No meio rural está em marcha, desde 2008, o Projecto Água para Todos que vai cobrir 80 por cento das populações.

JA - *As populações no meio rural como têm acesso à água?*

LFS - Procuramos soluções adaptadas às condições e aos recursos existentes. Onde há um curso de água com condições para ser utilizada, instalamos pequenos sistemas de captação, tratamento e distribuição. Nas aldeias onde não existem cursos de água nas proximidades, recorremos ao sistema de furos artesanais com bombas submersíveis, que podem ser operadas manualmente, ou com bombas mecânicas que podem funcionar com energia solar. Normalmente instalamos chafarizes. Temos também um sistema de bombagem para reservatórios.

JA - *Quem gere os sistemas de abastecimento de água?*

LFS - Procuramos sempre criar condições para que a gestão seja assegurada pela comunidade. A população garante a sustentabilidade do sistema, a aquisição e reposição de peças e, nalguns casos, compra de combustível para os geradores. E preciso assegurar que os equipamentos funcionem. Nós garantimos produtos químicos para o tratamento da água.

JA - *Qual é a responsabilidade das autoridades locais no funcionamento dos sistemas?*

LFS - Os sistemas, uma vez construídos, são entregues

às autoridades locais ou mesmo às comunidades para que assegurem a sua gestão. Nós organizamos e fazemos o enquadramento devido. Temos uma equipa que se ocupa da mobilização social. Mas há ainda muito que fazer. Há locais onde a organização ainda não é eficiente. No caso das cidades e sedes municipais cabe à administração organizar a população e criar uma estrutura que garanta a operação e manutenção dos sistemas.

JA - *Quantas pessoas vão beneficiar do Programa Agua para Todos?*

LFS - Estimamos ter uma população rural na ordem dos sete 1 milhões e meio de habitantes. O programa prevê atingir seis milhões até 2012. De momento estamos com uma cobertura de água na ordem dos 40 por cento da população rural. Quer dizer que estão a beneficiar cerca de três milhões de habitantes através dos sistemas de abastecimento de água reabilitados e construídos. Até Setembro esperamos atingir 50 por cento e ultrapassar esta meta ainda este ano. O nível de cobertura é satisfatório, se considerarmos que há outras formas de abastecimento utilizadas no meio rural.

JA - *Qual é o nível de cobertura nas áreas urbanas?*

LFS - Nas cidades como Luanda, Benguela e Lobito têm um fornecimento, pelo menos no casco urbano, que ultrapassa os 80 por cento. Nas zonas suburbanas e temos que continuar a trabalhar para alargar o fornecimento. A nível de cobertura global nas principais cidades ultrapassamos os 50 por cento. Há um indicador que também deve ser considerado: a água posta à disposição da população.

JA - *Em termos de quantidade?* LFS - Para o meio urbano o Índice é de dez litros por pessoa. Ainda não estamos com este Índice. Nos cascos urbanos o fornecimento não é contínuo. Há dias em que a população de determinada zona, por problema na rede, não tem água. Grande parte das pessoas optou pela construção de reservatórios para fazer face às suspensões no abastecimento.

Em Luanda temos necessidade de parar o sistema, para que os reservatórios possam atingir níveis que nos permitam reiniciar a distribuição. Só nas cidades do Lobito e Benguela, pelo menos na área urbana, é que o sistema de produção de água funciona permanentemente.

JA - *Qual é a situação Das outras cidades?*

LFS - Há muito trabalho a fazer a nível da rede de distribuição. Precisamos de substituir as redes antigas e de aumentar a capacidade dos reservatórios. Neste momento Benguela entrou na terceira fase do projecto de reabilitação e ampliação dos sistemas de abastecimento de água, o que vai trazer melhorias significativas. Lobito e Benguela vão ser as cidades com melhor nível de distribuição de água nos próximos tempos. Em

Luanda também estão a ser feitos esforços para alargar as áreas de atendimento. Há um projecto já iniciado e deve começar a ter efeitos ainda este ano.

JA- *Qual é o projecto?*

LFS - É a extensão da rede de distribuição de água e de aumento da capacidade de reservatórios que vai abranger algumas zonas novas de Luanda, como Benfica, Viana, incluindo o Zango, Cacucaco e parte do Cazenga. Há projectos em execução que vão permitir melhorar de forma significativa o abastecimento de água nestas zonas através de ligações domiciliárias e instalação de sistemas de abastecimento comunitários, como chafarizes, nas zonas não urbanizadas.

JA - *Em que etapa está o processo de reforma do sector das águas?*

LFS - Este programa está em curso. O Banco Mundial financiou 50 por cento e o Executivo o restante. Tem várias vertentes na área de abastecimento de água e também na área de gestão dos recursos hídricos e das bacias hidrográficas. Na vertente de abastecimento de água está prevista a criação de entidades gestoras de abastecimento de água e saneamento. São empresas provinciais e municipais que estão em fase de criação e aprovação dos estatutos e de formalização da sua constituição. Estas unidades vão garantir a sustentabilidade de todos os investimentos que estão a ser feitos.

JA - *Quem paga os sistemas?*

LFS - É preciso que a população contribua, pagando pelo serviço, para que haja uma disciplina no consumo e não propriamente para haver retomo do investimento. Isto é necessário para suportar pelo menos os custos de operação e de manutenção do sistema, sem uma injeção permanente de recursos do Orçamento Geral do Estado.

JA- *O pagamento do consumo garante a sustentabilidade das empresas gestoras?*

LFS ; Vamos alargar o atendimento. É preciso que haja mais consumidores para rentabilizar o sistema e fornecer água a custos mais baixos. Daí que se prevê a extensão das redes e o aumento das ligações domiciliárias. Esta é uma vertente do projecto que inclui os aspectos ligados à actividade de regulação, com a criação de uma entidade reguladora que vai definir tarifas e zelar pela qualidade do serviço.

JA - *Quais são as outras vertentes do projecto?*

LFS - A outra vertente tem a ver com a gestão dos recursos hídricos e das bacias hidrográficas. E nessa vertente está incluída a actividade do Instituto Nacional dos Recursos Hídricos, criado o ano passado, para gerir as bacias hidrográficas e procurar estabelecer planos integrados de gestão destas bacias, para que possam atender as necessidades dos diferentes sectores. Os recursos

hídricos têm de responder às necessidades de produção de energia, de abastecimento de água, da indústria e da agricultura. Para isso são necessários sistemas que assegurem a harmonização de todos esses interesses e que coordenem todo o processo.

JA - *As entidades gestoras de abastecimento de água são criadas em todo o país?*

LFS - No caso de Luanda já temos a EPAL. Não está previsto o surgimento de novas empresas nas províncias onde já existe empresa pública de abastecimento de água. Podem no futuro surgir empresas mais pequenas para responder às novas centralidades, se for a estratégia da província. Nas cidades de Benguela e Lobito temos empresas gestoras em processo de criação mas que já funcionam: fazem cobranças do consumo, a gestão, manutenção e operação dos sistemas.

JA- *E nas outras províncias?*

LFS - Na província de Malange temos uma comissão instaladora. Na cidade de Ondjiva, no Cunene, vai ser criada também uma empresa através de um projecto financiado no âmbito da SADC. Neste momento Ondjiva tem problemas no abastecimento, mas estamos com um projecto que vai permitir levar água de Changongo a Ondjiva através de uma conduta. Portanto, vai dispor de um sistema mais robusto. Temos outros locais onde já funcionam estruturas com carácter empresarial como é o caso do Huambo e Lubango. Agora temos de consolidar e formalizar a criação destas estruturas.

JA - *De acordo com as Metas de Desenvolvimento do Milénio, toda a população angolana vai ter acesso a água potável até 2015?*

LFS - Estamos no bom caminho. Até 2015, 80 por cento da população, rural e urbana, vai ter um abastecimento de água de forma regular e de qualidade. Não falo em 100 por cento porque estamos a falar de rede pública. Mesmos nos países desenvolvidos a rede pública não atende 100 por cento da população, por causa da existência de populações dispersas, sobretudo em áreas rurais onde não existe água nas proximidades. Nestas áreas temos sempre que encontrar outras formas de abastecimento, por exemplo com camiões cisternas. Mas 100 por cento da população vai consumir água potável ou através do sistema público ou de sistemas privados.

8.16 Dia Mundial da Água

Jornal de Angola

22 De Março de Março de 2011

Assinala-se hoje, 22 de Março, o Dia Mundial da Água, instituído pela Assembleia-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), com o objectivo de chamar a atenção da sociedade para a questão da escassez desse importante bem natural.

Através de uma resolução (NRES/47/193), de 22 de Fevereiro de 1992, a ONU adoptou o dia 22 de Março de cada ano como o Dia Mundial da Água (DMA), de acordo com as recomendações da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Nesse período, vários Estados foram convidados a realizar actividades concretas que promovam a consciencialização pública, através de publicações e difusão de documentários e a organização de conferências, mesas redondas, seminários e exposições relacionadas à conservação e desenvolvimento dos recursos hídricos.

A comemoração do Dia Mundial da Água traz um alerta, pois, segundo dados da ONU, prevê-se que, em 2050, dois biliões de pessoas sofrerão com a escassez de recursos hídricos. Apenas três por cento de toda a água terrestre é própria para consumo.

A água é o elemento que deu origem e sustenta a vida no planeta Terra. Sem a água, nenhuma espécie vegetal ou animal, incluindo o homem, sobreviveria. Cerca de 70 por cento da alimentação e do corpo humano são constituídos por água.

Declaração Universal dos Direitos da Água

Art. 1º - A água faz parte do património do planeta. Cada continente, cada povo, cada nação, cada região, cada cidade, cada cidadão é plenamente responsável aos olhos de todos.

Art. 2º - A água é a seiva do nosso planeta. Ela é a condição essencial de vida de todo ser vegetal, animal ou humano. Sem ela não poderíamos conceber como são a atmosfera, o clima, a vegetação, a cultura ou a agricultura. O direito à água é um dos direitos fundamentais do ser humano: o direito à vida, tal qual é estipulado no Art. 3º da Declaração dos Direitos do Homem.

Art. 3º - Os recursos naturais de transformação da água em água potável são lentos, frágeis e muito limitados. Assim sendo, a água deve ser manipulada com racionalidade, precaução e parcimónia.

Art. 4º - O equilíbrio e o futuro do nosso planeta dependem da preservação da água e de seus ciclos. Estes devem

permanecer intactos e funcionando normalmente para garantir a continuidade da vida sobre a Terra. Este equilíbrio depende, em particular, da preservação dos mares e oceanos, por onde os ciclos começam.

Art. 5º - A água não é somente uma herança dos nossos predecessores; ela é, sobretudo, um empréstimo aos nossos sucessores. Sua protecção constitui uma necessidade vital, assim como uma obrigação moral do homem para com as gerações presentes e futuras.

Art. 6º - A água não é uma doação gratuita da natureza; ela tem um valor económico: precisa-se saber que ela é, algumas vezes, rara e dispendiosa e que pode muito bem escassear em qualquer região do mundo.

Art. 7º - A água não deve ser desperdiçada, nem poluída, nem envenenada. De maneira geral, a sua utilização deve ser feita com consciência e discernimento para que não se chegue a uma situação de esgotamento ou de deterioração da qualidade das reservas actualmente disponíveis.

Art. 8º - A utilização da água implica o respeito à lei. Sua protecção constitui uma obrigação jurídica para todo homem ou grupo social que a utiliza. Esta questão não deve ser ignorada nem pelo homem nem pelo Estado.

Art. 9º - A gestão da água impõe um equilíbrio entre os imperativos da sua protecção e as necessidades de ordem económica, sanitária e social.

Art. 10º - O planeamento da gestão da água deve levar em conta a solidariedade e o consenso em razão da sua distribuição desigual sobre a Terra.

8.17 Instituições estrangeiras trazem projecto para a melhoria do acesso à água potável

Jornal de Angola

22 De Março DE 2011

Um projecto que visa melhorar acesso à água potável e o saneamento básico em Angola vai ser levado à prática por duas instituições estrangeiras, que vão fazer uma parceria de três anos.

A parceria, anunciada ontem, por ocasião do Dia Mundial da Água que hoje se assinala, vai ser feita pela Diageo, uma multinacional de bebidas, com sede no Reino Unido, e pela Water Aid, uma organização internacional de solidariedade, que vai financiar parcialmente o projecto.

Numa nota, enviada ontem ao Jornal de Angola, a Diageo informa que o projecto vai beneficiar mais de 38 mil pessoas em Angola.

No domingo, foram realizadas duas provas no Reino Unido a Meia Maratona Anual da Diageo Water of Life e uma corrida de dez quilómetros com o objectivo de angariar fundos que vão directamente para o projecto a ser implementado em Angola.

O projecto que vem para Angola é parte de um programa da Diageo Water of Life que, em resposta, em 2006, aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, pretende beneficiar cinco milhões de pessoas no Mundo, proporcionando-lhas água potável até 2011. O número de beneficiários vai ascender a oito milhões até 2015. Sobre o projecto que vai ser desenvolvido Angola, o presidente da Diageo África, Nick Blazquez, disse estar muito satisfeito por poder anunciar esta parceria com a Water Aid num país onde o desenvolvimento continua enfraquecido pela falta de saneamento e dificuldades no acesso à água potável.

“Sei que fará uma diferença real para dezenas de angolanos e estou muito orgulhoso por poder colocar o nome da Diageo neste projecto”, sublinhou Nick Blazquez. Por sua vez, Claire Pearson, gestora de conta da WaterAid, disse: “Estamos muito entusiasmados por a Diageo ter decidido assinalar o Dia Mundial da Água com a Meia Maratona Water of Life e a corrida de dez quilómetros”. Claire Pearson disse acreditar que dinheiro angariado através da parceria com a Diageo vai ajudar a WaterAid a fazer uma diferença concreta na vida de milhares de pessoas pobres em Angola ao facilitar-lhes o acesso à água potável e ao saneamento básico, “um primeiro passo crucial para se ultrapassar a pobreza”. No primeiro ano, o projecto vai melhorar a saúde e a qualidade de vida de oito mil angolanos, através de melhorias no acesso básico, à água potável, e de mais de 12 mil pessoas, através de instalações

8.18 Water Aid traz água e saneamento a 38 mil angolanos

*O país
25 De Março de 2011*

A Diageo, uma empresa internacional de bebidas, anunciou o lançamento de uma parceria de três anos com a organização internacional de solidariedade Water Aid que irá financiar parcialmente um projecto que visa providenciar água e saneamento a mais de 38 mil pessoas em Angola.

O anúncio foi feito por ocasião do Dia Mundial da Água 2011.

Iniciado em 2006, em resposta aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs) delineados pelas Nações Unidas, o programa da Diageo Water of Life visa beneficiar 5 milhões de pessoas facilitando o acesso à água potável até ao final de 2011, 8 milhões de pessoas até 2015 e muitos milhares mais através da construção e manutenção de locais, melhorando o saneamento básico e a capacitação das mulheres.

Mais de 1000 participantes correram, na passada segunda-feira, a Meia Maratona Anual da Diageo Water of Life e 10 km no Reino Unido, angariando fundos que irão directamente para este novo projecto.

De referir que cerca de 884 milhões de pessoas em todo o mundo não têm acesso à água potável. Actualmente, apenas 51% dos angolanos têm acesso a água potável e apenas 50% têm acesso a saneamento adequado.

Neste primeiro ano, o projecto parcialmente financiado pela Diageo (empresa que conta no seu portfólio marcas como a Smirnoff, Johimie Walker, Guinness, Baileys, J&B) melhorará a saúde e a qualidade de vida de 8.000 angolanos, através de melhorias no acesso a água potável e de mais de 12.000 pessoas através de instalações sanitárias e um maior conhecimento das boas práticas de higiene. Isto será alargado para se atingirem mais de 38.000 pessoas no seu terceiro ano.

A Meia Maratona Water of Life e 10 km realiza-se todos os anos para celebrar o Dia Mundial da Água e para angariar fundos para o programa da Water of Life.

O evento deste ano foi organizado em parceria com a Purple Patch Running e com a WaterAid e teve lugar no Centro Nacional de Desportos Bisham Abbey em Marlow, Reino Unido.

O evento foi apoiado por empresas locais em Marlow, incluindo a Body Shop em Maidenhead e a Waitrose em Marlow.

8.19 Saneamento básico precário está a propagar a tuberculose

*Jornal de Angola
25 De Março de 2011*

O estado precário do saneamento básico em alguns bairros periféricos da cidade de Luanda é em grande parte responsável pelo surgimento de casos de tuberculose na capital angolana, afirmou ontem, à Angop, o

médico supervisor do programa de tratamento da doença, Pedro Joaquim Quintas.

Um número muito significativo dos doentes com tuberculose em Luanda, disse, residem nas zonas suburbanas, onde o saneamento básico é, geralmente, precário.

Para contrariar esta tendência, o médico aconselha a população, principalmente os consumidores regulares de álcool, a consumirem constantemente legumes e fruta. “Muitas pessoas que não comem fruta nem avaliam os prejuízos que causam à sua saúde”, observou.

Ontem foi assinalado no mundo a Dia contra a Tuberculose e o director regional da Organização Mundial da Saúde (OMS), o angolano Luís Gomes Sambo, considerou a doença “um grande problema de saúde pública em África”.

Numa mensagem divulgada a propósito da data, Luís Gomes Sambo afirma que o elevado fardo que a tuberculose representa está ligado ao surgimento de novos desafios, como a co-infecção TBNIH e a TB multirresistente aos medicamentos.

Citando o Relatório Mundial da OMS de controlo da Tuberculose de 2010, refere que a região africana, que representa apenas 12 por cento da população mundial, registou 23 por cento do total dos casos notificados no mundo.

O director regional da OMS sublinha ainda que, apesar dos Estados membros terem adoptado quase universalmente a estratégia “Travar a Tuberculose”, a sua execução plena continua fraca. Apenas 49 por cento dos casos estimados de tuberculosos, salienta, são detectados anualmente.

8.20 Governo promove o acesso a água

Jornal de Angola

25 De Março de 2011

Aumentar o acesso da população à água potável e reduzir os riscos de doenças de origem hídrica como as diarreicas, fazem parte das prioridades do Governo do Kwanza-Norte.

O chefe do departamento das Águas da direcção provincial, Silvestre Zanguí, esclareceu que o governo traçou, desde 2006, uma série de projectos destinados a abastecer de água potável toda a população, como é o caso do Mucari, em Ndalatando, a reabilitar os centros de captação e tratamento das sedes municipais e comunas e a abrir furos hertzianos em bairros e aldeias.

O projecto Mucari, que visa o abastecimento de água à cidade de Ndalatando e bairros periféricos, apesar de elaborado em 2006, apenas arrancou em 2008 e a empreitada estava prevista para 18 meses mas prolongou-se por 24.

A primeira fase do projecto esteve a cargo da empresa chinesa, Sino-Hydro e os trabalhos levados a cabo destinaram-se, no essencial, a criar o novo sistema de abastecimento de água. Esta etapa incluiu a reabilitação de 7,5 quilómetros de tubagem em PVC e ferragem para aduzir 9,3 quilómetros para além da nova captação, conduta adutora e estação de tratamento, orçados em 10,35 milhões de dólares.

Neste lote, segundo o responsável, foi igualmente erguido um reservatório de distribuição semienterrado com capacidade para cinco mil metros cúbicos de água.

Imprevistos atrapalham

De acordo com o representante da Abrantina Construtora, Nuno Gaspar, responsável pela segunda fase do projecto, que abarca a reconstituição da tubagem da rede interna de Ndalatando, ao longo da execução surgiram inúmeras situações que não estavam previstas no caderno de encargos e que, de certo modo, estão a atrasar o processo. Apontou questões como a passagem de nível do comboio, que antes não estava prevista, obrigando a alterar as passagens na zona do rio Muembeje, por exemplo, para passeadeiras aéreas, ao contrário das subterrâneas.

Por estas e outras razões, a adenda foi apenas assinada em Novembro, pelo que o material só chegou a Ndalatando em Janeiro.

Segundo o representante da construtora, a empreitada que estava previsto terminar este mês está avaliada em cerca de 9,5 milhões de dólares, tendo como itinerário mais de 42 quilómetros de rede de tubagem, 96 fontanários e mais de 1.600 ligações domiciliárias, que vão abranger um total de 34 quilómetros de rede a nível da cidade e áreas suburbanas.

Neste momento, o projecto Mucari já beneficia alguns bairros da cidade de Ndalatando, como é o caso das zonas da Posse, Valódia, Kipata e uma parte das ruas do “Cir”. Após a conclusão do mesmo, espera-se que venha a abastecer o domicílio de centenas de pessoas e de 90 chafarizes que se encontram na fase final de construção. No entanto, nas casas das ruas principais de Ndalatando, como as de Moçambique, Missão, Voluntários, Tomás José Marques, Golungo-Alto, entre outras, os moradores ainda têm de andar vários quilómetros para a aquisição de água.

Adelina Joaquim, moradora na rua dos Voluntários, disse que não vê a hora da conclusão do projecto Mucari, uma vez que os moradores da cidade ainda enfrentam sérias dificuldades em relação ao consumo de água com qualidade e as cacimbas continuam a ser a solução. “Não temos alternativa, temos de recorrer às cacimbas para ir buscar, pelo menos, água para lavar e cozinhar”, explicou esta moradora para quem a situação tem sido uma das principais causas de doenças entre a população.

Abastecimento fraco nas zonas rurais

Silvestre Zangui disse que as áreas rurais da província apresentam fracas condições para assegurar o abastecimento adequado de água potável, o que vem dificultar as questões sanitárias básicas que permitem preservar a vida e manter a saúde humana. Para alterar este quadro, a província criou 12 fontes de água, que reúnem uma capacidade instalada de 2.490 metros cúbicos de água potável, além de possuírem oito nascentes naturais e três estações de tratamento de água.

As comunas do Samba-Lucala, Tango, Luinga e Sector do Mussabo estão entre as comunidades beneficiadas com centros de captação e tratamento de água potável. Apenas a nascente do município do Ngonguembo se encontra inoperante, provocando carência no fornecimento de água a mais de três mil habitantes da vila de Kilombo dos Dembos.

Calcula-se que 441.762 pessoas têm acesso à água através de fontes, disse Silvestre Zangui.

Em 2009, foram concluídos um sistema de abastecimento de água, em Kambambe, e sete outros pequenos sistemas em nove localidades da província, num esforço tendente a aproximar os lugares de aquisição deste bem às populações. Entre os pequenos sistemas constam quatro furos artesianos e cinco poços de água, colocados em áreas rurais, suburbanas e urbanas. Estes sistemas beneficiam 122.569 pessoas.

Em curso, segundo disse, estão outros 14 projectos, que incluem sete furos artesianos. Os demais são pequenos e médios sistemas, que vão beneficiar 87.798 pessoas.

Em Ambaca, Kambambe e Golungo-Alto prevê-se a execução de programas de emergência, cujas obras se encontram em fase de adjudicação.

Estão ainda a ser realizados outros estudos e elaborados cadernos de encargos, que vão permitir a colocação de sistemas de abastecimento de água, nas localidades de Mawa e Bindo, no município de Ambaca, em Kiangombe, na sede municipal do Lucala, em Camame, no Ngonguembo, e na Cerca, no Golungo-Alto.

8.21 Governo reconhece insatisfação no acesso à água

Novo Jornal

25 De Março de 2011

O Governo angolano considera insatisfatórios alguns dos indicadores sociais, como o acesso regular à água potável, ao saneamento básico e outros associados à qualidade de vida em geral.

A consideração consta de uma declaração divulgada, em Luanda, por ocasião do Dia Mundial da Água assinalado na terça-feira, salientando que em Angola, onde o longo período de conflito armado muito contribuiu para um crescimento sem precedentes da população urbana, bem como para a desconfiguração das cidades em geral e para degradação infraestrutural dos sistemas urbanos de abastecimento de água e saneamento de águas residuais em particular.

O documento refere no entanto que, a evolução positiva desses indicadores nas diferentes cidades vem sendo progressivamente conseguida, mediante a implantação do Programa de Reabilitação e de Expansão de Sistemas Urbanos de Abastecimento de Água, como parte integrante do Plano de Acção Estratégico do Sector das Águas, que tem como objectivo estratégico, “assegurar o bem-estar e contribuir para melhorias na saúde pública, através de um acesso generalizado a serviços de abastecimento de água adequados e a recolha e tratamento seguro de águas residuais”.

“Na prática, parte da acção do executivo -vem-se traduzindo em realizações que directa ou indirectamente contribuem para o asseguramento de Água para as Cidades, Respondendo ao Desafio Urbano”, lê-se na declaração do governo.

Entre tais realizações se realça a elaboração dos planos directores de abastecimento de água e saneamento para as localidades com maiores aglomerados populacionais, a reabilitação e ampliação dos sistemas de abastecimento de água de todas as cidades capitais de província e sedes municipais, almejando aumento significativo do grau de cobertura, assegurando um abastecimento de água com oferta “per capita”, com qualidade e regularidade adequadas.

Alia-se a isso, a implementação de um processo de reforma institucional do sector das águas, tendo como umas das principais finalidades, a criação de entidades gestoras para cada um dos sistemas de abastecimento de água e saneamento das várias cidades. Outra acção em curso tem a ver com a implementação do “Programa Águas Para Todos”, que visa a universalização do acesso à água potável pela população do meio rural.

“No Dia Mundial da Água, importa reafirmar a determinação do executivo em continuar a delinear políticas relativas ao uso da água, de forma competente e responsável, induzindo as forças vivas da sociedade a contribuir para o desenvolvimento harmonioso e ambientalmente equilibrado de Angola”, indica o documento do ministério da Energia e Águas.

8.22 Projecto de aguas na fase derradeira

Semanário Angolense

De 26 de Março a 02 de Abril

A terceira fase do Projecto de Águas de Benguela (PAB), apresentada terça-feira última, 22, por ocasião do dia mundial da Agua, vai aumentar para mais de dois milhões o número de consumidores. Há muito delineada, a derradeira etapa do Projecto terá em atenção, grosso modo, as novas urbanizações e as perspectivas de crescimento da indústria. Benguela, Lobito, Baía Farta e Catumbela são as localidades beneficiárias de uma iniciativa que conta já Com 1 milhão e 600 mil consumidores. Nas duas primeiras fases, implementadas desde 2004, foram reabilitados os sistemas de distribuição e construídas infra-estruturas como a estações de tratamento e de bombeamento de água bruta. O processo de distribuição começa no rio Catumbela, o manancial escolhido para o PAB, avaliado em mais de trezentos milhões de dólares norte-americanos.

Quanto ao interior da província, a aposta do Governo é o projecto presidencial “Água para Todos”, ao abrigo do qual foi inaugurado no município de Caimbambo, também a 22 de Março, um sistema de captação e distribuição do precioso líquido. Refira-se que o Projecto de Águas de Benguela está a ser levado a cabo pela construtora brasileira Odebrecht, que tem o seu estaleiro no Luongo, comuna da Catumbela.

8.23 Barra do Dande ainda sem água potável

Jornal de Angola

26 De Março de 2011

A falta de serviços sociais básicos para a população constitui, neste momento, uma das principais preocupações das autoridades da comuna da Barra do Dande, a 48 quilómetros da cidade do Caxito, no Bengo.

Segundo o administrador comunal, Abreu Leal, apesar da zona ser rica em recursos hídricos, grande parte da sua população ainda não possui energia eléctrica nem água potável.

Devido à ausência de sistemas de abastecimento, as populações são obrigadas a percorrer, todos os dias, longas distâncias para conseguir água bruta a partir do rio Lifune e em lagos e lagoas espalhados por toda a extensão da vila.

Para alterar este triste cenário, Abreu Leal disse estar em curso um projecto para a construção de um sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável nas localidades do Musseque, Kabele e Massul.

Quanto à energia eléctrica, a população tem de recorrer ao uso de pequenos geradores particulares, sendo que as instituições do Estado, como a própria administração comunal e o comando da Polícia Nacional, são abastecidos por grupo gerador.

A responsável comunal revelou que a conclusão da reabilitação da barragem das Mabubas vai garantir, provavelmente, que a circunscrição beneficie de uma linha de alta tensão de corrente eléctrica.

A vila foi contemplada com um projecto de 50 postos de iluminação pública, através de energia solar, dos quais 40 já estão em funcionamento. Com uma extensão territorial de 732 quilómetros quadrados, a vila piscatória da Barra do Dande é composta por 24 bairros e tem uma população estimada em 25.570 habitantes.

Quanto à Educação, o administrador Abreu Leal disse que são necessárias mais de 60 salas para colmatar as necessidades que o sector ainda enfrenta neste momento.

Para este ano, 5.814 alunos estão matriculados da iniciação ao ensino médio, sendo que este último nível começou a funcionar em 2010, numa primeira fase, em salas de regime provisório. A comuna conta apenas com 23 escolas estatais, que perfazem um total de 96 salas, estando 114 professores a assegurar o seu funcionamento. Tem ainda uma escola privada, com seis salas.

Existe um programa comunal, que visa a construção de mais salas, a reabilitação e apetrechamento de todas as escolas em estado de degradação naquela parcela do município do Dande.

O sector da Saúde também precisa de algumas intervenções para melhorar os serviços. A comuna conta com 13 postos médicos, mas uma parte significativa deles necessita de reabilitação e apetrechamento.

Além disso, segundo o administrador comunal, têm carências em recursos humanos e técnicos para melhor darem resposta às ocorrências. Nos últimos tempos, o

sector do turismo tem assistido ao crescer de visitantes nacionais e estrangeiros pela vila do Dande, daí a necessidade de se reforçar a rede hoteleira, que conta actualmente com três hospedarias de pequeno porte.

A paradisíaca praia da Pambala é um dos principais pontos turísticos da vila, que aos poucos têm atraído vários turistas nacionais e estrangeiros.

A zona dos Libongos também é tida como um dos pontos mais atractivos, pois oferece boas condições para exploração turística, necessitando de potenciais investidores para o seu desenvolvimento.

A grande preocupação, neste momento, reside no facto de muitos banhistas que frequentam os locais turísticos terem um comportamento negativo, do ponto de vista da higiene e preservação das praias. Para evitar estas situações, criou-se uma comissão fiscalizadora das praias e outras turísticas para garantir maior segurança e melhor saneamento básico dos espaços de recreação. A administração controla 61 estabelecimentos comerciais de características precárias, sendo 12 cantinas, duas lojas do tipo retalhista e grossista e igual número de mini-mercados, que abastecem produtos de primeira necessidade aos municípios.

Pesca carece de apoios

Com apenas duas associações de pescadores e 80 associados, o sector das Pescas, na comuna da Barra do Dande, carece de apoios financeiros e meios para o seu desenvolvimento.

A falta de lanchas, chatas e de infra-estruturas condignas, além de outros instrumentos ligados à pesca, tem vindo a dificultar a vida das famílias que, na sua maioria, se dedicam à actividade pesqueira.

A par disso, os pescadores artesanais recebem da administração comunal apenas um apoio moral, porque a instituição não possui meios para resolver as suas necessidades.

Falta de escoamento

Quanto à agricultura, a população da Barra do Dande possui as melhores condições para a produção, mas a grande dificuldade reside na falta de escoamento dos produtos produzidos.

Abreu Leal disse que, no ano transacto, grande parte dos produtos produzidos, como a mandioca, feijão, batata-doce, banana, tomate e a batata rena, apodreceu por falta de comercialização.

A UNACA (União Nacional dos Camponeses de Angola) tem vindo a apoiar os agricultores associados com fertilizantes, sementes e instrumentos agrícolas, inseridos no

Programa Nacional de Combate à Fome e à Pobreza.

Na comunidade, existem sete associações e duas cooperativas agrícolas, onde estão associados cinco mil camponeses e agricultores.

8.24 Nível mínimo de água disponível para a saúde humana por ano é de mil metros cúbicos per capita

Semanário Factual

De 26 de Março a 2 de Abril de 2011

Ao falar ao Factual, por ocasião do 22 de Março, data consagrada internacionalmente à água, declarou que “devemos diferenciar o potencial daquilo que é real. “Angola possui um grande potencial em termos de recursos hídricos, mas, para as pessoas terem acesso à água, este potencial deve ser explorado e desenvolvido. Não basta dizer que se tem muita água. É necessário gizar programas e projectos, para que a população tenha acesso à água potável”.

O responsável do Ministério da Energia e Aguas indicou que, apesar de se confirmar que Angola é potencialmente rica em recursos hídricos, há a necessidade de maiores investimentos para tirar o aproveitamento desejável das capacidades existentes.

Manuel Quintino explicou a direcção sob sua responsabilidade tratar do planeamento e da gestão dos recursos hídricos. Em contrapartida, outra área, a Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento, tem trabalhado, no sentido de fazer chegar este bem, tão precioso à vida humana, às populações em quantidade e qualidade exigidas nos padrões internacionais.

De forma sucinta, o responsável descreveu Angola ter precipitação média anual de mil e 60 milímetros, um volume de água em ano médio de mil e trezentos e 20 quilómetros cúbicos e um escoamento superficial anual de 140 milhões de quilómetros.

Angola ostenta potencial de recursos hídricos

Com base nesta realidade, Manuel Quintino assegurou que “Angola se situa entre os países africanos que ostentam um grande potencial em termos de recursos hídricos”.

O titular aclarou que, apesar de o discurso oficial apontar que o País possui 47 bacias hidrográficas, na realidade tem 77.

“As primeiras 47 são as principais, enquanto 30 bacias hidrográficas, secundárias”, sustentou. Esse facto foi

reconfirmado pela Avaliação Rápida dos Recursos Hídricos e Uso da Água em Angola, estudo encomendado pela antiga Direcção Nacional de Águas (DNA)? Ministério de Energia e Águas, em Março de 2005, no quadro da implementação do projecto Nawasma - Gestão do Sector Nacional de Águas.

“Eu acredito que, em Angola, temos uma capacitação anual muito superior aos mil metros cúbicos”, garantiu o titular dos Recursos Hídricos do Ministério da Energia e Águas.

“Neste momento, decorre a implementação do programa “Água para todos”, de iniciativa do chefe do Executivo. O programa visa levar a água potável canalizada a maioria das populações das zonas peri-urbanas e rurais, até ao ano 2012”, adiantou a fonte.

Segundo dados divulgados, cerca de 49 por cento das populações das zonas rurais estão já a beneficiar de água tratada. O programa “Água para todos” tem por meta, até finais de 2012, abastecer 80 por cento das populações rurais e peri-urbanas.

Quanto às políticas que sector das águas tem desenvolvido, Manuel Quintino assegurou estar na forja a elaboração de planos directores gerais para a gestão integrada de recursos hídricos das bacias hidrográficas.

“Em finais de 2009, por iniciativa da então Secretaria de Estado das Águas, através do Gabinete para Administração da Bacia Hidrográfica do rio Cunene, foi lançado o concurso para a elaboração do Plano Director-Geral de Gestão Integrada do Rio Cubango. Neste momento, o Ministério de Energia e Águas, através da Direcção Nacional de Recursos Hídricos, concluiu o concurso público para a elaboração do Plano Director-Geral para a Gestão Integrada do rio Zambeze”, descreveu.

Segundo Manuel Quintino, o Gabinete Técnico para a Reabilitação das Infra-Estruturas do Cunene e Regulação da Bacia Hidrográfica do rio Cuvelai tem, em carteira, o lançamento de concurso público para a elaboração do Plano Director-Geral de Gestão Integrada dos recursos hídricos desta bacia hidrográfica.

O responsável informou a Direcção Nacional de Recursos Hídricos, no quadro da implementação do PDISA (projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas), ensaiar os primeiros passos para aquilo que serão os concursos públicos para a elaboração do Plano Director-Geral para Gestão Integrada dos Recursos Hídricos da Bacia do Cuanza, e um agrupamento de bacias na região de Benguela, nomea-

damente as bacias hidrográficas dos rios Catumbela, do Cavaco, do Coporolo e do Cubal da Hanha.

“Importa referir que, no âmbito do Programa de Investimentos dos sectores eléctrico e das águas para o horizonte temporal 2011/2016, está prevista a elaboração de 22 Planos Directores Gerais de Gestão Integrada de recursos hídricos de bacias hidrográficas”, salientou.

Bacias Hidrográficas transfronteiriças

O director nacional de Recursos Hídricos, Manuel Quintino, lembrou que, nas bacias transfronteiriças (bacias hidrográficas internacionais), se jogam interesses hidropolíticos.

Angola partilha bacias hidrográficas com a Namíbia (bacia do Cunene, do Cuvelai e do Cubango-Okavango), com o Botswana (bacia do Okavango), com mais sete países membros da SADC (bacia do Zambeze), e com mais 11 Países da África Central e Austral (bacia do Congo Zaire).

Na opinião de Manuel Quintino, “para que não haja conflitos em termos de utilização de recursos hídricos, os países deverão aplicar aquilo que, na arena internacional, se convencionou chamar por Doutrina da Utilização Optimizada de Recursos Hídricos que facilita uma solução para os Estados que partilham a mesma bacia hidrográfica”.

A concluir, o responsável asseverou que, “se os países que partilham uma mesma bacia hidrográfica mostrarem vontade de colaborar numa gestão participativa dos recursos hídricos, os eventuais conflitos podem e muito ser evitados”.

8.25 Assinalado Dia Mundial da Água

O Independente

26 De Março de 2011

O planeta terra assinalou terça-feira, 22 de Março, o Dia Mundial da Água, instituído pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), com o objectivo de chamar a atenção da sociedade para a questão da escassez desse importante bem natural e, consequentemente, buscar soluções para o problema.

Através de uma resolução (A/RES/ 47/193), de 22 de Fevereiro de 1992, a ONU adoptou o dia 22 de Março de cada ano como o Dia Mundial da Água (DMA), de acordo com as recomendações da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Nesse período, vários Estados foram convidados a realizar actividades concretas que promovam a consciên-

tização pública, através de publicações e difusão de documentários e a organização de conferências, mesas redondas, seminários e exposições relacionadas à conservação e desenvolvimento dos recursos hídricos.

A comemoração do Dia Mundial da Água traz um alerta, pois, segundo dados da ONU, prevê-se que, em 2050, dois biliões de pessoas sofrerão com a escassez de recursos hídricos. A penas três por cento de toda a água terrestre é própria para consumo.

A água é o elemento que deu origem e sustenta a vida no planeta Terra. Sem a água, nenhuma espécie vegetal ou animal, incluindo o homem, sobreviveria. Cerca de 70 por cento da alimentação e do corpo humano são constituídos por água.

Mais da metade de todas as espécies de animais e plantas do mundo é aquática. Os oceanos, os mares, as geleiras, as neves, os lagos e os rios cobrem aproximadamente dois terços da superfície da Terra.

Os cientistas calculam o seu volume total em 1,42 biliões de quilómetros, cuja maior parte (95,1 por cento) está composta pelas águas salgadas dos mares e oceanos. Os 4,9 por cento restantes constituem-se de água doce, distribuída entre as geleiras polares, que ocupam 97 desse precioso volume, e a água na forma líquida, disponível para o uso, cujo volume é estimado em pouco mais de dois milhões de quilómetros.

Assim, 99,9 das águas do planeta são águas salgadas ou permanentemente congeladas.

Ainda no dia 22 de Março de 1992, a ONU divulgou também um importante documento: a “Declaração Universal dos Direitos da Água”.

Declaração Universal dos Direitos da Água

Art. 1 - A água faz parte do património do planeta. Cada continente, cada povo, cada nação, cada região, cada cidade, cada cidadão é plenamente responsável aos olhos de todos.

Art. 2° - A água é a seiva do nosso planeta. Ela é a condição essencial de vida de todo ser vegetal, animal ou humano. Sem ela não poderíamos conceber como são a atmosfera, o clima, a vegetação, a cultura ou a agricultura. O direito à água é um dos direitos fundamentais do ser humano: o direito à vida, tal qual é estipulado do Art. 3° da Declaração dos Direitos do Homem.

Art. 3° - Os recursos naturais de transformação da água em água potável são lentos, frágeis e muito limitados. Assim sendo, a água deve ser manipulada com racionalidade, precaução e parcimónia.

Art. 4° - O equilíbrio e o futuro do nosso planeta dependem da preservação da água e de seus ciclos. Estes devem permanecer intactos e funcionando normalmente para garantir a continuidade da vida sobre a Terra. Este equilíbrio depende, em particular, da preservação dos mares e oceanos, por onde os ciclos começam.

Art. 5° - A água não é somente uma herança dos nossos predecessores; ela é, sobretudo, um empréstimo aos nossos sucessores. Sua protecção constitui uma necessidade vital,

Art. 6° - A água não é uma doação gratuita da natureza; ela tem um valor económico: precisa-se saber que ela é, algumas vezes, rara e dispendiosa e que pode muito bem escassear em qualquer região do mundo.

Art. 7° - A água não deve ser desperdiçada, nem poluída, nem envenenada. De maneira geral, sua utilização deve ser feita com consciência e discernimento para que não se chegue a uma situação de esgotamento ou de deterioração da qualidade das reservas actualmente disponíveis.

Art. 8° - A utilização da água implica respeito. Sua protecção constitui uma obrigação jurídica para todo homem ou grupo social que a utiliza. Esta questão não deve ser ignorada nem pelo homem nem pelo Estado.

Art. 9° - A gestão da água impõe um equilíbrio entre os imperativos de sua protecção e as necessidades de ordem económica, sanitária e social.

Art.10° - O planeamento da gestão da água deve levar em conta a solidariedade e o consenso em razão de sua distribuição desigual sobre a Terra.

8.26 Projecto de aguas na fase derradeira

Semanário Angolense

De 26 de Março a 02 de Abril

A terceira fase do Projecto de Águas de Benguela (PAB), apresentada terça-feira última, 22, por ocasião do dia mundial da Água, vai aumentar para mais de dois milhões o número de consumidores. Há muito delineada, a derradeira etapa do Projecto terá em atenção, grosso modo, as novas urbanizações e as perspectivas de crescimento da indústria. Benguela, Lobito, Baía Farta e Catumbela são as localidades beneficiárias de uma iniciativa que conta já Com 1 milhão e 600 mil consumidores. Nas duas primeiras fases, implementadas desde 2004, foram reabilitados os sistemas de distribuição e construídas infra-estruturas como a estações de tratamento e de bombeamento de água bruta. O processo

de distribuição começa no rio Catumbela, o manancial escolhido para o PAB, avaliado em mais de trezentos milhões de dólares norte-americanos.

Quanto ao interior da província, a aposta do Governo é o projecto presidencial “Água para Todos”, ao abrigo do qual foi inaugurado no município de Caimbambo, também a 22 de Março, um sistema de captação e distribuição do precioso líquido. Refira-se que o Projecto de Águas de Benguela está a ser levado a cabo pela construtora brasileira Odebrecht, que tem o seu estaleiro no Luongo, comuna da Catumbela.

8.27 Maior adesão ao pré-pago no Rangel

Jornal de Angola
28 De Março de 2011

Ao todo, oito mil contadores do sistema pré-pago foram instalados desde 2009 nos bairros Terra Nova e Nelito Soares, no município do Rangel, em Luanda, no quadro do projecto-piloto da Empresa de Distribuição de Electricidade (ED EL) que confere ao cliente a administração e controlo do seu consumo.

Em declarações sábado à Angop, o chefe do gabinete de comunicação e imagem da Edel, Carlos Gil, disse que o projecto está em fase de expansão e pretende-se atingir, ainda no primeiro trimestre deste ano, 16 mil contadores pré-pagos.

De acordo com o alto funcionário da EDEL, para a montagem deste sistema são necessários técnicos especializados em reabilitação de redes, que é a condição primária para estas aplicações.

“Este tem sido um projecto positivo na medida em que a EDEL tem vindo a diminuir as perdas comerciais, uma vez que não se consome energia sem pagar e consequentemente a redução dos esforços em termos de campanhas de cortes aos utentes devedores” sublinhou Carlos Gil.

O projecto, disse, tem também a sua vertente educativa, tendo em conta a redução do consumo de energia pelo próprio usuário. “A moderação do consumo representa maior capacidade de fornecer energia a outras áreas” acrescentou.

8.28 Água para todos na aldeia na aldeia do loge pequeno

Jornal de Angola
29 De Março de 2011

Os habitantes da povoação do Loge Pequeno, comuna da Muserra, Zaire, deixaram, desde terça-feira, de ter de acarretar água do rio, com a inauguração de uma estação de captação e tratamento e de um chafariz com três torneiras.

A estação de captação e tratamento instalada na aldeia, com três reservatórios de cinco mil litros cada um, distribui 10 metros cúbicos de água por hora.

Um grupo gerador de 85 KVA garante energia eléctrica para o funcionamento da estação.

A povoação do Loge Pequeno esteve durante muitos anos, até 2009, isolada do resto do país, só se alterando a situação, com a construção das pontes de acesso à região, permitindo desde então a circulação de pessoas e bens.

O vice-governador provincial para o sector económico e produtivo, que presidiu à inauguração da estação e do chafariz, lembrou, na altura, que a construção do empreendimento se enquadrava no programa “Água para Todos”, concebido, em 2007, pelo Executivo.

Francisco Komba recordou também que a distribuição de água de qualidade às populações evita algumas doenças e faz com que as pessoas não tenham de recorrer aos hospitais e de gastar dinheiro com medicamentos.

O programa Água para Todos, lembrou ainda, tem, também, o objectivo de combater a pobreza. “Entre os grandes objectivos do governador provincial, Pedro Sebastião, que aqui represento, está a concretização dos programas aprovados pelo Executivo”, disse. O vice-governador exortou os habitantes do Loge Pequeno a cuidarem dos bens colocados à sua disposição pelo Estado.

Soba Kiangala

O soba do Loge Pequeno, Kiangala Samba, de 74 anos, referiu que a localidade, desde a sua fundação, em 1920, “por força de uma imponente fábrica de óleo de palma que pertencia a um português”, nunca teve água potável. Samba louvou a iniciativa do Executivo de construir uma estação de captação e tratamento de água no rio Loge e pediu às “autoridades competentes” que resolvessem, igualmente, o problema da energia eléctrica, que a localidade também nunca teve.

“Nunca tivemos água potável na nossa aldeia. Bebíamos a água do rio Loge que provocava problemas de saúde”, disse, sublinhando que a construção da estação e do fontanário demonstra a vontade do Executivo de resolver os problemas básicos das populações, sobretudo das residentes nas zonas rurais.

O soba lamentou não haver nenhuma iniciativa, quer do Estado, quer de empresários, para a recuperação da fábrica de óleo de palma, “um monstro adormecido da indústria nacional”. “Esta fábrica já produziu grandes quantidades de óleo de palma para todo o país”, disse.

A fábrica, onde ele foi também operário durante 30 anos, esclareceu, deixou de funcionar em 1987 por falta de recursos financeiros. “Mas, agora, com o país em paz, é tempo de se fazer alguma coisa e deixarmos de importar óleo de palma, que podemos produzir em grande quantidade para consumo interno e para exportar”, frisou.

Juliana Sebastião, 38 anos e habitante do Loge Pequeno, disse, visivelmente satisfeita, que a água tirada directamente do rio que se consumia na aldeia provocava diarreias e cólicas.

Primeira no fontanário

Juliana, uma das priqueiras pessoas a servir-se do fontanário, congratulou-se por passar a beber água sem o receio de contrair doenças e, sem ter de ir ao rio, poder lavar a roupa da família e cuidar melhor da higiene pessoal e da casa.

Como mãe, garantiu, vou aconselhar os meus filhos e outras pessoas da comunidade a conservarem os empreendimentos colocados à disposição da população

No Loge Pequeno há uma escola do ensino primário frequentada, este ano, disse o responsável do sector da educação da comuna da Muserra, por 312 alunos da 13 à 63 classe. Nóbrega Jesus declarou, ao nosso jornal, que não existem na localidade crianças fora do sistema de ensino. Na escola também funcionam turmas do primeiro ciclo (73 e 8 3 classe), devido à falta de estabelecimentos próprios.

Embora não existam crianças fora do sistema de ensino, referiu, é necessário construir mais escolas, pois “o processo natural do nascimento e crescimento da população aumenta de forma contínua o número de pessoas que atinge a idade de frequentar a escola”.

A quatro quilómetros da sede comunal da Muserra foi instalada uma fábrica de transformação de rochas ornamentais. Montada em Setembro de 2009 - data em que, de forma experimental, passou a produzir mil mosaicos em mármore por dia - deve aumentar a capacidade de

produção logo que estejam concluídos os trabalhos de ampliação e seja oficialmente inaugurada. A fábrica tem 52 trabalhadores angolanos e 25 coreanos. O Loge Pequeno é uma povoação encravada entre os rios Loge e Lué, no extremo do município do Nzeto, com 75 quilómetros, constituindo a linha divisória com o Ambriz, na província do Bengo.

8.29 Energia só chega a um terço da população

Jornal de Angola

31 De Março de 2011

O secretário de Estado da Energia afirmou ontem, em Luanda, que apenas 30 por cento dos angolanos tem acesso à energia eléctrica e que o surgimento de novas cidades contribuiu para o aumento da procura de electricidade.

João Borges, que falava à imprensa no final de um dos painéis do seminário internacional sobre a regulação do sector eléctrico, esclareceu que o relançamento da actividade económica em quase todo o país também contribui para a crescente necessidade da oferta de um serviço público de electricidade de qualidade.

“E preciso darmos passos no sentido da universalização do acesso directo que cabe a cada família no país”, disse o secretário de Estado, reconhecendo as insuficiências na quantidade e qualidade do serviço público de electricidade.

N o seminário, em que participaram entidades reguladoras da electricidade do Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Portugal, João Borges disse que Angola tem a tarifa de electricidade mais baixa da CPLP e na região austral de África.

O valor médio em Angola, segundo João Borges, está fixado em três cêntimos, quando na região austral do continente ronda os 11 cêntimos por quilowatt/hora.

“O Estado está a subvencionar cerca de 70 por cento do preço da energia eléctrica. Uma vez reduzido o volume destes subsídios, vamos ter condições para que os recursos possam ser dirigidos a outros sectores como a saúde, educação e outros que, do ponto de vista social, devem merecer uma atenção prioritária do Estado”.

Nova Legislação

João Borges disse que a elevação do preço deve reflectir o custo de produção, além de ser acompanhado de medidas de melhoria na qualidade e regularidade no fornecimento. O secretário de Estado explicou que O preço oficial de energia eléctrica em Angola cobre

entre dez e 15 por cento do custo de produção de cada quilowatt/hora.

João Borges salientou que o novo regulamento tarifário vai permitir, por um lado, aclarar os custos inerentes à produção e fornecimento de energia eléctrica, e por outro, elevar as exigências das empresas perante os consumidores.

A estrutura tarifária a ser adoptada, declarou João Borges, deve respeitar os princípios da protecção das franjas populacionais de baixo rendimento familiar.

O secretário de Estado da Energia garantiu que a aprovação da legislação vai levar a um conjunto de reformas nas empresas para adequar a estrutura organizacional e os procedimentos internos de controlo e das normas.

“As perdas comerciais que as empresas têm actualmente não podem ser reflectidas nos preços da energia eléctrica, daí que haja necessidade de apurar, com rigor,

Loge Pequeno já foi muito conhecido pela grande produção de laranjas, que praticamente desapareceu devido à guerra que destruiu todas as fazendas.

Desde a construção das duas pontes sobre os rios Lué e Loge e a reabilitação da estrada de acesso ao Loge Pequeno, em 2009, a antiga fazenda colonial está aos poucos a melhorar a imagem. A aldeia cresceu substancialmente porque muitos dos seus filhos, fugidos para as regiões do país que ofereciam mais segurança, estão a regressar, o que vai permitir ao Loge Pequeno voltar a ocupar o lugar no contexto nacional em termos de produção agrícola. Na aldeia há um posto de saúde, que regista como principais patologias a malária, diarreias agudas e febre tifóide. As grandes contrariedades residem na falta de energia eléctrica, número insuficiente de escolas e de postos de saúde para os 2.184 habitantes da aldeia.

8.30 Água potável de qualidade

Jornal de Economia
29 De Março de 2011

A água é um bem essencial à vida dos seres vivos, razão pela qual o acesso a ela está no centro das preocupações de governos de todo o mundo, e, não poucas vezes, tem sido causa de conflitos entre povos.

Em Angola, como em qualquer parte do globo, o acesso da população à água potável consta das prioridades do Executivo, que tem estado a trabalhar para melhorar a captação, tratamento e distribuição do líquido. -

No caso concreto da província de Luanda, ela tem estado no centro das preocupações das autoridades, uma vez que dispõe do mais elevado número de habitantes. O governo da província, através da Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL) está a desenvolver vários projectos que visam a modernização do sistema de abastecimento e distribuição de água. Entre eles, destacam-se os do Bita e Kilonga, ambos localizados no município de Viana, tidos como os maiores que estão a ser construídos a nível da região austral do nosso continente, já que terão uma capacidade de produção de nove metros cúbicos de água por segundo, cuja conclusão está prevista para dentro de três anos.

Os responsáveis da empresa acreditam que quando entrarem em operação os problemas relacionados com a distribuição de água potável estarão ultrapassados na província, actualmente abastecida diariamente com 490 mil e 200 metros cúbicos de água proveniente dos rios Bengo e Kwanza.

De notar que Luanda apresenta um défice considerável de água canalizada, devido, principalmente, ao estado obsoleto das principais infra-estruturas, com destaque para a rede de distribuição que remonta desde 1850. Para se inverter este quadro, a tubagem já foi substituída em grande parte do casco urbano e foram elaborados projectos para que outras zonas sejam contempladas com a mesma intervenção.

A Epal tem sob o seu controlo 140 mil clientes cadastrados, número muito aquém da procura. Esta realidade será ultrapassada com a execução dos vários projectos em carteira, já que a empresa pública pretende atingir até 2013 a cifra dos 260 mil clientes.

A província conta com 10 centros de distribuição de água e 800 fontanários distribuídos um pouco por toda a zona urbana e peri-urbana. Dos fontanários, grande parte ainda não está em funcionamento, aguardando pela sua ligação à rede de distribuição.

A empresa encarregue de fazer chegar o líquido mais procurado do planeta às populações está a reabilitar todas as suas estações e centros de abastecimento, dotando-os de melhores mecanismos de distribuição. Por outro lado, os responsáveis das águas em Luanda defendem uma forte intervenção dos empresários para que o sector das águas se dinamize e o precioso líquido chegue ao consumidor na medida certa e com a, qualidade desejável, em prol do bem-estar das populações.

8.31 Angola possui um elevado potencial de recursos hídricos da África Austral

Jornal de Economia
29 De Março de 2011

Angola possui um volume médio anual de água de 1.320 quilómetros cúbicos, um escoamento superficial de 140 quilómetros cúbicos e uma precipitação média de 1.060 milímetros, segundo disse ao JE o director nacional de Recursos Hídricos do Ministério da Energia e Águas, Manuel Quintino. No entanto, apesar desse elevado potencial, há que se assinalar que esses recursos estão mal distribuídos, porque, enquanto existe abundância nas regiões Norte, Centro e Leste, já na região Sul se regista urna grande escassez.

Em relação a esta matéria, Manuel Quintino faz questão de diferenciar o potencial daquilo que é real. Para as pessoas terem acesso à água, o potencial de recursos hídricos deve ser explorado, desenvolvido”, realçou. “Não basta dizer-se que se tem muita água. É necessário gizarem-se programas e projectos para que a população tenha, de facto, acesso à água potável”, acrescentou o responsável máximo do sector que trata do planeamento e da gestão dos recursos hídricos nacionais.

O director nacional dos Recursos Hídricos afirma ainda que o nível mínimo anual a água disponível para a saúde humana e para a actividade económica é de mil metros cúbicos per capita. No caso concreto de Angola, ressalta que esse nível seja muito superior.

De acordo com a fonte, Angola possui 77 bacias hidrográficas, sendo 47 principais e 30 secundárias. Com vista ao aproveitamento racional da água no país, a Direcção Nacional dos Recursos Hídricos tem na calha a elaboração de planos directores gerais para a gestão integrada das bacias hidrográficas.

Neste contexto, “em finais de 2009, por iniciativa da então Secretaria de Estado das Águas, através do gabinete para a administração da bacia hidrográfica do rio Cunene, foi lançado o concurso para a elaboração do Plano Director geral de gestão integrada dos recursos hídricos, no lado angolano, da bacia hidrográfica do rio Cubango. Por outro lado, o Ministério da Energia e Águas concluiu o concurso público para a elaboração do Plano Director geral para a gestão integrada dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Zambeze. Está também na forja o lançamento de um concurso público para a elaboração ao Plano Director geral para a gestão integrada a bacia hidrográfica do rio Cuvelai.

No quadro da implementação do Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas (PDISA), estão a ser ensaiados os primeiros passos para aquilo que serão os concursos públicos para a elaboração do Plano Director geral para a gestão da bacia do rio Kwanza, bem como de um agrupamento de bacias hidrográficas na região de Benguela, respeitantes aos rios Catumbela, Cavaco, Coporolo e Cuba! da Hanha.

Segundo Manuel Quintino, no âmbito do programa de investimentos aos sectores eléctrico e das águas para o horizonte temporal 2011-2016, está prevista a elaboração de 22 planos directores gerais de gestão integrada de recursos hídricos de bacias hidrográficas.

Bacias partilhadas

Angola, um dos países com mais abundância de água na África Austral, partilha bacias hidrográficas com a Namíbia (rios Cunene, Cuvelai e Cubango/Okavango), Botswana (Okavango) e com mais sete países membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), que partilham a bacia do rio Zambeze. O nosso país faz ainda uso comum da bacia hidrográfica do rio Congo/Zaire, com mais 11 países da África Central e Austral.

Manuel Quintino afirma que, para que não haja conflitos em termos de utilização de recursos hídricos, os países devem aplicar aquilo que se convencionou chamar de doutrina da utilização otimizada de recursos hídricos, um tipo de doutrina que facilita uma solução “win-win” para os países que partilham uma mesma bacia hidrográfica.

A importância dos recursos hídricos da Angola reside ainda no facto de os rios apresentarem condições naturais para a actividade da navegação, com destaque para o rio Congo/Zaire.

8.32 Distribuição de água potável na capital vai ser melhorada nos próximos tempos

Jornal de Economia
29 De Março de 2011

A Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL) está a desenvolver um intenso trabalho, que visa fundamentalmente ampliar, reabilitar e construir a rede e os centros de distribuição de água potável de que dispõe a província de Luanda. As estações de distribuição da Maianga, Benfica, Cazenga, Kikuxi e Marçal estão a ser ampliadas e reabilitadas, o que vai permitir o aumento da capacidade instalada.

Em construção, estão também vários centros de distribuição de água, com destaque para o de Camama, no município do Kialamba-Kiayi. O projecto, que está a ser construído pela empresa brasileira Odebrecht, terá uma capacidade de armazenamento de 50 mil metros cúbicos em cinco tanques de 10 mil cada. A construtora está a erguer três tanques. No local, homens e máquinas trabalham a todo o vapor para que, até ao final de 2011, entra em funcionamento a primeira célula. Os cinco tanques terão o auxílio de uma torre de elevação de 45 metros de altura. Segundo os seus promotores, as obras da infra-estrutura estarão concluídas no próximo ano. Além deste projecto, estão em fase de construção e reabilitação as centrais da Mulemba (Cazenga) e do Benfica TI (Samba).

Em termos de água potável, a província de Luanda é abastecida com 5,5 metros cúbicos por segundo, perfazendo 490 mil e 200 metros cúbicos diários. A água é proveniente dos rios Bengo e Kwanza. A partir do primeiro, funcionam os sistemas 1 e TI, que abastecem os centros de distribuição do Marçal e Kifangondo. O segundo alimenta o sistema de tratamento do Kikuxi, que abastece os centros de distribuição de Viana, Benfica 1, Palanca, Marçal, Maianga e Cazenga.

Qualidade

Nem sempre a água consumida tem a qualidade desejável. Em algumas ocasiões, ela apresenta-se turva, embora os responsáveis da Epal assegurem que o tratamento do líquido é garantido por técnicos colocados nos laboratórios das estações de tratamento e no laboratório central. Todos os centros dispõem de um laboratório que processa as análises e exames físico-químicos e bacteriológicos destinados à avaliação da qualidade da água, desde a captação até ao sistema de distribuição. Com a reabilitação e ampliação dos sistemas de abastecimento de água, Luanda poderá atingir um aumento significativo na taxa de cobertura do sector das águas nas zonas urbanas, peri-urbanas e rurais.

Dificuldade

Um dos constrangimentos que a Epal tem enfrentado, além das situações ligadas à urbanização das zonas periféricas da capital, tem a ver com o estado degradante da rede de distribuição, ao que se somam as ligações clandestinas. As cerca de cinco agências de que a empresa dispõe a nível da província de Luanda não satisfazem a real necessidade da procura. Encontram-se registados na Epal 140 mil clientes, número que fica muito aquém dos 150 mil habitantes da província de Luanda, que se estimam em cinco a seis milhões de habitantes.

A empresa pública prevê construir, num período até três anos, a partir de 2011, duas estações de tratamento e distribuição de água, os designados projectos Bitá e

Kilonga. A serem implantados no município de Viana, terão uma capacidade de produção de nove metros cúbicos de água por segundo.

O projecto Bitá vai produzir água para atender a parte Sul e Sudeste de Luanda e vai reforçar o abastecimento a Viana, Zango e Pólo Industrial de Viana, enquanto a do Kilonga estará localizada a Norte do sistema III e a outra estará a Sul do referido sistema, e abastecerá a parte Leste de Luanda, através de centros de distribuição.

8.33 Estamos a realizar um estudo sobre oportunidades de negócio das águas

Jornal de Economia

29 De Março de 2011

JORNAL DE ECONOMIA e FINANÇAS (JE) - DESDE QUANDO EXISTE A ACTUAL REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL EM LUANDA?

LIONÍDIO GUSTAVO DE CEITA (LGC) - O primeiro sistema de distribuição data de 1850. Antes disso, havia cacimbas e poços construídos a nível de toda Luanda. O primeiro sistema foi o Zero e a água vinha do rio Bengo. Este sistema ficou obsoleto e, depois, entrou o sistema 1, que funcionou até há muito pouco tempo. Nos anos 70, entrou em operação o sistema II, em duas fases, para abastecer a cidade. Já nos anos 90, o Governo decidiu construir o sistema III, que está a ser construído em três fases. Neste momento, estão em funcionamento duas fases, que abastecem a província. Por falta de infra-estruturas, o sistema 1 foi reconvertido. Existe uma primeira fase, de 60 mil metros cúbicos de água por dia, e, actualmente, a Epal está a trabalhar na segunda fase, que será concluída no próximo ano.

JE - Qual é a proveniência da água consumida?

LGC - A água que se consome em Cacucó, Cazenga e no Marçal vem do rio Bengo. A que se utiliza na Maianga, Palanca, Benfica, Terra Nova e Viana é proveniente do rio Kwanza. Em determinadas ocasiões, a água da Maianga é misturada entre a do Bengo e do Kwanza. A do Kwanza é uma água mais agressiva, tem um PH muito mais forte do que a do rio Bengo.

JE - Qual é a actual situação do abastecimento e distribuição de água potável na província de Luanda?

LGC - Podemos considerá-la regular, com alguns constrangimentos, dada à escassez de infra-estruturas para a recepção do volume de águas que é possível produzir e que, não é produzido neste momento.

JE - *Quais são as necessidades de consumo de água na província de Luanda?*

LGC - Neste momento, estão a ser construídas infraestruturas, para a recepção do volume de água, como, por exemplo, do sistema III, que tem urna capacidade de 216 mil metros cúbicos de água, e que, actualmente, produz 120 a 130 mil metros cúbicos. Estamos a criar infraestruturas. A primeira fase de algumas delas termina ainda este ano, e a previsão é de que, até ao próximo ano, tenhamos a maior parte dos centros de distribuição completamente construídos.

JE - *Quantos centros de distribuição de água existem em Luanda?*

LGC - A província conta com 10 centros de distribuição. A maior parte deles tem urna capacidade bastante pequena. Por exemplo, o Marçal tem 25 mil metros cúbicos, que não podemos utilizar na sua totalidade, porque tem fissuras. Temos um programa de reabilitação que visa sair da capacidade de 25 mil para 70 mil metros cúbicos de água. Temos o centro do Cazenga, que tem uma capacidade de 60 mil que também, era reabilitado, para passar a produzir 70 mil. O da Maianga também será reabilitado e chegará a produzir 50 mil. O de Viana será também reabilitado e passará de 10 mil para 20 mil metros cúbicos. Temos ainda os do Benfica I e II. Os actuais centros de distribuição vão sofrer uma ampliação e modernização dos seus tanques para termos maiores capacidades. Temos o sistema I, com 60 mil metros cúbicos de água e pensamos chegar, no próximo ano, aos 120 mil metros cúbicos. Existe o sistema II, com uma produção diária de 115 a 120 mil metros cúbicos de água. Esta é uma estação antiga, que já vem dos anos 70, há um projecto para a sua recuperação, e dentro de dois anos será recuperada. O projecto será feito paulatinamente e por fases. Temos a previsão de que o mesmo entre em funcionamento ainda este ano, para atingirmos não só o volume nominal de 140 mil metros cúbicos, mas também utilizar as novas tecnologias para o tratamento de água, para se aumentar a capacidade para 10 ou 15 por cento. O sistema I está a ser reabilitado em três fases. A primeira já entrou em funcionamento, a segunda vai ter uma capacidade de 60 mil metros cúbicos, o que totalizará 120 mil. Quando for concluída a terceira fase, o sistema terá uma produção de 180 mil metros cúbicos de água.

JE - *Quais são os outros projectos em execução e qual é o horizonte temporal para a sua conclusão?*

LGC - Temos o centro de distribuição do Pólo Industrial de Viana, que terá a capacidade de 30 mil metros cúbicos de água, o de Camama, com 50 mil e o do Benfica 11. A primeira fase destes projectos estará concluído ainda este ano, a segunda até ao primeiro ou

segundo semestre do próximo ano. Pensamos que, até 2012 poderemos não ter concluído todas as estações que temos em projecto, porque levam cerca de dois anos, consoante a sua grandeza. O importante é o facto de que este ano iniciaremos os concursos bem como as construções dos projectos.

JE - *Qual é o ponto da situação em relação ao projecto Bitá, que está a ser construído no município de Viana?*

LGC - Existem dois grandes projectos que vão mudar o figurino da província de Luanda, em termos de abastecimento e distribuição de água potável. Neste momento, Luanda é abastecida com 5,5 metros cúbicos de água por segundo. O Bitá e o Kilonga são as duas maiores estações que serão construídas nesta parte austral do continente africano, e cada uma produzirá nove metros cúbicos de água por segundo. Os projectos estarão concluídos dentro de três anos. A primeira fase dos dois sistemas será lançada brevemente e vão produzir três metros cúbicos por segundo. Paralelamente a estes dois projectos, temos o melhoramento da estação do Kikuxi, que vai ter o dobro da capacidade actual. Para isso, ele terá que parar na sua totalidade, já que vamos colocar uma estação compacta com a mesma capacidade ao lado. Depois da conclusão da estação, ela vai ter um aumento de cerca de 15 por cento e as duas estações vão funcionar ao mesmo tempo.

JE - *Qual é o investimento que será empregue nestes projectos?*

LGC - É um investimento que vamos apresentar ao Governo para a sua aprovação. Faz parte de um pacote de projectos que este ano a Epal tem em carteira, cujo construtor irá utilizar uma tecnologia moderna, daí que, nesta fase, falar-se de números é ainda prematuro. Como são projectos que ainda serão entregues às construtoras, estas firmas irão receber os cadernos de encargo e vão apresentar uma proposta de investimento, só depois é que divulgaremos.

JE - *Este concurso público será extensivo a empresas estrangeiras ainda não instaladas em Luanda?*

LGC - São no total 26 projectos, e para todos recorremos a concursos públicos. A maior parte destes concursos já foram realizados e em breve iremos divulgar as empresas que ganharam. Um serão para a construção e outras para a realização de projectos. Pensamos que com esta medida iremos resolvendo paulatinamente os problemas de água a nível de Luanda.

JE - *Quando é que os privados entram no mercado de distribuição de água potável na província?*

LGC - Apesar de não ser ainda um projecto em concreto na política da empresa, indirectamente já temos alguns exemplos. No projecto Nova Vida, a Epal fornece a água até à entrada do centro de distribuição instalado no

local. A comercialização e a gestão de água dependem da direcção do projecto habitacional. Esta é a primeira experiência que temos em relação a privados no sector das águas em Luanda.

JE - Grande parte da província é abastecida em água através de camiões cisternas. Que tem sido o apoio da Epal a estes operadores?

LGC - A Epal tem na província algumas girafas, que é um sistema que se utiliza para se abastecer os camiões cisternas. Dentro dos novos projectos que a empresa vai construir está contemplada a criação de girafas. O grande objectivo e desejo da Epal é que a água chegue com qualidade e quantidade à casa de todos os habitantes de Luanda. Pensamos que no futuro as girafas sejam apenas uma forma para complementar em casos de avarias nos nossos sistemas, e não m meio de abastecimento deve ser feito pela rede pública.

JE - Como é que têm combatido as ligações clandestinas nos vossos sistemas de distribuição?

LGC - Entendemos que as ligações clandestinas são um caso de polícia e de justiça, já que é um crime. Os prevaricadores fazem ligações às infra-estruturas que pertencem ao Estado, uma vez que a Epal é uma empresa que gere as infra-estruturas de distribuição de água do Governo e qualquer assalto a este património deve ser visto como um roubo, e, como tal, os órgãos policiais e de justiça devem tratar desta situação. O roubo às condutas tem uma série de implicações, que vão desde o diminuir da qualidade de água, já que onde há ligações clandestinas existe a possibilidade do cloro residual evaporar-se da água, e ela chegar em má qualidade junto ao consumidor. Mas também existe a possibilidade de introdução de outros corpos estranhos, impróprios para o consumo humano. Esses fenómenos todos nos preocupam. Temos estado a trabalhar com a polícia e os nossos esforços têm surtido alguns efeitos.

JE - Qual é a situação dos contadores nos novos centros urbanos que estão a surgir na província?

LGC - A problemática dos contadores ainda não está tão bem equacionada como gostaríamos que fosse. A Epal abastece os condomínios a partir de um contador geral. Temos um registo no início da entrada em funcionamento do condomínio. A direcção do condomínio é que tem de fazer a cobrança interna, não só das habitações, mas também das áreas sociais de utilidade comum. Todos os condóminos pagam o registo de água que a empresa fornece.

JE - Qual é a situação actual dos contadores?

LGC - Existe ainda um défice muito grande. Pensamos que, para se ultrapassarem estes constrangimentos, uma das possíveis saídas é a construção de fábricas

de contadores. Luanda não tem nenhuma, já teve no passado, e as necessidades são enormíssimas, não só para a província, mas para o país no geral. Os empresários devem encontrar formas de realizarem os seus negócios nesta área. Os grandes projectos imobiliários que estão a crescer no país precisam destes meios. Este deve ser um desafio dos empresários, é uma nova forma de fazer negócios e julgamos ser muito rentável.

JE - Qual tem sido a estratégia da Epal?

LGC - Estamos a realizar um estudo interno sobre as oportunidades de negócio dentro do mundo das águas. A empresa está a preparar um Workshop, já foram identificadas as ares de negocio que a Epal gostaria de colocar aos empresários para que os investidores agarrem estes desafios. A Epal por si só não pode criar uma série de empresas para ser auto-suficiente. Estamos a fazer um levantamento das necessidades e vamos apresentar ao empresariado nacional para que as pessoas possam fazer os seus negócios e criar empresas no sector das águas.

JE - Quantos clientes tem a Epal?

LGC - Neste momento, a empresa tem cadastrados cerca de 140 mil clientes. Se dissermos que este número significa 140 mil casas, e, se o agregado familiar for de seis pessoas, nós teremos à volta de 840 mil habitantes, o que não é verdade. Já se diz que a província de Luanda tem acima de cinco milhões de habitantes, quer dizer que a empresa tem ainda muito que fazer para poder aumentar o número de consumidores e possa atingir níveis aceitáveis, bem como tomar a empresa rentável e servir melhor a província de Luanda. Os 140 mil consumidores não nos satisfazem.

JE - As cobranças têm sido satisfatórias?

LGC - A Epal não tem cobrado os 140 mil clientes cadastrados. Deste número, devemos estar à volta de 90 ou 100 mil clientes que pagam, porque há clientes que não recebem as suas facturas. Detectámos que as equipas que distribuem não fazem chegar aos clientes. Temos reclamações de pessoas que querem pagar água e que não o fazem porque não estão cadastradas no sistema informático. Existe uma série de constrangimentos a que iremos dar solução dentro de algum tempo. Um dos maiores desafios da empresa prende-se com o aumento de consumidores. Dentro do nosso plano estratégico, temos uma previsão, sem contar com as novas urbanizações, de chegarmos aos 260 mil consumidores, dentro de dois anos.

JE - Quantas agências de cobrança tem a empresa?

LGC - São muito poucas.

Temos no centro da cidade a dos Coqueiros e Combatentes; temos no município de Cacucaco; em Viana, existe no Zango; em Talatona, há no Siac. Como vê, ainda

não temos em todos os municípios de Luanda. Existe um projecto de construção de agências em todos os municípios da província. O nosso objectivo é fazer com que a Epal esteja muito mais próximo do consumidor. E neste contexto que a área comercial da empresa fez um levantamento para se criar postos de cobrança muito mais próximos do consumidor. Estamos a analisar com pormenor a possibilidade de abertura ao empresariado nacional de forma a poderem cooperar com a Epal. Será uma forma de terciarização dos nossos serviços.

JE - Quanto é que a Epal cobra por metro cúbico de água?

LGC - A empresa tem várias tarifas. Tem uma social e uma para serviços industriais. Os valores cobrados ainda são muito irrisórios, já que são construídos com base nos subsídios do Estado. O valor dado não representa o valor real da água. O que nós gostaríamos e vamos levar para a discussão é que há determinada indústria, como, por exemplo, a hoteleira, que, pelos valores que cobra nas suas unidades, ela pode pagar quotas superiores as actuais e deixar de beneficiar dos subsídios do Estado. Existem zonas, em Luanda, onde a Epal pensa que a água não deve ser subvencionada. É uma questão em aberto. Estamos a discutir e vamos levar a questão às autoridades, para ver se a água na periferia de Luanda ou naquelas zonas onde vivem pessoas de baixos rendimentos possa vir a ter uma tarifa diferenciada das unidades industriais.

JE - Quantos fontanários existem a nível da província?

LGC - A nível de projectos existem cerca de 800 fontanários, mas a Epal vem construindo fontanários há já algum tempo. Deste número, temos alguns que estão a funcionar, a maior parte deles ainda não, porque falta a ligação e existem outros constrangimentos. Neste momento, estamos a fazer a ligação dos fontanários construídos na zona do Camama. Os da Sapu vão aguardar até que concluamos as ligações domiciliare. Uma boa parte dos fontanários construídos na zona da Mulemba vão funcionar brevemente. Os do bairro Uíje e Petrangol também ainda não estão em funcionamento, porque existem alguns obstáculos.

JE - Como é que as pessoas vão pagar nos fontanários?

LGC - A água dos fontanários têm uma tarifa que chamamos de social. Penso que o fontanário não é uma solução definitiva. Há escassez de água, existe dificuldade em se fazer ligações domiciliare porque muitas zonas não são urbanizadas e fica difícil para a Epal levar água a localidades não requalificadas. Na zona do Cazenga e da Petrangol, em cada quilómetro que ligará o fontanário pretendemos fazer 20 ligações domiciliare. Esta medida será economicamente rentável para a empresa.

JE - Como é que vêem a questão do saneamento?

LGC - Esta situação nos preocupa. Do volume de água que é produzida e distribuída às populações, entre 70, a 80 por cento é inutilizada. É necessário recuperar estas águas para serem enviadas para o mar ou rega, de forma a respeitarmos o ambiente envolvente e não permitirmos que a cidade volte a viver problemas de saneamento. O Governo está a fazer investimentos para se resolver esta situação, mas queremos aproveitar a oportunidade para que as novas urbanizações e os condomínios que estão a ser criados tenham uma pequena estação de tratamento de água residual por forma a poder ajudar a eliminar os problemas de saneamento básico.

JE - Tem um programa de reabilitação e manutenção da rede de distribuição instalada em 1850?

LGC - Existe uma comissão técnica criada a nível do Governo provincial, da qual fazemos parte, que está a analisar a problemática do saneamento em Luanda. Estamos a preparar as nossas contribuições e pensamos que se vai encontrar uma solução. Luanda, ao contrário das demais províncias, é a única cuja empresa de distribuição de água não está acoplada ao saneamento básico. A Epal só tem o abastecimento de água potável. A nível das condutas de, o Governo, através do Gabinete de Reconstrução Nacional, construiu redes novas na parte baixa e alta da cidade e em alguns pontos da cidade foi montada uma nova rede. Foi aprovado pelo Governo e está no Programa de Investimento Público. Em breve vamos iniciar com as ligações domiciliare, com base numa rede nova e com utilização de material de canalização moderno. Quando isto começar a funcionar, Luanda terá água com mais qualidade.

JE - Porquê que a água por vezes se apresenta turva?

LGC - Tem aparecido nestas condições porque Luanda tem uma rede deficitária, com roturas visíveis e invisíveis, e que facilmente tornam a água inquinada. Mas, logo que a nova rede estiver montada, a produção de água a nível de Luanda será de acordo com os padrões exigidos pela Organização Mundial de Saúde.

8.34 Políticas do Executivo Prioridade ao acesso à água potável

Jornal de Economia

29 De Março de 2011

Em Angola, o acesso da população à água potável, com regularidade e qualidade desejadas, continua na centro das prioridades do Executiva meta proposta, neste domínio, é ambiciosa, mas exequível, com muito trabalho: em 2015, toda a população angolana terá acesso à água potável, nas cidades ou no meia rural, através dos sistemas privadas, com uma quota de 20 par cento., e

da pública, com os restantes 80 por cento. Quanto ao sector público, os dados no terreno apontam no sentido de que seja possível a concretização dos objectivos traçados. O esforço do Executivo nesta matéria encontra a sua expressão mais alta no Projecto Agua para Todos, em curso nas zonas rurais desde 2008, e que irá cobrir 80 por cento das necessidades de consumo. A cobertura actual ronda os 40 por cento, ou seja, cerca de três milhões de habitantes. Até 2012, espera-se que sejam satisfeitas seis milhões de pessoas, para, em 2015, a fasquia subir para sete milhões e meio. Em cidades como Luanda, Benguela e Lobito, pelo menos no casco urbano, o abastecimento já ultrapassa os 80 por cento. Na periferia, esta percentagem é mais baixa, pelo que o grosso do esforço passa por essas zonas. No cômputo geral, em termos de cidades, a previsão aponta para 50 por cento.

8.35 Agua para todos na aldeia na aldeia do loge pequeno

Jornal de Angola
29 De Março de 2011

Os habitantes da povoação do Loge Pequeno, comuna da Muserra, Zaire, deixaram, desde terça-feira, de ter de acarretar água do rio, com a inauguração de uma estação de captação e tratamento e de um chafariz com três torneiras.

A estação de captação e tratamento instalada na aldeia, com três reservatórios de cinco mil litros cada um, distribui 10 metros cúbicos de água por hora.

Um grupo gerador de 85 KVA garante energia eléctrica para o funcionamento da estação.

A povoação do Loge Pequeno esteve durante muitos anos, até 2009, isolada do resto do país, só se alterando a situação, com a construção das pontes de acesso à região, permitindo desde então a circulação de pessoas e bens.

O vice-governador provincial para o sector económico e produtivo, que presidiu à inauguração da estação e do chafariz, lembrou, na altura, que a construção do empreendimento se enquadrava no programa “Agua para Todos”, concebido, em 2007, pelo Executivo.

Francisco Komba recordou também que a distribuição de água de qualidade às populações evita algumas doenças e faz com que as pessoas não tenham de recorrer aos hospitais e de gastar dinheiro com medicamentos.

O programa Água para Todos, lembrou ainda, tem, também, o objectivo de combater a pobreza. “Entre

os grandes objectivos do governador provincial, Pedro Sebastião, que aqui represento, está a concretização dos programas aprovados pelo Executivo”, disse. O vice-governador exortou os habitantes do Loge Pequeno a cuidarem dos bens colocados à sua disposição pelo Estado.

Soba Kiangala

O soba do Loge Pequeno, Kiangala Samba, de 74 anos, referiu que a localidade, desde a sua fundação, em 1920, “por força de uma imponente fábrica de óleo de palma que pertencia a um português”, nunca teve água potável.

Samba louvou a iniciativa do Executivo de construir uma estação de captação e tratamento de água no rio Loge e pediu às “autoridades competentes” que resolvessem, igualmente, o problema da energia eléctrica, que a localidade também nunca teve.

“Nunca tivemos água potável na nossa aldeia. Bebíamos a água do rio Loge que provocava problemas de saúde”, disse, sublinhando que a construção da estação e do fontanário demonstra a vontade do Executivo de resolver os problemas básicos das populações, sobretudo das residentes nas zonas rurais.

O soba lamentou não haver nenhuma iniciativa, quer do Estado, quer de empresários, para a recuperação da fábrica de óleo de palma, “um monstro adormecido da indústria nacional”. “Esta fábrica já produziu grandes quantidades de óleo de palma para todo o país”, disse.

A fábrica, onde ele foi também operário durante 30 anos, esclareceu, deixou de funcionar em 1987 por falta de recursos financeiros. “Mas, agora, com o país em paz, é tempo de se fazer alguma coisa e deixarmos de importar óleo de palma, que podemos produzir em grande quantidade para consumo interno e para exportar”, frisou.

Juliana Sebastião, 38 anos e habitante do Loge Pequeno, disse, visivelmente satisfeita, que a água tirada directamente do rio que se consumia na aldeia provocava diarreias e cólicas.

Primeira no fontanário

Juliana, uma das priqueiras pessoas a servir-se do fontanário, congratulou-se por passar a beber água sem o receio de contrair doenças e, sem ter de ir ao rio, poder lavar a roupa da família e cuidar melhor da higiene pessoal e da casa.

Como mãe, garantiu, vou aconselhar os meus filhos e outras pessoas da comunidade a conservarem os empreendimentos colocados à disposição da população

No Loge Pequeno há uma escola do ensino primário frequentada, este ano, disse o responsável do sector da educação da comuna da Muserra, por 312 alunos da 13 à 63 classe. Nóbrega Jesus declarou, ao nosso jornal, que não existem na localidade crianças fora do sistema de ensino. Na escola também funcionam turmas do primeiro ciclo (73 e 8 3 classe), devido à falta de estabelecimentos próprios.

Embora não existam crianças fora do sistema de ensino, referiu, é necessário construir mais escolas, pois “o processo natural do nascimento e crescimento da população aumenta de forma contínua o número de pessoas que atinge a idade de frequentar a escola”.

A quatro quilómetros da sede comunal da Muserra foi instalada uma fábrica de transformação de rochas ornamentais. Montada em Setembro de 2009 - data em que, de forma experimental, passou a produzir mil mosaicos em mármore por dia - deve aumentar a capacidade de produção logo que estejam concluídos os trabalhos de ampliação e seja oficialmente inaugurada. A fábrica tem 52 trabalhadores angolanos e 25 coreanos. O Loge Pequeno é uma povoação encravada entre os rios Loge e Lué, no extremo do município do Nzeto, com 75 quilómetros, constituindo a linha divisória com o Ambriz, na província do Bengo.

Loge Pequeno já foi muito conhecido pela grande produção de laranjas, que praticamente desapareceu devido à guerra que destruiu todas as fazendas.

Desde a construção das duas pontes sobre os rios Lué e Loge e a reabilitação da estrada de acesso ao Loge Pequeno, em 2009, a antiga fazenda colonial está aos poucos a melhorar a imagem.

A aldeia cresceu substancialmente porque muitos dos seus filhos, fugidos para as regiões do país que ofereciam mais segurança, estão a regressar, o que vai permitir ao Loge Pequeno voltar a ocupar o lugar no contexto nacional em termos de produção agrícola. Na aldeia há um posto de saúde, que regista como principais patologias a malária, diarreias agudas e febre tifóide. As grandes contrariedades residem na falta de energia eléctrica, número insuficiente de escolas e de postos de saúde para os 2.184 habitantes da aldeia

8.36 Municípios de Caculama têm água potável

Jornal de Angola

31 De Março de 2011

Os habitantes do município de Caculama passaram a beneficiar, em Janeiro, de água potável, com a criação de vários sistemas de captação, tratamento e abastecimento, numa acção desenvolvida pela administração local, no quadro do programa do Executivo “Água para todos”, integrado na estratégia que visa a melhoria das condições sociais básicas da população.

Os chafarizes têm capacidade de bombear aproximadamente 25 mil litros cúbicos de água por hora, tendo também sido construída uma conduta de canalização, para permitir o abastecimento das residências da vila.

O empreiteiro, Victor Monteiro, explicou que o projecto vai abranger outras áreas da circunscrição, com o objectivo de garantir o acesso à água potável a todos os municípios da região.

Rede sanitária em Calandula

O administrador municipal de Calandula, Manuel Campos, disse ontem que constam das acções do seu pelouro a melhoria da rede sanitária do município, visando garantir melhor assistência às populações. Em declarações à Angop, o responsável precisou que se prevê a reabilitação dos centros de saúde do município, bem como o recrutamento de mais enfermeiros, tendo em conta o mau estado de conservação de algumas infra-estruturas e reduzido número de técnicos.

Face à insuficiência de enfermeiros, pretende-se formar promotores ou agentes comunitários, aproveitando-se indivíduos com alguma experiência técnica e nível académico aceitável.

9 GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Fórum de jornalistas leva discussão da violência doméstica ao sambizanga

Semanário Angolense

De 26 de Fevereiro a 05 de Março de 2011

Encerrando o ciclo de encontros comunitários programados no quadro da IIª fase da campanha “desafiando o silêncio: os meios de comunicação contra a violência sobre a mulher”, o Fórum de Mulheres Jornalistas para Igualdade no Género realiza hoje, sábado, 26 realizar mais um encontro com populares para abordar o problema da violência doméstica, desta feita na comuna do Ngola Kiluange, em Luanda.

Com a actividade, que acontece no centro de Alfabetização “Kudilonga (uma escola de alfabetização criada e gerida pela comunidade), a organização espera colher dos participantes experiências, boas práticas utilizadas por estes no combate ao problema e na resolução dos casos de violência doméstica.

A sessão de abertura do evento está marcada as 9 horas.

Para o encontro esperam-se mais de trinta pessoas: segundo a organização, que terão a possibilidade de assistir o DVD da campanha, que inclui testemunho de vítimas de violência doméstica.

As conclusões e recomendações deste encontro serão apresentadas na mesa redonda que o Fórum de Mulheres Jornalistas para Igualdade no Género irá realizar no próximo dia 25 de Março, em Luanda.

Esta actividade não é isolada. Ela enquadra-se na campanha «Desafiando o silêncio: os meios de comunicação social contra a violência doméstica», que prevê encontros comunitários e mesas redondas. No quadro do projecto, segundo a organização, foram realizados encontros do género nos municípios de Kalandula (Malange), Caimbambo (Benguela) e Tando-zinze (Cabinda).

9.2 A força das mulheres

Jornal de Angola

1 De Março de 2011

A Organização da Mulher Angolana (OMA) está em congresso. Prestigiada organização feminina que participou activamente na luta de libertação contra o colonialismo português, a Organização da Mulher Angolana é hoje indiscutivelmente uma das maiores e mais respeitadas organizações nacionais.

A OMA, que realiza o seu quinto congresso, tem-se mostrado muito interventiva na nossa sociedade, em vários domínios da vida nacional, particularmente no que diz respeito à defesa dos direitos das mulheres, que constituem a maioria da nossa população.

Com mais de dois milhões de membros e implantada em todo o território nacional, a OMA, criada em Dezembro de 1962, constitui actualmente uma organização incontornável, a que muitos cidadãos, homens e mulheres, recorrem para resolverem informalmente muitos dos seus problemas. Tornou-se, por exemplo, normal a resolução de conflitos nos lares por parte da Organização da Mulher Angolana, que tem dado uma grande contribuição para que muitas famílias e lares vivam em harmonia.

A celeridade e a eficiência com que muitos problemas nos lares são resolvidos pela Organização da Mulher Angolana levam cidadãos de diferentes estratos sociais e origens a optarem pela mediação da Organização da Mulher Angolana, que, por via do aconselhamento, promove a concórdia entre familiares e, consequentemente, a paz social junto das comunidades.

A OMA terá certamente adquirido muita experiência como mediadora em conflitos entre familiares, pelo que vale a pena estudar profundamente essa experiência e, se for caso disso, aproveitá-la para se melhorar ainda mais o desempenho de outras instituições na solução informal de problemas nas famílias e nos lares, sobretudo agora que estamos todos empenhados em combater a violência doméstica e defender os valores da boa educação e do civismo.

Os cidadãos gostam, e isso é legítimo, de ver os seus problemas resolvidos com celeridade. O Estado está igualmente interessado em que haja harmonia na sociedade e que os direitos e interesses dos cidadãos sejam protegidos.

A Organização da Mulher Angolana tem-se preocupado em proteger um valor importante que é a dignidade da pessoa humana. A dignidade humana tem sido considerada como o princípio maior que rege o Direito. A dignidade é um valor social que decorre do simples facto de se ser humano, de se pertencer à espécie humana.

Já alguém disse na Antiguidade que “há muitas maravilhas neste mundo, mas nada é maior que o homem.” Na Constituição de Angola há um princípio fundamental que reconhece esse valor – A dignidade humano – que norteia o Direito. Lê-se nesse princípio da nossa Lei Fundamental, que “Angola é uma República soberana e independente, baseada na dignidade da pessoa humana” A Organização da Mulher Angolana, ao prote-

ger cidadãos, homens, mulheres e crianças – da violência doméstica tem em vista a defesa da dignidade da pessoa humana;

A Organização Mulher Angolana tem lutado também. É por isso que esta organização feminina goza de muito prestígio, para que seja assegurado a todos condições de existência condignas, protegendo cidadãos de – actos degradantes e desumanos. E por isso ela é a maior organização da sociedade civil de Angola.

Nos Estados modernos não se pode mais negar ao ser humano um valor intrínseco a que se convencionou chamar “dignidade”. A dignidade torna qualquer homem merecedor do mais elevado respeito.

Roberto de Almeida, vice-presidente do MPLA, reconheceu, na abertura do quinto Congresso da OMA, que a mulher angolana “tem vindo a demonstrar ser um membro activo da sociedade, lutando pela defesa e preservação de valores que dignifiquem o género, tendo desempenhado um papel fundamental no seio da família, como mãe, esposa, educadora, e contribui de modo eficaz para o bem-estar e desenvolvimento da sociedade”.

Que o quinto congresso da Organização da Mulher Angolana venha a contribuir para uma maior intervenção desta organização na vida da sociedade nessa na perspectiva da resolução de muitos problemas que afectam os angolanos

A OMA, pela sua dimensão e natureza, tornou-se numa organização indispensável para a construção de um país próspero. Que a sabedoria e o espírito de sacrifício das mulheres angolanas continuem a ajudar o país a crescer, para que os filhos da Pátria vivam cada vez melhores.

9.3 Criminalidade na fronteira é preocupação em Cabinda

Jornal de Angola
1 De Março de 2011

O comandante da Polícia Nacional (PN) em Cabinda, comissário Eusébio e Costa, apelou, ontem, a uma maior entrega no combate à criminalidade e à sinistralidade rodoviária por parte dos efectivos.

O comissário Eusébio e Costa, que fez o apelo ao discursar no acto provincial alusivo ao 35º aniversário da PN., realizado no largo do Estádio do Chiazzi, disse a Polícia deve cumprir com determinação e zelo a missão junto das comunidades, respeitando os cidadãos para garantir melhor policiamento de proximidade.

O comandante afirmou que a imigração, na província de Cabinda, atinge proporções alarmantes devido à vasta fronteira terrestre com os dois Congos. Por isso, defendeu, a Polícia de Guarda Fronteira deve redobrar a vigilância para um combate mais cerrado a esse fenómeno.

Os crimes transfronteiriços e os de tráfego de seres humanos e de entrada de mercadorias ilegais, salientou, são condicionantes que requerem da corporação o redobrar da vigilância para a garantir a estabilidade no comércio fronteiriço no âmbito das “boas relações” entre Angola e os países limítrofes.

Durante o acto foram patenteados efectivos aos graus de oficiais superiores, inspectores chefes, sub-inspectores e sargentos.

9.4 Assaltos às residências retomam ao bairro Mulenvos

Semanário Factual
De 5 a 12 de Março de 2011

Assaltos perpetrados por cidadãos mascarados nos períodos diurno e nocturno, no bairro Mulenvos de Cima, município de Viana, estão a frustrar moradores e passantes há um mês, devido à falta de fiscalização da Polícia e da luz eléctrica nas suas ruas.

De acordo com os moradores, os assaltantes usam armas-de-fogo para assustar à força, dos moradores bens domésticos de valores comerciais, como televisores, cama, e fogões. Moradores são vítimas de espancamentos por resistência, enquanto outros, raptados e violados em lixeiras e valas de drenagens.

Marlene Cristóvão, moradora há cinco anos, informou ao Factual! que os períodos diurno e nocturno são considerados os mais críticos, por registarem maior número de roubos, violações sexuais e agressões físicas na via pública.

Quando a madrugada chega, ouvem-se gritos de socorro em todo o canto.

“Por d. as noites têm sido um (error para amanhece;;; as mulheres são alvos de ataques de todo o tipo, assim que elas regressam dos mercados, enquanto as crianças que ficam a vigiar as casas servem, muita das vezes, de atractivos sexuais para os assaltantes, quando nada encontram na residência a assaltar”, disse.

Segundo Júlia Henriques, menor de 12 anos, violada por um suposto meliante há sete dias, cobriram-na com penso embebido de substância nociva que a fez desmaiar. Quando se reanimou, já estava deitada na

cozinha, molhada e sem forças, logo clamou por socorro dos vizinhos.

“Eles eram dois, um claro com cabelos pintados e outro escuro que usava lentes e luvas pretas que tinha nas costas uma mochila HP. Agora sinto medo de ficar sozinha, de ir à escola e andar com as amigas”, disse.

Em represália às cenas indecorosas perpetradas por cidadãos desconhecidos aos moradores do bairro Mulenvos, os moradores prometem fazer justiça por mãos próprias, através das situações que se têm acontecido na localidade.

Eduardo Marcolino, de 45 anos, diz não ser justo praticar justiça por mãos próprias, mas apoia tal ideia por considerar ineficiente a actuação da Polícia nos Mulenvos, sempre que os moradores apresentam queixas dos infractores.

“Nos postos policiais dos Mulenvos de Cima e de Baixo, existem efectivos policiais com ouvidos de mercadores, preocupados com o trânsito periférico, por lhes garantir dinheiro fácil. Se não possuínos electricidade por falta de compromisso da administração de Viana para com os municípios, pelo menos nos assegurem a vida com polícias mais cultos, responsáveis e humanos”, criticou.

O Factual apurou dos moradores que, em um mês, mais de nove casas foram assaltadas, 16 crianças violadas, cinco adultos e mais de 12 agressões físicas foram cometidas pelos supostos meliantes. Em consequência, cresce o medo e a agonia dos moradores, enquanto a comissão do bairro permanece fechada.

Enquanto a Policia luta pela sua modernização técnica, logística, infra-estruturais e mentais que se pretendem até ao ano 2013, em Luanda, defmem-se novas zonas de perigosidade para o seu trabalho.

9.5 Coragem da mulher angolana

Jornal de Angola

11 De Março de 2011

Esta cada vez mais evidente que a maior ou menor participação da mulher nos processos de decisão de um país tem reflexos directos no êxito de qualquer politica de combate à pobreza.

Em países como o nosso, em que existem regiões de predominância matrilinear, soa a suicídio político pensar-se em eliminar a pobreza extrema sem um plano responsável e consequente de inclusão da mulher nas mais importantes esferas de decisão.

Abundam exemplos de mulheres que ocuparam lugares de relevo em momentos importantes da trajectória do país como Nação independente. Na luta de libertação, são de espantar os relatos que testemunham a coragem de mulheres que largaram tudo e pegaram em armas para ajudar a expulsar o colonialista português.

Deolinda Rodrigues, Lucrecia Paim, Engrácia dos Santos, Catarina Garcia de Jesus, Mariana Ana paz, Teresa Afonso e Irene Cohen, são alguns dos nomes que avultam nos anais da história da luta contra a opressão colonial. É claro que existiram outras não menos merecedoras do título de heroínas, que se mantêm anónimas por natural incapacidade da memória humana registar tudo.

Falamos das mulheres guerrilheiras enquadradas nos “Esquadrões Kamy” e “Ferraz Bomboco”, da tia que sustentava a família com provento da venda da kitaba ou do doce de ginguba, e da mãe que aguentou o sofrimento causado pela ausência do filho que, por opção, abraçou a causa da liberdade do povo. Todas fizeram bem o seu papel:

Mais para cá, tivemos (e temos) bons exemplos de mulheres cuja trajectória serve de inspiração tanto para homens como mulheres. Falemos da engenheira Albina Assis que chegou a dirigir os importantíssimos ministérios da Indústria e dos Petróleos, antes de chegar a assessora especial do presidente da república para assuntos regionais. Francisca espírito santo que chegou a governadora de Luanda, a capital do país de Josefina Pitra Diâkité, que dirige a nossa missão diplomática nos Estados Unidos da América, ou ainda de Suzana Nicolau Inglês, presidente da Comissão Nacional Eleitoral (CNE).

Apesar disso, embora nos orgulhemos de ter um número significativo de gabinetes ministeriais dirigidos por mulheres, um Parlamento equilibrado do ponto de vista da proporcionalidade do género e administrações de grandes empresas com forte presença feminina, há que admitir que estamos ainda muito longe do dia em que poderemos anunciar que não temos uma sociedade preconceituosa. Provavelmente menos preconceituosa que as demais.

Mas se é verdade que a realidade nos obriga a não embandeirar em arco e a assumir que estamos ainda longe do ideal, não é menos verdade que registamos avanços significativos. No meio rural, por exemplo, já vemos diluir-se a ideia de que as meninas devem apenas ocupar-se de cuidar dos irmãos mais novos e aprender a ser boas esposas.

Dá gosto de ver meninas e meninos, em igual circunstância, disputarem o título de delegado de turma ou de melhor aluno.

Tudo isso é resultado de uma política orientada para uma sociedade sem preconceitos, que envolve a eliminação de todo o tipo de barreiras ao auto afirmação da mulher. Falamos de iniciativas de louvar que vão desde a garantia constitucional do acesso universal à educação, ao incentivo a iniciativas como o programa nacional de alfabetização que têm dado a milhares de adultos, especialmente mulheres, a oportunidade de recomeçarem as suas vidas sob novos horizontes.

9.6 Fórum de jornalistas leva discussão da violência doméstica ao sambizanga

Semanário Angolense

De 26 de Fevereiro a 05 de Março de 2011

Encerrando o ciclo de encontros comunitários programados no quadro da IIª fase da campanha “desafiando o silêncio: os meios de comunicação contra a violência sobre a mulher”, o Fórum de Mulheres Jornalistas para Igualdade no Género realiza hoje, sábado, 26 realizar mais um encontro com populares para abordar o problema da violência doméstica, desta feita na comuna do Ngola Kiluange, em Luanda.

Com a actividade, que acontece no centro de Alfabetização “Kudilonga (uma escola de alfabetização criada e gerida pela comunidade), a organização espera colher dos participantes experiências, boas práticas utilizadas por estes no combate ao problema e na resolução dos casos de violência doméstica.

A sessão de abertura do evento está marcada as 9 horas.

Para o encontro esperam-se mais de trinta pessoas: segundo a organização, que terão a possibilidade de assistir o DVD da campanha, que inclui testemunho de vítimas de violência doméstica.

As conclusões e recomendações deste encontro serão apresentadas na mesa redonda que o Fórum de Mulheres Jornalistas para Igualdade no Género irá realizar no próximo dia 25 de Março, em Luanda.

Esta actividade não é isolada. Ela enquadra-se na campanha «Desafiando o silêncio: os meios de comunicação social contra a violência doméstica», que prevê encontros comunitários e mesas redondas. No quadro do projecto, segundo a organização, foram realizados encontros do género nos municípios de Kalandula (Malange), Caimbambo (Benguela) e Tando-zinze (Cabinda).

9.7 Fórum de mulheres jornalistas apoia vítimas de violência doméstica

Angolense

De 12 a 19 de Março de 2011

Depois de vários programas de rádio com o intuito de minorar os casos de violência doméstica no país, o Fórum de Mulheres Jornalistas para Igualdade no Género (FMJIG) abriu um gabinete de assistência jurídica para as vítimas de violência doméstica.

Importa realçar que muitos casos de violência doméstica não são levados as instâncias de direito primeiro porque as vítimas quase sempre depois de denunciarem retiram as queixas, depois porque a maior parte das mulheres vítimas de violência doméstica correm para as esquadras de polícia para verem a situação resolvida, mas, tal como várias testemunhas dizem, nem sempre recebem o devido tratamento, tudo porque ainda existe pessoas que acham que “na briga de marido e mulher não se mete acolher”. Por falta de recursos financeiros, muitas vítimas acabam por calar e sofrem. Numa tentativa de acabar com este terror que assola o nosso país, o Fórum de Mulheres Jornalistas para Igualdade no Género criou um gabinete, que vai atender gratuitamente as pessoas que sejam vítimas de algum tipo de violência doméstica, tais como: fuga a paternidade; negação de prestação de alimentos; agressões, etc. De relembrar que o Fórum de Mulheres Jornalistas para Igualdade no Género nasceu em Outubro de 2006. Um dos grandes projectos do fórum foi a campanha “Desafiando o Silêncio: Os Meios de Comunicação Contra a Violência Sobre à Mulher”, que teve início no dia vinte e oito de Dezembro de 2008.

Os principais objectivos dessa campanha foram promoção de amplos debate sobre a violência no género para alertar a sociedade sobre a necessidade de mudança de atitude; contribuir para redução de casos de violência, através de promoção de campanhas que viam esclarecer as vítimas sobre os seus direitos jurídicos e motiva-las a denunciar os agressores; influenciar os órgãos de comunicação social a abordar com regularidade a questão da violência doméstica; formar profissionais para que tratem desse assunto de maneira mais educativa, entre outras.

Segundo a organização, as pessoas que estiverem interessadas em receber apoio enfrentar este problema podem ligar para o seguinte terminal telefónico: 931 87 70.

9.8 Coragem da mulher angolana

Jornal de Angola

11 De Março de 2011

Esta cada vez mais evidente que a maior ou menor participação da mulher nos processos de decisão de um país tem reflexos directos no êxito de qualquer política de combate à pobreza.

Em países como o nosso, em que existem regiões de predominância matrilinear, soa a suicídio político pensar-se em eliminar a pobreza extrema sem um plano responsável e consequente de inclusão da mulher nas mais importantes esferas de decisão.

Abundam exemplos de mulheres que ocuparam lugares de relevo em momentos importantes da trajectória do país como Nação independente. Na luta de libertação, são de espantar os relatos que testemunham a coragem de mulheres que largaram tudo e pegaram em armas para ajudar a expulsar o colonialista português.

Deolinda Rodrigues, Lucrécia Paim, Engrácia dos Santos, Catarina Garcia de Jesus, Mariana Ana paz, Teresa Afonso e Irene Cohen, são alguns dos nomes que avultam nos anais da história da luta contra a opressão colonial. É claro que existiram outras não menos merecedoras do título de heroínas, que se mantêm anónimas por natural incapacidade da memória humana registar tudo.

Falamos das mulheres guerrilheiras enquadradas nos “Esquadrões Kamy” e “Ferraz Bomboco”, da tia que sustentava a família com provento da venda da kitaba ou do doce de ginguba, e da mãe que aguentou o sofrimento causado pela ausência do filho que, por opção, abraçou a causa da liberdade do povo. Todas fizeram bem o seu papel:

Mais para cá, tivemos (e temos) bons exemplos de mulheres cuja trajectória serve de inspiração tanto para homens como mulheres. Falemos da engenheira Albina Assis que chegou a dirigir os importantíssimos ministérios da Indústria e dos Petróleos, antes de chegar a assessora especial do presidente da república para assuntos regionais. Francisca espírito santo que chegou a governadora de Luanda, a capital do país de Josefina Pitra Diâkité, que dirige a nossa missão diplomática nos Estados Unidos da América, ou ainda de Suzana Nicolau Inglês, presidente da Comissão Nacional Eleitoral (CNE).

Apesar disso, embora nos orgulhemos de ter um número significativo de gabinetes ministeriais dirigidos por mulheres, um Parlamento equilibrado do ponto de vista da proporcionalidade do género e administrações de

grandes empresas com forte presença feminina, há que admitir que estamos ainda muito longe do dia em que poderemos anunciar que não temos uma sociedade preconceituosa. Provavelmente menos preconceituosa que as demais.

Mas se é verdade que a realidade nos obriga a não embandeirar em arco e a assumir que estamos ainda longe do ideal, não é menos verdade que registamos avanços significativos. No meio rural, por exemplo, já vemos diluir-se a ideia de que as meninas devem apenas ocupar-se de cuidar dos irmãos mais novos e aprender a ser boas esposas.

Dá gosto de ver meninas e meninos, em igual circunstância, disputarem o título de delegado de turma ou de melhor aluno.

Tudo isso é resultado de uma política orientada para uma sociedade sem preconceitos, que envolve a eliminação de todo o tipo de barreiras ao auto afirmação da mulher. Falamos de iniciativas de louvar que vão desde a garantia constitucional do acesso universal à educação, ao incentivo a iniciativas como o programa nacional de alfabetização que têm dado a milhares de adultos, especialmente mulheres, a oportunidade de recomeçarem as suas vidas sob novos horizontes.

9.9 Zungueira baleada por agente da polícia vive dias penosos

Angolense

De 12 a 19 de Março de 2011

Quatro meses se passaram desde que Domingas Pimpão foi alvejada pela polícia. Na primeira entrevista que fizemos, na edição de 18 a 25 de Dezembro de 2010, Mingota já lamentava a falta de responsabilidade do agente que a feriu e a falta de interesse da polícia em resolver o seu problema.

Hoje, a situação é a mesma. “Em Dezembro apareceram aqui em casa alguns agentes da polícia e entregaram-me cem mil Kwanzas e um saco de arroz, um de fuba de milho, uma caixa de óleo, uma caixa de fruta em calda, uma embalagem de salsichas, em que vem oito latas e uma caixa de peixe. Na altura, um dos agentes me repreendeu por ter dado a entrevista ao Jornal Angolense e me disse: quando quiseres desabafar liga para este número e fala, não vai aos jornais”, informou Mingota. Com o dinheiro que recebeu teve que arrendar um espaço para viver visto que está sem rendimentos em função de não estar a trabalhar. “Arrendei esse quarto, onde vivo com as minhas filhas, paguei até Junho, aqui por mês paga-se o equivalente a cem dólares. Só de pensar que o prazo

já vai terminar e não estou a trabalhar, nem consigo dormir em paz”, frisou.

Mingota disse que quando recebeu aquele valor da polícia pensou que eram apenas os primeiros passos da corporação a mostrar que não concordava com o sucedido, mas estava enganada.

“No dia 14 de Janeiro tirei a tala, então dei-lhes a conhecer, fomos para o Comando Provincial com a minha irmã, postos lá, expliquei que o médico que me assistiu no Hospital Maria Pia disse que se fosse para me operarem já tinha de ser fora do Maria Pia, numa Clínica privada. Os agentes disseram que se for para operar fora do Hospital Público não vão pagar. A minha irmã perguntou-lhe se os valores e a comida que me deram no mês de Dezembro continuariam a dar todos os meses ou como é que fica? Eles disseram: aquilo que demos é porque sentimos pena de ti, porque estavas a se queixar muito”, narrou, tendo acrescentado que lhes informou que havia feito dívidas para comprar material escolar para as filhas. “Eles disseram sobre dinheiro já não têm nada a ver”, lamentou, com os olhos cheios de lágrimas, tendo acrescentado que um dos agentes lhe disse que para que receba comida mensalmente teria que ser mediante ordem judicial. Entretanto, foi alertada que um processo judicial “leva tempo”.

Mingota lamenta o tratamento que a polícia lhe está a dar. “Uma pessoa com comida, sem dinheiro, é mesma coisa que nada, porque é preciso tomate, cebola e outros acompanhantes que eles não dão. Tudo que eu queria era que eles me arranjassem só pelo menos uns valores para que começasse a vender, nem que fosse aqui na minha casa, tenho arca, poderia me virar, para poder sustentar as minhas filhas”, implorou, tendo acrescentado que este tempo todo em que está doente tem sido como um fardo para sua família. “A minha família já me ajudou muito, mas agora também não têm para me dar. Hoje em dia não recebo apoio de ninguém. O chefe da polícia disse que iria me arranjar uma bancada num dos mercados para me dar, a fim de eu começar a vender, estou à espera, mas mesmo que ele me dê uma bancada, sem dinheiro, nada se faz”, frisou.

Quanto ao ferimento, Mingota disse que o pé continua a doer muito. “Mesmo no dia em que eu estava no Comando Provincial eu disse-lhes que o pé me dá dor, posso andar, mas tem uma hora que sinto a bala e o pé começa a doer, às vezes inflama. Quando ando, não sinto esse pé, ele fica pesado, mas como não tenho o que fazer aguento a dor, até o dia em que disserem que tenho que tirar a bala. Eles disseram que isso leva muito tempo, entre vinte ou vinte e cinco anos, para a bala ter que subir”, informou.

Mingota contou, por outro lado, que a sua filha ficou internada durante um mês, mas não conseguia dormir no hospital, devido a dor que o pé lhe dava. “A miúda estava com falta de sangue, na família a única que tem o mesmo grupo sanguíneo que ela sou eu, mas não me permitiram dar o sangue, devido a bala que estava ainda em circulação no corpo, tiveram que comprar o sangue”, disse. Para sobreviver, nos últimos dias, Mingota ajuda a irmã com o seu negócio e no final, se houver lucros, ela dá-lhe mil ou quinhentos Kwanzas.

“Que a Comandante Bety me ajude, não sei mais onde recorrer, o pai da minha filha não me apoia, tudo que quero é que me tirem essa bala do pé, me dêem um lugar e um dinheiro para poder começar a vender”, apelou.

Segundo o Código Penal vigente em Angola, o que aconteceu com a Mingota traduz-se como ofensas corporais graves e, nesses casos, o agressor é obrigado a indemnizar a vítima durante todo o tempo que ela ficar incapacitada de trabalhar.

9.10 Angola nega envolvimento em casos de violação

Jornal de Angola
12 De Março de 2011

O ministro angolano das Relações Exteriores negou, ontem, em Luanda, que efectivos da Polícia Nacional estejam envolvidos em violações sexuais contra congoleesas ocorridas, em 2010, ao longo da fronteira entre Angola e a República Democrática do Congo (RDC).

George Chikoti deu a garantia à imprensa, à saída de uma audiência que concedeu à representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a luta contra a violação sexual em situações de conflito, Margot Wallstrom, que, desde quinta-feira, se encontra de visita a Angola.

As queixas de violações sexuais, disse, começaram a surgir depois de as autoridades angolanas terem expulso congolese que exploravam ilegalmente diamantes nas Lundas. Essas pessoas, frisou, foram queixar-se às autoridades congolese, já em território congolês.

Chikoti sublinhou que Angola rejeita completamente as acusações que forças policiais angolanas tenham feito violações em massa a mulheres congolese.

O ministro angolano disse que existe uma comissão multisectorial entre os dois países que tem elaborado inquéritos sobre essas questões.

A comissão, afirmou, concluiu ter havido apenas uma violação sexual a uma mulher. Chikoti referiu que o

agente da Polícia Nacional que supostamente participou na violação “está já a contas com a justiça”. “Vai ser julgado para se comprovar se a acusação que lhe é imputada é verdadeira”, acrescentou.

Aproveitamento político

O ministro das Relações Exteriores lamentou o facto de, na RDC, se estar a aproveitar politicamente esse acto. “Vários partidos vão à Assembleia [Nacional congoleza] e fazem declarações bombásticas, alegando violações em massa que não são, de facto, provadas”, denunciou George Chikoti, para quem o importante é que existe vontade de os dois países trabalharem de maneira coordenada.

Seja como for, Chikoti avisou que Angola vai dar a conhecer o caso às Nações Unidas, a quem vai reafirmar que não permite a imigração ilegal. “Vamos mostrar que temos expulso as pessoas e continuar a fazê-lo porque não permitimos a imigração ilegal, sobretudo quando ela afecta um sector sensível da nossa economia e ameaça a segurança do nosso Estado”, sublinhou.

O ministro assegurou que Angola sempre se mostrou aberta ao diálogo, não só com as Nações Unidas, mas com os parceiros da RDC. Para isso, quer a outra parte tenha a mesma postura. “Esperamos que a República Democrática do Congo continue a dialogar connosco e não através da imprensa ou de deputados que fazem declarações bombásticas que muitas vezes ferem o procedimento normal para o tratamento dessas questões”, pediu, antes de lembrar que existe um Mecanismo Bilateral criado entre os dois países.

Responsável pelos actos

Na RDC, de onde partiu para a visita a Angola, Margot Wallstrom disse ter conversado com a mulher que supostamente foi vítima de violação sexual praticada pelo polícia angolano.

A representante especial de Ban Ki-moon afirmou que, depois da conversa com a mulher, compreendeu que há, também, responsabilidades a serem assacadas a RDC.

“Sei que há responsabilidade do lado da República Democrática do Congo relacionada com o tráfico de seres humanos e de prostituição”, declarou Margot, frisando o facto de os dois países trabalharem juntos para resolverem estas questões. Wallstrom manifestou a disposição das Nações Unidas em apoiar Angola no combate à imigração ilegal e às violações sexuais ao longo da fronteira.

“Qualquer questão que o Governo angolano necessitar quanto a essas questões, nós, Nações Unidas, estaremos disponíveis para apoiar. Aliás, estamos aqui para isso”, salientou.

Chikoti disse que, durante o encontro com Margot Wallstrom, houve troca de impressões bastante enriquecedoras: “Mostramos a dimensão do desafio que Angola tem quanto à luta contra a imigração ilegal, particularmente nas Lundas”.

O chefe da diplomacia angolana disse ser curioso o facto de as expulsões que se registaram noutros pontos da fronteira não terem sido motivo de alegações ou especulações como as que ocorreram nas Lundas.

“A exploração ilegal de diamantes [nas Lundas] provocou problemas sérios a Angola, não só do ponto de vista económico, mas também ambiental e de segurança”, referiu, acrescentando que havia pessoas que exploravam diamantes e se encontravam armadas.

A representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a luta contra a violação sexual em situações de conflito agradeceu ao ministro das Relações Exteriores por a ter recebido.

Margot Wallstrom disse ter vindo a Angola para obter mais informações sobre as supostas violações ocorridas nas Lundas e as políticas do Executivo para as impedir. “Tivemos uma discussão calorosa e amanhã [hoje] terei a oportunidade de visitar a província da Lunda-Norte para melhor compreender os desafios que Angola enfrenta relativamente à imigração ilegal”, disse. Angola e a RDC partilham uma fronteira terrestre de 2.511 quilómetros.

9.11 Morto á facada por 100 kwanzas no Cazenga

AGORA

12 De Março 2011

Segundo testemunhas, a vítima encontrava-se a trabalhar, tendo sido surpreendida por um grupo de delinquentes que lhe pediram 100 kwzs. Ao rejeitar, dizendo que não dispunha do valor, bateram-lhe e tiraram todo o dinheiro que tinha nos bolsos, apunhalando-o de seguida. Vertendo muito sangue, acabou por morrer no local.

Esta acção foi protagonizada por elementos com idades entre os 18 e 20 anos, munidos de garrafas e outros objectos contundentes, criando pânico no mercado.

Os actos protagonizados pelos amigos do alheio nos Kwanzas, resultaram, para além da vítima mortal, no ferimento de várias pessoas. Paulino, natural de Benguela, veio trabalhar para Luanda como roboteiro, para sustentar a família que vive nas terras das acácias

rubras. Desconhece-se, até agora, o que terá motivado os assaltantes, sabendo-se apenas que enquanto durou a contenda, a Polícia não se fez presente. Com o encerramento do mercado Roque Santeiro, aumentou significativamente a delinquência no bairro •

Manuel Capemba, 22 anos, espancou o pai para supostamente apoderar-se da casa. O facto ocorreu recentemente no bairro dos Ossos, no Sambizanga. Manuel Faustino, 42 anos, disse ao AGORA que estava a conviver quando o filho irrompeu abusivamente, abrindo a arca que continha cerveja, apoderando-se imediatamente de algumas garrafas.

Ao tentar repreendê-lo, o rapaz investiu contra o pai, atirando-lhe, além de garrafas, alguns utensílios domésticos, numa atitude agressiva que visava acabar com a vida do progenitor.

“Não aconteceu o pior graças à intervenção dos vizinhos”, conta Faustino, visivelmente amargurado. O agressor já está a contas com a justiça. •

9.12 Nações Unida desdramatizam relatos de casos de violação sexual na fronteira

Jornal de Angola

15 De Março de 2011

A representante especial do Secretário-Geral da ONU para a luta contra a violação sexual em situações de conflito descartou, ontem, em Luanda, a ocorrência de violações sexuais em massa na fronteira entre Angola e a República Democrática do Congo (RDC).

“Não devem existir casos de violações, ocorreu apenas um, que deve ser o último”, afirmou Margot Wallstrom aos jornalistas, após ter sido recebida, na Cidade Alta, pelo Vice-Presidente da República, Fernando da Piedade Dias dos Santos.

Através das comissões bilaterais, referiu, os dois Estados devem estar permanentemente informados e procurar mecanismos para prevenir e combater casos de violência sexual que possam ocorrer ao longo da fronteira.

Margot Wallstrom pediu às autoridades congoleesas que colaborem com o Executivo angolano na entrega de informações sobre prováveis ocorrências de violações sexuais na fronteira.

A par disso, apelou ao Governo angolano que reforce mecanismos de segurança que permitam evitar este tipo de crimes. A representante do Secretário-Geral da ONU elogiou o Executivo de Angola por ter tomado uma “posição séria” em relação à violência sexual na fronteira entre os dois países, salientando que as Nações

Unidas têm todo o interesse em velar pela prevenção destes crimes.

O ministro das Relações Exteriores, Georges Chikoti, negou, no sábado, após um encontro com Margot Wallstrom, o envolvimento de efectivos da Polícia Nacional em casos de violações sexuais contra congoleesas, ocorridas em 2010, ao longo da fronteira entre Angola e a República Democrática do Congo.

Georges Chikoti lembrou que as queixas de violações sexuais começaram a surgir depois de as autoridades angolanas terem expulso congoleeses que exploravam ilegalmente diamantes nas Lundas. Essas pessoas, frisou, foram queixaram-se às autoridades congoleesas, já em território congolês.

Margot Wallstrom que ontem regressou a Nova Iorque, visitou a província da Lunda-Norte, onde inspeccionou o campo de refugiados e o posto fronteiriço com a República Democrática do Congo.

9.13 Governo inocenta Forças Armadas

Novo Jornal

18 de Março de 2011

O Governo angolano terá mostrado durante uma reunião com altos funcionários das Nações Unidas, provas de que os militares angolanos estão inocentes, no que a violações sexuais de imigrantes diz respeito.

Segundo uma fonte militar, os representantes angolanos mostraram aos representantes da ONU fotografias de militares congoleeses a abusarem sexualmente das vítimas, o que deixou, o outro lado, da RDC constrangido, sem poderem se defender, porque não levavam provas para contrapor.

“O problema é que do nosso lado tem havido alguns problemas, por exemplo de usurpação de alguns bens dos imigrantes expulsos, e do outro lado ainda é pior, e os congoleeses atiram as culpas para este lado. A tensão entre os dois países está a subir de tom, por várias razões, como a questão da plataforma marítima, por causa do petróleo, e até ao problema terrestre, onde os congoleeses estão a levantar os marcos e a ocupar zonas do nosso território”, disse a nossa fonte.

Segundo ainda a nossa fonte, este problema entre Angola e a RDC poderá futuramente trazer graves problemas para os dois países, uma vez que “ainda existe a questão do baixo Congo, onde há ideias sobre o rei do Congo que estão a crescer e a envolver território angolano”, confidenciou-nos a mesma fonte.

Entretanto, a representante especial da ONU, que esta semana esteve de visita ao nosso país, defendeu que a República Democrática do Congo (RDC) deve apresentar provas documentais quando constatar actos de violência sexual na fronteira com Angola, para que o Governo angolano possa actuar. “Seria importante que a parte congoleza pudesse documentar todos os casos e enviar para o Governo angolano, para que possa agir com base na informação obtida”, sugeriu Margot Wallstrom, quando falava à imprensa.

Margot Wallstrom teve a oportunidade de se deslocar à província da Lunda Norte para averiguar as denúncias feitas pelos congolezes. No local, a representante especial da ONU teve a oportunidade de debater a questão com os congolezes e com técnicos dos serviços de saúde locais, os quais disseram haver muitos casos.

No entanto, Margot Wallstrom afirmou que a “curta visita” que fez “não permite afirmar que houve violações sistemáticas”.

A representante da ONU garantiu ainda que as Nações Unidas e as autoridades angolanas farão tudo para prevenir as violações sexuais. “Não haverá tolerância para aqueles que praticam crimes do género”, sublinhou, acrescentando que o Governo de Angola não tolera impunidades.

Margot Wallstrom recebeu também garantias do Executivo angolano de que as Nações Unidas serão informadas sempre que houver repatriamentos massivos para a RD Congo, para que a ONU possa monitorizar o processo.

O ministro das Relações Exteriores, George Chikoti, afirmou à imprensa que Angola não tem nada a esconder porque “está ciente de que não existem e nunca existiram violações sistemáticas e massivas”. “Mas é necessário que se saiba que Angola não vai parar com as expulsões de imigrantes ilegais”, afirmou na ocasião.

As relações entre a Angola e a RDC conheceram momentos de verdadeira tensão, devido aos milhares de congolezes expulsos daquele país desde Dezembro, com destaque para garimpeiros congolezes que trabalhavam na Lunda Norte. As denúncias surgiram em Novembro, quando a agência das Nações Unidas para os Assuntos Humanitários (OCHA) instou Angola e a RDC a investigar alegadas violações de 700 mulheres congolezas expulsas por Luanda para Kinshasa. Segundo as denúncias, as 700 mulheres faziam parte de um grupo de cerca de sete mil congolezes expulsos de Angola em Outubro e teriam sido violadas por soldados angolanos.

9.14 O estigma e o desrespeito no género persistem

Semanário Factual

De 19 a 26 de Março de 2011

Em pleno século XXI, ainda são notáveis os actos de estigma e de desrespeito que as mulheres angolanas, em particular as luandenses, têm sido alvo.

Vários relatos indicam que, nos diferentes estratos da sociedade, sobretudo na camada mais vulnerável, a violência no género feminino se mantém na ordem do dia.

O espancamento, o abandono, a violação físico-moral e a morte são situações que nunca escapam do quotidiano de muitos lares na província de Luanda, onde as mulheres são as maiores vítimas. Na sua maioria, estes actos terminam em traumas ou mesmo em suicídio das vítimas.

Em Luanda, são visíveis actos que afectam de forma negativa o respeito do género, visto, perante a lei, ambos gozarem dos mesmos direitos e deveres.

No sentido de apurar a situação que mulheres vivenciam, o Factual! abordou duas cidadãs que explicaram um pouco do que se tem vivenciado em Luanda, no que toca ao estigma e ao desrespeito no género.

Joana do Carmo, doméstica há cerca de cinco anos, falou ao Factual sobre a situação de estigma e desrespeito que viveu durante três anos com o seu marido,

“Eu tive de suportar situações desagradáveis com o meu ex-marido quando me decidi a arranjar um trabalho. No princípio, eu queria voltar a estudar depois da minha primeira gravidez, mas ele insistiu que não podia porque tinha de cuidar de casa e da criança. Posteriormente, tive outro filho e a situação financeira em casa deixava-me agastada, devido às dificuldades que passava, visto que nem sempre ele se mostrava disponível em deixar dinheiro em casas para supor as necessidades”.

A partir daí, foi então que a jovem Joana do Carmo se decidiu a arranjar trabalho, no sentido de conseguir suportar as necessidades de casa, pois o marido nem sempre estava disponível.

“Quando lhe contei que tinha arranjado trabalho, ele ficou muito furioso ao ponto de me agredir e a dizer que não era só trabalho e que fazia prostituição, e se eu continuasse deveria abandonar-me. Mas, como eu necessitava mesmo de fazer alguma coisa e não depender apenas dele, decidi-me a continuar a trabalhar e, sempre que chegasse a casa, havia briga”.

A jovem deu a conhecer que o marido acabou por abandoná-la com as duas crianças, mas, com a perseverança, conseguiu dar volta à situação que lhe foi imposta pelo parceiro.

“Hoje, consegui sair do trauma e erguer a cabeça. Agora, depois de dois anos da nossa separação, ele deseja regressar a casa e aceitar o meu trabalho, mas, com toda a sinceridade, não o quero mais, apenas que ele continue a prestar assistência aos filhos e mais nada”, explicou a jovem, de 35 anos de idade.

Já para Cláudia Dias (nome fictício para proteger a identidade da fonte), a situação é mais desoladora. A jovem, de 36 anos de idade, foi infectada com o vírus HIV / Sida pelo seu companheiro.

“Depois de eu ter descoberto que estava grávida, o meu ex-companheiro batia-me e ameaçava matar-me, pois ele sabia que me tinha infectado. Depois de eu descobrir que estava infectada, ele abandonou-me e ameaçou-me que se contasse a alguém acabava com a minha vida”, queixou-se Cláudia Dias.

Hoje, a jovem passa por várias dificuldades, pois o ex-companheiro pouco ou nada presta assistência à jovem e aos filhos, pelo que necessita de ajuda. Cláudia Dias vive com os três filhos, dependendo do apoio de familiares e de pessoas caridosas que procuram minimizar o sofrimento de uma mulher estigmatizada e abusada dos seus direitos. O Factual tomou conhecimento de que a jovem já recorreu, em 2010, à Polícia da III Divisão do Cazenga e à Campanha de Aconselhamento Jurídico, no âmbito da jornada Março/Mulher, mas nada foi solucionado.

Numa anterior entrevista concedida ao Factual, a jurista Isabel Maiato apelou às mulheres para que não encobrissem as situações de estigma e de desrespeito a que são submetidas pelos seus maridos.

Segundo a jurista, é preciso que as mulheres denunciem os actos que violem a sua integridade física e moral dentro do lar.

9.15 Onda de assaltos deixa moradores em pânico

Agora
19 De Março de 2011

Há pânico entre os moradores do projecto habitacional Nova Vida. Tudo porque os amigos do alheio encontraram ali, de há uns meses à data, terreno fértil para desenvolverem as suas actividades criminosas.

Os assaltos ocorrem, sobretudo na chamada zona dos prédios, um conglomerado de blocos habitacionais de dezasseis apartamentos cada, particularmente nos edifícios fronteiriços ao popular bairro da Lixeira, onde se situam a rua 50 e adjacentes, local que carece de iluminação, e que serve de refúgio aos assaltantes.

No início eram apenas pequenos roubos de retrovisores, de piscas e faróis, ou das tampas dos depósitos de combustível das viaturas. O aumento da população residente, do número de obras que começaram a ser erguidas na designada segunda fase, e a extinção dos mercados do Quintalão e até do Roque Santeiro, trouxeram consigo os ladrões de telemóveis, de carteiras e, finalmente os assaltantes de viaturas e de residências, verdadeiros especialistas, que em poucos minutos conseguem arrombar portas ou janelas, e limpar o recheio de uma sala. Como quem conta até dez.

Foi o que aconteceu há poucos dias com José Maventa e Isabel Marques, mais os dois filhos, já maiores de idade, enquanto dormiam. Os assaltantes que, segundo testemunhas, vieram em número de três, ainda acenderam e fumaram um cigarro de liamba, antes de treparem pelas grades do rés-do-chão, a coberto da folhagem do jardim, para a varanda do primeiro andar, no apartamento n08 do edifício 39. Depois de arrombarem a porta da varanda, dispuseram da casa como bem entenderam.

Cerca das 3.30 horas, a proprietária acordou com o sentimento de que teria ouvido passos junto à porta do seu quarto.

Pensando que um dos filhos necessitasse de alguma coisa, saiu para investigar. Foi até à sala, achando-a muito despida, procurou pelo que faltava. Foi então que percebeu que o plasma e o decodificador já lá não moravam.

A porta e o portão gradeado estavam abertos. Sem demora acordou os filhos e correram para a esquadra onde deram conta da ocorrência. Mas foi de regresso casa que perceberam que a dimensão do roubo não se resumia aqueles dois objectos. Os ladrões tinham levado dois telemóveis, uma botija de gás, trezentos dólares em dinheiro e ainda tiveram tempo para seleccionar seis garrafas de whisky velho, de 12, 15 e 20 mos, de boas marcas, que foram buscar à garrafeira localizada junto à porta do quarto do casal.

Na mesma noite e, mais ou menos à mesma hora, no edifício paralelo, um grupo de assaltantes não se sabe se os mesmos trepou pelas grades das varandas até ao segundo andar. Um dos moradores, identificado como andamento, sentiu necessidade de urinar estranhou ao

ver o anormal esvoaçar do cortinado da sala. Pensou que alguém se tinha esquecido de fechar a porta da varanda e dispôs-se a efectuar tal operação.

Foi quando quase chocou com um assaltante, que entretanto fazia sinais para que os parceiros subissem, pois a área estava livre. O jovem conta que, ao vê-lo, o ladrão dispôs-se a saltar daquela altura. «Ficou suspenso no ar, porque segurei-lhe pelos calções e comecei a gritar por ajuda, mas demoraram muito e eu tive de o soltar porque era muito pesado» contou. Mesmo assim, apesar da queda, de urna altura considerável, o ladrão levantou-se de pronto e, com os comparsas, foram refugiar-se na escuridão do bairro da Lixeira.

Urna semana antes, num edifício localizado na mesma rua, Zita da Silva acordou de madrugada, cerca das quatro horas, e preparou-se para aquecer água. Mas o fogão não acendia e ela não demorou a perceber porquê. No lugar da botija e do redutor, já não estava nada. Acordou os filhos e não tardou a perceberem que a porta da varanda fora arrombada. Os ladrões haviam levado também, para além dos acessórios da cozinha, algumas garrafas de vinho e um telemóvel.

Todas as semanas os moradores são confrontados com situações semelhantes, e o recurso aos gradeamentos virou moda, até mesmo para quem reside em andares aparentemente inacessíveis.

Entretanto, jovens, geralmente aos pares, fazendo-se transportar em motorizadas, elegeram as mulheres como as suas vítimas preferenciais. Actuam ao cair da noite e, na maior parte das vezes seguem a vítima desde a entrada do projecto, até ao seu destino. Isso mesmo aconteceu com Maria João, que se presume ter sido seguida desde o hipermercado Kero, de onde saiu às 19 horas, com muitas compras. Para encurtar a distância entre o seu apartamento e a viatura, estacionou-a junto à porta do edifício. Abriu o porta-bagagem e depois de pedir auxílio aos da casa, dispôs-se a tirar os sacos com as compras. Um jovem aproximou-se, com as mãos nas costas.

Não vinha oferecer ajuda. O indivíduo mostrou uma afiada catana e a mulher só teve tempo de levantar o braço para proteger a cabeça. Chuviscava nessa noite e o sangue do braço cortado até ao osso rapidamente espalhou-se pela entrada e escadas do edifício para onde João fugiu, enquanto o ladrão desaparecia, montado a pendura, na motorizada, com a carteira alheia. Dias mais tarde alguém encontrou a referida sacola, já despida do essencial, algures junto ao Gamek.

Isabel Dinis, que mora num segundo andar, foi surpreendida à porta de casa, ao abrir a pasta para tirar a chave.

O ladrão, que a seguiu escadas acima como se de um visitante se tratasse, pediu-lhe apenas que lhe passasse o telemóvel, e que não estrilhasse. Depois saiu calmamente, deixando a senhora atónita e muda.

Há três semanas, agentes da polícia mandaram parar, no interior da urbanização, um motociclista, que se fazia acompanhar do pendura, e que desobedeceu à ordem. Deu-se então início a uma perseguição, que terminou quando os fugitivos abandonaram o veículo e desapareceram para parte incerta. A motorizada, confiscada pelas autoridades, seria depois identificada por alguns moradores, como sendo a mesma utilizada por uma dupla de assaltantes, certamente a mesma que se pôs em fuga ao ver-se perseguida.

O registo do último assalto tem data do sábado passado quando, cerca das 11 horas, cinco indivíduos armados (dois deles com metralhadoras) irromperam pela conhecida «cantina do Alex», localizada sobre a vala de drenagem que estabelece a fronteira entre o Nova Vida e a Lixeira, e depois de terem feito reféns e amarrado dois clientes que ali se encontravam, trancando-os numa pequena despensa, fecharam as portas de acesso e exigiram, do proprietário, o dinheiro da caixa (quinze mil kwanzas), para além de vinte cartões de recarga para telemóvel, da operadora Unitel. Depois, os ladrões saíram calmamente. A polícia não foi informada do ocorrido. Sabe-se que o comerciante, de origem senegalesa, reside em Luanda na condição de estrangeiro ilegal, razão pela qual evitou o recurso às autoridades.

Semanas antes, Daniel Cachapéu, empregado do mini mercado Welwitchia, fora violentamente agredido naquele local, à catanada, por volta das 19.30 horas, numa frustrada tentativa de furto levada a cabo, segundo testemunhas, por cinco indivíduos. Curiosamente, o episódio ocorreu a cinquenta metros da 36a Esquadra.

São apenas alguns exemplos do que vem acontecendo com muita frequência. Situação que vem provocando a indignação dos moradores, sobretudo porque a polícia insiste em dizer que ignora, que os indicadores não deixam transpirar nenhuma anormalidade, e que, portanto, a situação está sob controlo.

Com uma extensão de 483 hectares, o Projecto Nova Vida é delimitado, a norte pela avenida Pedro de Castro Van-dúnem «Loy» e pelo bairro da Lixeira, a sul pelo bairro Dangereux, a este pelo Simeone e a oeste pela divisão da Samba. Embora não tenha sido ainda feito senso algum, a sua população está estimada entre doze a dezasseis mil habitantes.

9.16 Nova frente contra a violência sobre a mulher

Angolense

De 26 de Março a 02 de Abril de 2011

Em alusão à jornada Março/Mulher, a sociedade de Senhoras da Igreja Assembleia Internacional Da Paz (Assembleia De Deus Petencostal De Angola) realizou um encontro sob o lema Eu Sou A Serva do Senhor, no Museu De Historia Natural, que contou com a participação da Ministra da Família e Promoção da Mulher, Genoveva Lino a pastora Brígida Bruno ressaltou que o evento serviu também para trocar experiência com outras mulheres, tendo como objectivo principal ajudar mulheres angolanas a conhecer a Cristo, participar no combate à delinquência Juvenil e à violência, tanto física como moral.

“Este encontro serviu para que as mulheres entendam que não devem apenas limitar-se em ser donas de casa, mas compreender que Deus tem um propósito para cada uma de nós, para servir a nação, evangelizar. Deus quer que as mulheres lhe sirvam, independentemente da sua posição social”, disse a Pastora.

A Ministra da Família e Promoção da Mulher, Genoveva Lino, disse que este tipo de evento serve para reflectir. Salientou que a igreja tem um papel primordial e fundamental na sociedade. “Educar uma mulher é educar uma Nação. Cada mulher deve ser produtora deste desenvolvimento que está a verificar-se nos tempos actuais”, frisou, tendo acrescentado que saiu do encontro satisfeita e alegre.

Segundo Maria da Encarnação Pimenta, Psicóloga Clínica e docente Universitária, este tipo de encontros é de grande importância, porque congrega as mulheres para um propósito único e permite partilhar vários aspectos da sua vida. “Temos uma missão muito grande, criar um homem que vai para sociedade, para tornar esta sociedade melhor”, disse também docente universitária pensa que o Março Mulher deve ser um mês de reflexão para todas as mulheres e para toda sociedade, pelo papel que a mulher tem no desenvolvimento da própria sociedade. “Hoje é impossível aceitarmos um desenvolvimento social sem incluirmos a mulher”, realçou.

A psicóloga aconselhou as mulheres a reflectirem no seu desenvolvimento pessoal. “A emancipação da mulher não se dá de bandeja, é preciso que se engaje nos estudos, ser humilde para estar lado a lado do homem e poder discutir os seus direitos”, acrescentou.

9.17 Chuva inundou várias casas particulares

Jornal de Angola

26 De Março de 2011

A Intensa chuva que caiu, na madrugada de segunda para terça-feira, na cidade de Ondjiva, causou avultados prejuízos materiais, com dezenas de casas submersas, mobílias a flutuar e muitas famílias sem abrigo.

Na manhã de terça-feira, em várias zonas do centro da cidade e nos bairros Pioneiro Zeca, Castilhos e Naipalala viam-se muitas pessoas a tentarem salvar haveres e outras a retirarem água do interior das casas, com baldes, latas, jarros, com tudo que tinham à mão.

Rogério Mavulino, morador da rua Simione Mucune, no centro da cidade, disse que já previa a situação e que, por isso, não pregou olho, desde o início da chuva. Por volta das 3h 00 viu impotente a água entrar em casa, de uma única divisão, onde vive com a mulher e três filhos. O quintal ficou praticamente inundado, embora a casa não tenha sido muito afectada.

Procura de casas para alugar

Muitas pessoas, com medo de outra chuvada com a mesma intensidade, abandonaram as casas e procuram arrendar outras em locais de maior segurança.

Mavulino, por falta de possibilidades financeiras, não pode fazer isso. Resta-lhe esperar que as chuvas cessem. Até quinta-feira, não tinha sido apurado o número de famílias afectadas pela chuva. As cheias não se verificaram somente em casas particulares. Vários serviços públicos e privados também foram afectados.

As instalações da direcção provincial da Assistência e Reinserção Social, da empresa LEVON e da Escola Superior Politécnica, que teve de suspender as aulas, também sofreram os efeitos da chuva.

Os bairros Pioneiro Zeca, Castilhos, Bangula e Naipalala também ficaram inundados, mas, ontem, em parte das ruas já era possível a circulação de pessoas e de viaturas. A rua Simione Mucune ficou, igualmente inundada, afectando as instalações da administração municipal do Kwanhama, da TAAG, da biblioteca provincial, da Unitel, da escola do ensino primário 122 e varias casas particulares.

Devido às ruas inundadas, muitos funcionários públicos não foram trabalhar. Há também muitas fossas entupidas, provocando um cheiro nauseabundo. A cidade não tem um sistema de drenagem que permita o escoamento das águas, o que origina que fiquem estagnadas em quintais e nas vias públicas.

A sucção das águas, com o recurso a carros cisternas, sugerem algumas pessoas, resolvia parte do problema. A entrada da água da chuva em casas deve-se, também, aos entulhos nas ruas, resultantes das obras de reabilitação da cidade, que impedem a sua circulação.

Governo procura soluções

O vice-governador para sector técnico e infra-estruturas disse que a Comissão de Protecção Civil está a retirar as águas estagnadas nos quintais do bairro Pioneiro Zeca.

“Esperamos que, no quadro da realização do plano integrado das infra-estruturas da cidade de Ondjiva, a situação do tratamento da drenagem das águas, que caem dentro do perímetro dos diques de protecção, tenha solução imediata”, afirmou Cristino Ndeitunga.

Esta é uma questão que requer um estudo integrado de todo o sistema de drenagem da cidade de Ondjiva, referiu, adiantando que se aguarda que o gabinete técnico comece a estruturar o lançamento do estudo para, nos próximos tempos, se resolver o problema de drenagem das águas de uma forma sustentável. A situação, lembrou, é também preocupante no município do Namacunde, onde há também casas inundadas.

O governo provincial, disse, está a fazer um levantamento para estudar medidas a tomar para minimizar situação.

9.18 Nova frente contra a violência sobre a mulher

Angolense

De 26 de Março a 02 de Abril de 2011

Em alusão à jornada Março/Mulher, a sociedade de Senhoras da Igreja Assembleia Internacional Da Paz (Assembleia De Deus Petencostal De Angola) realizou um encontro sob o lema Eu Sou A Serva do Senhor, no Museu De Historia Natural, que contou com a participação da Ministra da Família e Promoção da Mulher, Genoveva Lino a pastora Brígida Bruno ressaltou que o evento serviu também para trocar experiência com outras mulheres, tendo como objectivo principal ajudar mulheres angolanas a conhecer a Cristo, participar no combate à delinquência Juvenil e à violência, tanto física como moral.

“Este encontro serviu para que as mulheres entendam que não devem apenas limitar-se em ser donas de casa, mas compreender que Deus tem um propósito para cada uma de nós, para servir a nação, evangelizar. Deus quer que as mulheres lhe sirvam, independentemente da sua posição social”, disse a Pastora.

A Ministra da Família e Promoção da Mulher, Genoveva Lino, disse que este tipo de evento serve para reflectir. Salientou que a igreja tem um papel primordial e fundamental na sociedade. “Educar uma mulher é educar uma Nação. Cada mulher deve ser produtora deste desenvolvimento que está a verificar-se nos tempos actuais”, frisou, tendo acrescentado que saiu do encontro satisfeita e alegre.

Segundo Maria da Encarnação Pimenta, Psicóloga Clínica e docente Universitária, este tipo de encontros é de grande importância, porque congrega as mulheres para um propósito único e permite partilhar vários aspectos da sua vida. “Temos uma missão muito grande, criar um homem que vai para sociedade, para tornar esta sociedade melhor”, disse também docente universitária pensa que o Março Mulher deve ser um mês de reflexão para todas as mulheres e para toda sociedade, pelo papel que a mulher tem no desenvolvimento da própria sociedade. “Hoje é impossível aceitarmos um desenvolvimento social sem incluirmos a mulher”, realçou.

A psicóloga aconselhou as mulheres a reflectirem no seu desenvolvimento pessoal. “A emancipação da mulher não se dá de bandeja, é preciso que se engaje nos estudos, ser humilde para estar lado a lado do homem e poder discutir os seus direitos”, acrescento.

9.19 Mulheres de Ndalatando lutam por afirmação na sociedade

Jornal de Angola

31 De Março de 2011

As mulheres do município de Kwanza-Norte, enquadradas nos vários sectores da vida económica e política, na semana finda, o sentimento de verem respeitados os seus direitos, principalmente no que toca a igualdade de género e às oportunidades de emprego.

As mulheres na sua maioria mães e esposas, algumas das quais, vítimas de diferentes tipos de violências de género, foram unânimes o desenvolvimento social e a paz têm permitido lutar pelos direitos, principalmente no que toca à liberdade de expressão junto das instituições judiciais que lhes garante alguma segurança no trabalho e até mesmo em casa.

Maria Sebastião, professora de profissão, é de opinião que a formação académica e profissional são factores fundamentais para a auto-afirmação de uma mulher. Em relação a violência no lar, disse que a falta de diálogo e o desemprego contribuem em grande medida para o surgimento do fenómeno.

Em Ndalatando, apesar de algumas mulheres estarem dispostas a lutar pelos seus direitos, outras mulheres mostram-se cépticas em relação à denúncia de maus-tratos que sofrem dos cônjuges.

Ana Adão, residente no Cazengo, precisou que na comunidade em que vive assiste quase sempre episódios tristes de vizinhas que são espancadas pelos maridos. Acrescentou que a maior parte destas temem denunciar os esposos com medo destes serem presos por muito tempo ou as abandonarem para sempre.

“Muitas de nós aguentamos porque temos medo de perder o lar ou ficar a aguentar os filhos e a casa sozinhas”, disse uma das vítimas, que pediu o anonimato.

Dezenas de casos de violência são notificadas em três meses

De Janeiro a 23 de Março do corrente ano, a direcção diversas, com destaque para o incumprimento de mesada com 25 casos, 16 de abandono de lar, 15 por ofensas corporais. A fuga à paternidade e chantagem registaram quatro casos cada, três em desalojamento e privação de bens, adultérios dois e uma ameaça de morte. Dos casos em referência, 17 não tiveram solução na sala de aconselhamento da direcção de tutela e foram encaminhados à Procuradoria provincial.

A directora provincial da Família e Promoção da Mulher no Kwanza-Norte, Teresa da Costa, afirmou que as mulheres angolanas devem encarar o mês de Março com profunda reflexão. Realçou o envolvimento do Executivo em relação à redução da violência doméstica, destacando os estudos em curso no Parlamento para promulgação de uma lei que condene no, o que, na sua opinião uma mais-valia para as famílias angolanas.

Teresa da Costa m sua preocupação em surgimento de alguns casos em que supostos parentes de pessoas falecidas se apoderam dos bens deixados por estas e com a onda de violência nos lares.

De Janeiro a Março deste ano, segundo a directora, foram notificados seis casos, dos quais três resultaram no desalojamento e igual número de casos em privação de bens. Durante o mês consagrado a mulher, várias acções foram organizadas pelo governo com vista a sensibilizar para boa convivência das famílias nos lares.

Para garantia de um parto seguro e redução da mortalidade infantil na comunidade foram formadas no município do Lucala na comuna de Dange Ya Menha, Cambambe, 92 parteiras tradicionais, numa parceria com a direcção provincial da Saúde. O mesmo projecto abarca ainda a formação de 124 conselheiros de famílias em todos os municípios.

10. AMBIENTE

10.1 Um ambiente limpo e verde é desafio de todos

Jornal de Angola
1 De Março de 2011

O Ministério do Ambiente tem vindo a promover, nos últimos dois anos, diversas acções ao nível da produção de legislação ambiental que defenda um crescimento económico sustentado. Neste período, foi desenvolvida uma série de acções de controlo que alteraram as práticas correntes contra o ambiente em muitos sectores de actividade. Hoje, qualquer projecto de construção tem que ser acompanhado de um estudo de impacto ambiental. Numa entrevista concedida ao Jornal de Angola, Domingas Brito, directora nacional das Tecnologias Ambientais, fala dos desafios do sector e defende a necessidade, de Angola começar a abraçar as tecnologias limpas, para que existam cidades mais verdes e ecológicas.

Jornal de Angola – Qual é a vocação da Direcção Nacional de Tecnologias Ambientais?

Domingas Brito – Esta direcção, de acordo com o estatuto orgânico recentemente reajustado, passou a ter a vocação de incentivar e fazer com que as tecnologias ambientais sejam realizadas em todos os sectores da vida económica, e incentivar também o investimento nas tecnologias limpas em Angola. Ela é recente e vamos esforçar-nos para que os desígnios por que foi criada sejam alcançados.

JA – O sector tem conseguido concretizar muitos projectos ambientais?

DB – Temos conseguido, de facto. As nossas atenções estão voltadas para as questões que têm a ver com os princípios do desenvolvimento sustentável, já que há necessidade de harmonizar a questão ambiental com os sectores económicos e sociais. É fundamental que tenhamos uma legislação forte e uma educação, sensibilização e capacitação extensiva, para que a harmonização dos sectores seja possível. Contudo, há muito a ser feito. Temos a Lei Base do Ambiente, que vai relação com o ambiente.

JA – Luanda está quase despida de verde. Há programas definidos para que tenhamos uma cidade mais verde?

DB – Na minha visão, esta é uma matéria da responsabilidade de todos. Esta é uma questão tão delicada que precisa da intervenção do Executivo, investidores, consumidores e sociedade civil. A responsabilidade de construir um meio ambiente limpo e verde é um desafio de todos nós. A questão ambiental é transversal, daí ser

necessário que todo nosso esforço esteja voltado para o cumprimento dos princípios, acordos e convenções internacionais, bem como a realização de todas as medidas que visem a salvaguarda e protecção da biodiversidade. Creio que existem princípios orientadores do Executivo que passam pela mitigação dos níveis de poluição, realização de tecnologias limpas, quer nos sectores da indústria, energia e água e até dos transportes. Todos estes sectores devem trabalhar para que o ambiente seja cada vez mais saudável.

JA – A realização de tecnologias limpas é um dado novo. Como andamos nessa área?

DB – Para mitigar os níveis de poluição é preciso apostar nas tecnologias limpas. Como sabe, um dos maiores vectores para a mitigação da poluição é o recurso às energias renováveis. Os nossos objectivos, nesse sentido, vão conduzir-nos a isso. Há potencial para que a criação de energias renováveis se torne possível. Temos bons ventos, uma vasta rede hidrográfica e muito sol. *Podemos aproveitar tudo isso para reduzir o uso das energias fósseis, responsáveis pela emissão dos gases de efeito estufa.*

JA – O que está a ser feito?

DB – Estamos num processo de transferência dessas tecnologias limpas e isso passa pelo conhecimento e troca de experiência. Por isso, em Maio vamos realizar a Feira do Ambiente, uma plataforma para capacitar, educar a população e empresas, bem como oferecer soluções tecnológicas amigas do ambiente. Contamos com expositores II de Portugal, Espanha, Brasil, Estados Unidos, entre outros, o que representa um passo para a busca de tecnologias limpas e sustentáveis. Que Importa também, para isso, a instalação de um Centro do Clima, que me parece ser preocupação do Executivo, e um Centro de Investigação Tecnológica, para que se tenha resultados mais eficazes sobre aspectos relacionados com a poluição atmosférica, o potencial solar e uma base de dados que nos permita obter toda a informação sobre o ambiente.

JA – Os nossos parques nacionais estão bem conservados?

DB – Sim, mas precisam de alguma intervenção. A reabilitação dos parques é uma meta. Precisamos proteger os parques com uma gestão destinada a eles. Temos de investir na fiscalização com meios tecnológicos e o sistema de informação geográfica operacional. Hoje, os fiscais devem ter ferramentas adequadas para que estejam à altura das exigências ambientais. Conservar espaços deve ser, de facto, uma meta a ter em conta. O Ministério do Ambiente tem um programa que pretende conferir uma gestão por unidade dos parques nacionais. É um começo para a política de gestão e protecção dos parques nacionais.

JA – *O que lhe sugere o quadro ambiental do país? Estamos bem ou mal?*

DB – Neste sentido, devo dizer, lá muito por fazer, embora tenhamos dado passos significativos. Será obra feita, reconheça-se, mas lá uma grande necessidade de desenvolver este sector, o que me faz crer que daqui a alguns anos começemos a ter os resultados. A medida que formos ganhando cultura e consciência ambiental, mais protecção e conservação vai ter a nossa biodiversidade. O ambiente leve ser visto como um factor de desenvolvimento económico.

JA – *Há programas específicos para o combate à desertificação e seca?*

DB – Como já disse, a questão do ambiente e as próprias questões ecológicas

São transversais. O ministério da agricultura tem programa de reforestação, que leva a cabo em conjunto com o Ministério do Ambiente Objectivo é prevenir situações ambientais adversas, que o país desenvolva uma agricultura ecologicamente correcta, sem que se degrade o solo.

JA – *Como falar de um ambiente sadio sem centrais de reciclagem de resíduos?*

DB – Acho que o fundamental para se ultrapassar o problema ambiental em Luanda é criar uma base legal. Sabemos que o Estado orienta, embora a realização de algumas políticas possam ser feitas pela sociedade civil, população e empresas. Contudo, havendo um quadro de regulação, o sector privado tem oportunidade de fomentar a questão da reciclagem dos resíduos, que era benéfico para este processo.

JA – *Os aterros sanitários que temos respondem aos níveis de resíduos produzidos?*

DB – Ainda não, pois há clara desproporção dos resíduos produzidos e a capacidade dos aterros. Devemos começar a pensar rapidamente em torno disso, pois na medida em que as cidades crescem aumentam os níveis de resíduos.

JA – *A abertura e instalação de indústrias têm cumprido as exigências ambientais?*

DB – Queremos evitar os problemas e erros do passado, quer em tecnologias aplicadas quer em máquinas. É preciso passar das tecnologias obsoletas para as tecnologias novas, menos poluentes e ecológicas. Existem políticas ambientais por cumprir e todos os projectos e iniciativas industriais devem estar circunscritas aos planos directrizes do Ministério do Ambiente. É preciso, por exemplo, acautelar a instalação de fábricas em áreas residenciais.

JA – *O processo de arborização das nossas cidades ao que parece está parado. É verdade?*

DB – Dizia que não parou. Ainda há dois meses plantámos uma série de árvores no Kwanza-Sul, quando do lançamento da Aldeia Ecológica, um projecto sustentável e importante para a economia rural. Este é um projecto que serve de modelo para as comunidades rurais. O projecto-piloto vai ser desenvolvido nas províncias de Malange, Uíge e Zaire. Sobre a arborização, pretendemos levar a cabo diversas campanhas em diferentes províncias. A desproporção entre crescimento imobiliário e o verde é um cenário preocupante. O sector do ambiente deve intervir nos planos directores das cidades. Precisamos impedir que situações do género ocorram no futuro. Se nos pedirem um parecer, vamos exigir que haja um cruzamento entre o ecológico e o urbano.

JA – *Além do Salão Ambiente, Energia, Água e Reciclagem, a decorrer em Maio deste ano, há mais desafios?*

DB – Para este ano os desafios passam por dar prosseguimento aos projectos existentes e pretendemos que o quadro legal, que está avançado, se consolide. Agora cabe aos outros sectores intervenientes na preservação do ambiente colaborarem neste sentido. Há outros desafios, que passam pela realização do Salão Ambiente e uma feira de tecnologias ambientais, a primeira do género a ser realizada no país. Vamos ter novidades ao nível da capacitação e soluções ambientais, como gestão de resíduos. Vamos fazer uma feira de troca de conhecimento. Outros desafios têm a ver com a conservação de espaços. Contudo, devemos perceber que medidas são feitas mediante regulação e estamos a caminhar bem, pois temos leis importantes, como as Tratamentos de Resíduos, Lei de Base Ambiental e Lei de Licenciamento Ambiental.

10.2 Técnicos do Ambiente visitam zonas afectadas

*Jornal de Angola
12 De Março de 2011*

Uma equipa de técnicos do Ministério do Ambiente efectua, a partir de hoje, visitas às províncias do Namibe, Cunene e Benguela para constatar os danos causados pelas cheias. Os trabalhos iniciam na província do Namibe. A intenção é observar a situação nas localidades da Bibala (Namibe) e Ombandja (Cunene), onde o estado é considerado crítico.

O director Nacional do Ambiente, Camilo Ceita, disse que a equipa vai trabalhar com as autoridades locais e aconselhar as populações a procurar zonas seguras para a sua acomodação.

Depois do Namibe, os técnicos do Ministério do Ambiente deslocam-se às províncias do Cunene e Benguela. No final da visita, na próxima semana, a equipa técnica vai apresentar ao público, os resultados do impacto das cheias nas localidades atingidas.

Esta semana o Ministério do Ambiente emitiu um apelo internacional para acudir as populações afectadas pelas chuvas nas províncias do Namibe, Benguela e Cunene.

O Ministério do Ambiente reconheceu que a solidariedade às populações afectadas tem sido desencadeada em vários quadrantes da sociedade, entre académicos, sociedade civil e público em geral, mobilizando os meios de assistência possíveis.

A Rede Maiombe também prepara uma visita às províncias afectadas pelas cheias.

O porta-voz da organização, Rafael Neto, afirmou que a instituição inicia as visitas na província do Cunene, seguindo depois ao Namibe e a Benguela.

Durante seis dias, a associação ambiental percorre várias localidades para ajudar as comunidades a prevenir-se das chuvas e evitar situações críticas.

A Rede Maiombe pretende continuar o seu programa sobre o impacto das chuvas nas comunidades, que iniciou em Setembro do ano passado e termina em Maio. Informações do Instituto Nacional de Meteorologia (INAMET) indicam que, neste período, vai continuar a chover muito na região centro e sul do país. Situação.

10.3 As crises ambientais têm sempre a mão do homem

Jornal Angola
18 De Março de 2011

O Ambiente define-se como a existência de condições para a vida: Este conceito resume a evolução do pensamento humano e reflecte a sua preocupação em relação à necessidade de protecção do meio que o envolve e que lhe dá os meios e os produtos para a sua subsistência. Em entrevista ao *Jornal de Angola*, o engenheiro Lucas Miranda, do Ministério do Ambiente, abordou algumas questões ligadas ao tema e às primeiras políticas de protecção da natureza que datam da Grécia Antiga, através da gestão e conservação dos solos ou através de um método que ficou conhecido como Barbecho Bienal. A partir dos séculos XIV e XV começam a surgir as primeiras áreas protegidas, onde as monarquias se divertiam organizando caçada

Jornal de Angola Como vê as actuais políticas ambientais?

Lucas Miranda – As actuais políticas ambientais são as sucessoras das políticas de conservação da natureza. No início, elas obedeciam aos interesses de recreação de determinadas classes sociais, como a nobreza, os detentores do -poder político e económico, ou de subsistência, manutenção da biodiversidade pelas comunidades indígenas. No passado, a nível de colónias, Portugal desenvolveu acções que conduziram ao surgimento de uma rede de áreas protegidas constituídas por reservas e coutadas de caça e reservas florestais. Posteriormente, muitas dessas reservas evoluíram para parques nacionais e regionais, reservas naturais integrais, reservas parciais e coutadas de caça. A nível do sector florestal muitas das reservas, apesar de manterem o estatuto legal, deverão ser alvo de um processo de reavaliação. Poderemos fazer uma referência especial à Floresta da Ilha de Luanda, cujo objectivo da sua criação foi o de proteger a Ilha da erosão das águas do mar. A nível das comunidades foi realizado um grande trabalho para a conservação da biodiversidade agrícola. Esta acção levou ao reconhecimento dos direitos das comunidades indígenas e locais, através da Convenção sobre a Biodiversidade, da qual Angola faz parte.

JA- Na primeira Conferência de Estocolmo foram abordadas questões de fundo relacionadas com o ambiente?

LM – O que posso adiantar é que ficou patente que as preocupações sobre a necessidade de conservação do meio são tão antigas quanto as formas de organização das sociedades. O desenvolvimento científico e tecnológico, a partir da Revolução Industrial, com a entrada em jogo da máquina a vapor, fez com que houvesse um aumento da oferta e da procura de bens e serviços. A socialização da produção, a descoberta da penicilina, por exemplo, a melhoria dos rendimentos das famílias, fez aumentar a pressão sobre o consumo de combustíveis. No final da 1ª Guerra Mundial, a aplicação do Plano Marshall para a reconstrução da Europa, para além da procura de mão-de-obra, teve impacto no aumento do consumo de combustíveis fósseis. Os registos apontam a década de cinquenta do século passado como o ponto de viragem da capacidade de suporte do sistema climático mundial às variações das concentrações de Gases de Efeito de Estufa (GEE). Estas alterações climáticas começaram a ter impacto nas condições do ambiente humano. É com base nestes pressupostos que um grupo de cientistas, com o apoio de algumas lideranças política, foi à Conferência de Estocolmo sobre o Ambiente Humano, de 5 a 16 de Junho de 1972.

JA – Como avalia os resultados da Conferência?

LM – Nesta conferência decidiu-se criar a Comissão Brundtland, foi publicada a obra intitulada “O nosso

futuro comum”, foi igualmente institucionalizado, a nível das Nações Unidas, o Programa das Nações Unidas para o Ambiente - UNEP/PNUD.

Portugal, como potência colonizadora, não ficou alheio a todo esse processo. Na sua acção governativa fez publicar, através do Ministério do Ultramar, decretos e portarias • que eram encaminhadas para regular a utilização do bem comum. Nesta esteira são dignas de realce as portarias que criam os actuais parques nacionais, parques regionais, reservas integrais e parciais. No capítulo de desenvolvimento dos recursos humanos e com o apoio de instituições sul-africanas, implementou os seguintes planos: cursos de conservação da natureza (básico); abertura do curso de veterinária nos estudos gerais (universitários); estabelecimento da Faculdade de Ciências Agrárias no Huambo, onde existia um curso de Engenharia em Silvicultura. A nível institucional foi criada a Direcção de Agricultura e Florestas (DAF), de onde surgiram os Serviços de Veterinária. O quadro evolutivo que apresento até agora acompanha Angola até à independência nacional.

JA – *E desde que o país é independente?*

LM – Apesar da situação político militar não ser nada agradável, um grupo de técnicos que vieram da antiga DAF e adstritos aos Serviços de Veterinária organizaram a primeira Conferência Nacional de Conservação da Natureza, que teve lugar de 27 a 31 de Janeiro de 1978, ano dedicado à agricultura. O acto de enceramento foi honrado com o discurso do primeiro Presidente de Angola, Dr. António Agostinho Neto. Esse acto definiu quais seriam as políticas de conservação posteriormente as políticas ambientais da República de Angola.

JA – *Depois de Estocolmo realizou-se, em 1992, mais uma Cimeira Mundial sobre o Planeta Terra no Rio de Janeiro (Brasil). Qual foi o objectivo do evento?*

LM – O objectivo foi abordar o ambiente global. Embora 20 anos depois de Estocolmo, a Cimeira do Rio foi organizada para aprofundar matéria. Nesse evento, Angola fez-se representar ao mais alto nível: esteve presente o Presidente José Eduardo dos Santos. Nesse evento foram adoptados três instrumentos que regula as relações mundiais em matéria de ambiente, nomeadamente, Convenção sobre a Biodiversidade, Convenção sobre a Seca e Convenção sobre a Desertificação. Até essa altura, Angola não possuía qualquer instituição que se ocupasse das questões ambientais. Eram assumidas, na altura, pelo vice-ministro da Agricultura para os Recursos Florestais, através de uma pequena secção que existia no Instituto de Desenvolvimento Florestal (ID F), que é a sucessora da Direcção Nacional de Conservação da Natureza (DNA CON). Em Abril de 1997 no Governo de Unidade e Reconciliação Nacional

(GURN) foi estabelecida a primeira instituição formal para lidar com o ambiente.

JA – *Pode identificar as causas das alterações climáticas?*

LM – Para além das razões já conhecidas a nível mundial, existem também grandes evidências de que o aumento da população está a mudar o clima, com as acções que criam emissões de gases de efeito de estufa, tais como o dióxido de carbono (CO₂) e metano (CH₄). O clima mundial varia de forma natural como resultado de mudanças na órbita da terra; mudanças na energia que recebe do sol. Entretanto, existem agora fortes evidências e em geral todos os acordos universais dizem que não é possível explicar as alterações climáticas apenas por causas naturais. As alterações climáticas ocorridas nos anos recentes e as previsões feitas nos anos 80, levam-nos a pensar serem principalmente o resultado do comportamento humano. O Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC) é um órgão científico estabelecido pelas Nações Unidas para acompanhar as alterações do clima. Este órgão afirma que as actividades humanas são a principal causa das alterações observadas no clima.

JA – *A desflorestação também contribui para as alterações climáticas, não é verdade?*

LM – O abate de florestas é mais rápido do que a sua reposição. A desflorestação é o maior contribuinte para as alterações climáticas. Ela causa 5,9 mil milhões de toneladas de dióxido de carbono por ano que são libertados para a atmosfera. Isto constitui-se em 20 por cento das emissões mundiais de CO₂ - mais do que as emissões conjuntas produzidas pelo sector dos transportes. A desflorestação toma-se assim num grande contributo para as emissões, porque as árvores absorvem CO₂ no seu crescimento. Quanto mais árvores forem abatidas menos serão as que ficam para absorver o dióxido de carbono. Adicionalmente, agricultura e a indústria que substituem às florestas causam sempre um problema extra através da produção das suas próprias emissões de gases de efeito estufa.

10.4 Chuvas obrigam Ministério do Ambiente a precaver-se

*Semanário Angolense
19 De Março de 2011*

O Ministério do Ambiente vai propor um plano de gestão das bacias hidrográficas das províncias do Kuando Kubango, Moxico, Cunene, Huíla, Benguela e o Namibe, para que se saiba o comportamento dos rios da região sul do país quando recebem muita água, visto que se transformam em grandes máquinas de destruição de vidas humanas e meios materiais.

Aquele ministério prevê, ainda este ano, realizar um plano de gestão das bacias hidrográficas daqueles rios soube o Semanário Angolense de fonte ligada ao sector. Em relação ao ambiente a situação é crítica, visto que no troço rodoviário que liga as províncias do Namibe e Lubango, se as chuvas continuarem para além das dificuldades que já se fazem sentir, como aluimento de terras de enormes blocos de pedra, a estrada poderá ser cortada.

Durante o semestre em curso uma equipa de especialistas fará uma auditoria à província do Namibe para que se tenha uma noção dos elementos essenciais do ponto de vista ambiental, de forma a serem tomados em conta aquando da eventual destruição de infra-estruturas sociais áreas agrícolas e desalojamento das populações.

De acordo com a fonte, houve na província um certo desajuste no que respeita ao desassoreamento dos grandes vales que a região ostenta e como resultado, as fortes correntes de água das chuvas vindas da província da Huíla e outros locais estão a causar vários danos humanos e materiais.

Estão a ocorrer fortes impactos, tanto materiais como humanos e, em consequência a ponte do rio Giraul de cima foi completamente destruída, prevendo-se para a sua restauração e para evitar transbordos um enorme esforço no desassoreamento dos caudais, por causa da acumulação de resíduos.

Uma delegação do Ministério do Ambiente chefiada pelo director nacional do Ambiente Camilo Ceitas visitou a região com o objectivo de se inteirar e fazer uma avaliação dos estragos sobretudo das famílias que foram afectadas directa ou indirectamente. tiveram vítimas mortais e perderam bens e animais.

Construções mais sustentáveis com o EIA

Por seu lado o director nacional de Gestão Ambiental, Vladimir Russo disse esta semana em Luanda, que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) permite tornar a construção de infra-estruturas ambientalmente sustentáveis além de fornecer sugestões para a utilização de materiais ecologicamente saudáveis.

De acordo com o ambientalista avaliação dos estudos de impacto ambiental é feita com base em várias metodologias e critérios aprovados a nível nacional ou internacional. Para o caso de Angola são analisados os potenciais impactos do ponto de vista da previsão da magnitude e interpretação da importância desses impactos. Geralmente este estudo é efectuado através da discriminação dos impactos positivos e negativos directos e indirectos imediatos e a médio e longo prazos temporários e permanentes. É feita a análise do grau de reversibilidade

de cada uma das acções as suas propriedades cumulativas e sinérgicas e a distribuição dos ónus e benefícios sociais.

“O EIA propõe acções e processos de gestão ambiental que podem incluir mecanismos de gestão de resíduos sólidos e efluentes líquidos instalação de estações de tratamento de águas residuais e minimização dos impactos ambientais” explicou o especialista realçando que “o estudo pode igualmente sugerir e recomendar boas práticas relacionadas com o reaproveitamento da água utilização de energia solar gestão do uso de combustíveis e gestão ambiental da obra”.

Vladimir Russo defende que o local de inserção do projecto é relevante “devendo-se evitar, sempre que possível, áreas ecologicamente sensíveis, perda irreversível da biodiversidade, sobre exploração dos recursos naturais e degradação da qualidade de vida das pessoas, já que as obras devem ser feitas para proporcionar ambiente saudável às populações”.

Um EIA é uma análise dos potenciais impactos de uma construção do ponto de vista ambiental tanto negativos como positivos, com vista a minimizar os danos negativos e maximizar os positivos.

É também uma ferramenta para promover as boas práticas e sustentabilidade ambiental de projectos e cumprimento da legislação ambiental, contribuindo para os princípios do desenvolvimento sustentável.

Evitar uma factura muito cara

A necessidade da protecção e preservação do meio ambiente, bem como o asseguramento e equilíbrio que deve existir entre a economia e a ecologia e a implementação da “economia verde”, faz com que o Ministério do Ambiente procure atrair empresários estrangeiros, entre outros, para que, em parceria com os angolanos, possam investir no ramo de tecnologias limpas nos vários sectores da economia.

Para tal, o vice-ministro, Syanga Abílio, realizou em Lisboa, Portugal encontros e conferências para a promoção da 1ª Feira Internacional do Ambiente, Equipamentos, Serviços e Tecnologias Limpas, que se realizará em Luanda, de 26 a 29 de Março, numa promoção do Ministério do Ambiente e parceiros. A organização do evento continua a receber a confirmação de participação de diversos expositores nacionais e internacionais.

Angola é signatária da Convenção das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas e do Protocolo de Kyoto e deve introduzir as tecnologias limpas para reduzir a pressão sobre os recursos naturais e melhorar a qualidade de vida das pessoas, favorecendo o crescimento

económico, pelo que as tecnologias limpas, que serão exibidas na feira internacional, em Luanda, enquadram-se na estratégia do sector em relação à educação e consciencialização ambiental.

Assim sendo, urge a educar as pessoas no sentido de cultivarem valores, comportamentos, hábitos e competências para proteger e preservar o ambiente, da mesma forma como é importante educar os vários sectores da economia do país, principalmente os que transformam os recursos, sobre a necessidade da promoção do uso das tecnologias limpas, não apenas na produção dos bens, mas também na venda de serviços. Como experiência piloto, as tecnologias limpas serão implementadas nos sectores do urbanismo e construção, indústria, energia, transportes, agricultura e floresta.

Para evitar pagar, no futuro, uma factura ambiental muito cara, o Ministério do Ambiente empenha-se em apoiar o desenvolvimento económico do país, com o acompanhamento das tecnologias modernas para garantir o desenvolvimento sustentável.

Ainda no quadro da realização da Feira Internacional em Luanda, o MA está a promover o evento com a realização de encontros e campanhas, para dinamização do mercado nacional.

Portugal, Brasil, Espanha, Inglaterra, entre outros, são alguns dos países cujos expositores já confirmaram a sua presença, faltando ainda a China, que também poderá apresentar a sua experiência neste ramo de “tecnologias amigas do ambiente”.

O certame será realizado em parceria com a FI L, contando reunir mais de 100 expositores, alguns dos quais querem investir no ramo de tecnologias limpas em Angola, indo permitir atrair um maior número de investidores, assim como a partilha de experiências.

A introdução de novos produtos, serviços e tecnologias ambientais será um estímulo à economia, através da criação de novas empresas, postos de trabalho, associando assim a melhoria ambiental à qualidade de vida das populações e contribuindo para o crescimento sustentável de Angola.

A crescente preocupação com ambiente e a necessidade de lhe dar resposta fomentou extraordinariamente a busca por essas tecnologias.

10.5 Município da Ingombota sem cólera

Jornal Angola

19 De Março de 2011

O município da Ingombota há dois anos que não regista casos de cólera, disse, na quinta-feira, à Angop, a sua administradora.

Susana de Melo afirmou que a contenção da doença é fruto das sucessivas campanhas sobre o tratamento do lixo, da água para beber e dos alimentos.

Além disso, referiu, contribuem para a ausência de casos da doença, a distribuição de cloro e de água potável por cisternas.

A administração municipal, acrescentou, tem camiões cisternas, cada uma com capacidade para 22 mil litros, que distribuem nas áreas suburbanas; onde não há água canalizada, como são os casos dos bairros da Boavista, Quilombo e Chicala.

Os cuidados básicos para a não contaminação da água são transmitidos pelas autoridades sanitárias e pelas igrejas nas missas e nas escolas.

Os activistas que participam na campanha contra a cólera distribuem cloro e lixívia aos proprietários de reservatórios de água.

No município, em 2007, foram registados 311 casos da doença contra 37 mil, em 2006. Quanto à malária, a administradora revelou que estão a ser distribuídos, às grávidas e a crianças até aos 5 anos, mosquiteiros tratados com insecticida.

No município, referiu, estão a ser feitos melhoramentos nos sistemas de abastecimento da rede domiciliária de água potável e da iluminação pública, em colaboração com a EPAL e a EDEL.

O aumento do número de fontanários em áreas suburbanas, a reabilitação da rede de esgotos, para evitar a poluição dos recursos hídricos no litoral, a continuação da instalação de latrinas públicas em várias artérias e a limpeza de sarjetas, dos esgotos e das valas de drenagem são também projectos em execução.

10.6 Serviços de protecção civil com dificuldades para evacuar população do cuito cuanavale

Jornal de Angola

21 De Março de 2011

Os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros do Kuando-Kubango alegaram, na sexta-feira, falta de meios para retirar cerca de 3.500 pessoas da sede municipal do Cuito Cuanavale, que têm casas na iminência de desabar devido à progressão das ravinas.

Uma comissão técnica daquele órgão do Ministério do Interior, que trabalhou durante dois dias na localidade, verificou que há 700 casas de construção precária prestes a desabar.

Um relatório da comissão refere que os bairros Tchissanda, Benzengue, Militar, Caioco, Lumeta, Lupiri, Baixo Longa e Nduma Mukuve “apresentam um alto risco de serem engolidos pelas ravinas”, tornando-se urgente a tomada de medidas para se evitar um desastre natural.

Caso não sejam tomadas medidas preventivas, salienta o documento, as ravinas podem destruir importantes infra-estruturas, como o monumento dos Heróis da Batalha do Cuito Cuanavale, o palácio da administração e o centro médico.

Uma escola de quatro salas, a central térmica, a antena de uma operadora de telefonia móvel, o comando da Polícia Nacional (PN) e dos serviços prisionais, as instalações do comité municipal do MPLA e as casas dos comandantes das Forças Armadas Angolanas e da PN e as dos médicos também estão na iminência de serem atingidos pelas ravinas.

A Comissão de Protecção Civil e Bombeiros, em consequência das chuvas fortes que têm caído, decidiu proibir a circulação de viaturas na ponte sobre o rio Cuito – que tem fissuras nas vigas de sustentação em direcção aos municípios de Mavinga e de Rivungo a proibição mantém-se até a ponte ser inspeccionada pelo Instituto Nacional de Estradas de Angola (INEA), no Cuito Cuanavale, as chuvas já desalojaram 60 famílias.

Mobilização de meios

O comando dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros propôs ao governo provincial que disponibilize viaturas, chapas de zinco, pregos, cimento, kits de cozinha, alimentação, tendas, imputes agrícolas e medicamentos e que prepare um lote de terreno para o realojamento das pessoas a retirar das zonas de risco.

O relatório da comissão técnica sugere que a contratação, pelo Executivo, de uma empresa especializada na contenção de ravinas é a medida mais acertada para resolver o problema porque, lembra, a sede municipal do Cuito Cuanavale foi construída sob um terreno arenoso.

Este facto, sublinha o documento, faz com que seja necessário criar valas de drenagem com paredes de betão armado para levar as águas das chuvas para os rios Cuito e Intiengo, operação que envolve avultadas somas.

A comissão defende também a criação, pelo Ministério da Assistência e Reinserção Social, de uma base logística, na sede municipal, que permita uma intervenção em tempo oportuno noutros desastres que possam surgir na zona leste da província. Além disso, propõe a elaboração de um plano de intervenção que possa acudir antes e depois de sinistros ou calamidades. As direcções provinciais das Obras Públicas e Urbanismo e do Instituto de Estradas de Angola enviaram para aquela região duas equipas técnicas para, com a ajuda de uma construtora cubana, tentarem minimizar o problema das ravinas. As equipas técnicas, refere a comissão, têm tido algumas dificuldades, em termos de combustíveis, pneus e lubrificantes para fazerem a manutenção dos equipamentos técnicos.

Apesar da situação crítica, foi possível conter, de forma provisória, a ravina que dividiu a sede municipal em duas e outra que avançava perigosamente em direcção a uma escola, à casa dos médicos e da antena de uma operadora de telefonia móvel.

10.7 Chuva inundou várias casas particulares

Jornal de Angola

26 De Março de 2011

A Intensa chuva que caiu, na madrugada de segunda para terça-feira, na cidade de Ondjiva, causou avultados prejuízos materiais, com dezenas de casas submersas, mobílias a flutuar e muitas famílias sem abrigo.

Na manhã de terça-feira, em várias zonas do centro da cidade e nos bairros Pioneiro Zeca, Castilhos e Naipalala viam-se muitas pessoas a tentarem salvar haveres e outras a retirarem água do interior das casas, com baldes, latas, jarros, com tudo que tinham à mão.

Rogério Mavulino, morador da rua Simione Mucune, no centro da cidade, disse que já previa a situação e que, por isso, não pregou olho, desde o início da chuva. Por volta das 3h 00 viu impotente a água entrar em casa, de uma única divisão, onde vive com a mulher e três filhos.

O quintal ficou praticamente inundado, embora a casa não tenha sido muito afectada.

Procura de casas para alugar

Muitas pessoas, com medo de outra chuvada com a mesma intensidade, abandonaram as casas e procuram arrendar outras em locais de maior segurança.

Mavulino, por falta de possibilidades financeiras, não pode fazer isso. Resta-lhe esperar que as chuvas cessem. Até quinta-feira, não tinha sido apurado o número de famílias afectadas pela chuva. As cheias não se verificaram somente em casas particulares. Vários serviços públicos e privados também foram afectados.

As instalações da direcção provincial da Assistência e Reinserção Social, da empresa LEVON e da Escola Superior Politécnica, que teve de suspender as aulas, também sofreram os efeitos da chuva.

Os bairros Pioneiro Zeca, Castilhos, Bangula e Naipalala também ficaram inundados, mas, ontem, em parte das ruas já era possível a circulação de pessoas e de viaturas. A rua Simione Mucune ficou, igualmente inundada, afectando as instalações da administração municipal do Kwanhama, da TAAG, da biblioteca provincial, da Unitel, da escola do ensino primário 122 e varias casas particulares.

Devido às ruas inundadas, muitos funcionários públicos não foram trabalhar. Há também muitas fossas entupidas, provocando um cheiro nauseabundo. A cidade não tem um sistema de drenagem que permita o escoamento das águas, o que origina que fiquem estagnadas em quintais e nas vias públicas.

A sucção das águas, com o recurso a carros cisternas, sugerem algumas pessoas, resolvia parte do problema. A entrada da água da chuva em casas deve-se, também, aos entulhos nas ruas, resultantes das obras de reabilitação da cidade, que impedem a sua circulação.

Governo procura soluções

O vice-governador para sector técnico e infra-estruturas disse que a Comissão de Protecção Civil está a retirar as águas estagnadas nos quintais do bairro Pioneiro Zeca. “Esperamos que, no quadro da realização do plano integrado das infra-estruturas da cidade de Ondjiva, a situação do tratamento da drenagem das águas, que caem dentro do perímetro dos diques de protecção, tenha solução imediata”, afirmou Cristino Ndeitunga.

Esta é uma questão que requer um estudo integrado de todo o sistema de drenagem da cidade de Ondjiva, referiu, adiantando que se aguarda que o gabinete técnico comece a estruturar o lançamento do estudo

para, nos próximos tempos, se resolver o problema de drenagem das águas de uma forma sustentável. A situação, lembrou, é também preocupante no município do Namacunde, onde há também casas inundadas.

O governo provincial, disse, está a fazer um levantamento para estudar medidas a tomar para minimizar situação.

10.8 Desarborização preocupa cidadãos

Semanário Factual

De 26 de Março a 2 de Abril de 2011

As árvores trazem benefícios sócio-ambientais de grande importância. Essas são imprescindíveis no que toca ao abrandamento dos efeitos da elevação da temperatura, melhorando a qualidade do ar, bem como servem para ornamentar a cidade com o aumento de áreas verdes e flores.

Em Luanda, a inexistência de espaços verdes está a deixar preocupados os cidadãos que procuram por um momento de lazer ou um local onde possam respirar melhor.

Falta de árvores traz problemas de fórum ambiental

A desarborização da capital do País, principalmente na zona urbana, poderá influenciar muito para o surgimento de problemas do fórum ambiental, piorar a poluição atmosférica causada pelo excesso de resíduos (sólidos, líquidos ou gasosos) capazes de colocar em risco a biosfera.

A estes males, acrescentam-se os transportes e as instalações industriais que produzem o monóxido de carbono e o dióxido de carbono que causam distúrbios respiratórios.

O aumento da temperatura no centro urbano, devido à concentração exagerada de cimento e asfalto, que cobrem o solo e reflectindo o calor solar, são factores que já se sentem em Luanda.

A desarborização pode, igualmente, causar a destruição da camada de Ozono, gás instável que se encontra distribuído, principalmente na estratosfera, e que impede a penetração dos raios ultravioletas nocivos à vida.

O seu desaparecimento ou diminuição pode vir a provocar câncer de pele.

Luanda já vive o efeito estufa

O efeito estufa é uma das situações que já se vivem na província de Luanda, devido à dispersão de gás carbónico na atmosfera, pela sua emissão por parte dos automóveis e queimadas, que retêm as radiações infravermelhas na camada atmosférica.

O Factual, no seu périplo realizado na cidade de Luanda, constatou situações desagradáveis para o ambiente, como o desaparecimento gradual da Zona Verde, no município da Maianga, o desaparecimento do espaço verde na zona do eixo-viário, na Ingombota, o abate gradual da floresta da ilha do Cabo e o sumiço total dos eucaliptos na zona do Rangel, situação que causou a inundação em vários pontos do município.

Na Maianga, o Factual falou com o morador Xavier Francisco, que é alguém que já teve o prazer de desfrutar a beleza e os benefícios da então Zona Verde que hoje se reduziu num espaço de lixo. “Naquela época, nós caminhávamos, aí os meninos aproveitavam para brincar, Hoje, o espaço está abandonado e a ser invadido por construções. Além disso, entristece-me muito saber que temos um Ministério do Ambiente que não vele por este local, visto muitos políticos governantes terem passado por aqui e terem tido momento excepcional”, recordou Xavier Francisco, magoado.

Ambiente carece de esforços conjuntos

Xavier Francisco alerta as associações ambientais, bem como outras entidades afectas ao ambiente, para que unam esforços em conjunto com os moradores, no sentido de se reestruturar o espaço.

Uma das situações que chamaram a atenção do semáforo tem a ver com o que aconteceu no município do Rangel, devido ao abate das árvores (eucaliptos) que faziam a sucção das águas dos lençóis freáticos. Esse facto fez que a zona ficasse sempre inundada.

Outro morador do Rangel, João António, informou ao Factual que “esta zona, aquando da existência dos eucaliptos, era um lugar bom para se viver. Só depois do crescimento não urbanizado e do abate total das árvores, começámos a ter fortes problemas até chegar ao ponto de abandonar a casa”.

Para os ambientalistas, a situação de Luanda é crítica, devido ao desaparecimento gradual da cintura verde em grande parte da cidade, bem como o aumento de edifícios que dificultam muito a circulação do ar. Para tal, o jovem Santos Mateus afirma ser necessário desenvolver-se projectos para a arborização da capital, de forma a evitar-se situações ambientais não propícias para o homem.

10.9 Floresta da ilha ameaçada pelos carros e marginais

Jornal de Angola

30 De Março de 2011

A Floresta da Ilha já foi um dos mais pitorescos locais de Luanda, procurado por milhares de pessoas, sobretudo aos fins-de-semana, para mergulharem nas águas tranquilas da baía e fazerem piqueniques à sombra das casuarinas.

Os carros só podiam entrar no perímetro da Floresta com uma autorização especial, passada pelos Serviços de Agricultura. Para as pessoas, a entrada era livre. Mas havia guardas em permanente vigilância. Era proibido fazer fogueiras, colocar lixo no chão ou cortar ramos das árvores. Quem não cumpria era expulso pelos vigilantes.

A Floresta tem um papel importante na Ilha de Luanda: impede que os ventos dominantes levem para a contra costa toneladas de areia que se depositam na estrada. Por isso, eram plantadas novas árvores todos os anos, para que a cortina vegetal fizesse as suas funções de protecção da estrada que atravessa toda a ilha.

Após a independência, a Floresta da Ilha foi abandonada à sua sorte. A falta de combustíveis levou ao abate indiscriminado das casuarinas. A Floresta foi desaparecendo aos poucos. Depois da destruição das árvores, o espaço foi invadido por marginais que acabaram de vez com aquele espaço aprazível. A situação era tão grave que ninguém se atrevia a entrar na Floresta. Os marginais eram donos e senhores do território.

Aurora Sapalo é guarda da Floresta da Ilha. Antes deste trabalho, ela fazia todo o tipo de “biscates” para sobreviver. Mas há 20 anos arranhou este emprego e hoje é a única vigilante. Foi ela que nas horas vagas plantou novas árvores e construiu a sua casa. Fez viveiros e todos os meses fazem mudanças: “quando entrei aqui, há 20 anos, isto estava cheio de marginais. Foi uma luta terrível, pensei muitas vezes abandonar a Floresta mas era o meu único meio de vida e aguentei. Hoje aqui não há marginais, mas eles estão sempre a tentar ocupar o seu espaço”.

A Floresta foi reabilitada. Há espaços para os visitantes e os marginais foram para outras paragens: “tenho ligação directa com a Polícia Nacional e quando aparecem marginais por aqui, os agentes actuam imediatamente e a situação fica resolvida”.

Aurora sapalo tem um problema: “ainda há aqui cabanas que ficaram do tempo dos marginais. E como a Floresta está aberta aos carros, as pessoas entram por

aqui dentro, fazem as necessidades por aí, quando estão bêbados batem com os carros nas árvores e algumas são derrubadas. Quando tento impedir esses desmandos as pessoas nos seus grandes carros dizem que o espaço é do Estado e eu não tenho nada que me meter”.

A Floresta no início foi assaltada por marginais. Hoje é invadida pelos engravatados dos “Prado”. E esses pensam que o património do Estado é para destruir.

“Graças a Deus a polícia vem sempre que chamo. Caso contrário, estávamos mal. Os senhores dos carros destroem isto tudo. Até os viveiros são vandalizados”, disse Aurora Sapalo.

A Floresta é um espaço de todos, mas todos têm a obrigação de respeitar aquilo que é público: “é preciso colocar de novo barreiras aqui na Floresta e impedir a entrada de carros. O Estado tem que me ajudar e criar melhores condições. A Floresta deve ser cercada e temos de colocar um portão à entrada. Caso contrário um dia este espaço volta a ser ninho de marginais e território dos abusadores”, pediu a vigilante Aurora Sapalo.

Hélder Lucas e Yuri Rebelo são músicos e frequentam a Floresta. A nossa reportagem encontrou-os a plantar árvores numa área descampada. Os dois jovens fazem parte de um grupo de ecologistas que lançou uma campanha que já dura há cinco anos: “vimos todos os anos à Floresta plantar árvores nos locais mais despidos de vegetação.

Há dezenas de jovens a fazer este trabalho”, disse Hélder Lucas.

Sessões de esclarecimento

A campanha dos ecologistas, para além da plantação de árvores, também inclui sessões de esclarecimento junto da população da Ilha de Luanda e dos visitantes da Floresta. Se não cuidarmos do Ambiente, os luandenses do futuro vão encontrar aqui apenas areal. Temos a obrigação de conservar este espaço para as gerações vindouras”, disse à nossa reportagem Yuri Rebelo.

“A minha mãe ensinou-me que todos os seres humanos têm de plantar uma árvore todos os anos. Porque da vegetação depende a nossa vida e a qualidade do ar que respiramos”, disse Hélder Lucas.

Planeta em perigo

O planeta está em perigo e as novas gerações estão preocupadas com o aquecimento global. Por isso, disse Yuri Rebelo, os ecologistas fizeram da Ilha um dos seus mais importantes projectos de luta pela preservação do ambiente: “sempre que podemos vimos à Floresta com

mais jovens, para fazermos piqueniques e conviver. Nesses momentos passamos a mensagem da protecção ambiental às pessoas que frequentam a Floresta. E costumamos dizer que o nosso planeta está em perigo porque o Homem não respeita a natureza”.

O Executivo está empenhado na protecção do Ambiente, mas Hélder Lucas acha que “ainda temos muito trabalho pela frente”. Considera que o exemplo da Floresta é gritante: “devia ser vedada a entrada de carros neste espaço maravilhoso. Aqui só deve haver espaço para as árvores e para as pessoas. E uma área tão grande não pode ficar sob a vigilância de uma só pessoa, por muita dedicação que demonstre”, disse ainda.

A Floresta da Ilha já esteve pior mas também já esteve muito melhor e, mais bem guardada do que hoje. E preciso vedar toda a área e impedir a entrada de carros que não estejam em serviço. Entre a estrada e as praias da Baía há um espaço muito curto que se faz bem a pé.

Deixar entrar carros numa Floresta é permitir que árvores sejam derrubadas e vegetação pisada. Temos de fazer da Floresta um espaço de lazer, mas sem carros.

Dia Mundial da Floresta

O Dia Mundial da Árvore ou Dia Mundial da Floresta festeja-se a 21 de Março. A comemoração oficial do Dia da Árvore teve lugar pela primeira vez no estado norte-americano do Nebraska, em 1872.

Um dos objectivos que levou a ONU a declarar 2011 como o Ano Internacional da Floresta é a necessidade da consciencialização da sociedade sobre a importância das florestas e da sua gestão sustentável.

A ideia é promover, durante os 12 meses do ano, acções que incentivem a conservação e a gestão sustentável de todo o tipo de floresta, mostrando a todos que a exploração das matas sem um manejo sustentável pode causar uma série de prejuízos para o planeta.

Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), as florestas cobrem 31 por cento de toda a área terrestre do planeta do planeta e têm responsabilidade directa na garantia da sobrevivência de 1,6 mil milhões de pessoas e de 80 por cento da biodiversidade da terra.

O ministério do ambiente lança a 22 de Maio, dia mundial da biodiversidade, um projecto denominado “adopte uma árvore”.

10.10 Estragos causados pelas inundações são avaliados pelo governo provincial

Jornal de Angola

30 De Março de 2011

O governador provincial do Cunene deslocou-se, na segunda-feira, à povoação de Onangwe, município do Cuanhama, atingida pelas cheias, para se inteirar das principais dificuldades da população.

António Didalelwa, que efectua, desde a semana passada, uma série de visitas às áreas afectadas pelas inundações, disse que o Governo Provincial está seriamente preocupado com a situação e procura soluções imediatas.

Na povoação de Onangwe, onde é somente possível chegar por via aérea, foi informado sobre o funcionamento dos sectores da saúde, educação e energia e águas.

António Didalelwa mostrou-se preocupado com o atraso no início das aulas na única escola da povoação, por falta de professores, o que coloca centenas de crianças fora do sistema de ensino.

“Ainda não sabemos qual é o problema da ausência dos professores, embora haja águas que impossibilitam a circulação e que possivelmente estão na base do não funcionamento da escola”, afirmou, prometendo: “Vamos tratar da situação com a direcção da Educação para ver o que se pode fazer para resolver a situação”.

António Didalelwa, depois de fazer a entrega de medicamentos no posto de saúde, referiu que “há a necessidade de se abastecer as unidades sanitárias com medicamentos, visto que, nesta altura de inundações, as doenças são mais frequentes, principalmente a malária e as diarreias agudas”.

O governador garantiu que a distribuição de medicamentos vai continuar, para os centros e postos de saúde estarem em condições de atender a população.

António Didalelwa esteve, no domingo, nas povoações de Omufitu Nene, Omulola e Otcitumba para auscultar a população e avaliar os estragos causados pelas cheias. Nas referidas localidades, o governador garantiu que dentro de dias a população vai ser apoiada com bens de primeira necessidade.

10.11 Desarborização preocupa cidadãos

Semanário Factual

De 26 de Março a 2 de Abril de 2011

As árvores trazem benefícios sócio-ambientais de grande importância. Essas são imprescindíveis no que toca ao abrandamento dos efeitos da elevação da temperatura, melhorando a qualidade do ar, bem como servem para ornamentar a cidade com o aumento de áreas verdes e flores.

Em Luanda, a inexistência de espaços verdes está a deixar preocupados os cidadãos que procuram por um momento de lazer ou um local onde possam respirar melhor.

Falta de árvores traz problemas de fórum ambiental

A desarborização da capital do País, principalmente na zona urbana, poderá influenciar muito para o surgimento de problemas do fórum ambiental, piorar a poluição atmosférica causada pelo excesso de resíduos (sólidos, líquidos ou gasosos) capazes de colocar em risco a biosfera.

A estes males, acrescentam-se os transportes e as instalações industriais que produzem o monóxido de carbono e o dióxido de carbono que causam distúrbios respiratórios.

O aumento da temperatura no centro urbano, devido à concentração exagerada de cimento e asfalto, que cobrem o solo e reflectindo o calor solar, são factores que já se sentem em Luanda.

A desarborização pode, igualmente, causar a destruição da camada de Ozono, gás instável que se encontra distribuído, principalmente na estratosfera, e que impede a penetração dos raios ultravioletas nocivos à vida.

O seu desaparecimento ou diminuição pode vir a provocar câncer de pele.

Luanda já vive o efeito estufa

O efeito estufa é uma das situações que já se vivem na província de Luanda, devido à dispersão de gás carbónico na atmosfera, pela sua emissão por parte dos automóveis e queimadas, que retêm as radiações infravermelhas na camada atmosférica.

O Factual, no seu périplo realizado na cidade de Luanda, constatou situações desagradáveis para o ambiente, como o desaparecimento gradual da Zona Verde, no município da Maianga, o desaparecimento do espaço verde na zona do eixo-viário, na Ingombota, o abate gradual da floresta da ilha do Cabo e o sumiço total dos eucaliptos na zona do Rangel, situação que causou a inundação em vários pontos do município.

Na Maianga, o Factual falou com o morador Xavier Francisco, que é alguém que já teve o prazer de desfrutar a beleza e os benefícios da então Zona Verde que hoje se reduziu num espaço de lixo. “Naquela época, nós caminhávamos, aí os meninos aproveitavam para brincar, Hoje, o espaço está abandonado e a ser invadido por construções. Além disso, entristece-me muito saber que temos um Ministério do Ambiente que não vele por este local, visto muitos políticos governantes terem passado por aqui e terem tido momento excepcional”, recordou Xavier Francisco, magoado.

Ambiente carece de esforços conjuntos

Xavier Francisco alerta as associações ambientais, bem como outras entidades afectas ao ambiente, para que unam esforços em conjunto com os moradores, no sentido de se reestruturar o espaço.

Uma das situações que chamaram a atenção do semanário tem a ver com o que aconteceu no município do Rangel, devido ao abate das árvores (eucaliptos) que faziam a sucção das águas dos lençóis freáticos. Esse facto fez que a zona ficasse sempre inundada.

Outro morador do Rangel, João António, informou ao Factual que “esta zona, aquando da existência dos eucaliptos, era um lugar bom para se viver. Só depois do crescimento não urbanizado e do abate total das árvores, começámos a ter fortes problemas até chegar ao ponto de abandonar a casa”.

Para os ambientalistas, a situação de Luanda é crítica, devido ao desaparecimento gradual da cintura verde em grande parte da cidade, bem como o aumento de edifícios que dificultam muito a circulação do ar. Para tal, o jovem Santos Mateus afirma ser necessário desenvolver-se projectos para a arborização da capital, de forma a evitar-se situações ambientais não propícias para o homem.

10.12 Chuvas em Luanda: um autêntico calvário

O Independente

26 De Março de 2011

Tudo se repete em Luanda sempre que chove, desde as longas filas de viaturas e de pessoas nas estradas esburacadas, ruas alagadas, trânsito caótico, aumento do preço da corrida do táxi, atrasos e ausências ao serviço, escolas, enfim um quadro quase considerado crítico ou melhor ainda “caótico”.

A frase onde se diz que a urbe não está preparada para chuvas é uma frase “gasta e antiga”, até já se transformou

numa rotina (...) que quase deixou de ser ouvida e os cidadãos conformam-se com a dura realidade.

Nas últimas semanas tem chovido com frequência em Luanda, apesar de não serem torrenciais em algumas regiões da cidade, mas para a maioria dos habitantes a vida tomou-se mais complicada, principalmente para os residentes na periferia.

Mas são estes os cidadãos que vivem nos subúrbios os que mais sofrem com esta situação. As estradas que dão acesso ao centro da cidade, onde estão situados os ministérios e outros organismos públicos são deficientes.

As obras em curso na maioria das vias rodoviárias dificultam ainda mais a circulação de viaturas, como o caso da 21 de Janeiro que dá acesso à parte sul da cidade, ou mesmo de Viana ou Cacuaco. Em consequência disso, muitos habitantes são forçados a andar a pé para chegarem ao destino e várias viaturas avariadas ao longo das vias.

J osessandra Gomes é uma adolescente que estuda a 12a classe no Centro Pré-Universitário da Ingombota, moradora no bairro do Gamek. Encontrámo-la numa paragem de táxi para tentar chegar à escola, na sexta-feira, dia da última enchurrada que começou de madrugada.

A garota confessou-nos que já tinha perdido o primeiro tempo de aulas e o transporte estava cada vez mais difícil. Quando perguntamo-la sobre o que havia de fazer perante esta realidade, a rapariga limitou-se a encolher os ombros.

<<Isto está mal, não sei o que fazer.

Se eu tentar ir a pé vou chegar a escola toda borrada de lama. As ruas estão todas alagadas e os táxis estão difíceis. Estes estão a cobrar 300 K wanzas pela corrida e mesmo assim está difícil. Sinceramente não se pode compreender que a capital de um país esteja nestas condições. O governo devia fazer alguma coisa.»

João Mendes Jacinto trabalha para uma empresa pública no centro da cidade. Enfrenta a mesma dificuldade que outras pessoas para chegar ao serviço. Descreve a situação como sendo bastante crítica e roga para que não volte mais a chover em Luanda.

«Estou a sofrer demais desde que começou a chover em Luanda. É assim todos os anos e o Governo devia acautelar esta situação. As obras que estão a ser feitas agora nas estradas deviam ser feitas com antecedência, no tempo seco. Isto está mal, isto está péssimo. Olhe da forma que estou todo borrado.

Consegui apanhar três táxis do Asa Branca até aqui no São Paulo e agora estou à espera de um outro que me leve à Mutamba, mas eles estão a vir todos cheios.»

As chuvas agravam os engarrafamentos, uma doença que já tomou conta de Luanda, o mano José Maria dos Santos esta com a bola toda, tendo prometido resolver ou minimizar este sofrimento da população da periferia. Por causa destes engarrafamentos e mau estado das estradas, no interior do bairros, muitos moradores com viaturas cortam o caminho, como se I diz na gíria, para fugir os engarrafamentos. Entram pelos becos, levando-os a fazer movimentos semelhante ao dos taxistas.

É este o dia a dia em Luanda, uma cidade que já inspirou poetas e cantores. Nesta época do ano, tudo se torna mais complicado. É um verdadeiro calvário para a maioria dos seus habitantes., com realce para os da periferia.

10.13 Costa marítima é um atentado à saúde pública

Semanário Factual
De 19 a 26 de Março de 2011

O cenário, patente há mais de três anos, após as quedas chuvas que destruíram o Centro de Formação de Pescas (CEFOPESCAS), mostra a destruição de mais de seis campos agrícolas e de residências nos bairros Paraíso, Cerâmica, além de viaturas soterradas no mar e mais de 900 desalojados.

Trabalhadores de empresas privadas e cidadãos voluntários empenham-se, diariamente, para o restauro ecológico da costa marítima, mas a falta de incentivo e de meios apropriados para uma limpeza geral e eficiente implica negativamente para a saúde pública dos utentes.

A costa, tida pelo corpo de Bombeiro da Polícia Nacional perigosa para os banhistas, não possui equipas de salvavidas quando os cidadãos, por negligência, permanecem em locais, cuja permeabilidade da terra e a sua composição rochosa é frágil.

De acordo com fonte das operações da 37ª esquadra da sede municipal de Cacuo, o péssimo estado ecológico da costa marítima deve-se à falta de higiene das peixeiras e dos pescadores que consideram o mar um lugar de depósito dos seus fragmentos pútridos e restos das suas pescarias.

“Não têm sido frequentes casos de afogamento nestas praias, mas, quando tal sucede, é porque ocorreram nos locais proibidos pela corporação de bombeiros. O outro

perigo que apresenta a costa é a presença de diversos sedimentos no fundo marinho, derivados de carros e de embarcações destruídas pela chuva de Janeiro de 2007”, afirmou a fonte.

Considerou que “os meios rolantes que possuímos nas são suficientes para uma costa de mais três quilómetros, logo as sinaléticas facilitam-nos apenas fiscalizar outras áreas de maior frequência populacional. Mas, tudo estamos a fazer para, nos próximos dias, termos a costa do Norte de Luanda limpa e pouco nauseabunda.

Os pescadores negaram as acusações advindas da 37ª esquadra da Polícia Municipal e criticaram o corpo de bombeiros, por nada resolverem, a fim de impedirem os casos de afogamentos que se registam em feriados, em festas em fins-de-semana, assim como pelos motoqueiros que frequentam a beira-mar para práticas de “rachas” (corridas).

Cândido Eliseu, pescador há 20 anos, afirmou não existirem contentores para o depósito de lixo em toda a costa do município de Cacuo, o que contrasta com a iniciativa da restauração ecológica da mesma. “O único lugar que as peixeiras têm para o depósito de lixo é o mar”, informou.

A ecologista Paula Martins aconselhou os cidadãos utentes da praia das Antenas, do CEFOPESCA e da Vila de Cacuo a não frequentarem as praias quando o mar expulsar os resíduos sólidos e outros fragmentos marinhos, dada a composição de algumas espécies que são nocivas à pele humana.

A professora considera tardia a limpeza definitiva da costa, em contrapartida, louva a iniciativa para se colmatar tal situação, uma vez a praia ser frequentada também por crianças e adultos de Viana e da Funda.

10.14 Devastação das florestas leva a catástrofes

Jornal de Angola
22 De Março de 2011

A ministra do Ambiente encorajou, ontem, os angolanos a melhor preservarem as florestas, pois a sua devastação pode aumentar as calamidades naturais e ter consequências para a saúde humana.

Em declarações à Angop, por ocasião do Dia Mundial da Floresta, assinalado ontem, Fátima Jardim sustentou que a devastação desses espaços verdes por queimadas, e não só, continua a pôr em perigo a vida de muitas pessoas, espécies animais e plantas, situação que “não compensa a própria biodiversidade”.

Segundo a ministra, a prática das queimadas é mais notória nas comunidades, onde alguns cidadãos fazem o corte de árvores para a produção de carvão vegetal e a exploração de lenha para a comercialização.

“A medida que cortamos as florestas, as ravinas e as catástrofes naturais podem aumentar, caso não sejam tomadas medidas de mitigação”, alertou.

Defendeu ainda que se imponham medidas mais adequadas contra este mal, tendo em conta a importância que as florestas e as árvores no geral têm para a vida das pessoas no planeta terra. No quadro do licenciamento ambiental da exploração de florestas, o sector que dirige, em parceria com o Ministério da Agricultura, vai reforçar as medidas de controlo das zonas florestais de Angola, uma vez que muitas têm falta de guardas. Acrescentou que os desafios de utilização dos recursos naturais, sobretudo das florestas, devem ser cada vez mais sustentáveis. A ministra sugeriu o envolvimento das comunidades para melhorar a protecção das florestas, e a sua consciencialização para a importância que as mesmas têm no quotidiano, situação que passa, também, pela melhoria das suas condições de vida.

Para as áreas onde se desenvolve uma agricultura intensiva, disse haver necessidade de se fomentar a reflorestação ao longo dessas zonas, com vista a compensar as árvores devastadas.

“Por cada hectare de terra cultivada, os agricultores devem plantar uma árvore, com vista à reposição dos danos causados, assim como à melhoria dos solos”, disse. Esclareceu ainda que com o apoio de outros sectores e das associações ambientais, o sector que dirige está a empreender esforços com vista à redução da devastação das florestas no país.

Pesquisas realizadas indicam que, em todo o mundo, as florestas cobrem 31 por cento da área terrestre, servem de casa a 300 milhões de pessoas e garantem a sobrevivência de 1,6 mil milhões de pessoas.

Assim, a Organização das Nações Unidas mostra o papel fundamental das pessoas na conservação e exploração sustentável das florestas que garantem o seu habitat, a diversidade biológica e a estabilidade para o clima mundial, além de serem fonte de alimentos, medicamentos e água potável.